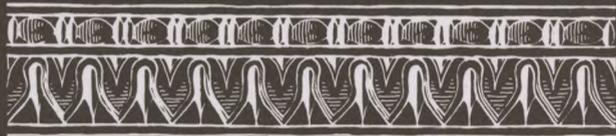


UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS



# CONIMBRIGA



VOLUME XXXVIII - 1999

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para  
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

R. DE SUB-RIPAS

P — 3000-395 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO

Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha

P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO

Rua Gomes Leal, 93, cv.

P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.  
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.*

CONIMBRIGA

*Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela*

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXXVIII*



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA  
1999

(Página deixada propositadamente em branco)

RAQUEL VILAÇA

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DOMINGOS J. DA CRUZ

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A. A. HUET B. GONÇALVES

Museu de História Natural. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

#### A NECROPOLE DE TANCHOAL DOS PATUDOS

(ALPIARÇA, SANTARÉM)

“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 5-29

**RESUMO:** Publicam-se duas datas radiocarbónicas obtidas com os restos orgânicos contidos num dos vasos do cemitério de Tanchoal (Alpiarça, Ribatejo), identificado em inícios do século. Os resultados apontam para uma cronologia de finais da Idade do Bronze, entre meados do séc. XI a. C. e os inícios do IX a. C. Tecem-se ainda algumas considerações sobre os rituais incineratórios, contextos sepulcrais, espólios, etc.

**ABSTRACT:** We are publishing the radiocarbon dates obtained from the organic remains found in one of the vases from the cemetery of Tanchoal (Alpiarça, Ribatejo), which was identified at the beginning of last century. The results indicate a chronology of the Late Bronze Age, between mid XI century b. C. and the beginning of the IX century b. C. By the way, some considerations are being construed upon the cremation rituals, burial context, goods, etc.

(Página deixada propositadamente em branco)

# A NECROPOLE DE TANCHOAL DOS PATUDOS (ALPIARÇA, SANTARÉM)

## 1. Introdução

Este texto <sup>1</sup> tem por objectivo último a divulgação de duas datações radiocarbónicas, obtidas com os restos orgânicos contidos em vaso cerâmico recolhido em Tanchoyal, propriedade da “Casa dos Patudos”, em 1930.

A referida peça cerâmica foi integrada na designada “Cultura de Alpiarça”, tal como Gustavo Marques e G. Migueis de Andrade a definiram [Marques, 1972; Marques e Andrade, 1974]. Faz parte da colecção arqueológica do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências do Porto, tendo sido descrita por aquele primeiro autor [Marques, 1972: 28] nos seguintes termos:

“T 27

Pequena urna de fabrico manual, com asa, faltando-lhe parte do bordo, constituída por um colo cilíndrico arqueado para fora, ligado por vinco a um bojo de duas peças troncocónicas por pronunciada carena. Fundo côncavo. TIPO Va.

Pasta cinza, com núcleo cinza escuro.

Engobe beje, totalmente brunido.

Nota - Esta peça contém cinzas e pequenos fragmentos de ossos.

Altura = 75 mm; diâmetro máximo = 85 mm; espessura média = 3 mm.” <sup>1</sup>

<sup>1</sup> O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Práticas funerárias e/ou culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, promovido pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta (Viseu). Neste contexto têm sido realizados trabalhos de escavação e prospecção arqueológicas na área da Beira Alta, como também a revisão de materiais e contextos arqueológicos da parte final da Idade do Bronze de estações da fachada atlântica da Península Ibérica.

Estes resíduos constituem os únicos elementos orgânicos passíveis de análise química pelo processo de Carbono 14; de facto, nem os antigos achados, registados sobretudo nas três primeiras décadas deste século, nem as escavações recentes, desenvolvidas por P. Kalb e M. Höck [1980, 1981-82], proporcionaram a colheita *in situ*, para este efeito, de restos ósseos ou outros materiais.

Trata-se, neste sentido, de uma pequena contribuição para a definição da cronologia deste tipo de materiais, recolhidos ao longo dos anos em torno do relevo designado localmente “Castelo” de Alpiarça ou “Alto do Castelo”.

## 2. Os achados da “Casa dos Patudos”

O primeiro texto sobre os materiais arqueológicos de Alpiarça<sup>2</sup> deve-se a A. A. Mendes Corrêa [Corrêa, 1916], ao tempo assistente de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Ligavam-no à “Casa dos Patudos” laços familiares, pelo que grande parte dos materiais encontrados naquela propriedade agrícola, por força do plantio (renovação) de vinha, foram canalizados para a Faculdade de Ciências do Porto<sup>3</sup>.

Infelizmente, tais achados nunca foram observados *in situ*. Desta circunstância nos dá notícia o referido investigador, para além de reconhecer a diversidade dos materiais recolhidos nas diferentes propriedades da quinta.

Inicialmente, Mendes Corrêa atribuiu aos achados de Tanchoal cronologia da Idade do Bronze<sup>4</sup>, para mais tarde considerar que era

<sup>2</sup> A região de Alpiarça conta com um importantíssimo conjunto de testemunhos pré-históricos, desde o Paleolítico [Zbyszewski, 1943; 1946] a épocas mais recentes: instrumento lítico (quartzito) de grandes dimensões recolhido na Quinta da Goucha (ou em Vale do Peixe, Goucharia) [Corrêa, 1928: 126-127; 1934: 6, respectivamente]; placa de xisto com incisões, e outras peças líticas, provenientes de Vale de Cavalos [Corrêa, 1928: 129; 1934: 6]; fibula de dupla mola do Barreiro do Tojal [Ponte, 1982: 215]; etc.

<sup>3</sup> Sobre a vida e obra de Mendes Corrêa, veja-se recente síntese [Cardoso, 1999].

<sup>4</sup> “A idade do bronze suponho poder atribuir alguns objectos de cerâmica e bronze de Tanchoal (Alpiarça), embora com a reserva indicada pelo facto das condições de jazida serem imprecisas, e do reconhecimento *in situ* não ter sido efectuado oportunamente e acompanhado das necessárias precauções” [Corrêa, 1916: 331], e, mais

“duvidosa a inclusão na idade do bronze de braceletes de bronze e vasos de cerâmica encontrados em Alpiarça. [...]. Trata-se de restos muito heterogêneos e possivelmente de épocas diferentes” [Corrêa, 1924: 228], desde o Calcolítico até à Idade do Ferro. Esta convicção de uma cronologia mais tardia, da Idade do Ferro, manter-se-á em textos subsequentes [1931, 1934, 1936]<sup>5</sup>.

Em 1930 registam-se novos achados em Tanchoal. De novo, tratava-se do plantio de vinha, e, tal como antes, Mendes Corrêa já não pôde observar os materiais *in situ*, registando apenas as informações que lhe foram transmitidas pelos trabalhadores; foram agora exumadas dezasseis umas, enterradas a cerca de 1,20 m de profundidade, “encostadas umas às outras e cheias de carvões e de cinzas” [Corrêa, 1936: 133], admitindo tratar-se de um “depósito funerário” [*ibidem*: 133]; do grupo de umas há evidentemente materiais de épocas diferentes (cf. figs. I<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>, das ests. I e II), para além do próprio autor referenciar que a cerca de 2 m tinha sido encontrado, “isolado, um machado chato, de bronze, com gume curvilíneo”<sup>6</sup> [p. 133], a profundidade um pouco menor (1 m), e que “a 4 m ou 5 m para oeste tinham também aparecido alguns fragmentos de *tegulae*” [p. 133], e de “três braceletes de bronze, espessos” [p. 133] que, contudo, não chegou a observar por terem sido roubados [p. 134]<sup>7</sup>.

Neste texto, o último que dedicou aos materiais de Alpiarça, considera que “o conjunto dos vasos e dos braceletes do *Tanchoal* e do *Mejão* [...], pertence, sem dúvida, a uma extensa necrópole de incineração, relacionada talvez com o recinto fortificado do *Castelo*, mas pré-romana” [p. 135], do “princípio da segunda idade do ferro (séc. VI-V

adiante, ajuntando argumentação de carácter tecnológico e tipológico, considera, apesar das dúvidas inerentes à falta do conhecimento contextual, que “é natural inclinarmo-nos a crer que se trate de restos do último período da idade do bronze” [*idem, ibidem*: 335].

<sup>5</sup> De qualquer modo, no texto que assinou na *Historia de Portugal* (ed. de Barcelos, 1928), intitulado “A Lusitânia pré-romana”, os materiais de Tanchoal e Mejão são assim legendados: “cerâmica de sepulturas de Alpiarça, talvez da idade do Bronze” [p. 145 e 147]. Em texto posterior: “mas os braceletes descobertos em Alpiarça (Tanchoal dos Patudos) são, sem dúvida da idade do ferro” [Corrêa, 1934: 7].

<sup>6</sup> Cfr., também, Monteagudo, 1965: 25. A análise química do machado confirmou tratar-se de bronze: Sn - >10; Pb - 0,18; As - 0,7; Ag - 0,045; Sb/Ni/Bi/Au/Zn/Co/Fe - 0 [Junghans *et alii*, 1968: 38-39].

<sup>7</sup> Sobre este aspecto, vide os esclarecimentos de Gustavo Marques [Marques, 1974: *lie segs.*].

a. C)” [p. 135]. É também neste trabalho que consagra a expressão “Umenfelder” de Alpiarça, depois divulgada em sínteses clássicas como “una típica necrópole de campos de urnas” [Almagro Basch, 1952: 221; Savory, 1951: 349; 1974: 251].

Já com os primeiros achados, que serviram para o texto publicado em *O Archeologo Português* [1916], referencia que “com os braceletes me foram remetidos pequenos fragmentos de ossos, decerto ossos longos, que se reduziam facilmente a pó, não havendo despropósito em admitir a hipótese de terem sido restos de incineração” [Corrêa, 1916: 332].

Os materiais arqueológicos de Alpiarça serão reanalisados nos anos 70, em estudo criterioso de G. Marques [1972]; é então reconhecida a proveniência diversificada dos materiais, identificando cinco estações, quatro das quais se situavam na quinta dos Patudos [Marques, 1972: 6]: Castelo de Alpiarça, Cabeço da Bruxinha, Tanchoal, Meijão, Cabeço da Bruxa; a heterogeneidade dos materiais é evidente no caso do “Tanchoal”, correspondendo, pelo menos, a “três épocas” [p. 14], desde o “neolítico” ao período da romanização [p. 35]; já relativamente aos materiais provenientes do Meijão, considera que “apresentam uma grande unidade cultural” [p. 17], tratando-se de estação, ainda que menos conhecida, “em certos aspectos [...] superior à sua quase irmã gêmea do Tanchoal” [p. 15]; os restantes sítios revelam também, quer ocupações pré-históricas, do “neolítico” e do calcolítico, quer do período da romanização.

Os materiais das “necrópoles de incineração” do Tanchoal e do Meijão são considerados por estes investigadores, seguindo A. Mendes Corrêa, da Idade do Ferro (séc. V-IV a. C.) [Marques, 1972: 36; Marques e Andrade, 1974: 147]; a presença de vasos de engobe brunido, decorados ou não decorados, braceletes múltiplos de bronze do “tipo La Mercadera” e a eventual ocorrência de artefactos de ferro [Marques, 1972: 35], permitirão ao primeiro destes autores definir os conceitos de “cerâmica de engobe brunido do tipo Alpiarça” e de “Cultura de Alpiarça” [p. 5], a que acrescentará mais tarde a fibula de dupla mola “tipo Tossal Redó” (Marques e Andrade, 1974: 145), ausente daqueles sítios mas identificada em contextos similares do “aro” de Alpiarça, cuja cronologia era então definida entre os séculos VI e IV a. C.

Gustavo Marques e Migueis Andrade acabam por realizar escavações arqueológicas no “Cabeço da Bruxa”, em 1972, sem que os resultados desses trabalhos tenham chegado a ser publicados.

Na verdade, os primeiros trabalhos cientificamente conduzidos e divulgados ficar-se-ão a dever a P. Kalb e M. Hock, realizados em 1979, no “Cabeço da Bruxa” [Kalb e Hock, 1980; 1981-82], e que, de algum modo, podem constituir uma referência para os achados do Tanchoal e do Meijão, ainda que as formas cerâmicas daquele sítio nos pareçam de tipologia algo diferenciada e, talvez, de cronologia um pouco mais antiga. Aliás, em texto posterior, estes investigadores atribuíram os achados do Cabeço da Bruxa ao Bronze Final e os de Tanchoal e Meijão à Idade do Ferro [Kalb e Hock, 1987: 51].

O “Cabeço da Bruxa” (Quinta da Goucha) é um pequeno outeiro de areia, já anteriormente referenciado, elevando-se cerca de 6 m acima da planície de aluvião circundante. Os trabalhos de escavação revelaram materiais desde o Calcolítico até à Romanização.

Do período cronológico-cultural que agora nos interessa foram identificadas, *in situ*, “três urnas com espólio associado” [Kalb e Hock, 1981-82: 62], suficientemente distanciadas umas das outras para que a expressão “campo de urnas”, tal como foi utilizada originalmente, não tenha aqui grande sentido; consideram estes investigadores que estes novos vasos, “pela forma e pela pasta, podem ser atribuídas à “Cultura de Alpiarça”, e que, pelos braceletes de bronze que foram encontrados juntos, correspondem ao que A. Mendes Corrêa designa como “Umenfelder de Alpiarça” [*idem, ibidem*: 67].

Uma das urnas (CB 362-1) “estava envolvida por um barro amarelo consistente” [p. 67], enchendo uma “cova funerária”, com cerca de 0,30 m de profundidade [p. 68], superficialmente “coberta com um montículo de pedras brancas” [p. 68]; junto ao vaso desta fossa recolheu-se uma taça (CB 362-2) e, no fundo da fossa, o fragmento de um bracelete de bronze<sup>8</sup>; o conteúdo da uma não terá fornecido outro espólio.

Um segundo complexo era similar: a urna CB 771-1 estava inserta em fossa, com cerca de 0,60 m de profundidade, igualmente preenchida com “barro compacto, neste caso cinzento” [p. 68], superficialmente coberta com “três únicas pedras brancas”, cujo nível corresponderia à antiga superfície original; do mesmo modo, este vaso encontrava-se associado a uma taça (CB 771-2)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Cfr. Kalb e Hock, 1985: 52-53.

<sup>9</sup> Vide op. cit. na nota anterior, pp. 54-55.

Um terceiro conjunto, insuficientemente registado devido às condições adversas em que decorreram as escavações, corresponde também a um vaso, sem que se tenha detectado um recipiente associado, que, segundo aqueles investigadores, “ou não existia ou já tinha desaparecido” [p. 68]; foram igualmente recolhidos “cinco braceletes”, localizados entre “20 a 40 cm da área da urna e à mesma cota” [p. 68], cuja associação ao vaso é “altamente provável” [p. 68]<sup>10 11</sup>.

Em 1981 realizaram-se escavações no “Alto do Castelo”; trata-se de muralha de terra batida com dois fossos, muito provavelmente datáveis do início da presença romana; delimita uma área de 28 ha; a fortificação romana terá seccionado e destruído uma provável sepultura, que R Kalb e Hôck consideram da Idade do Ferro; há uma fortificação interior, bem mais pequena, abrangendo cerca de 5 ha; trata-se de muralha, também de terra, com fosso, que datará do Bronze Final. A ocupação ter-se-á aqui iniciado no Calcolítico, atingindo o auge no Bronze Final; desta época conhecem-se materiais cerâmicos e um punhal de bronze [Kalb e Hôck, 1980; 1988: 195] u.

Os materiais relacionáveis com a designada “Cultura de Alpiarça” correspondem no Tanchoal e Meijão a achados avulsos, embora numerosos, registados em vários sítios da “Casa dos Patudos”, particularmente nas primeiras décadas deste século.

As referências antigas, apesar de nem sempre muito precisas, apontam para uma utilização funerária [Corrêa, 1916; 1934; 1936]; é, aliás, clara a utilização como “urna cinerária” do vaso que é motivo deste texto; as escavações mais recentes, ainda que não tenham fornecido explicitamente ossos ou cinzas, foram interpretadas no mesmo sentido: as “urnas” [Kalb e Hôck, 1982; 1985: 31], cujo conteúdo desconhecemos, seriam acompanhadas por um vaso de tipo “taça” que, por sua vez, eram colocados no interior de fossas ovoides, pouco pro-

<sup>10</sup> Vide op. cit. na nota anterior, p. 56.

<sup>11</sup> O numeroso e heterogéneo espólio das várias estações de Alpiarça encontra-se disperso, pelo menos, por cinco instituições: Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Museu Arqueológico de Santarém; Museu dos Serviços Geológicos; Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer); Museu da “Casa dos Patudos” (Alpiarça). Para além de outros circunstancialismos, a dispersão de espólios entende-se pelas próprias palavras de A. Mendes Corrêa quando afirma que “os braceletes [...] são muito numerosos, tendo sido alguns deles trocados, com o Museu Etnológico Português, por objectos paleolíticos dos arredores de Lisboa” [1916: 331-332].

fundas, cujo interior era preenchido com terra argilosa; a sepultura era superficialmente sinalizada (ou fechada) com pequena aglomeração de pedras.

### 3. Metodologia

O vaso que guardava os materiais utilizados nas análises radiocarbónicas a que se reporta este texto foi recolhido em 1930 no terreno de vinha designado “Tanchoal”, que integrava a propriedade rural “Casa dos Patudos”, depois depositado no agora designado Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. O referido espécime faz parte da exposição permanente daquele Museu; integrou a versão do Porto da exposição temporária sobre a Cerâmica de Alpiarça, organizada pelo Instituto Arqueológico Alemão, que esteve patente na “Galeria dos Patudos” (Alpiarça), Museu de “Grão Vasco” (Viseu) e Faculdade de Ciências do Porto, e, mais recentemente, a Exposição sobre a Idade do Bronze em Portugal (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)<sup>12</sup>.

A etiqueta que o acompanha tem a seguinte inscrição, em duas linhas: “Tanchoal (Alpiarça)/30.02.27”. O conteúdo deste pequeno vaso era constituído por terra arenosa, muito fina, ossos humanos e pequenos carvões; a coloração amarelo-acinzentada dos sedimentos deverá ficar a dever-se à presença de cinzas, recolhidas juntamente com aqueles restos da cremação. O peso total do conteúdo do vaso era de 130g.

Fez-se a separação dos elementos orgânicos por peneiração a seco, utilizando-se para o efeito crivo com rede de malha de 2 mm; os ossos totalizaram 14,37 g, constituindo a amostra 1 para as referidas análises radiocarbónicas; os fragmentos de carvão vegetal eram de pequeníssimas dimensões; o maior (amostra 2) pesava 0,16 g.

Os restos ósseos, previamente à sua análise química, foram observados no âmbito dos estudos de Antropologia<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Cfr. respectivo catálogo, p. 92.

<sup>13</sup> Vide relatório anexo. Agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Silva, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a amabilidade da concretização deste trabalho.

#### 4. Resultados das análises radiocarbónicas

As duas amostras foram analisadas por AMS (Accelerated Mass Spectrometry), no Laboratório de Carbono 14 da Universidade de Groningen.

Ambas as amostras estavam contidas no vaso cerâmico. Os restos resultantes da cremação são muito parcelares, quer pela quantidade revelada, quer pelas próprias dimensões do vaso que serviu para os recolher. Admitimos que os sedimentos tenham penetrado no interior do recipiente em tempo ulterior e, neste sentido, a amostra de madeira carbonizada poderia ser menos segura, em termos de relação com o que se pretendia datar. Os restos ósseos relacionam-se, evidentemente, com o cadáver cremado, cuja idade se pretende conhecer.

Os resultados das referidas análises são os seguintes (Quadro I): GrA-9270: 2830±50 BP (amostra 1, ossos humanos); GrA-9572: 2790±50 BP (amostra 2, carvão vegetal). São estatisticamente semelhantes, para o grau de confiança de 2 sigma (95,46%), relacionando-se, certamente, com o mesmo contexto arqueológico, pelo que é aceitável a sua ponderação: 2810±37 BP<sup>14</sup>.

Quadro I - *Datações radiocarbónicas de Tanchoal dos Patudos.*

N.º	Lab.	Datação BP	Calibração (AC) (Stuiver <i>et alii</i> , 1998)								tipo de amostra	Obs.
			Intercepção	Método A		Método B						
				1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%			
1	GrA-9270	2830±50	997; 986;979	1043-916	1187-1182 1146-1145 1128-889 882-836	1042-912	100	1128-838	100	ossos humanos	am. 1	
2	GrA-9572	2790±50	966; 964;921	1000-896 876-856 853-843	1048-827	1000-896 870-865	93,6 6,4	1054-823	100	carvão vegetal	am. 2	
média ponderada		2810±37	971;959;936	1002-904	1047-892 880-839	998-918	100	1048-889 883-838	92,7 7,3	Teste estatístico T' — .29 xi²(.05) - 3.84		

<sup>14</sup> Calibração feita com base no programa *Radiocarbon Calibration Program*, rev. 4.1.2, do Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington [Stuiver e Reimer, 1993], com curva de 20 anos [Stuiver *et alii*, 1998]. (Período convencional “Libby” de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ±2 sigma (95,46%). Métodos A (intercepção, por interpolação linear, com a curva de calibração) e B (distribuição de probabilidades) (Quadro I).

A cremação do Tanchoal, para a probabilidade estatística de 2 sigma, poderá ter ocorrido entre 1047 e 839 cal. AC (Método A); a probabilidade, para o mesmo intervalo de confiança, de que o que se pretende determinar se inserirá entre 1048 e 889 cal. AC é de 92,7% (Método B). A cremação poderá ter ocorrido entre meados do século XI a. C. e meados do século IX a. C., sendo mais provável que tal tenha acontecido sobretudo entre **meados do século XI a. C. e os inícios do IX a. C.**, ou seja, nos finais da Idade do Bronze, cujos parâmetros podemos situar aproximadamente entre 1450/1400 e 800 a. C.

## 5. Considerações finais

Como referimos de início, este texto é um pequeno contributo para o conhecimento da cronologia dos contextos funerários de Alpiarça, baseado nos resultados das datações radiocarbónicas obtidas para a estação de Tanchoal. Não podemos, no entanto, deixar de apontar algumas reflexões mais gerais sobre a problemática que envolve Alpiarça.

De facto, os achados da “Casa dos Patudos” permanecem, não obstante os diversos estudos desenvolvidos ao longo do século que em breve terminará, como um dos assuntos mais incómodos da nossa Proto-história Antiga. Esse mal estar deve-se, em boa parte, à nossa ignorância sobre as reais condições de deposição e de contexto dos inúmeros materiais conhecidos. Mas por ele são também responsáveis certos conceitos (e preconceitos) de forte carga cultural, advindos da própria evolução da ciência arqueológica, que se “colaram” aos materiais de Alpiarça (v. g. “Campos de urnas de Alpiarça”, “Cultura de Alpiarça”)<sup>15</sup> e que, de alguma forma, têm bloqueado o “dossier” Alpiarça.

Um dos campos em que se tem manifestado uma maior desorientação é o da cronologia. E assente, como vimos, que, conjuntamente, existem materiais de diferentes épocas, testemunhando uma remota e prolongada ocupação da região. Mas o que aqui nos interessa são os conjuntos atribuídos, ora ao Bronze Final, ora à Idade do Ferro, como acontece com o Tanchoal e Meijão. Essa indefinição manifesta-se, de resto, em algumas das sínteses dadas à estampa na última década,

<sup>15</sup> Uma análise crítica do conceito de “cultura de Alpiarça” encontra-se, por exemplo, em: Pinto e Parreira, 1978: 150-151; Arnaud, 1979: 88-89; Calado, 1994: 362; Vilaça, 1995: 30-31.

nomeadamente na *Historia de Portugal*, dirigida por J. Medina, onde o assunto é tratado simultaneamente por dois investigadores (que não deixam de questionar a cronologia), em dois capítulos distintos (relativos ao Bronze Final e à I Idade do Ferro), e em dois volumes autónomos [Calado, 1994; Arruda, 1994]. Pelo contrário, no volume I da *Nova História de Portugal*, coordenado por Jorge de Alarcão, Alpiarça é praticamente ignorada (o capítulo do Bronze Final não a refere e o da I Idade do Ferro não chega a dedicar-lhe duas linhas) [Silva, 1990]<sup>16</sup>. O assunto é abordado na *História de Portugal*, dirigida por J. Mattoso, no contexto do Bronze Final e um pouco mais extensamente [Fabião, 1993].

As datas radiocarbónicas agora obtidas para o Tanchoal apontam para uma cronologia de meados do século XI a. C. a meados do século IX a. C. que, nos nossos quadros cronológicos de referência, corresponde aos finais da Idade do Bronze<sup>17</sup>. A cronologia relativa inferida do estudo tipológico dos materiais cerâmicos e do espólio metálico, este último reduzido a braceletes de bronze, já o indicava. Diversas investigações, em múltiplas frentes, particularmente desenvolvidas nas décadas de oitenta e noventa, reuniram dados bastantes para confirmar essa cronologia<sup>18</sup>. Trata-se agora de escavações realizadas em habitats que forneceram, pela primeira vez, contextos arqueológicos seguros para cerâmicas afins de muitas das que encontramos em Tanchoal e Meijão<sup>19</sup>, bem como datações radiocarbónicas obtidas a partir de carvões recolhidos nos mesmos níveis dessas cerâmicas (v. g. “Castro de S. Romão” e “Buraco da Moura de S. Romão”, conc. Seia; St.<sup>a</sup> Luzia, conc. Viseu; “Moreirinha” e “Alegrios”, conc. Idanha-a-Nova; “Monte do Frade”, conc. Penamacor; etc.). Tais resultados confirmam plenamente os parâmetros cronológicos - tipológicos e radiocarbónicos - do

<sup>16</sup> Três anos mais tarde, este último autor (A. C. F. Silva) desenvolve um pouco mais o tema, defendendo agora um cronologia do Bronze Final, que, aliás, já antes havia assumido [Silva, 1993: 257; 1986: 121].

<sup>17</sup> Período aqui entendido de forma global. Como já foi sublinhado, o clássico esquema tripartido do Bronze Final é de difícil aceitação quando se lida com datações radiocarbónicas [cfr. Vilaça, 1995: 379].

<sup>18</sup> Não se ignora aqui a sobrevivência de certas formas ditas de “tipo Alpiarça” em determinados contextos de cronologia mais avançada [cfr. Vilaça, 1995: 297 e 300].

<sup>19</sup> Evitamos o uso da expressão “cerâmica de tipo Alpiarça” por esta reunir, tal como foi criada pelos seus autores, um sistema de formas demasiado vago (oito tipos cerâmicos, seis processos de acabamento distintos, vários tipos de pastas, exemplares lisos e outros decorados) [cf. Vilaça, 1995: 295].

Tanchoal e, num outro campo, o da contemporaneidade daqueles (e de muitos outros) povoados e de variadas deposições funerárias<sup>20</sup>.

Uma outra questão colocada pelos achados da “Casa dos Patudos” é a do ritual funerário praticado - a cremação - e, por arrastamento, o problema das suas origens e cronologia no Ocidente peninsular. Sem dispensar uma discussão mais aprofundada destas problemáticas, que reservamos para o trabalho de síntese que corroborará o projecto de investigação em que este texto se insere, gostaríamos de deixar alguns apontamentos neste campo.

Se fizessemos um rastreio dos casos em que, pela primeira vez, se testemunha aquele ritual, confrontar-nos-íamos com duas situações: por um lado, trata-se de ritual antigo cuja origem deverá remontar a um momento ainda mal definido do II milénio a. C.; por outro, manifesta-se de forma esparsa e difusa, do Norte ao Sul do território português, nas mais distintas situações<sup>21</sup>.

Convém lembrar que, quando falamos de incinerações, estamos a lidar com complexas manifestações de âmbito funerário, mas também de foro ritual, onde o fogo desempenhou, ao contrário da sepultura e até do próprio enterramento, papel capital. Ora, rituais envolvendo o uso do fogo, correspondendo formalmente, ou não, à incineração de corpos, praticaram-se em vários momentos da Idade do Bronze anteriores ao Bronze Final. A incineração dos corpos não terá sido, por conseguinte, prática adoptada com o radicalismo (substituindo as inumações) e violência que à primeira vista seria de supor. Recordemos os casos de Agro de Nogueira (Toques, A Coruña), onde coexistem incinerações e inumações [Meijide Cameselle, 1996], de Gandón (Pontevedra) [Peña Santos, 1985], do monumento 2 de Serra da Muna (Viseu), onde uma depressão existente no afloramento granítico foi utilizada como “câmara” [Cruz, Gomes e Carvalho, 1998b]; da tampa de Mombeja I

<sup>20</sup> Além das datações de Carbono 14 das necrópoles do Bronze Final do Parinho (Tondela) [Cruz, 1997, 1999] e Tanchoal, encontram-se em publicação as obtidas para o conjunto tumular da Senhora da Ouvida (Castro Daire) [Cruz e Vilaça, 1999; Rubinos, 1999] e para a sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), de cronologia similar (em prep.). Neste contexto devem também ser considerados os materiais e datações obtidas para a “Casinha Derribada” (Viseu) [Cruz, Gomes e Carvalho, 1998a]. Vide também Vilaça e Cruz, 1999.

<sup>21</sup> Vide, sobre estes aspectos: Cruz, Gomes e Carvalho, 1998 a e b; Cruz e Gonçalves, 1998-99.

(Beja), que tapava uma sepultura com cinzas (ou apenas ossos muito moídos?) [Vasconcellos, 1906: 184-185]; das sepulturas V-17/38/39 de Atalaia (Ourique), só explicáveis como fossas para receber cinzas [Schubart, 1965: 75].

As incinerações do Bronze Final de Alpiarça, do Paranho (Tondela) [Cruz, 1997, 1999], da Senhora da Ouvida (Castro Daire) [Cruz e Vilaça, 1999], do monumento 1 de Rapadouro (Vila Nova de Paiva) [Cruz, 1998], do Monte de S. Domingos (Castelo Branco) [Cardoso, Caninas e Henriques, 1998], etc., fazem já parte de uma “segunda geração” de rituais funerários associados a incinerações. A fase seguinte, da I Idade do Ferro, conhecerá, particularmente no Sul do território nacional, muitas outras ainda que durante algum tempo se mantenham as inumações.

A correlação e dependência de Alpiarça em relação aos “Campos de Umas” e a uma via continental tem sido defendida em diversas situações, com mais ou menos entusiasmo, partindo-se sempre do pressuposto de que estes seriam anteriores às incinerações daquela [Corrêa, 1936; Almagro Basch, 1952; Silva, 1993: 257; Calado, 1994: 361; etc.]. Não sendo as práticas incineratórias, como consideramos neste e outros textos, obrigatoriamente dependente dos designados “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, área onde as incinerações atribuíveis àquele aro de influência se registam, pelo menos, a partir do século XIII a.C.<sup>22</sup>, admitimos, face ao estado actual dos conhecimentos, que o incremento e generalização de tais práticas possa ter resultado de contactos e influências de longa distância, mesclando-se com a tradição funerário-religiosa local; este carácter algo original é manifesto no tipo de construções tumulares, composição do espólio, implantação no terreno, etc. De qualquer modo, a eventual via continental de penetração deste tipo de ritual encontra poucos testemunhos, nomeadamente na Meseta, onde a sua cronologia não ultrapassa o século VI a. C. (convencional) [Almagro Gorbea, 1986-87: 42; Ruiz Zapatero e Lorrio, 1995: 228].

<sup>22</sup> Ao longo deste texto utilizamos exclusivamente cronologia em anos históricos, resultante da calibração das datações radiocarbónicas. Sobre a problemática e a cronologia dos “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, vide, entre outros, Ruiz Zapatero, 1985, 1997 (este autor, no entanto, utiliza cronologia convencional radiocarbónica). A fase antiga dos “C. U.” na Catalunha corresponde ao período c. 1100-900 B C [Ruiz Zapatero, 1997: 166]; por outro lado, grande parte dessas datações corresponde a contextos habitacionais (vide, para este aspecto, Maya González, 1992).

Por outro lado, a tese de uma origem mediterrânica para as primeiras incinerações do Sul peninsular, que contariam como um dos elementos de aculturação indígena face à influência fenícia ou orientalizante [Almagro Gorbea, 1977: 386-387, entre outros], é de difícil aceitação para o caso de Alpiarça se confrontarmos as datas de Tanchoal com os primeiros testemunhos de âmbito fenício da região, que se encontram bem perto, em Santarém (Alcáçova de Santarém), do outro lado do Tejo. De facto, as datações disponíveis para o nível 15 deste sítio, associado a materiais da “I Idade do Ferro Orientalizante”, aponta para o período entre inícios do século IX a. C. e meados do século Vili a. C.<sup>23</sup>.

Por tudo isto, cremos que o estudo da origem das práticas crematórias no Ocidente peninsular deverá ser encarado de forma autónoma da problemática dos “Campos de Urnas”, bem como da presença/influência fenícia ou orientalizante, sem, evidentemente, as ignorar.

A existência de verdadeiros “Campos de Urnas” em Alpiarça é, como já foi sublinhado [Arruda, 1994: 54] muitíssimo problemática, particularmente se adoptamos o significado genuíno com que esse conceito foi criado. Para além do seu valor cultural e geográfico restritos, os verdadeiros “Campos de Urnas” são extensos cemitérios, com várias centenas de urnas, de grandes comunidades. Aliás, já Almagro Gorbea [1986-87: 32] havia alertado para a inconveniência em usar tal expressão fora da Catalunha e Vale do Ebro Oriental. Aqui, aceita-se a existência de elementos étnicos extra-peninsulares, numericamente pouco expressivos, oriundos do Languedoque, segundo um modelo de “vagas de avanço”, unicamente para a fase dos “Campos de Urnas Antigos”, altura a partir da qual se regista uma evolução autónoma na região [Ruiz Zapatero, 1985: 1044-1047; 1997].

Em Alpiarça temos a adopção de um ritual específico que, paulatinamente, se vai (se ia) generalizando e tocando múltiplas regiões

<sup>23</sup> ICEN-532: 2640±50 BP (Portas do Sol, corte 5, nível 15); calibração para a probabilidade estatística de 2 sigma (método A): 898-765 cal. AC. Este resultado [Arruda, 1993:198] foi confirmado por uma nova análise radiocarbónica, ainda que dilatando os parâmetros temporais: BETA-131488: 2650 ±70 BP (amostra de carvões recolhida no quadrado A4, relativa à primeira ocupação sidérica); calibração para a probabilidade estatística de 2 sigma (método A): 967-599 cal. AC. (meados do século X / inícios do século VI a. C.). Cfr. Stuiver e Reimer, 1993; Stuiver *et alii*, 1998. Agradecemos a Ana Margarida Arruda as informações que explicitaram o contexto desta análise radiocarbónica, apresentada na Mesa Redonda sobre *Presença Fenícia no Ocidente: o estado da questão*, realizada em Outubro de 1999, em Almada.

- sinal dos tempos -, num contexto muito particular, visível, nomeadamente, nas cerâmicas, que se integram bem no mundo indígena do Bronze Final, sem paralelos formais, tipológicos ou decorativos com as cerâmicas dos “Campos de Urnas” do Nordeste<sup>24</sup>. A proximidade regista-se na peculiar deposição de braceletes de bronze que, de facto, caracteriza as deposições de Tanchoal, Meijão e Cabeço da Bruxa<sup>25</sup>, tal como em diversos cemitérios nordestinos. Mas o hábito de acompanhar os mortos com braceletes também não é apanágio dos “Campos de Urnas”, registando-se em contextos bem diversos. Entre outros, podemos referir os enterramentos de Paranho (necrópole de cistas), Fonelas (Granada) (enterramento secundário no monumento 3 da necrópole megalítica) [Ferrer, 1978], túmulos 33 (câmara circular, sem corredor) e 35 (cista) de Los Millares [Molina, 1978: 188], para além de tumulações de incineração em cista e em fossa da área de Almizaraque estudadas por Siret (Parazuelos, Qurénima, Caldero de Mojácar, Barranco Hondo) [Molina, 1978: 213-214], etc.

Os achados de Alpiarça são ainda de elevado interesse se observados em termos espaciais. Admitindo que a ocupação do Bronze Final registada no “Alto do Castelo” é contemporânea da de Tanchoal e de Meijão, estamos perante o único caso conhecido datável do Bronze Final em que se regista uma situação de binómio povoado/necrópole, cada um deles com seu próprio espaço.

Na planta elaborada por Gustavo Marques [1972] observa-se que Tanchoal e Meijão se localizam, respectivamente, a norte e a sul do “Alto do Castelo”. A sudoeste, encontra-se também o Cabeço da Bruxa. Haveria ainda um outro local de enterramento, pois o talude de época romana parece ter cortado uma sepultura atribuída à Idade do Ferro [Kalb e Hóck, 1988: 195]<sup>26</sup>. Não é descabido admitir que, na área, existissem outros núcleos funerários, o que revelaria uma concepção

<sup>24</sup> Os dois vasos de “tipo biberon” ou “lâmpadas” (T8 e T9) [Marques, 1972: 23-24], embora raros a nível peninsular, encontram paralelos em contextos habitacionais indígenas, como é o caso da Moreirinha [Vilaça, 1995: 228]. De qualquer forma, a sua presença em vastas áreas europeias relacionadas com o mundo de Hallstatt é um facto [Richner, 1979, II: 143].

<sup>25</sup> Trata-se de simples aros abertos, lisos, extremidades por vezes sobrepostas, secções retangulares, elipsoidais e semicirculares, com diâmetros que oscilam entre os 62 mm e 83 mm no Tanchoal, 58 mm e 84 mm no Meijão [Marques, 1972: 29 e 34].

<sup>26</sup> Não se conhecem muitos dados que permitam definir mais aturadamente a cronologia atribuída a esta sepultura, nem o seu local específico de achado.

espacial funerária polinucleada e periférica, por oposição a um espaço nuclear e central, aliás bem delimitado com talude e fosso, de cariz habitacional [Kalb e Hock, 1988: 195]. Esta distribuição circundante das necrópoles poderia constituir-se, tal como já foi sugerido para outras situações, como protecção simbólica de eventual carácter apotropaico, constrangedor, ou outro. Mas essa compartimentação de espaços não se traduz, necessariamente, pela separação e afastamento de vivos e de mortos. Pelo contrário, se admitirmos que estamos perante comunidades de forte pendor agro-pastoril, então, essas terras mais próximas do povoado, entre os cemitérios, poderiam ser diariamente exploradas, aproximando, de novo, os vivos dos antepassados. Estes continuariam a desempenhar o seu papel protector e tutelar, agora transferido para as terras de cultivo, e respectivas colheitas, e para os pastos onde o gado crescia e era fonte de riqueza.

A nuclearização dos cemitérios poderia ainda ser entendida de outra maneira, não fossem tão poucos os dados que possuímos sobre a sua organização interna, contextos funerários, espólios e rituais. Quem sabe se cada núcleo estaria adstrito a um determinado grupo social, etário<sup>27</sup>, de parentesco, ou de género? Desconhecemos, de facto, o local dos *ustrina*, como era feita a selecção dos ossos, e se era feita<sup>28</sup>, se estes eram limpos ou lavados; ignoramos se haveria alguma ordenação na distribuição das urnas ou se, pelo contrário, estas se dispersavam aleatoriamente; não sabemos que espólio pertencia a cada sepultura, nomeadamente o número de recipientes e o significado da existência de formas e de volumetrias tão díspares; será que alguma(s) estaria(m) especialmente assinalada(s)? No caso do Cabeço da Bruxa, as “fossas funerárias”, como já referimos, seriam marcadas por pequenos montículos de pedra [Kalb e Hóck, 1981-82]. As poucas pistas que foi possível registar apontam, todavia, no sentido de uma relativa diversidade. Haveria núcleos, como no Cabeço da Bruxa (a única situação de acha-

<sup>27</sup> Como se referiu (cfr. nota 23), existem dois vasos de “tipo biberon” do Tanchoal. Segundo Rychner [1979: I, 29], peças idênticas foram exumadas sobretudo em sepulturas infantis. Ignoramos se esse também seria o caso do Tanchoal. Todavia, Marques [1972: 3-24] considera-as “lâmpadas”, porque o bico se apresentava queimado na extremidade; mas tal poderia igualmente ser resultado do ritual incineratório praticado.

<sup>28</sup> No caso do Tanchoal, mau-grado a pequena quantidade de ossos recolhidos, parece registar-se uma selecção e tratamento diferenciado, valorizando-se o crânio [Vide Silva, em anexo].

dos *in situ* presenciados por arqueólogos), com as urnas distanciadas umas das outras com espólios variáveis (urna, taça e bracelete; urna e taça; urna isolada ou, talvez, com cinco braceletes) [Kalb e Hock, 1981-82: 68]. Noutros, como no Tanchoal, as urnas estariam encostadas umas às outras<sup>29</sup>, cheias de cinzas e carvões [Corrêa, 1936: 133], ignorando-se a distribuição dos braceletes<sup>30</sup> e demais espólio cerâmico (ou outro). A situação de Meijão é ainda pior conhecida.

Nunca saberemos, os motivos subjacentes a essa escolha, mas o que é certo, é que estamos perante uma inequívoca selecção tipológica de artefactos de bronze de entre o diversificado rol que caracteriza o Bronze Final. Foi sugerida como explicação para a numerosa quantidade de braceletes o uso simultâneo de diversos exemplares<sup>31</sup>, de que resultaria um efeito visual similar ao dos braceletes áureos do Álamo (Moura), formados por dez aros lisos, maciços e unidos entre si<sup>32</sup> [Armbruster, Parreira e Correia, 1993: 76].

À plausibilidade de um uso simultâneo de braceletes está subjacente a ideia de que eles constituiriam adereços que, em vida, o morto usava. Não o negamos, mas outras hipóteses podem colocar-se, na tentativa de encontrar, não a resposta mas explicações verosímeis para a existência de sepulturas com braceletes, em número variável, e de outras sem eles. Se admitirmos que só os enterramentos dos mais velhos tinham braceletes, os quais poderiam, simbolicamente, representar cada um dos restantes membros da família<sup>33</sup>, não estaríamos face às poses específicas do morto, mas perante os seus, que com ele, assim,

<sup>29</sup> Sobre este aspecto vide a tentativa de reconstituição de G. Marques [1974: 13 e segs].

<sup>30</sup> É admissível e provável, até pelo exemplo do Cabeço da Bruxa, que umas tumulações possuíssem braceletes e outras não. Por exemplo, dos 172 túmulos da necrópole de El Molar (Tarragona), do séc. Vili-VII a. C., só 42 continham espólio metálico [Castro Martínez, 1994: 102-103].

<sup>31</sup> Como referimos (vide nota 11), o espólio de Alpiarça está disperso por várias instituições. No Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto encontram-se 24 braceletes e 94 fragmentos provenientes do Tanchoal; do Meijão registam-se 5 exemplares inteiros e 91 fragmentos.

<sup>32</sup> A comparação poderia estender-se ao bracelete de Alcludia (Ciudad Real) [Almagro Gorbea, 1977: 55-56] e, de alguma forma também, ao de Coios (Odemira, Beja) e até aos da Sr.<sup>a</sup> da Guia (S. Pedro do Sul), estes de bronze. Em Tanchoal, dois dos braceletes encontram-se unidos por mineralização [Marques, 1974: 29].

<sup>33</sup> Aqui entendida num sentido amplo, reunindo indivíduos do mesmo sangue.

continuavam. Nesta leitura não vislumbramos ricos e pobres, mas um espírito de forte coesão e solidariedade familiares, e de reverência para com os mais velhos<sup>34</sup>. Estamos numa época de uma nova ideologia [Fokkens, 1997: 370], que enfatiza a individualidade sem esquecer o colectivo, revalorizando a sua história territorial<sup>35</sup>.

Os braceletes não terão constituído, necessariamente, mera riqueza amortizada que, na época, conheceu preferencialmente outros destinos e contextos. E por isso infrutífero, mesmo incorrecto, avaliar o poder, a riqueza e o *status* dos indivíduos do Bronze Final através da contabilização e variabilidade dos espólios funerários. Estamos longe do processualismo linear, normativista, que via na variabilidade funerária uma correspondência directa da riqueza e complexidade da sociedade<sup>36</sup>. Se assim fosse, ficaríamos com a ideia de que estamos perante comunidades pobres (pobreza numérica e qualitativa do espólio) e de forte tendência igualitária (monotonia e uniformidade do espólio), o que outros dados contrariam.

A adopção da incineração não constitui uma simples mudança de ritual e de tratamento dos mortos. Envolve também, como sublinha Kristiansen [1998: 25] uma mudança no significado de sepultura e na concepção de riqueza da sepultura. O mundo funerário do Bronze Final não se reduz, pois, às práticas funerárias *strictu sensu*, nem às sepulturas e cemitérios. A sua inteligibilidade depende do conhecimento e entendimento que fazemos de outras práticas rituais e culturais mais abrangentes, mesmo que reconhecíveis nos mais inesperados lugares, expressando muitas vezes a ideia de “pessoas presentes, corpos ausentes” [Vilaça, 1999]<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Permitam-se-nos estas reflexões, embora saibamos quanto diversificadas (e até absurdas aos nossos olhos de ocidentais) são as situações a nível de contextos e rituais funerários em sociedades etnográficas. Por vezes, as posses de que os mortos se fazem acompanhar não constituem riqueza, mas “apenas” o testemunho do que foram (conquistando) através dos “rituais de passagem”, expressando o seu *status* (etário, de género, ou do que hoje se designaria por “estado civil”). Assim, o túmulo de uma rapariga seria diferente do de uma mãe, o de uma mulher casada seria distinto do de uma viúva, etc. (vide, por exemplo, Ucko, 1969).

<sup>35</sup> Neste mesmo sentido pode ser interpretada a necrópole de Paranho com suas cistas individuais abraçadas por círculo de pedras.

<sup>36</sup> Sobre esta linha de análise dos contextos e espólios funerários, vide, por exemplo: Saxe, 1970; Tainter, 1975. Vide ainda discussão do assunto em Vicent Garcia, 1995.

<sup>37</sup> Vide, sobre estes aspectos, Cruz, Gomes e Carvalho, 1998 a e b; Vilaça e Cruz, 1999.

Foi nosso desejo que este texto contribua para um melhor esclarecimento das práticas funerárias das comunidades que habitaram a região de Alpiarça nos finais do II / inícios do I milénios a. C. Assim se poderão precisar algumas ideias para que não se escreva de novo que “otro caso curioso es el de la “necrópolis de incineración” de Alpiarça, de la que no se conocen ni restos de huesos quemados, ni cenizas, ni ajuar” [Ruíz-Gálvez Priego, 1998: 258].

Coimbra, Dezembro de 1999 / Janeiro de 2000.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M. (1952), “La invasión céltica en España”, in *Historia de España* (dir. de R. Menendez Pidal), I (II), pp. 141-240.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977), *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid [Bibliotheca Praehistorica Hispana, vol. XIV].
- ALMAGRO GORBEA, M. (1986-87), “Los Campos de Urnas en la Meseta”, *Zephyrus*, 39-40, pp. 31-47.
- ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R.; CORREIA, V. (1993), “O tesouro da herdade do Álamo”, in *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria*. 1.º voi. *Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Lisboa, SEC/IPM, pp. 74-76.
- ARNAUD, J. M. (1979), “Coroa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora - escavações de 1971/1972”, *Madrider Mitteilungen*, 20, Heidelberg, pp. 56-100.
- ARRUDA, A. M. (1993), “A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular”, *Estudos Orientais*, IV [Os Fenícios no Território Português], Instituto Oriental, 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1994), “A Idade do Ferro no Centro/Sul”, in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. II. *O mundo luso-romano* (coord. de V. S. Gonçalves), Lisboa, Ediclube, pp. 45-68.
- BETTENCOURT, A. M. (1997), “Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. O problema é sempre o de dar o trabalho por terminado, com o pensamento de nunca acabar coisa alguma... (T. Bernhard 1993: 52)”, *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. II, pp. 621-632.
- CALADO, M. (1994), “A cultura de Alpiarça”, in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. II. *O mundo luso-romano* (coord. de V. S. Gonçalves), Lisboa, Ediclube, pp. 360-362.
- CARDOSO, J. L. (1999), “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Almadan*, II série, n.º 8, Lisboa, pp. 138-156.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1998), “Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de S. Domingos (Malpica do Tejo, Castelo

- Branco)", *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 325-345 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CASTRO MARTINEZ, P. V. (1994), *La Sociedad de los Campos de Urnas en el nordeste de la Peninsula Iberica. La necropolis de El Calvari (El Molar, Priorat, Tarragona)*, BAR, IS-592.
- CORRÊA, A. A. M. (1916), "Sobre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silva", *O Archeologo Português*, 21, Lisboa, pp. 331-337.
- CORRÊA, A. A. M. (1924), *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- CORRÊA, A. A. M. (1928), "A Lusitânia pré-romana", in *Historia de Portugal* (dir. de Damião Peres), Barcelos, vol. I, pp. 79-214.
- CORRÊA, A. A. M. (1931), "Note sur le mobilier de sépultures de l'âge du Fer d'Alpiarça", *L Anthropologie*, 4L
- CORRÊA, A. A. M. (1934), "Ribatejanos", *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, n.ºs 37 a 42, Santarém [Separata, 19 pp.].
- CORRÊA, A. A. M. (1936), "Urnenfelder" de Alpiarça", *Anuario de Prehistoria Madrileña*, 4/6, 1933/35, Madrid, pp. 133-137, IV ests.
- CRUZ, D. J. (1997), "A necrópole do Bronze Final do Paranho (Molelos, Tondela, Viseu)", *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 85-109.
- CRUZ, D. J. (1998), "Expressões funerárias e cultuais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a. C.)", *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 149-166 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CRUZ, D. J. (1999), "A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela). Resultados das datações radiocarbónicas", *Estudos Pré-históricos*, 7, Viseu (no prelo).
- CRUZ, D. L.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. M. S. (1998a), "O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5", *Conimbriga*, 37, Coimbra, pp. 5-76.
- CRUZ, D. L.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. M. S. (1998b), "Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação", *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 375-395 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CRUZ, D. L.; VILAÇA, D. J. (1999) "O grupo de *tumuli* da "Senhora da Ouvida" (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos", *Estudos Pré-históricos*, 7, Viseu (no prelo).
- CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. (1998), "A necrópole de Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende)", *Portugália*, n. s., XIX-XX. No prelo.
- FABIÃO, C. (1993), "O passado proto-histórico e romano", in *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, pp. 77-120.
- FERRER PALMA, J. E. (1978), "Serie de pulseras decoradas pertenecientes al Bronce Final, halladas en un enterramiento secundario de la necropolis megalítica de Fonelas", *Baetica*, 1, pp. 181-184.
- FOKKENS, H. (1997), "The genesis of urnfields: economic crisis or ideological change?", *Antiquity*, 71 (272), pp. 360-373.

- JUINGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1968), *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*, Gerb. Mann Verlag, Band 2 - Teil 3, Berlin.
- KALB, Ph. (1995), “Alpiarça”, in *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, pp. 90-93.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1985a), *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Galeria dos Patudos. Catálogo*, Alpiarça, Câmara Municipal de Alpiarça/Casa Museu dos Patudos, Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1987), “O Tejo na zona de Alpiarça (Idades do Bronze e do Ferro)”, in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, pp. 48-52.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1988), “O povoamento pré-histórico de Alpiarça”, *Arqueologia*, 17, Porto, 193-200.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1981-82), “Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979”, *Portugalia*, nova série, 2/3, Porto, 61-69 (versão port, do texto original publicado em *Madrider Mitteilungen*, 21, Heidelberg, pp. 91-100).
- KRISTIANSEN, K. (1998), *Europe Before History*, Cambridge University Press. [New Studies in Archaeology].
- MARQUES, G. (1972), *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*, “Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa”, n.º 13, Porto.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974), “Aspectos da proto-história do território português. 1 - Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 125-148.
- MAYA GONZÁLEZ, J. L. (1992), “Aprovechamiento del medio y paleoeconomía durante las etapas metalúrgicas del Nordeste peninsular”, in *Elefantes, Ciervos y Ovicaprinos* (Moure Romanillo, A. ed.), Universidad de Cantabria, pp. 275-314.
- MEIJIDE CAMESELLE, G. (1996), “La necrópolis del Bronce Inicial del Agro de Nogueira (Piñeiro, Toques, A Coruña) en el contexto funerario de su época”, in *Humanitas. Estudios en Homenaxe ó Prof. Dr. Carlos Alonso del Real*, vol. 1 (Rodríguez Casal, A. coord.), Universidad de Santiago de Compostela, 215-239.
- MOLINA GONZALEZ, F. (1978), “Definición y sistematización del bronce tardío y final en el sudeste de la Península Iberica”, *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 3, pp. 159-232.
- MONTEAGUDO, L. (1965), “Hachas pré-históricas de Europa Occidental”, *Conimbriga*, IV, Coimbra, pp. 11-35.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985), “Las cistas de Gandón (Cangas de Morrazo, Pontevedra)”, *El Museo de Pontevedra*, XXXIX, pp. 79-94.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978), “Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-163.
- PONTE, M. S. (1982), “Uma coleção de fíbulas da Estremadura”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III, série 88, t. 1, Lisboa, pp. 215-222.
- RUBINOS, A. (1999), “Las fechas Carbono-14 del yacimiento de Senhora da Ouvida Ouvida (Castro Daire, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, 1, Viseu (no prelo).

- RUIZ ZAPATERO, G. (1985), *Los Campos de Urnas del NE. de la Península Iberica*, Madrid, Ediciones Universidad Complutense de Madrid, 2 tomos.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997), "Migration revisited. Urnfields in Iberia", in *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change* (ed. M. Díaz-Andreu e S. Keay), London, pp. 158-174.
- RUIZ ZAPATERO, G.; LORRIO, A. J. (1995), "La muerte en el norte peninsular durante el primer milenio A. C.", in *Arqueoloxía da Morte* (Fábregas Valcarce, R.; Pérez Losada, F.; Fernández Ibáñez, C., eds.), Xinzo de Limia, pp. 225-248.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998), *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*, Ed. Crítica, Barcelona.
- SAVORY, H. N. (1951), "A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa", *Revista de Guimarães*, LXI (3-4), Guimarães, pp. 323-377.
- RYCHNER, V. (1979), *L'Age du Bronze Final a Avenier (Lac de Neuchâtel, Suisse). Typologie et chronologie des anciennes collections conservées en Suisse*, "Cahiers d'Archéologie Romande", n.º 15-16, Lausanne.
- SAVORY, H. N. (1974), *Espanha e Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo.
- SAXE, A. A. (1970), *Social dimensions of mortuary practices*, University of Michigan, Ann Arbor.
- SCHUB ART, H. (1965), "Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja*, XXII, pp. 7-88.
- SILVA, A. C. F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (1990), "A primeira Idade do Ferro", in *Nova História de Portugal* (dir. de J. Serrão e A. H. Oliveira Marques). Vol. I. *Portugal. Das Origens à Romanização* (coord. de Jorge de Alarcão), Lisboa, Editorial Presença, pp. 263-288.
- SILVA, A. C. F. (1993), "A Idade do Bronze em Portugal", in *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 237-293.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993), "Extended <sup>14</sup>C database and revised CALIB radiocarbon calibration program", *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J.; BARD, E.; BECK, J. W.; BURR, G. S.; HUGHEN, K. A.; KROMER, B.; MCCORMAC, F. G.; PLICHT, J. v. d.; SPURK, M. (1998), "INTCAL98 Radiocarbon age calibration 24,000 - 0 cal BP", *Radiocarbon*, 40, pp. 1041-1083.
- TAINTER, J. A. (1975), "Social inference and mortuary practices: an experiment in numerical classification", *World Archaeology*, 1 (1), pp. 1-15.
- UCKO, P. J. (1969), "Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains", *World Archaeology*, 1 (2), pp. 262-280.
- VASCONCELLOS, J. L. (1906), "Estudos sobre a época do bronze em Portugal", *O Arqueólogo Português*, XI, Lisboa, pp. 179-189.
- VICENT GARCÍA, J. M. (1995), "Problemas teóricos de la arqueología de la muerte. Una introducción", in *Arqueoloxía da Morte* (Fábregas Valcarce, R.; Pérez Losada, F.; Fernández Ibáñez, C., eds.), Xinzo de Limia, pp. 15-31.
- VILAÇA, R. (1995), *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, Lisboa, IPPAR ["Trabalhos de Arqueologia", 9].

- VILAÇA, R. (1999), “Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior”, *Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda. No prelo.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. (1999), “Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, *Arqueologia*, 24, Porto, pp. 73-99.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943), “La station préhistorique de Goucha (Alpiarça)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 24, Lisboa, pp. 99-108.
- ZBYSZEWSKI, G. (1946), “Étude géologique de la région d’Alpiarça”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 27, Lisboa, pp. 145-267.

## ANEXO

**Tanchoal dos Patudos**  
**(Alpiarça, distrito de Santarém)**  
**Relatório da análise dos restos ósseos**

por *Ana Maria Silva* \*

Pequenos e poucos fragmentos ósseos. Há, claramente, um fragmento craniano que ainda preserva uma porção sutural completamente aberta (indivíduo aparentemente adulto, pela espessura, mas ainda jovem). Este é, de todos os fragmentos, o de maiores dimensões (2,5 cm de comprimento por 1,85 cm de largura). Detectam-se outras esquirolas cranianas menores. É também possível observar alguns fragmentos mínimos do esqueleto pós-craniano, nomeadamente, dos ossos longos, alguns dos quais parecem ter sido submetidos a carbonização, já que há vestígios ténues de fissuras/fendas transversais (visíveis num fragmento). A coloração apresentada não sugere terem sido submetidos a altas temperaturas (cor acinzentada). Por outro lado, a densidade de alguns fragmentos aponta para terem sido sujeitos a combustão. Acrescente-se que há um fragmento que parece estar nitidamente encolhido.

A cremação não terá atingido todo o corpo da mesma maneira, parecendo o crânio a zona menos afectada. Provavelmente o fragmento mais “tipo porcelana” será da bacia, o que indicará que a combustão terá atingido uma temperatura mais elevada nesta zona.

Coimbra, 16 de Julho de 1997.

\* Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

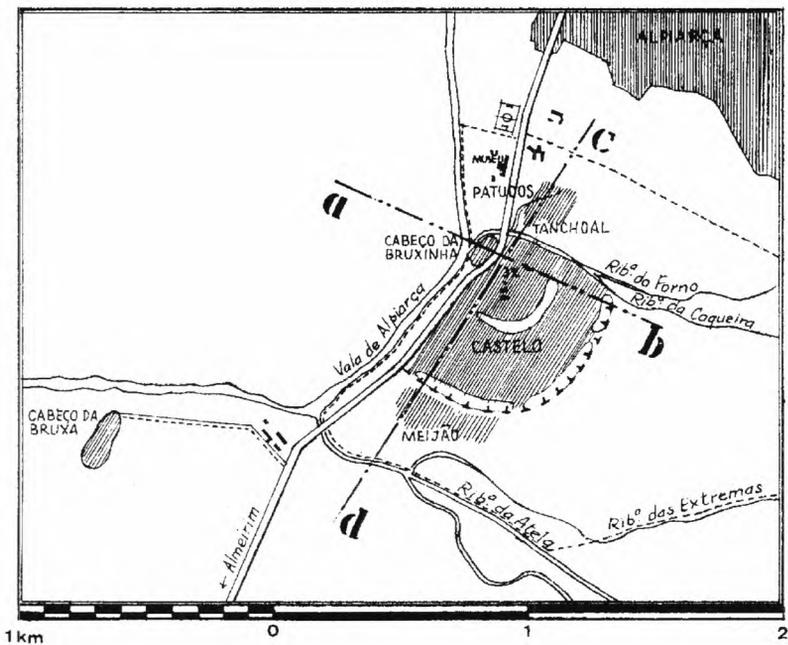


FIG. 1 - Localização das estações arqueológicas de Alpiarça (Marques, 1972).

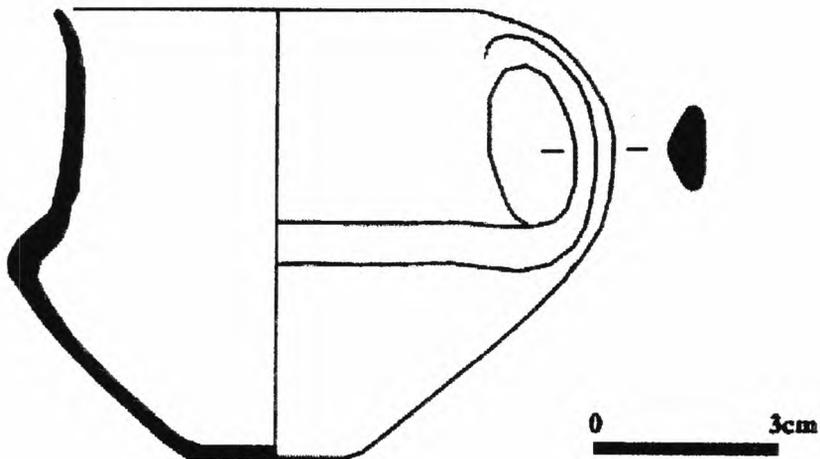
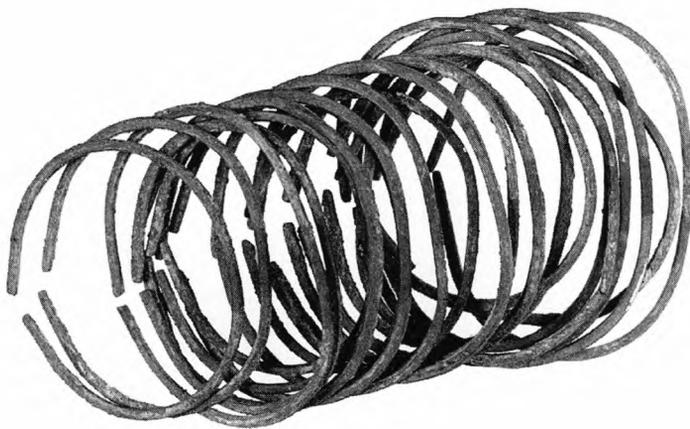


FIG. 2 - Desenho do vaso T 27 .tipo V (Marques, 1972).



EST. I. Vaso T 27 do Tanchoal dos Patudos (Foto de A. Roldão, ICBAS).



EST. II. Braceletes em bronze do Tanchoal (Foto de A. Roldão, ICBAS).

(Página deixada propositadamente em branco)

JAVIER ANDREU PINTADO

Bolseiro de Investigação (CONSID)

Área de Historia Antiga da Faculdade de Letras de Saragoça (Espanha)

MUNIFICENCIA PÚBLICA EN LA *PROVINCIA LVSITANIA*:  
UNA SÍNTESES DE SU DESARROLLO ENTRE LOS SIGLOS I Y IV D. C.  
“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 31-63

RESUMEN: El fenómeno de la munificencia en la provincia romana de *Lusitania* a partir de los testimonios epigráficos. Se repasan las principales motivaciones que movieron a los munificentes a realizar donaciones en beneficio de su comunidad (orgullo cívico; deseo de *celebritas*, *gloria* y *honores*; y gratitud para con la comunidad de origen) y se estudian de forma sintética los diferentes actos munificentes atestiguados, agrupándolos en función de su objeto (donaciones de *opera publica*; auxilios a la *annona*; y organización de *epula*, *sportulae* y *ludi*). Finalmente se procede a una elaboración del perfil del munificente de *Lusitania* y al planteamiento de una serie de conclusiones sobre los parámetros cronológicos y geográficos de dicho fenómeno, comparándolo con su desarrollo en otras provincias del Imperio, y en particular en las otras provincias de *Hispania*.

SUMMARY: The following article studies the munificent behaviour in roman province of *Lusitania* using the epigraphical information. In this article we study the main motivations that munificent people had to donate public gifts for the benefit of their communities (civic pride; *celebritas*, *gloria* and *honores* desire; and gratitude for the community in which they were born) and we study also, in a summarized form, the sort of munificent donations for which we have epigraphical documentation, bringing them together for their object *{opera pu-*

*blica's* donations; *annona's* help; and *epula's*, *sportulae's* and *ludi's* celebrations). Finally, we describe the main features of the *Lusitania's* munificent and reflect on the cronology and geography of this behaviour, comparing his features with the features that the munificent behaviour has in other Roman Empire provinces, particularly in *Hispania's* provinces.

## MUNIFICENCIA PÚBLICA EN LA PROVINCIA LVSITANIA: UNA SÍNTESIS DE SU DESARROLLO ENTRE LOS SIGLOS I Y IV D. C.\*

*A los "Estudiantes da Beira "*

Desde los trabajos de P. Veyne y F. Jacques <sup>1</sup> la investigación sobre el mundo antiguo empezó a detenerse en el estudio de un fenómeno llamado evergetismo o munificencia, característico de las sociedades antiguas y por el cual se entendía el acto por el que los miembros de las élites locales, poseedores de grandes fortunas, entregaban parte de ellas a la comunidad en forma de construcciones públicas (*opera publica*) que mejoraban el ornato urbano; repartos de alimentos y dinero (*epula* y *sportulae*); auxilios al abastecimiento de grano (*annonae*); y organización de fiestas públicas (*ludi*), a cambio de la obtención de fama y prestigio, esencial en su promoción política.

Mientras muchas de las provincias del Imperio contaban con estudios sobre este fenómeno desde época relativamente antigua\* <sup>1 2</sup>, la inves-

\* El presente artículo es tan sólo una síntesis de nuestra Memoria de Licenciatura titulada *Munificencia Pública en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d. C.)*, dirigida por el Dr. Francisco Beltrán Lloris y defendida en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Zaragoza (España) en Marzo de 1998.

<sup>1</sup> VEYNE, P.: *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*, Paris, 1976 y JACQUES, F.: *Le privilège de liberté. Politique impériale et autonomie municipale dans les cités de l'Occident Romain (161-244)*, Roma-Paris, 1984.

<sup>2</sup> Notablemente los casos de la *Gallia* (DRINKWATER, F.: "Gallic Personal Wealth", *Chiron*, 9, 1979, pp. 237-242); *Africa* (DUNCAN-JONES, R. P.: "Wealth and Munificence in Roman Africa", *PBSR*, XXXI, 1963, pp. 159-177 y RAMÍREZ, J. L.: *Gastos suntuarios y recursos económicos de los grupos sociales del Africa romana*, Oviedo, 1981); *Italia* (DUNCAN-JONES, R. P.: "An Epigraphic Survey of Costs in Roman Italy", *PBSR*, XXXIII, 1965, pp. 189-306); y *Germania* (FRÉZOULS, E.: "Évergétisme et construction urbaine dans les Trois Gaules et les Germanes", *Revue du Nord*, LXVI, 1984, 260, pp. 27-54).

tigación sobre este tema en *Hispania* ha sido ciertamente reciente gracias a los trabajos de E. Melchor para la *Baetica* y de M. Navarro para la *Citerior*<sup>3</sup>. La provincia *Lusitania* no contaba con ningún estudio detallado del desarrollo en la misma del fenómeno munificente hasta los trabajos introductorios de J. Andreu<sup>4</sup>, surgidos justo en el momento en que el concepto de evergetismo encontraba una especial validación dentro de la historiografía sobre Antigüedad Clásica al ser eje del X Congreso de Epigrafía Griega y Latina celebrado en Nîmes en 1992<sup>5</sup>.

En el presente trabajo - que sólo pretende ser una síntesis - vamos a acercarnos al porqué (las motivaciones del munificente), al cómo (la tipología de los gastos llevados a cabo por éste), al quién (los protagonistas, los miembros de las élites), al cuándo (la seriación cronológica de dichos gastos), y al dónde (la distribución geográfica de los mismos) del fenómeno munificente en *Lusitania*.

## 1. Motivaciones de los munificentes de *Lusitania*

En todo el mundo romano en general y en *Lusitania* en particular fueron tres las principales motivaciones subyacentes a los actos de evergetismo: el orgullo cívico; el deseo de gloria, honor y recuerdo

<sup>3</sup> MELCHOR, E.: *El mecenazgo cívico en la Bética. La contribución de los evergetas a la vida municipal*, Córdoba, 1994 y NAVARRO, M.: "Les dépenses publiques des notables des cités en Hispania Citerior sous le Haut-Empire", *REA*, XCIX, 1997, pp. 113-127. Ambos trabajos venían a continuar los muy genéricos de MANGAS, J.: "Un capítulo de los gastos en el municipio romano de Hispania a través de las informaciones de la Epigrafía Latina", *HAnt.*, I, 1971, pp. 105-146 y CURCHIN, L. A.: "Personal Wealth in Roman Spain", *Historia*, XXXII, 2, 1983, pp. 227-243.

<sup>4</sup> ANDREU, J.: "Munificencia y munificentes: riqueza y manifestaciones de riqueza de las élites en la provincia Lusitania", en GORGES, J. G., y RODRÍGUEZ, G. (eds.): *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid, 1999, pp. 453-471, en el que se presenta un repertorio de los gastos en materia evergética de los notables de *Lusitania* a través de los testimonios epigráficos, y ANDREU, J.: "Introdução ao estudo da benemerência cívica no Portugal Romano", *Munda*, 36, 1998, pp. 61-74, donde se plantean los límites del comportamiento evergético y se repasan las principales formas de concretarse éste en el territorio actualmente portugués.

<sup>5</sup> CHRISTOL, M. y MASSON, O.: *Actes du Xe Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine, Nîmes, 4-9 octobre 1992*, Paris, 1997, pp. 161-396.

como manifestación de las ansias de promoción política o social; y el agradecimiento de los favores políticos, motivación que va muy unida a la primera de ellas.

#### a) *Orgullo cívico*

Las élites ciudadanas antiguas sentían la ciudad - en la que habían nacido o en la que habían iniciado su carrera política o desempeñado algún cargo público - como algo propio. Desde época griega dicho patriotismo (filopatría<sup>6</sup> <sup>7</sup>), empezó a manifestarse en forma de donaciones que mejoraran su infraestructura por encima incluso de aquélla de la que disfrutaban las ciudades vecinas (*ad aemulationes alterius civitatis*<sup>1</sup>).

Muchas ciudades de *Lusitania* experimentaron una monumentalización considerable a partir de su cambio de estatuto, en un intento de sus notables de situar su comunidad a la altura de las nuevas circunstancias. Así, la generalización del derecho latino con los flavios fue un empujón definitivo a la conducta evergética pues estimuló el afán de muchos notables de embellecer su ciudad<sup>8</sup> dotándola de las infraestructuras necesarias conscientes como eran éstos de que el honor alcanzado por la ciudad exigía el ejercicio de su munificencia<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Para entender a fondo esta motivación son muy útiles: GASCÓ, F.: "Evergetes Philopatris", en FALQUE, E. y GASCÓ, F. (eds.): *Modelos, ideales y prácticas de vida en la Antigüedad Clásica*, Sevilla, 1993, pp. 181-195 (que analiza la filopatría griega) y GIARDINA, A.: "Amor civicus: Formule e imagini delFevergetismo romano nella tradizione epigrafica", en *Atti del Convegno La Terza Età della Epigrafia*, Bolonia, 1988, pp. 67-87 (que estudia las fórmulas epigráficas del tipo *ob adfectionem*, *ob adfectum*, o incluso *ob amorem in cives, in patriam* o *in omnibus civitatis* con las que se homenajea a algunos notables munificentes en el Africa Romana).

<sup>7</sup> *Dig.*, L, 10, 3.

<sup>8</sup> Esta asociación *ius Latii* - desarrollo del evergetismo es habitual en la munificencia hispana como ha estudiado MACKIE, N.: "Urban Munificence and the Growth of Urban Consciousness in Roman Spain", en BLAGG, Th. y MILLET, M. (eds.): *The Early Roman Empire in the West*, Oxford, 1990, p. 184.

<sup>9</sup> LENDON, J. E.: *Empire of Honour: The Art of Government in the Roman World*, Oxford, 1997, pp. 87-88.

Un caso muy evidente lo tenemos en nuestra provincia en la inscripción del conocido *arcus quadrifrons* de *Capera* (HAE, 2574<sup>10</sup> <sup>11</sup>) en la que se nos presenta el *cursus honorum* de un tal *M. Fidius Macer* (adscrito a la *tribu Quirina* como todos los que recibieron la ciudadanía por el *ius Latii*), que había desempeñado un cargo indígena en *Capera* cuando ésta era aún una *civitas stipendiaria* (había sido *magistratus* por tres veces) y, una vez transferida a la misma comunidad una nueva categoría municipal, desempeñaría el *duunvirato* y una prefectura de los artesanos, pagando el arco en que se halla la inscripción. Fue precisamente a partir de la fecha de mundanza del estatuto jurídico de *Capera* cuando ésta empezó una monumentalización desorbitada con gran intervención de la iniciativa privada, que pagó el citado arco con las correspondientes esculturas que lo adornaban (CIL, II, 835) e incluso una obra hidráulica (HEpl, 158).

Al margen de este caso, parece casi seguro que las construcciones religiosas pagadas por *C. Cantius Modestinus* en *Civitas Igaeditanorum* (HAE, 1074 e ILER, 2078), o Midóes (CIL, II, 401 y CIL, II, 402); y el extraordinario auge del fenómeno evergético en la *Olisipo* de la época Julio-Claudia (pago del *proscenium et orchestram cum ornamentis* del teatro de la ciudad por *C. Heius Primus Cato* - CIL, II, 183 construcción de las *Thermae Cassiorum* - CIL, II, 191 pago de una fuente en el *ager Olisiponensis* por el *flamen L. lulius Maelo Caudicus* - CIL, II, 260 o levantamiento de estatuas a Esculapio y Apolo por los *augustales M. Afranius Euporio* y *L. Fabius Daphnus* en el primer caso - CIL, II, 175 - y *M. lulius Tyrannus* - CIL, II, 173 <sup>11</sup> - en el

<sup>10</sup> Las abreviaturas utilizadas para los *corpora* epigráficos aludidos en el texto son: AE: *L'Année Epigraphique*, Paris, 1964-1995; BRDO: BRANDÃO, D. e P.: "Epigrafía romana coliponense", *Conimbriga*, XII, 1972, pp. 41-117; CIL: HÜBNER, E.: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlín, 1869 y *Corpus Inscriptionum Latinarum. Supplementum*, Berlín, 1892; EE: *Ephemeris Epigraphica*, Berlín, 1897; FE: *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, 1982-1997; HAE: *Hispania Antiqua Epigraphica*, Madrid, 1950-1960; HEp: *Hispania Epigraphica*, Madrid, 1989-1993; ILER: VIVES, J.: *Inscriptiones latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971; ILS: DESSAU, H.: *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlín, 1954; IRB: MARINER, S.: *Inscriptiones Romanas de Barcelona*, Barcelona, 1973; IRCP: ENCARNACÃO, J. d': *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984; y RIT: ALFÖLDY, G.: *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, Berlín, 1975.

<sup>11</sup> Véase Foto n.º 1. Debido a que ya existen otros trabajos con el material fotográfico adecuado (especialmente el IRCP y ANDREU, J.: *op. cit.*) remitimos a ellos para la consulta del material documental e incluimos en el presente trabajo sólo

segundo) tuvieron que ver con una mejora de los estatutos jurídicos de dichas poblaciones<sup>12</sup>.

b) *Deseo de celebritas, gloria y honores*

Como ya hemos apuntado antes, el comportamiento munificente estuvo presidido por un afán clarísimo de obtención de fama y prestigio en el ámbito de una comunidad, muchas veces con fines electorales. La concreción preferida de dicha fama - al margen del acceso a alguna magistratura - fue la erección por parte de la comunidad de inscripciones honoríficas en las que se reconocieran los méritos del evergeta para con la ciudad, y que tuvieron en la fórmula *ob merita* su mejor representación.

En *Lusitania* fueron varios los individuos homenajeados por la comunidad por diferentes motivos presumiblemente relacionados con su buen hacer para con ella<sup>13</sup>. Dado que la obtención de un homenaje de este tipo (fuera una estatua o la concesión de un lugar gratuito para la sepultura) colmaba todas las ansias de propaganda, fama y *existima-*

fotografías de aquellas inscripciones que no hubieran sido editadas antes con suficiente calidad, siguiendo así una sugerencia del Dr. José d'Encarnaçao (Universidade de Coimbra) al que agradecemos desde aquí sus amables consejos y orientaciones.

<sup>12</sup> Sobre el caso de Midões y la *Civitas Igaeditanorum* véase: MANTAS, V.: "Orarium donavit igaeditanis: Epigrafía e funções urbanas numa capital regional lusitana", en *Actas del Primer Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1988, pp. 415-441 y "Evergetismo e culto oficial: o constructor de templos C. Cantius Modestinus", en MAYER, M. (dir.): *Religio Deorum*, Sabadell, 1993, pp. 227-250. Sobre la mudanza de estatuto de *Olisipo* y su relación con el auge del evergetismo véase: ANDREU, J.: "Thermae Cassiorum: ocio y evergetismo en la *Olisipo* tardoantigua", en *11 Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía: Ocio y Espectáculos*, Alcalá de Henares, 15-17 de Octubre de 1997, (en prensa).

<sup>13</sup> *S. Eurnius Iulianus* por el *ordo Emeritensium ob merita* en *Augusta Emerita* (AE, 1952, 116); *C. Iulius Pedo* por la *pieps ob rem publicam bene administratam in Pax Iulia* (IRCP, 239); *L. Marcius Pierus* por los *amici ob eius merita* también en *Pax Mia* (IRCP, 241); *L. Cornelius Bocchus* por la *colonia Scallabitana ob eius merita in coloniam* (IRCP, 185); *L. Iunius Philo* por *decreto decurionum ob memorandum meritum in rem publicam et plebem suam* (IRCP, 186); y *L. Porcius Hime rus* por la *pieps ob merita* (IRCP, 187), estos tres últimos en *Salada*.

tio de los notables <sup>14</sup> <sup>15</sup>, en algunas ocasiones éstos o sus familiares, satisfechos por el honor recibido de la comunidad (*honore contenti*) decidieron pagar de su bolsillo dichos homenajes (*impensam remiserunt*), aumentando así su consideración de cara a la comunidad, comportamiento muy bien documentado en la *Baetica* <sup>15</sup> y que en *Lusitania* lo tenemos testimoniado en *Augusta Emérita* (donde los *parentes* de *Annia Pic...* pagan el *locum sepulturae* que el *ordo decurionum* había otorgado gratuitamente a aquélla - AE, 1971, 144); en *Norba* (donde *Avitus Moderatus* paga el homenaje a su esposa *Avita* sufragado por la *Respublica Norbensis* - CIL, II, 818); en *Myrtilis* (donde *L. Helvius Flavianus* paga su propio homenaje - IRCP, 97); en *Pax Mia* (*L. Marcius Pierus* paga con su dinero una estatua levantada por sus *amici* - IRCP, 241); en *Salada* (*L. Porcius Himerus* paga el *titulus* que le levantaron sus *amici* - IRCP, 187) y en *Colippo* (*JL. Sulpicius Claudianus* paga un homenaje decretado a *Laberia Galla* consistente en una *statua* y un *locum sepulturae* gratuito - CIL, II, 339)<sup>16</sup>.

Además de este deseo de *gloria* y de *honores*, en muchas ocasiones, detrás de las evergesías de muchos individuos hubo un gran afán de recuerdo, de *celebritas* que, como sabemos, fue una de las grandes preocupaciones de los pueblos del mundo actual y aún de los actuales. Sólo en respuesta a ese afán se explican algunas actuaciones evergéticas de tipo testamentario o fundacional.

En *Lusitania* (concretamente en *Mirobriga*), por ejemplo, contamos con el caso de *C. Attius Ianuarius*, que dispuso en su testamento la

<sup>14</sup> Sobre la carga ideológica de la estatuaria en época romana son muy útiles los trabajos de HÖLSCHER, T.: *Monumenti Statali e Pubblico*, Roma, 1994 y especialmente GREGORY, A. P.: "Powerful images": responses to portraits and the political uses of images in Rome", *JRA*, 7, 1994, pp. 81-99.

<sup>15</sup> DARDAINE, S.: "Le formule épigraphique *impensam remisit* et l'évergétisme en Bétique", *MCV*, XVI, 1980, pp. 39-55. Nótese que en *Hispania* la mayoría de los testimonios de este comportamiento munificente pertenecen a la parte meridional, a la *Baetica*, padrón que sigue presente también en *Lusitania*, donde se encuentran en el *conventus Pacensis* la mayoría de las donaciones.

<sup>16</sup> Tenemos, por lo tanto, en *Lusitania* más ejemplos de los que hasta ahora se habían señalado. MELCHOR, E.: *op. cit.*, p. 142, n. 109 recoge sólo tres ejemplos de nuestra provincia, concretamente los de *Salada*, *Myrtilis* y *Emerita*. Por su parte, DARDAINE, S.: *op. cit.*, p. 41 omite los de *Emérta* y *Norba* pero añade los de *Pax Iulia* y *Colippo*.

celebración de cinco días de fiesta en su memoria, que fueron llevados a cabo por su heredero *Fabius Isas* (IRCP, 144). La persona que llevaba a cabo una donación de este tipo perpetuaba su memoria como difunto. A veces incluso eran los herederos los que se aprovechaban de la coyuntura y realizaban banquetes con motivo de dedicaciones de estatuas u homenajes a familiares suyos difuntos, como *Manlia Faustina* en *Balsa* (IRCP, 79), que levantó un homenaje (posiblemente postumo) a su hermano *T. Manlius Faustinus* y lo hizo acompañar de un *epulum* que garantizara asistencia de público a dicha dedicación en la que ella iba a asociarse a su hermano en tanto que miembro de la élite por el cargo de *duovir* que había desempeñado en dos ocasiones<sup>17</sup>.

Un deseo de *celebritas* muy claro acompañó a algunas donaciones de obras públicas. Era bastante frecuente que los evergetas dieran su nombre a la construcción que habían sufragado. En este sentido, la legislación romana<sup>18</sup> prohibía cambiar el nombre de dicha construcción en ulteriores restauraciones y modificaciones de la misma si en él se recordaba al primitivo donante. Una inscripción de *Olisipo* documenta muy bien este aspecto, en ella (CIL, II, 191) se lleva a cabo una restauración desde los cimientos (*renovatae a solo*) de un complejo termal conocido como *Thermae Cassiorum*, esto es, las Termas de los Casios, siendo los *Cassii* una de las familias más influyentes de la ciudad en época altoimperial y que seguramente habría construido las termas con su dinero<sup>19</sup>. Dicha restauración se llevó a cabo en el año 336 d. C. bajo el mandato del *praeses provinciae Lusitaniae*, *Numerius Albanus*. Sin embargo, a pesar del tiempo transcurrido desde su construcción y de que la restauración debió alterar por completo la estructura original del edificio se mantuvo el nombre de ésta en recuerdo de sus primitivos constructores.

<sup>17</sup> Sobre la costumbre de vincular los *epula* a *dedicationes* de estatuas u homenajes, véase: HOYO, J. del: “Un aspecto socio-económico de la Bética: los epula”, en *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía, Córdoba, 1988, volumen II*, Córdoba, 1993, p. 85.

*Dig.*, L, 10, 7.

<sup>19</sup> Sobre los *Cassii* véase: LOYZANCE, M.: “A propos de M. Cassius Sempronianus Olissiponensis diffusor olearius”, *REA*, LXXXVIII, 1986, pp. 273-274.

c) *Gratitud para con la comunidad de origen*

Aunque la investigación apenas se ha detenido en esta motivación<sup>20</sup> que podríamos llamar “evergetismo agradecido”, en algunas ocasiones, detrás del comportamiento munificente de un determinado individuo se percibe el deseo de éste de mostrar su gratitud para con la comunidad de la que ha recibido determinados favores. La remisión a las arcas municipales de los gastos del homenaje que el Senado local ha decretado a un individuo y los actos de generosidad de los *patroni* para con las ciudades objeto de su patronazgo serían dos ejemplos muy claros de gratitud como razón de ser del comportamiento evergético, alguna de las cuales ya ha sido analizada.

En definitiva, pues, este “evergetismo agradecido” sería aquel motivado por la recepción de un *honos* y de un modo muy especial por su conexión con el orgullo cívico - aquel que se desarrollaba cuando el munificente tenía especiales atenciones con la comunidad en que había nacido o con aquélla en la que había iniciado su andadura política. Caso habitual de este extremo es el de los *Tamines o flaminicae provinciae*, la mayor parte de los cuales, antes de desempeñar su magistratura a escala provincial lo habían hecho a escala local. Así, solían agradecer con sus donaciones evergéticas para con la comunidad en la que habían empezado su carrera los cargos que habían disfrutado hasta entonces. Los casos lusitanos de *Flavia Rufina* (IRCP, 183) que dona una monumental ara a *iuppiter Optimus Maximus* en *Salada* cuando era *flaminica provinciae*, dado que antes había sido *flaminica coloniae Emeritensis et municipii Salaciensis*; y de *L. Cornelius Bocchus* (IRCP, 189) que paga una construcción forense en *Salacia*, de donde sería originario son especialmente representativos.

Resumiento, con un acto evergético el munificente ganaba en popularidad y respeto, validaba la condición de élite de sus familiares que se beneficiaban indirectamente de la gloria obtenida por éste, y además se mejoraba sensiblemente la situación de la ciudad en la que se concretaban dichas actuaciones<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> LENDON, J. E.: *op. cit.*, p. 87.

<sup>21</sup> Un texto de Plinio (PLIN., *Ep.*, V, 11) lo refleja muy bien: *Gaudeo primum tua gloria cuius, ad me pars aliqua pro necessitudine nostra redundat; deinde quod memoriam soceri mei pulcherris operibus video proferri; postremo quod patria nostra florescit.*

## 2. Principales manifestaciones de la munificencia cívica en *Lusitania*

Siguiendo una clasificación externa de los actos de munificencia, esto es, una clasificación que agrupe las actuaciones munificentes en función del resultado de las mismas y no en relación a la motivación por la que se produjeron<sup>22</sup>, podremos concluir que el evergetismo, en *Lusitania*, cubrió las necesidades de construcción y ornamentación pública (teatros, templos, termas, edificios cívicos, estatuas...); de esparcimiento (*ludi*); de alimentación básica (*annonae*); y de distribución de presentes y alimentos (*sportulae* y *epula*), por otra parte las mismas que cubrió en el resto de *Hispania*.

### a) *Munificencia sobre opera publica*

Complementando los gastos en embellecimiento urbano llevados a cabo por parte del emperador y de las arcas municipales <sup>23</sup>, los miem-

<sup>22</sup> A la hora de clasificar los actos evergéticos, E. Melchor ha planteado una distinción entre el evergetismo movido por motivaciones políticas - evergetismo "político" - y el movido por el deseo de ostentación de los notables y el anhelo de mantenimiento de sus acciones munificentes en la memoria cívica colectiva - evergetismo "privado". En el primero cobraron cierta importancia las donaciones hechas como consecuencia del cumplimiento de promesas electorales (evergetismo *ob honorem*), que estaban sujetas a un compromiso legal asumido por quien prometía desarrollarlas. En cualquier caso, los magistrados, una vez en el ejercicio de su poder podían desarrollar otro tipo de donaciones ya no marcadas por la existencia del citado compromiso y más próximas al concepto de evergetismo "privado" (evergetismo *ob liberalitatem*). Para los fundamentos de esta clasificación, véase: MELCHOR, E.: *op. cit.*, pp. 44 y 60; MELCHOR, E.: *La munificencia cívica en el mundo romano*, Madrid, 1999, pp. 27-30; y MELCHOR, E.: "Élites municipales y mecenazgo cívico en la Hispania Romana", en RODRÍGUEZ NEILA, J. F., y NAVARRO, F. J.: *Élites y promoción social en la Hispania Romana*, Pamplona, 1999, p. 224.

<sup>23</sup> La participación de la iniciativa imperial en materia de construcción pública está bien testimoniada en *Lusitania*, especialmente en ciudades privilegiadas como la propia capital provincial, *Augusta Emérita* (donde Agripa y Augusto construyen el teatro - CIL, II, 473, el anfiteatro - AE, 1959, 28, y una conducción hidráulica - HIENNARD, J. y ÁLVAREZ, J. M<sup>a</sup>: "Aqua Augusta: una inscripción en letras de bronce de Mérida", *Sautuola*, III, 1982, pp. 221-229; Trajano embellece el teatro con un *sacrarium Larum et imaginum* - HEp 4, 167; Adriano restaura su *proscenium* tras un incendio - CIL, II, 478 - y Constantino I lo reforma - AE, 1935, 4; y Constantino I y II acometen diferentes reformas en el circo - AE, 1975, 473; CIL, II, 482 e ILER,

bros de las élites gastaron en *Lusitania* parte de sus fortunas en ornamentar sus ciudades con edificios públicos, movidos por las motivaciones antes indicadas.

De las setenta y dos donaciones de *opera publica* que conocemos en *Lusitania*, es la donación de estatuas el acto de munificencia más habitual (véase Tabla I)<sup>24</sup>. En unas ocasiones, como ya vimos, los notables locales pagaban con su dinero estatuas que habían sido decretadas por el *ordo* de sus comunidades; otras veces algunos particulares homenajearon a otros movidos por lazos familiares (por ejemplo *L. Iulius Modestus* que homenajea a su mujer *Iulia Varilla* con una *statua cum basi* en *Civitas Igaeditanorum* - ILER, 1772<sup>25</sup>), clientelares (los libertos *T Manlius Eutyches* y *T Manlius Eutychio* que aparecen entre los *amici* dedicantes de la inscripción a *T Rutilius Tuscillianus* de *Balsa* - IRCP, 80<sup>26</sup> - remontando la filiación del mismo hasta la segunda generación haciendo constar en el epígrafe su condición de *nepos Titi Manlii Martialis* para así dichos libertos entroncarse por vía familiar con el homenajeadado), o incluso por muestras de admiración o agradecimiento (como los *liberti et familia* que homenajean en *Colippo* a *L. Antonius Ursus*, que presumiblemente sería su *patronus* - BRDO, IX).

2056) o la capital del *conventus Pacensis, Pax Iulia* (donde Augusto construye *muros, turres et portas* para la ciudad - FE, 29, 131 - y paga otra obra pública indeterminada - IRCP, 292). La participación de la iniciativa municipal en este terreno también está bien testimoniada a través de la epigrafía en nuestra provincia, así, los *Municipia Provinciae Lusitaniae* pagan a través de una *conlatio stipis* el Puente de Alcántara (CIL, II, 760); la *Res Publica Balsensium* paga un edificio de la ciudad de *Balsa*, tal vez el circo (IRCP, 75); el *ordo* de *Ossonoba* algún edificio monumental indeterminado (IRCP, 13) y los *Assaniacenses* construyen una vía vecinal en Numão (PE, 11, 1985).

<sup>24</sup> Si bien por su coste y su volumen se trata de donaciones que palidecen con respecto a las que trataremos más adelante, no debemos olvidar que éstas son también obras públicas en tanto que contribuían al ornato del espacio ciudadano y que de ellas se beneficiaba toda la comunidad, que gozaba del placer estético de contemplar sus calles y plazas públicas adornadas por estatuas. Al respecto de la consideración de las estatuas como obras públicas véase: PICARD, CH.: *La civilisation de VAfrique Romaine*, París, 1959 y RAMÍREZ, J. L.: *op. cit.*, p. 125.

<sup>25</sup> Véase Poto n.º 2.

<sup>26</sup> Véase Poto n.º 3.

**TABLA I: MUNIFICENCIA SOBRE OPERA PÚBLICA EN LUSITANIA**

TIPO DE OBRA REALIZADA	NÚMERO DE TESTIMONIOS	PORCENTAJE (Sobre 72 donaciones)
Edificios religiosos y templos	11	15,3%
Edificios de espectáculos	4	5,5%
Termas y obras hidráulicas	8	11,1%
Pórticos, arcos y forenses	3	4,1%
Objetos de equipamiento	2	2,7%
Construcc. indeterminadas	7	9,7%
Estatuas	37	51,3%

Aunque lo más frecuente sean las dedicaciones de estatuas a particulares pagadas por otros particulares<sup>27</sup> no faltan dedicaciones de estatuas a divinidades y al emperador. En las primeras <sup>28</sup> abundan como dedicantes los sacerdotes, ya sean del culto imperial (*Flavia Rufina, flaminica*, que la dedica a *Iuppiter Optimus Maximus en Salada* -

<sup>27</sup> Conocemos un total de trece gastos en estatuas dedicadas a particulares en *Lusitania*. Al margen de los casos ya citados tenemos gastos de este tipo en Alburquerque (CIL, II, 724), *Capera* (CIL, II, 835 y CIL, II, 813), *Civitas Igaeditanorum* (HAE, 1077) y *Augusta Emerita* (ILER, 1558) en el *conventus Emeritensis*; en *Metalum Vipascense* (IRCP, 121), *Mirobriga* (IRCP, 151), *Ossonoba* (IRCP, 8) y *Paxlulia* (IRCP, 237) en el *conventus Pacensis* y en *Olisipo* (CIL, II, 196) en el *conventus Scallabitanus*. En nuestro *corpus* sólo hemos recogido aquellas inscripciones que con seguridad formaron parte de pedestales de estatua, ya sea porque contamos con fehacientes estudios sobre el soporte o porque éste conserva en su parte superior el hueco para anclar la estatua en cuestión. También la referencia a términos como *signum* o *statuam* en la inscripción nos da una idea de que el homenaje se concretó bajo la forma de una estatua. Una vez efectuada dicha selección hemos seguido los criterios de MELCHOR, E.: *El mecenazgo...*, p. 175 que deja fuera las fueranas, aunque sí hemos introducido las dedicadas por colectivos, que él no incluye.

<sup>28</sup> Contamos con trece dedicaciones de estatuas a divinidades en *Lusitania*: en *Capera* (AE, 1946, 15) y *Augusta Emerita* (CIL, II, 5261; AE, 1919, 86; AE, 1919, 87; HAE, 1637 y CIL, II, 464) en el *conventus Emeritensis*; en *Salada* (IRCP, 183), *Ebora* (IRCP, 60) y *Vila-Viçosa* (IRCP, 486) en el *conventus Pacensis*, y en *Olisipo* (HAE, 648; CIL, II, 173 y CIL, II, 175) y *Sellium* (CIL, II, 332) en el *conventus Scallabitanus*. En la selección de las fuentes hemos dejado fuera - siguiendo los criterios de MELCHOR, E.: *op. cit.*, p. 177 - aquéllas que por la presencia de la fórmula *ex voto* nos parecen más movidas por deseos de piedad que por deseos de ostentación.

IRCP, 183; *M. Iulius Tyrannus, augustalis*, a Apolo en *Olisipo* - CIL, II, 173<sup>29</sup> o *M. Afranius Euporio* y *L. Fabius Daphnus* a Esculapio también en *Olisipo* - CIL, II, 175) o del culto mitraico (como *G. Accius Hedychrus* que dedica una a Mitra y otra a Océano - AE, 1919, 86 e HAE, 1637 - en *Augusta Emerita*); en las segundas tenemos sobre todo a *duoviri* (como *Q. Licinius Saturnium* y *L. Mummius Pomponianus* que homenajean a *Domitia Augusta* en *Metellinum* - CIL, II, 610) o a sacerdotes dei culto imperial (como *C. Arrius Optatus* y *C. Iulius Eutichus* que homenajean al *divus Augustus* en *Olisipo* - CIL, II, 182) aunque el *corpus* de testimonios es muy reducido para sacar conclusiones a este respecto<sup>30</sup>.

Entrando en los actos munificentes sobre *opera publica* de mayor embergadura fueron los templos los edificios más comunmente pagados por los particulares. Parece que la piedad personal fue la motivación principal que llevó a los munificentes a gastar dinero en este tipo de construcciones<sup>31</sup>. Tal como sucede en el resto de *Hispania* la casi absoluta totalidad de las inscripciones documentan construcciones íntegras de un templo y sólo una de ellas hace referencia al embellecimiento de una construcción ya preexistente o a algún trabajo de restauración de la misma (EE, IX, 48 de *Augusta Emerita*) que afectaría a sus elementos sustentantes (*tectum et columnas*).

Entre los munificentes tenemos desde miembros del *ordo equester* (como *Vettilla Paculi*, que parece fue la esposa del *praeses provinciae Lusitaniae* *L. Roscius Paculus* y que paga un Templo de Marte en *Augusta Emerita* - CIL, II, 468) o individuos de proverbial riqueza (como *C. Cautius Modestinus* que paga en *Civitas Igaeditanorum* un *Templum Veneris* - HAE, 1074 - y un *Templum Marti* - ILER, 2078; en Midóes un *Templum Genio Municipii* - CIL, II, 401; y un *Templum Victoriae* - CIL, II, 402)<sup>32</sup> a otros de clara filiación indígena como

<sup>29</sup> Véase Foto n.º 1.

<sup>30</sup> Contamos con un total de seis donaciones de estatuas al emperador en *Lusitania* sufragadas por particulares, de ellas, dos son obra de *duoviri* (CIL, II, 610 de *Metellinum* y CIL, II, 693 de *Norba*), dos de individuos ligados al culto imperial (CIL, II, 41\* de *Conimbriga* y CIL, II, 182 de *Olisipo*), una de un militar (CIL, II, 5232 de *Colippo*) y otra de una *liberta* (HAE, 696 de *Augusta Emerita*)

<sup>31</sup> LE GLAY, M.: "Évergétisme et vie religieuse dans l'Afrique Romaine", en *Actes del Colloque L Afrique dans l'Occident Romain (le siècle av. J.C.-IVe siècle ap. J. C.)*, Rome 3-5 décembre 1987, Roma, 1990, p. 80.

<sup>32</sup> Sobre *Vettilla Paculi* véase: LEÓN, M<sup>a</sup>. P.: "Los relieves del templo de Marte

*Vicanus Boati fī*, que construye en *Salada* (IRCP, 184) entre los años 5 ó 4 a. C. un templo del culto imperial. No faltan tampoco los gastos debidos a *hospites* (como *C. iulius Glaber* que paga un templo en *Augustobriga* - CIL, II, 5346) y a sacerdotes del culto imperial (como la pareja de *seviri* que pagan *ob honorem seviratus* un templo del culto imperial en *Ossonoba* - IRCP, 11).

Si la mayoría de los templos fueron pagados enteros por los munificentes, éstos prefirieron pagar sólo partes concretas de ios edificios de espectáculos, práctica también muy habitual en el mundo romano <sup>33</sup> ya que solía ser el emperador el que se hacía cargo de estas construcciones por el elevado coste de las mismas <sup>34</sup> pagando ellos, por lo tanto, determinadas medidas del *podium* del circo (*centum pedes* en los casos de *C. Licinius Badius* - IRCP, 11 - y *T Cassius Celer* - IRCP, 76 - de *Balsa*), una bancada de asientos del teatro (el *subsellium* pagado por *Aulus Castrius Philon* en *Ebora* - HEp 4, 1059) o amplias partes del edificio (como el *proscenium et orchestra cum ornamentis* que el *augustalis perpetuus C. Heius Primus Cato* paga en *Olisipo* - CIL, II, 183).

Tampoco parecen completas, por el extraordinario coste que subyacía a ellas y a su mantenimiento, las donaciones de acueductos testimoniadas en *Lusitania*, concretamente en *Augusta Emerita* (donde *Pompeius Frontinus* entregó dinero - *de sua pecunia* - para financiar un *opus novum* - EE, IX, 49) y en *Capera* (donde un tal *Albinus* paga un *Aqua Augusta* que seguramente fue sólo un *castellum aquae* o las *arquationes* de uno de los lados del acueducto - HEp 1, 158)<sup>35</sup>.

en Mènda”, *Hab is*, 1, 1970, pp. 194-196 y GARCÍA IGLESIAS, U.: “Aportación prosopográfica: los Roscios hispánicos”, *HAnt.*, VII, 1977, pp. 91-92. Su relación con *L. Roscius Paculus*, sin embargo ha sido últimamente puesta en duda por CABALLOS, A.: *Los senadores hispanorromanos y la romanización de Hispania (s. I-III) I: Prosopo grafía*, Écija, 1990, p. 290 y SAQUETE, J. C.: *Las élites sociales de Augusta Emerita*, Mérida, 1996, pp. 95 y 97-98. Sobre *C. Cantius Modestinus* véase: MANTAS, V.: *op. cit.*

<sup>33</sup> Al respecto de la misma en los circos véase: HUMPHREY, H. J.: *Roman Circuses. Arenas for Charriot Racing*, California, 1986, p. 380. Sobre ésta en los teatros hay abundante documentación en la epigrafía latina: ILS, 5637, 5640, 6581, 6582b y c (pagos de la *orchestra*) o 3362, 4316, 5640 y 5646 (pagos del *proscenium* o del *proscenium cum tribunali*).

<sup>34</sup> Véase nota 23.

<sup>35</sup> El carácter de obra hidráulica de la donación de *Augusta Emerita* viene siendo defendido desde los trabajos de HÜBNER, E.: “Nouvelles inscriptions latines d’Emerita Augusta en Espagne”, *Bulletin Hispanique*, II, 1900, pp. 73-77 y MÉLIDA, J. R.: *Catálogo Monumental de Badajoz*, Madrid, 1925, p. 213. Sobre la tipología de la donación

Siguiendo una práctica bastante habitual en el mundo romano y bien testimoniada en *Hispania*<sup>36</sup>, *Aulus Plautius Decianus* habría pagado una conducción de aguas a las termas de São Pedro do Sul o cualquier otra obra destinada a garantizar el abastecimiento de agua a dicho edificio<sup>37</sup>, al igual que presumiblemente lo habría hecho *C. Ceius Eros* en las termas públicas de *Conimbriga*<sup>38</sup>.

Además de estas cuatro obras hidráulicas, en *Lusitania* contamos con una donación de termas (las *Thermae Cassiorum* de *Olisipo* - CIL, II, 191) por una de las familias más influyentes de la ciudad y con dos fuentes pagadas una por un *flamen divi Augusti* en el *ager Olisiponensis* (CIL, II, 260) y otra por un tal *Severus Vituli f* en Midões (CIL, II, 50\*).

Tal como sucede en los *fora* de otras ciudades hispanas, en nuestra provincia fueron los individuos más influyentes de la ciudad los que pudieron pagar edificios que formarían parte de los mismos. Así, *L. Cornelius Bocchus* - que desempeñó el sacerdocio del culto imperial e incluso alcanzó el *ordo equester* en su promoción política llegando

de *Capera* véase: STYLOW, A. U.: "Apuntes sobre epigrafía de época flavia en Hispania", *Gerión*, 4, 1986, p. 306.

<sup>36</sup> Para los casos hispanos de gastos evergéticos destinados a pagar parte de las obras hidráulicas vinculadas a un conjunto termal, véase: ANDREU, J.: "Evergetismo edilicio sobre termas en Hispania", en *Actas Coloquio Internacional Termas Romanas en el Occidente del Imperio, Gijón, 1-3 de Diciembre de 1999* (en prensa).

<sup>37</sup> La inscripción en cuestión fue editada por: BRANDÃO, D. de P.: "Inscrições Romanas do Balneum de Lafões", *Beira Alta*, 19, 1959, pp. 229-233. Para un comentario de la misma véanse: ALARCÃO, J.: *Roman Portugal. Volume II*, Warminster, 1988, 56 e VAZ, J. L. INÈS: *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, I, Coimbra, 1997, 285-286.

<sup>38</sup> Para la inscripción véase: ALARCÃO, J., y ETIENNE, R. (dirs.): *Fouilles de Conimbriga. IL Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976, 38-40, n.º 18. Recientemente CORREIA, V. H., y MIGUEL, M. P. DOS REIS: "As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana", en *Actas Coloquio Internacional Termas Romanas en el Occidente del Imperio, Gijón, 1-3 de Diciembre de 1999* (en prensa), apuntaron la posibilidad de que *C. Ceius Eros* hubiera estado ligado a la construcción de las termas o de parte de las mismas como evergeta, aunque este hecho es sólo probable. A favor de dicha argumentación está que la inscripción es de gran monumentalidad y parece destinada a ser colocada en un lugar preeminente de dichas termas o sobre cualquier otra obra hidráulica que él hubiera sufragado. Sólo así se explicaría la no mención en la inscripción del tipo de obra realizada, entendiendo que el epígrafe estaba colocado sobre la misma. Agradecemos desde aquí al Dr. Virgílio H. Correia los datos que nos ha facilitado recientemente sobre esta inscripción.

a ser *praefectus Caesarum* - y *Iulia Modesta* - que fue *flaminica* - pagaron un edificio público indeterminado y una restauración de las puertas en *Salada* (IRCP, 189) y *Bobadela* (CIL, II, 397) respectivamente. Sabemos que el foro era el centro neurálgico de toda comunidad romana y por ello el espacio en el que se daban cita las edificaciones más importantes de la ciudad y donde también se colocaban las estatuas de los notables de la misma. Para estos dos evergetas, pagar de su bolsillo parte de estos edificios garantizaría su presencia en la memoria cívica de los ciudadanos que - a través de los edificios donados y de las inscripciones conmemorativas de dichas donaciones - siempre recordarían la generosidad de ambos ciudadanos que habían contribuido a embellecer la comunidad en una de sus partes esenciales.

En consonancia con la importante promoción política de su constructor - *M. Fidius Macer* que fue *magistratus*, luego *duovir* y *praefectus fabrum* en *Capera* - está el *arcus quadrifrons* por él donado en dicha ciudad (HAE, 2574), único desembolso de este género testimoniado en *Hispania*. La participación de la iniciativa privada en la monumentalización de las ciudades de nuestra provincia se completa con la donación de un mosaico para embellecer una estancia pública - tal vez una *schola* para los *navicularii Ossonobenses*<sup>39</sup> - por parte de los *quattuorviri* de *Ossonoba* (IRCP, 35) y la de un reloj (*orarium*) en la *Civitas Igaeditanorum* por un tal *Q. Tallius*, presumiblemente emigrado desde la capital, *Augusta Emerita*, y que habría llegado a esta ciudad al abrigo de algún pacto de hospitalidad en una fecha muy temprana, el año 16 a. C. (ILER, 2082), lo que convierte esta donación en la más temprana de las que conocemos en *Lusitania*<sup>39 40</sup>.

<sup>39</sup> MANTAS, V.: "As *civitates*: esboço da geografia política e económica do Algarve romano", en FARIA, A. Marques de, y BARATA, M. F. (coords.): *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, 1997, p. 522.

<sup>40</sup> ETIENNE, R.: "L'horloge de la *Civitas Igaeditanorum*", *REA*, XCIV, 1992, p. 357. No entramos a fondo con las siete donaciones de obras públicas indeterminadas de las que tenemos testimonio epigráfico en *Lusitania*, en concreto en *Casar de Cáceres* (HEp2, 211) y *Restituta Iulia* (HEp4, 140) en el *conventus Emeritensis*, en *Ebora* (IRCP, 384), *Myrtilis* (IRCP, 103), *Ossonoba* (IRCP, 9) y *Pax Iulia* (IRCP, 245) en el *conventus Pacensis*, y en *Porto de Mós* (FE, 46, 208) en el *conventus Scallabitanus*.

b) *Munificencia y organización de ludi*

Las necesidades de diversión y esparcimiento de la comunidad cívica fueron otra de las cubiertas habitualmente por el evergetismo aunque en *Lusitania* sólo contamos con dos testimonios de *ludi* organizados por particulares (IRCP, 73 de *Balsa* e IRCP, 144 de *Mirobriga*) a los que habría que añadir los *ludi scaenici* organizados por Adriano para acompañar a la restauración del teatro de *Augusta Emerita* que él mismo llevó a cabo (CIL, II, 478).

Los notables locales encontrarían en la organización de *ludi* una manera de ganarse al pueblo dándole aquéllo con lo que éste más disfrutaba, al tiempo que creaban un ambiente de bienestar social que era buen respaldo para su labor política y para su ansiado aumento del *favor populi*<sup>41</sup>. Así, *Annius Primitivus* (IRCP, 73 de *Balsa*) organizó un *certamen barcarum et pugilum* con motivo de su ascenso al sevirato que acompañó a una dedicación de un cipo a *Fortuna Augusta* y a un reparto de *sportulae*. Con dichas donaciones el nuevo *sevir* no sólo agradecía al pueblo su nombramiento sino que preparaba su promoción posterior y a la vez daba la mayor solemnidad posible a una exaltación de la *virtus imperiai* de la *Fortuna Augusta*, propia del sacerdocio que ostentaba.

También con marcado carácter religioso habría dispuesto en su testamento el *medicus Pacensis C. Attius Ianuarius* la celebración en *Mirobriga* de las fiestas *Quinquatria*<sup>42</sup> (IRCP, 144). Una vez más la organización de la fiesta ha sido empleada para garantizar una mayor asistencia de público a la ceremonia de dedicación de un altar a Esculapio y a los funerales del difunto. También el munificentemente utiliza la organización de tales fiestas como forma de agradecer al *ordo* todos los beneficios de él recibidos (*ob merita splendidissimi ordinis quod ei quinquatri praestiterit*), al tiempo que asocia al acto evergético a otro <sup>41</sup> <sup>42</sup>

<sup>41</sup> ABASCAL, J. M<sup>a</sup>. y ESPINOSA, IL: *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*, Logroño, 1989, 114 y VEYNE, P.: *op. cit.*, p. 400.

<sup>42</sup> Las fuentes nos informan sobre el marcado cariz evergético que solía acompañar a estas fiestas de *Quinquatria*. Así, sabemos que Augusto (SUET., *Aug.*, 71) se lamentó de haber sido extraordinariamente *liberalis* en la ejecución de dichas celebraciones {...*sed cum in lusu liberalis fuisset, ut solem plerumque*) y Domiciano (SUET., *Dom.*, IV, 11-12) pagó juegos {*venationes et scaenici ludi*}, concursos literarios {*poetarum certamina*}, repartos de grano y dinero {*congiarium populo nummorum trecentorum ter dedit*} y banquetes (*largissimum epulum*) para dignificar dichas celebraciones.

liberto, *Fabius Isas*, con las consecuencias de promoción social que ello tendría para él.

c) *Munificencia sobre la annona: auxilios al abastecimiento de trigo*

A pesar de que existían servicios annonarios en las ciudades encargados de regular el abastecimiento de grano a las mismas, al frente de los cuales estaban los *aediles*<sup>43 44</sup>, sin embargo, en algunas ocasiones muy puntuales, algunos particulares socorrían con su dinero estas necesidades competentes al abastecimiento ciudadano.

El único ejemplo de este tipo de munificencia con que contamos en *Lusitania* (IRCP, 239 de *Pax Mia*) responde a los parámetros habituales de este tipo de donaciones. En primer lugar el hecho de que el individuo que la llevó a cabo sea homenajeado *ob merita* por suscripción popular (*aere coniato*) por la comunidad (*pieps*) indica la popularidad con que debió contar un auxilio de este tipo, que debió darse en épocas de escasez de cosechas, plagas u otro tipo de carencias y debió ser muy bien valorado por la comunidad. Por otro lado, su condición de *duovir* y la posible identidad con el *C. Iulius...* que paga un *epulum* en *Pax Mia* (IRCP, 233) y que llegó a ser *praefectus fabrum* y *flamen*<sup>44</sup> nos informan sobre su poder económico, necesario sin duda para acometer un acto munificente como éste.

El hecho de que contemos sólo con una donación en *Lusitania* no debe extrañar pues este tipo de actuaciones no son demasiado abundantes en *Hispania* donde sólo conocemos tres casos en la *Baetica* (CIL, II, 1534 de *Ulia*\ CIL, II, 1573 de *Ipsca*\ y CIL, II, 2044 de *Anticaria*) y cuatro en la *Citerior* (RIT, 364 de *Tarraco*; AE, 1979, 434 de *Carthago Nova*; CIL, II, 4468 de *Aeso*; y CIL, II, 2782 de *Chunia*).

<sup>43</sup> *Lex Irnitana*, Cap. XIX: *Aediles (...) annonam (...) exigendi aequandi*.

<sup>44</sup> Al respecto de ésta identificación véase: FRANCISCO, J. de: “Los magistrados municipales de Lusitania durante el Alto Imperio”, *MHA*, I, 1977, p. 232.

d) *Munificencia y distribuciones de dinero (sportulae) y alimentos (epula)*

También vinculadas a necesidades alimentarias pero con un claro componente festivo tenemos testimoniadas en *Lusitania* varias manifestaciones del evergetismo de distribuciones. Se trata de dos *epula* (uno a través de IRCP, 79 de *Balsa* y otro a través de CIL, II, 52 de *Pax Iulia*) y unas *sportulae* (IRCP, 73 de *Balsa*).

A las motivaciones genéricas anteriores propias de cualquier acto evergético, habría que añadir en este tipo de donaciones el afán de los munificentes por lograr con dichos actos la cohesión social del grupo beneficiario y la asistencia de público que ambicionaban para las dedicaciones de homenajes, consagraciones votivas u honras fúnebres que solían acompañar a este tipo de donaciones<sup>45</sup>.

En los casos testimoniados en *Lusitania* (dos *epula* - IRCP, 79 de *Balsa* y CIL, II, 52 de *Pax Iulia* - y unas *sportulae* - IRCP, 73 de *Balsa*) se pueden seguir de cerca ambas motivaciones. Así, el *sevir* de *Balsa* que organizó un reparto de *sportulae* debió estar motivado por un intento de garantizar la cohesión social del grupo beneficiario que en su caso fue el cuerpo cívico, como bien indica el texto de la inscripción (*.sportulis etiam civibus datis*). Que los beneficiarios sean sólo los *cives* no obedece a una circunstancia gratuita, al contrario. Es bastante frecuente en el evergetismo de distribuciones que el dedicante oriente su evergesía a la parte de la comunidad que más le interese, siendo los miembros del *ordo* y los *cives* los más beneficiados ya que eran quienes tenían en su mano y en su voto el control de la promoción socio-electoral del munificent<sup>46</sup>, lo cual indica que el verdadero interés de los munificentes no era de redistribución de su riqueza sino de propaganda política<sup>47</sup>. *Annius Primitivus* orientaría su reparto de dinero sólo hacia los ciudadanos ya que habría sido ante ellos ante los que habría prometido hacerlo caso de alcanzar el sacerdocio que ahora comenzaba a desempeñar.

<sup>45</sup> Véase al respecto: MROZEK, S.: "Les bénéficiaires des distributions privées d'argent et de la nourriture dans les villes italiennes à l'époque du Haut-Empire", *Epigraphica*, XXXIV, fase., 1-2, 1972, pp. 30-54.

<sup>46</sup> RODRÍGUEZ NEILA, J. F.: "Liberalidades públicas y vida municipal en la Hispania Romana", *Veleia*, 6, 1989, p. 168 y MELCHOR, E.: "Evergetismo y distribuciones en la Hispania Romana", *Florentia Iliberritana*, 3, 1992, pp. 386-387.

<sup>47</sup> DUNCAN-JONES, R. P.: *op. cit.*, p. 232.

Por otro lado, es bastante posible que *Manlia Faustina* hubiera organizado el *epulum* que documenta IRCP, 79 para dar mayor relevancia y garantizar mayor presencia de público en la dedicación de un homenaje a su querido hermano (*fratri piissimo*) *T Manlius Faustinus*. Es además bastante posible que la dedicación de la inscripción fuera postuma y que *Manlia Faustina* se preocupara de organizar ese banquete para hacer partícipe en el funeral a toda la población generando en torno a ese acto una cohesión social que garantizaría la memoria de su hermano al tiempo que le abriría a ella importantes caminos de promoción social al presentarse al pueblo como munificent, legitimando además la riqueza de la familia<sup>48</sup>.

No debemos pasar por alto el estatuto que desempeñaban los munificentes que pagaron *epula* en nuestra provincia. En el caso de *Balsa*, *Manlia Faustina* es hermana de un individuo que desempeñó el duunvirado por dos veces; en el caso de *Pax Mia* (CIL, II, 52) el donante *C. Mius* fue - además de *duovir - praefectus fabrum* e incluso *flamen*, dada la identificación ya vista anteriormente con el individuo que auxilió la *annona* en dicha ciudad (CIL, II, 53). Resulta bastante plausible pensar que estos individuos habrían organizado estas evergesías movidos por un deseo de popularidad del que precisarían para alcanzar otras metas en la carrera política pues la influencia que la organización de un banquete debió tener sobre la masa electoral debió ser notabilísima (no olvidemos que del *epulum* de *Pax Mia* se beneficiarían individuos de ambos sexos - *populo utrique sexui dato* - lo que nos habla de la magnitud del reparto), de ahí que ciudades como *Urso* prohibieran celebrar banquetes a aquellas personas que se presentaran como candidatos a una magistratura cualquiera<sup>49 50</sup>.

### 3. Perfil social de los munificentes de Lusitania

Se han establecido tres grandes grupos de munificentes repasando el fenómeno evergético en *Hispania*<sup>50</sup> y los tres están testimoniados en

<sup>48</sup> VEYNE, P.: *op. cit.*, p. 419 ha estudiado en este sentido ejemplos de personas que - encargadas por difuntos de realizar alguna evergesía de este tipo - habrían retrasado la ejecución de las mismas hasta la fecha en la que ésta les reportara más beneficio a ellos, como ante la inminencia de procesos electorales.

<sup>49</sup> *Lex Ursonensis*, Cap. CXXXII.

<sup>50</sup> RODÁ, I.: "Encargos privados de monumentos públicos en Hispania", en MAYER, M. y MIRÓ, M.: *op. cit.*, p. 201.

*Lusitania* como protagonistas de los mismos. En primer lugar, los magistrados de los primeros años de la fundación o del momento del cambio de estatuto o de la concesión de mejora del mismo a una ciudad; en segundo lugar, los patronos que no olvidaban que debían beneficiar a la comunidad de la que habían recibido dicho privilegio; y en tercer lugar, los forasteros que afincados en una ciudad contribuían a su embellecimiento y a la mejora de sus condiciones de vida.

Del primer grupo habría que destacar en *Lusitania* el notorio y evidente caso de *M. Fidius Macer* de *Capera* que paga el monumental arco de su ciudad (HAE, 2574) y una estatua para el mismo en homenaje a su mujer (CIL, II, 835). En la placa granítica que presidía el arquivado superior del arco hizo plasmar su carrera política como *magistratus* (por tres veces), *duovir* (por dos) y *praefectus fabrum*. Así, nuestro individuo habría sido *magistratus*, es decir, la máxima autoridad en una comunidad indígena<sup>51</sup>. Su cargo nos permite suponer que ya pertenecería a la élite en el momento en que se benefició de la latinidad siguiendo la disposición de la legislación municipal que otorgaba la plena ciudadanía a quien hubiera desempeñado una magistratura en la ciudad antes de su ascenso al estatuto municipal. Al pasar *Capera* a ser el *Municipium Flavium Caperense*, su antigua magistratura se adaptaría al ordenamiento romano pasando a ser *duunviro*, siendo ese el momento en que construiría el arco para embellecer su renovada comunidad.

En lo que se refiere a los *patroni* y a los *hospites* contamos con algunos actuando como evergetas como *C. Iulius Glaber* en *Augustobriga* con una donación de obra pública (CIL, II, 5346) en agradecimiento al *senatus populusque Augustobrigensis* que le habría otorgado el *hospitium*; *M. Cornelius Persa* en *Ossonoba*, ciudad con la que debió tener abundantes atenciones pues fue homenajeado *ob merita* por la *civitas* (IRCP, 7); y el más que posible caso de *L. Aemilius Proculus* en el posible *vicus* de *Rouda* al que habría donado seguramente una obra pública (HEp 2,211).

El tercer grupo, el de los extranjeros que afincados en una comunidad la benefician con sus manifestaciones de munificencia, tiene en *Sextus Furnius Iulianus* de *Emérta* (AE, 1952, 116) un posible ejemplo ya que los datos onomásticos nos permiten suponer que no es his-

<sup>51</sup> Véase sobre esta magistratura: CURCHIN, L. A.: *The Local Magistrates of Roman Spain*, Toronto, 1990, pp. 36 y 170.

pano sino tal vez un itálico que habría llegado a *Emerita* como *legatus Augusti pro praetore y praeses*, llevando entonces a cabo alguna atención especial con la capital de *Lusitania* que explicaría el homenaje *ob merita* que le tributó el *splendidissimus ordo Emeritensium*, que además decidió nombrarle *patronus*.

En líneas generales, los munificentes en *Lusitania* son fundamentalmente hombres libres que o bien desempeñan algún tipo de magistratura o sacerdocio<sup>52</sup> - con un papel especial para los sacerdocios del culto imperial - o aspiran a abrirse paso en la carrera política, y libertos que se esforzaban por preparar la promoción social de sus descendientes y acceder a aquellos sacerdocios que les estaban reservados.

De los setenta y ocho actos evergéticos testimoniados en *Lusitania*<sup>53</sup>, un total de treinta y dos fueron desempeñados por individuos de los que tenemos constancia segura que ejercitaron algún tipo de magistratura o sacerdocio tanto a nivel local o municipal como provincial, senatorial o militar. Es decir, que un 41,02% de los actos de munificencia documentados en *Lusitania* fue llevado a cabo por magistrados.

En el caso de *Lusitania* los miembros del *ordo equester* que las realizaron son muy escasos. Sólo tenemos un caso en *Olisipo* (CIL, II, 191) y otro en *Salada* (IRCP, 189). El segundo es el de L. *Cornelius Bocchus*, que donó un edificio a la comunidad de *Salada* una vez terminada su carrera política en reconocimiento a los que fueron sus conciudadanos y a la ciudad en la que inició su promoción política, práctica bien atestiguada en *Hispania* en casos como los de L. *Minicius Natalis*, que llegó al *ordo senatorius* y construyó unas termas con sus correspondientes edificaciones y su conducción de agua (*balineum cum porticibus solo suo et ductus aquae*) en su ciudad natal, *Barcino* (IRB, 30); o de Q. *Torius Culleo*, que habiendo alcanzado dicho *ordo* y siendo originario de *Castulo* gastó en el embellecimiento de su ciudad una elevadísima suma de dinero (CIL, II, 3270)<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> Los estudios sobre el fenómeno munificante en otras provincias ratifican el protagonismo de los magistrados en la realización de actos evergéticos, véase para la *Hispania Citerior*. NAVARRO, M.: *op. cit.*, pp. 132-136; para la *Baetica*: MELCHOR, E.: *El Mecenazgo...*, p. 200; para Italia: CÉBEILLAC, M.: *op. cit.*, p. 715.

<sup>53</sup> Esto es, recapitulando: 72 donaciones de *opera publica*; 1 auxilio a la *annona*; 2 *epula*; 1 reparto de *sportulae* y 2 *ludi*.

<sup>54</sup> Sobre el tema véase: DUNCAN-JONES, R. P.: "The Procurator as Civic Benefactor", *JRS*, LXIV, 1974, p. 82 y NAVARRO, M.: *op. cit.*, pp. 124-125 y 133.

La razón de esta escasez de testimonios y de casos es lógica ya que los individuos que alcanzaban magistraturas del *ordo equester* o *senatorius* solían desvincularse de sus ciudades de origen y llevaban a cabo sus evergesías en las provincias en las que estaban destinados. Ése es precisamente el comportamiento de *Numerius Albanus* en *Olissipo* (CIL, II, 191). Su gentilicio es muy escaso en la Península<sup>55</sup>, lo que unido a su condición de *praeses provinciae Lusitaniae* y de *vir clarissimus* nos lleva a pensar en un magistrado procedente de otro lugar del Imperio, que habría llegado a *Lusitania* para ejercer sus funciones de gobernador provincial.

Más abundantes en *Lusitania* son los casos de *flamines* o *flaminicae provinciae*. En la mayor parte de éstos, sin embargo, quienes desempeñan dicho cargo lo habrían hecho anteriormente a escala local. Así, *Flavia Rufina* (IRCP, 183) o *Laberia Galla* (BRDO, IV) no sólo fueron *flaminicae provinciae* sino que la primera fue antes *flaminica coloniae Emeritensis et municipii Salaciensis* y la segunda *flaminica Eborensis*. En el caso de la primera, su donación tuvo como escenario la ciudad en la que había desempeñado uno de sus cargos (*Salada*). En este tipo de donaciones hay que entender motivos de agradecimiento por parte del notable para con la comunidad que le permitió iniciar su andadura política, es decir, que con ellas, más que buscar honores nuevos - en el caso de una mujer no había cargo posible a desempeñar más allá del flaminado - pretendían agradecer los que habían disfrutado hasta entonces.

Pasando a escala municipal, fueron los *duoviri* los magistrados más activos en la realización de actos evergéticos. En algunas ocasiones los tenemos responsabilizándose de homenajes al emperador (como los *Q. Licinius Saturninus* y *L. Mummius Pomponianus de Metellinum* - CIL, II, 610 - o los *D. Iulius Celsus* y *L. Petronius Niger de Norba* - CIL, II, 693) y a otros donando obras públicas para la comunidad (*M. Fidius Macer de Capera* - HAE, 2574), socorriendo la *annona* y organizando *epula* (*C. Iulius Pedo de Pax Iulia* en CIL, II, 53 y CIL, II,

<sup>55</sup> ABASCAL, J. M: *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 191. Apenas se conocen una docena de casos entre los que sí encontramos algunos individuos de destacada riqueza en *Tarraco* (*L. Numerius Felix* que desarrolla una importante carrera militar y es homenajeado por su esposa, CIL, II, 4162) y en *Astigi* (*Numerius Eupator* organiza unos juegos de circo, CIL, II, 1470 y 1473).

52) o pagando de su bolsillo los homenajes que en principio había dispuesto pagarle el *ordo* (L. *Porcius Himerus* en IRCP, 187).

No es demasiado difícil encontrar una explicación al protagonismo de los *duoviri* en materia de realización de actos de evergetismo. Son *duoviri* y *flamines* los evergetas más habituales entre los que desempeñan magistraturas en su comunidad. Ambos cargos eran los más importantes a escala local, como muestran sus prerrogativas. Por encima del duunvirado, a escala municipal sólo se situaba el flaminado. Varios de los casos que conocemos en *Lusitania* nos presentan a individuos que debieron comenzar su carrera como *duoviri* llegando incluso a repetirse en el cargo para luego alcanzar el flaminado y hasta pasar al *ordo equester*<sup>56</sup>. El desarrollo de esa secuencia *duovir - flamen - ordo equester* encontraría en el evergetismo una gran ayuda. Por ejemplo, C. *Iulius Pedo* fue *duovir* y *flamen* en el momento en que asistió la *annona* de la ciudad. Su generosidad y su buena y honesta administración del municipio le sirvió para promocionarse hacia el *ordo equester* desempeñando el cargo de *praefectus fabrum*, momento en que debió organizar un *epulum*.

Así pues, sólo las posibilidades de promoción que se abrían ante quien desempeñaba el duunvirado explicarían la alta participación de éstos en el desarrollo de actos evergéticos con los que poder seguir escalando puestos en el *cursus honorum*. Por otra parte sabemos que era responsabilidad de los *duoviri* el cuidado de las arcas municipales y la administración del patrimonio local<sup>57</sup>. La ambigüedad que presentan las actuaciones evergéticas de los *duoviri* en tanto que podrían no ser tales y proceder de los fondos públicos también debió ser aprovechada por estos magistrados, que preferirían no dejar claro si tras un presunto acto munificentista estaban simplemente cumpliendo sus prerrogativas de cargo o estaban llevando a cabo una *largitio* de su dinero particular.

El segundo grupo activo de munificentistas lo componen, como hemos dicho, los libertos. Las ventajas del liberto frente al hombre libre para participar en las actividades y transacciones comerciales y en el manejo del dinero por la tendencia de los miembros de las élites a dejar en manos de subordinados de origen servil este tipo de actividades fue

<sup>56</sup> Sobre esta progresión en la carrera municipal en *Hispania*, véase: ALFÖLDY, G.: *Flamines Provinciae Hispaniae Citerioris*, Madrid, 1973.

<sup>57</sup> *Lex Ursonensis*, Cap. CIII, y *Lex Irnitana*, Cap. LXXVI-IX.

proverbial en el enriquecimiento de los libertos <sup>58</sup>. En *Lusitania* los que aparecen realizando donaciones de cualquier tipo y a los que por tanto se les supone una mayor riqueza se sitúan en ciudades eminentemente comerciales (*Olisipo*, *Balsa* y *Ossonoba*, sobre todo) donde habrían controlado parte de las actividades de este sector, o en capitales (*Emerita* o *Pax Iulia*) donde habrían podido encontrar ocupación en talleres artesanales o igualmente comerciales.

Los actos evergéticos protagonizados por libertos debieron mirar hacia dos direcciones, por un lado la de alcanzar los sacerdocios de augustalidad, reservados a ellos, y por otro lado la de facilitar la promoción social de sus descendientes, al estar éstos libres del estigma servil que sus padres aún conservaban tras ser manumitidos. Ambas razones fueron decisivas para estimular el evergetismo de este grupo social, que fue - como hemos dicho - bastante activo <sup>59</sup>. El mecanismo motor de su evergetismo era bastante obvio, el Estado ofrecía a los libertos ricos unos puestos públicos a los que poder aspirar al tiempo que las ciudades necesitaban ingresos con los que aligerar los gastos públicos. Estos ingresos se concretaban en la *summa honoraria* y las donaciones *ob honorem* que estos libertos hacían al alcanzar dichos cargos<sup>60</sup>.

#### 4. Cronología y geografía del fenómeno munificente en *Lusitania*

Toda esta actividad evergética en *Lusitania* se lleva a cabo con unos parámetros cronológicos que apenas difieren de los del resto de *Hispania*, esto es, fundamentalmente y sobre todo en los siglos **I** y **II** d. C.

<sup>58</sup> Véase: DUTHOY, R.: "Les Augustales", *ANRW*, 16.2, 1978, pp. 1254-1306.

<sup>59</sup> En *Lusitania* los tenemos pagando estatuas (HAE, 696 y CIL, II, 464 de *Augusta Emerita*; IRCP, 151 de *Mirobriga*; IRCP, 8 de *Ossonoba'*, IRCP, 241 de *Pax Iulia*; BRDO, n.º IX de *Colippo*; CIL, II, 196, CIL, II, 175; CIL, II, 182 e HAE, 648 de *Olisipo*); costeando construcciones públicas (IRCP, 384 e HEP3, 478 de *Ebora*; IRCP, 103 de *Myrtilis*; IRCP, 11 de *Ossonoba* y CIL, II, 183 de *Olisipo*) y pagando *ludi* (IRCP, 73 de *Balsa* e IRCP, 144 de *Mirobriga*).

<sup>60</sup> Sobre el tema véase: PONS, J.: "Algunas consideraciones teóricas sobre el sevirato como indicador de dinamismo socio-económico", *MHA*, I, 1977, pp. 215-218; GORDON, M. L.: "The Freedman's Son in Municipal Life", *JRS*, XXI, 1931, pp. 65-77 y para el caso concreto de Lusitania ANDREU, J.: "Augustalidad, sevirato y evergetismo: aproximación a la promoción social de los libertos en Lusitania", *Vipasca*, 7, 1998, pp. 43-59.

Los comportamientos munificentes comienzan a desarrollarse con seguridad en *Lusitania* en época Julio-Claudia (la donación más antigua de un particular es la de *Q. Tallius* en la *Civitas Igaeditanorum* en el año 16 a. C.), alcanzando su máximo desarrollo en los siglos I y II d. C., cuando la extensión del *ius Latii* y el proceso municipalizador mejoraron el estatuto de muchas ciudades y sus élites se involucraron en el embellecimiento y optimización de la infraestructura de las mismas. El declive del fenómeno evergético, o al menos de la expresión epigráfica del mismo, se iniciará en el siglo III d. C., cuando sólo lo encontraremos en *Lusitania* en ciudades como *Ossonoba*, *Olisipo* o la propia capital *Augusta Emerita*, y casi siempre emanadas de miembros de la administración provincial o de la casa imperial.

La evolución diacronica del evergetismo y de sus protagonistas en *Lusitania* también obedece a los patrones que se atestiguan en otras provincias. Así, en un primer momento, es el emperador el que - concienciado con la necesidad de dotar a las nuevas fundaciones del equipamiento urbano que precisaban (sobre todo grandes construcciones y obras de ingeniería) - protagoniza las primeras donaciones en materia de construcción pública (los edificios de espectáculos de *Augusta Emerita* o las murallas de *Pax Mia*, por ejemplo). A partir de la extensión del *ius Latii* y de la municipalización, como hemos dicho, las élites locales, motivadas por su orgullo cívico y sus ansias de promoción socio-política, se esforzarían por mejorar el aspecto de sus ciudades para situarlo acorde con su nuevo estatuto. Es entonces, en los siglos I y II d. C., cuando los particulares se implican en la realización de actos evergéticos y cuando además éstos son más numerosos. A partir del siglo III d. C., los actos evergéticos vendrán protagonizados por altos cargos de la administración provincial (*praesides*, *comites*...) o de la casa imperial, cuyas actuaciones, además serán ciertamente restrictivas (sólo en grandes centros, privilegiando las restauraciones antes que las construcciones *ex novo*...).

TABLA II: RITMOS CRONOLÓGICOS DE LAS DONACIONES  
EVERGÉTICAS Eij LA *PROVINCIA LVSITANIA*  
EN FUNCIÓN DE LA NATURALEZA DE LAS MISMAS <sup>61</sup>

FECHAS DE LAS DONACIONES	TIPOLOGÍA DE LAS DONACIONES ATESTIGUADAS					
	Constr. privada	Constr. imper.	Annona	Sport. Epula	Ludi (E-P)	Estatua
Época Republicana	-	-	-	-	-	-
Época Julio-Claudia	10	5	-	-	-	6
Época Flavia	5	-	-	1 (ep.)	-	1
Siglo I d. C.	5	-	1	1 (ep.)	-	6
Siglos I / II d. C.	-	-	-	-	-	3
Siglo II d. C.	10	4	-	-	1-1	18
Siglo III d. C.	1	-	-	1 (sp.)	1	1
Siglo IV d. C. y posteriores	1	4	-	-	-	-
Datación indeterminada	3	-	-	-	-	2
<b>Total Donaciones</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1-2</b>	<b>37</b>
<b>Porcentajes Total</b>	<b>44,37%</b>	<b>16,56%</b>	<b>1,23%</b>	<b>3,84%</b>	<b>1% - 2%</b>	<b>47,43%</b>

De este modo, en *Lusitania*, a partir del siglo III d. C., el evergetismo se mantuvo en aquellas ciudades que conservaron cierto grado de desarrollo en dicha época (*Olisipo*, *Ossonoba* o *Augusta Emerita*), pero actuando como evergetas los propios emperadores y miembros de la administración, que eran conscientes de la necesidad de que estas ciudades - todavía activos centros económicos y políticos - no perdieran la monumentalidad que habían heredado de sus antepasados, no en vano la mayoría de las donaciones de la época se circunscriben al ámbito de las realizaciones edilicias. <sup>61</sup>

<sup>61</sup> Claves de lectura de la Tabla: *Constr. privada*: participación de la iniciativa privada en una obra pública; *Constr. imperial*: pago de una obra por iniciativa imperial; *Sport*, y *sp.* \ *sportula*; *ep.* \ *epulum*; *E-P*: en la columna E: *ludi* organizados por el emperador, P: *ludi* organizados por particulares. Para un estudio detallado del periodo de mayor esplendor del evergetismo de los notables en *Lusitania* véase: ANDREU, J.: "La participación de las élites en la mejora urbanística y el equipamiento ornamental de sus ciudades entre Tiberio y Trajano: el ejemplo de la provincia Lusitania; en *Actas de las II Jornadas de Filología Clásica: un siglo en la vida de Roma, la presencia de Hispania*, Universidad de Navarra, 21-22 de Abril de 1999 (en prensa).

Desde el punto de vista de la geografía de las donaciones (véanse Mapa I, Mapa II y Tabla III) nos encontramos con una total superioridad de los *conventus Emeritensis* y *Pacensis* en el panorama general del evergetismo de particulares en nuestra provincia (concentran el 70,5% de las donaciones) superando en siete y cuatro donaciones respectivamente al *Scallabitanus*. A pesar de que cuantitativamente las donaciones del *conventus Emeritensis* sean más abundantes, cualitativamente creemos que el fenómeno evergético caló con mayor profundidad en el *conventus Pacensis*, o al menos esa es la impresión que nos han legado los testimonios epigráficos. Así, si en el *Emeritensis* la mayoría de las donaciones son en materia edilicia y estatuaría, en el *Pacensis*, nos encontramos con todos los testimonios de evergetismo de distribuciones y de *ludi* de iniciativa privada con que contamos en *Lusitania*.

**TABLA III: DISTRIBUCIÓN DE LOS ACTOS EVERGÉTICOS EN LOS TRES CONVENTVS IVRIDICI DE LA PROVINCIA LVSITANIA**

FECHAS DE LAS DONACIONES	CANTIDAD DE DONACIONES POR CONVENTVS IVRIDICI EN LVSITANIA		
	<i>Emeritensis</i>	<i>Scallab.</i>	<i>Pacensis</i>
Época Republicana	-	-	-
Época Julio-Claudia	5	9	2
Época Flavia	4	2	1
Siglo I d. C.	5	2	5
Siglos I / II d. C.	2	1	-
Siglo II d. C.	12	5	12
Siglo III d. C.	-	-	4
Siglo IV d.C. y posteriores	-	1	-
Datación indeterminada	1	2	2
<b>Total donaciones</b>	29	22	26

Una manifestación más de esta presunta diferenciación o singularidad del *conventus Pacensis* respecto de los otros dos *conventus* de *Lusitania* la tenemos en el hecho de que mientras en los *conventus Emeritensis* y *Scallabitanus*, en materia de donaciones edilicias, se localizan la casi absoluta totalidad de donaciones de edificios religiosos (sólo dos en el *conventus Pacensis* y además dedicados al culto imperial), en el

*conventus Pacensis* se concentran todas las donaciones de otras edificaciones más típicamente romanas como los edificios de espectáculos, de los que no encontramos testimonios en los *conventus* más septentrionales. Esto puede hablarnos de un cierto interés de Roma en privilegiar determinadas edificaciones en áreas concretas sirviéndose del evergetismo de sus notables tal como ya hemos indicado en otra ocasión<sup>62</sup>.

También cronológicamente hay alguna peculiaridad de tipo geográfico que reseñar. El predominio de donaciones en época Julio-Claudia se circunscribe a las áreas al Norte del Tajo. El florecimiento en dicha época de *Augusta Emerita* - que además era la capital - y de *Olisipo*, una recién fundada y la otra recién ascendida al estatuto privilegiado se nos presenta como la explicación más satisfactoria para aclarar dicho fenómeno. Por otra parte, aunque en líneas generales el fenómeno evergético sufre un deterioro cuantitativo - y en cierta medida cualitativo - desde el siglo III d. C., llama la atención que la totalidad de las donaciones de dicha época se concentren en el *conventus Pacensis*. Sin lugar a dudas, la excepcional riqueza que por la explotación del comercio del aceite y del *garum* vivió esta zona (y en particular las ciudades de *Balsa* y *Ossonobá*) en esta época debió tener bastante que ver, sin olvidarnos del mayor arraigo de la romanización en estas áreas, donde por otra parte nos encontramos con donaciones distintas a las de obras públicas<sup>63</sup>.

El evergetismo cumple en *Lusitania*, además, con una de sus características definitorias, la de tratarse de un fenómeno urbano que encuentra su marco ideal en territorios bien urbanizados. En *Hispania*, según los datos de E. Melchor<sup>64</sup>, el 91% de las donaciones se enmar-

<sup>62</sup> ANDREU, J.: "Evergetismo y construcción de edificios religiosos en el Noroeste hispánico en época romana: integración de los indígenas en los hábitos constructivos de Roma", en *Actas del Coloquio Castrexos e Romanos no Noroeste, Santiago de Compostela, 2-4 de Octubre de 1997*, (en prensa). Para esta hipótesis de trabajo no sólo en el Noroeste sino en toda *Hispania*, véase: MELCHOR, E.: "Construcciones sacras y evergetismo en Hispania Romana", en *Preactas del III Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Vitoria, Julio de 1994, pp. 673-683.

<sup>63</sup> PÉREZ, M<sup>a</sup>. R.: "El fenómeno evergético durante el siglo III d. C. en Hispania", *HAnt.*, XXI, 1997, p. 378 ha indicado que las diferencias a nivel provincial que se producen en el desarrollo del evergetismo no deben relacionarse con crisis de la vida urbana y mucho menos con una mayor o menor riqueza de éstas sino con que el grado de aculturación de cada una fuera diferente.

<sup>64</sup> MELCHOR, E.: *El Mecenazgo...*, p. 193.

can en *conventus* bien urbanizados (*Hispalensis, Gaditanus, Tarracoenensis, Cordubensis...*), lo cual concuerda muy bien con el carácter del *Pacensis* frente a los menos favorecidos *Emeritensis* y *Scallabitanus*.

## 5. La munificencia en *Lusitania* en el contexto de *Hispania* y del mundo romano

Como hemos venido viendo hasta ahora, el desarrollo de la munificencia pública en *Lusitania* se mueve en idénticos parámetros que los que caracterizan dicho fenómeno en *Hispania*. Cronológicamente los siglos I y II d. C. son en toda *Hispania* los más activos en el desarrollo del comportamiento evergético de los notables locales, tal como sucede en *Lusitania*. Geográficamente, el evergetismo aparece más desarrollado en *conventus iuridici* bien urbanizados (el caso del *conventus Pacensis* en *Lusitania*) pues no en vano es la ciudad su escenario habitual. También en el perfil de los munificentes existen coincidencias predominando los magistrados locales y los libertos, ya que los primeros debían legitimar con él la riqueza que poseían y los segundos preparar con éste la promoción social de sus descendientes que podría ser más ambiciosa que la suya por estar ya liberados del estigma servil. Cuantitativamente, sin embargo, *Lusitania* es una provincia pobre en lo que respecta al desarrollo del evergetismo a juzgar por las fuentes con que contamos, si bien en ella se dan cita - desigualmente repartidos - todos los tipos de donaciones que se atestiguan en las otras provincias de *Hispania*.

Efectivamente, respecto del tipo de donaciones llevadas a cabo, *Lusitania* no difiere en absoluto de la tipología de las que se conocen para la *Baetica* y la *Citerior*, al margen de que la mayor variedad de las mismas se encuentre ubicada en el *conventus Pacensis*. En *Lusitania* encontramos donaciones de construcción pública que afectan a tareas edilicias sobre los edificios que habitualmente se benefician de las mismas en el resto de *Hispania*, siendo destacable que en lo que respecta a las donaciones por iniciativa imperial, nuestra provincia recoge los más antiguos testimonios de la misma, sin duda debidos al impulso dado por Augusto a fundaciones como *Augusta Emérita* o *Pax Mia*, dónde éstas se concentran. También contamos con donaciones de estatuas, incluyendo entre ellas dedicaciones a divinidades, a particulares y a emperadores y también la peculiar modalidad de pagos *impensam*

*remisit*, que aparece mayoritariamente testimoniada en *Hispania* en la *Baetica* y en algunas áreas limitáneas como la del *conventus Pacensis*.

Auxilios *annonarios* sólo conocemos uno en *Lusitania*, lo cual es acorde con la escasez de los mismos para toda *Hispania*. En esta provincia, además, contamos con los tipos de distribuciones más habituales de *Hispania*, los *epula* y las *sportulae* mientras que carecemos de *olea*, *balinea* y *gymnasia*, que en *Hispania* apenas aparecen representados con cuatro testimonios<sup>65</sup>, relacionados casi siempre con organizaciones de *ludi* y espectáculos públicos, otra de las *evergesías* que no encontró - a juzgar por los testimonios conservados - especial arraigo en *Lusitania*. Efectivamente, mientras en la *Baetica* y la *Citerior* tenemos ejemplos de organizaciones de *ludi scaenici* y *ludi circenses* por parte de particulares, en *Lusitania* el único ejemplo de organización de festejos de este tipo emana de la autoridad imperial. Por el contrario, nuestra provincia presenta testimoniados dos tipos de *ludi* muy escasos en la Península (certamen *pugilum*) o incluso inexistentes en el Occidente Romano (certamen *barcarum*) y ambos en la misma inscripción.

Si intentamos vincular las donaciones lusitanas al tipo de donaciones que tenemos atestiguadas en otras provincias del Occidente Romano de lo primero que debemos llamar la atención es del escaso número de testimonios de éstas con que contamos en *Lusitania* con respecto al abundantísimo número de donaciones conocidas en la *Gallia*, Italia o África. Además de la diferencia cuantitativa, cualitativamente también se dan algunas disparidades entre el *evergetismo* de aquellas provincias y el de la que centra nuestro estudio. Entre ellas la más importante es la ausencia en *Lusitania* de reflejo epigráfico del coste del desembolso efectuado en cada donación, hábito que sí debió arraigar en otras provincias y que supone un obstáculo muy importante para la investigación sobre el *evergetismo* de *Hispania* en general (el fenómeno es común a la *Baetica* y *Citerior*) y de *Lusitania* en particular.

Por otra parte, las diferencias existentes en relación al tipo de donaciones no son demasiado importantes puesto que como hemos visto, *Lusitania* presenta el mismo tipo de *evergesías* que sus provincias vecinas que también carecen de repartos de tierras, de grandes funda-

<sup>65</sup> Véase: MELCHOR, E.: *Evergetismo y distribuciones...*, p. 393.

ciones y *legationes* para las ciudades o de distribuciones de *crustula et mulsa*, de *panis et vinum*, etc., y que seguramente deben responder a tradiciones locales que no encontrarían arraigo en *Hispania* y a cuya ausencia en *Lusitania*, por lo tanto no debemos darle más importancia.

En cualquier caso, antes de terminar, merece la pena recordar una vez más que la fuente principal de los estudios sobre munificencia pública es de carácter epigráfico y lo caprichoso de su conservación y de la distribución de los hallazgos nos puede estar proporcionando una visión sesgada del tipo de donaciones que realmente se llevaron a cabo, si bien debemos atenernos lógicamente a dichas fuentes, con todas sus limitaciones. Recuérdese que para un historiador que trabaja con fuentes epigráficas un fenómeno no atestiguado no equivale - o al menos no tiene por que equivaler - a un fenómeno inexistente.

Coimbra, Julio de 1998-Zaragoza, Octubre de 1998

MAPA I - MUNIFICENCIA SOBRE OPERA PVBUCA

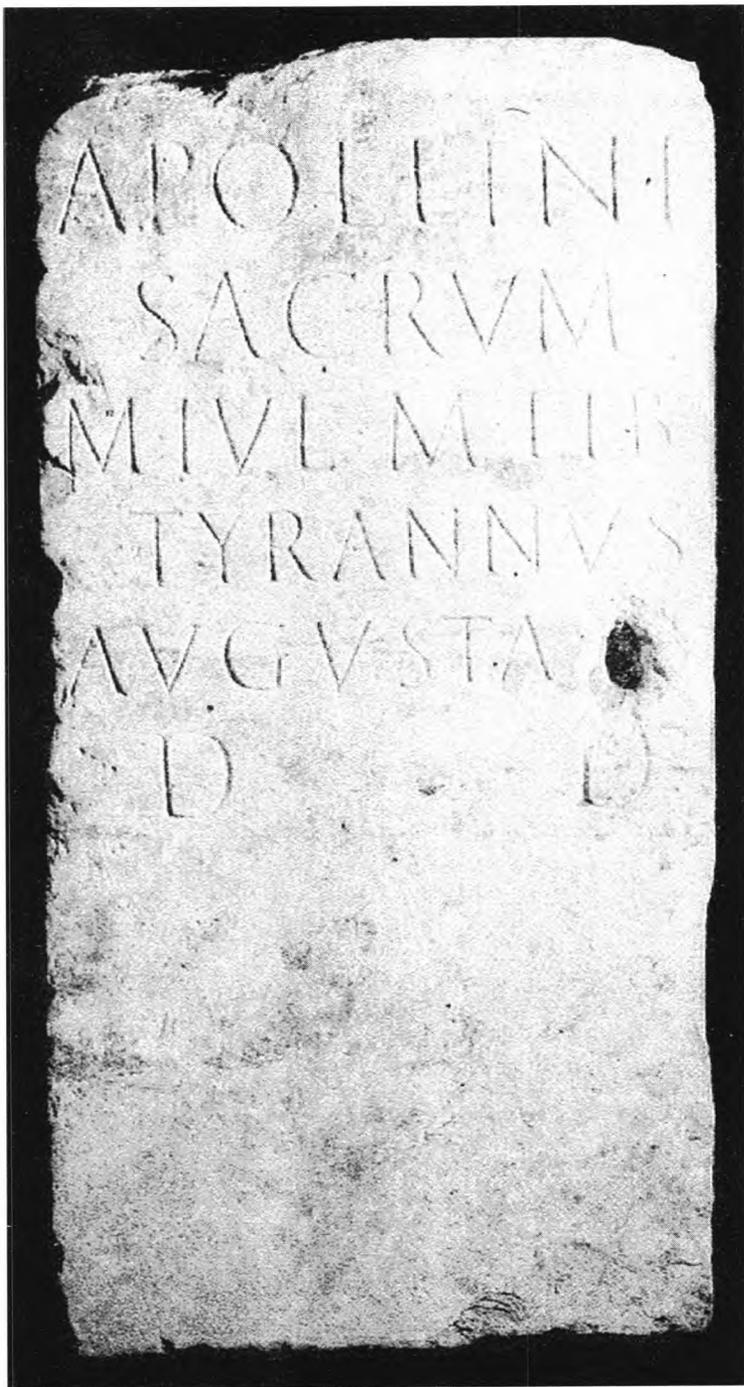


MAPA II - MUNIFICENCIA SOBRE LVDI, ANNONA, EPYLAY SPORTYIAE



EMERITA AVGVSTA Capital de conventus iuridicus

- \* Organización de Ludi
- x Organización de Epula
- ◆ Organización de repartos de Sportulae
- ▼ Auxilios a la Annona



Guilherme Cardoso

Foto 1 – CIL II 173 (Olisipo)

IVLIAE  
VARILLAE  
CELERIS·F  
ELIVS QVIR  
MODESTVS  
VXORISTATVANT  
CVMBASI·F·C  
IVLIA ANOENA  
SABINAE MATE  
AVRAVIT



T. RUTILLIO CAL  
TIVS GILLIANO  
D. RUTILII RUSTI  
CINI FILII T. MAN  
LI MARTIANI  
NEPOTI IN HOC  
T. RUTILLIO CAL  
TIVS GILLIANO  
D. RUTILII RUSTI  
CINI FILII T. MAN  
LI MARTIANI  
NEPOTI IN HOC

IN  
P  
E  
FACIENS BRITANNICIS  
RITIBUS ANTICISSIMIS  
LAUDIBUS EVANGELIIS  
CANTIBUS EVANGELIIS  
CANTIBUS EVANGELIIS  
CANTIBUS EVANGELIIS  
CANTIBUS EVANGELIIS  
CANTIBUS EVANGELIIS

Guilherme Cardoso

FOTO 3 – IRCP 80

AGUSTÍN JIMÉNEZ DE FURUNDARENA  
Doctor en Historia Antigua

LIBORIO HERNÁNDEZ GUERRA  
Profesor Titular de Historia Antigua, Universidad de Valladolid

LA CONVIVENCIA ENTRE MILITARES Y CIVILES EN *PETAVONIVM*:  
UNA OPORTUNIDAD PARA EL EVERGETISMO  
DE LOS CABALLEROS ROMANOS  
“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 65-74

RESUMEN: La existencia de dos aras votivas procedentes del campamento del *Ala II Flavia Hispanorum Civium Romanorum* en *Petavonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora, España) permite analizar las relaciones entre los mandos de una unidad del ejército imperial y una comunidad civil, aspecto poco conocido normalmente a través de las fuentes epigráficas y literarias.

RÉSUMÉ: L'existence au campement de *Y Ala II Flavia Hispanorum Civium Romanorum* à *Petavonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora, España) de deux inscriptions votives rend possible l'étude des relations des commandants d'une unité de l'armée impériale avec une communauté civile, aspect normalement peu connu des sources épigraphiques et classiques.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA CONVIVENCIA ENTRE MILITARES  
Y CIVILES EN *PETAVONIVM*:  
UNA OPORTUNIDAD PARA EL EVERGETISMO  
DE LOS CABALLEROS ROMANOS

El ejército romano instalaba sus campamentos y bases de operaciones allí donde las necesidades tácticas y estratégicas hacían necesaria la presencia de una guarnición imperial. Los lugares escogidos solían estar alejados de los núcleos de población principales, lo que dificultaba las posibilidades de los soldados para satisfacer muchas de sus necesidades de objetos, ocio y cariño.

La solución a esta situación se producía de una forma relativamente rápida, ya que un campamento militar se convertía en un foco de atracción económica, que primero atraía a buhoneros y prostitutas, y que terminaba por generar un auténtico poblado civil anejo al militar, que recibía el nombre de *cannaba* <sup>(1)</sup>.

Con el tiempo, este núcleo mercantil se transformaba progresivamente en un lugar civilizado, ya que los soldados, apagada la fogosidad de los años jóvenes, tendían a crear familias estables de hecho, convertidas en honorables familias de derecho con su licencia (\*<sup>2</sup>).

Cuando este proceso avanzaba lo suficiente, el poblado civil se transformaba en una auténtica ciudad, con sus propios magistrados y un amplio margen de maniobra en sus asuntos internos. Si conseguía sobrepasar un cierto umbral de urbanización, como solía ocurrir en la

(1) J. M. ROLDÁN HERVÁS. "El Ejército Romano en Hispania", en *La Guerra en la Antigüedad. Una Aproximación al Origen de los Ejércitos en Hispania*. Madrid 1997, pp. 327-329.

(2) Suetonio. *Aug.* 49. G. WEBSTER. *The Roman Imperial Army*. Londres 1969, p. 94. M. ABSIL y Y. LE BOHEC. "La Liberation des Soldats Romains sous l'Haut Empire". *Latomus* XLIV, 4, 1985, p. 859 y notas. B. CAMPBELL. *The Roman Army. 31 b.C.-a.D. 337. A Source Book*. Londres-Nueva York 1994, p. 193.

vecindad de las grandes fortalezas legionarias, la *cannaba* podía adquirir el codiciado y productivo *status* de *municipium*, accediendo, por concesión imperial, al pleno autogobierno, lo que la libraba de la injerencia de las autoridades militares.

En el campamento del *Ala II Flavia Hispanorum Civium Romanorum* en *Petavonium*, el proceso de creación de una ciudad civil, de una *cannaba* aneja al *castellum alae*, se aproxima bastante al modelo descrito. La diferencia se encuentra en que cuando el ala se instaló en su nueva base a finales del siglo I d.C., el núcleo civil de *Petavonium* ya existía. Esto se debía a que desde las guerras astur-cántabras hasta el año 63, la *Legio X Gemina* había tenido su base en esta localidad <sup>(3)</sup>, y anejo al *castra legionis* se había desarrollado una *cannaba* <sup>(4)</sup>.

Una prueba de la existencia de esta *cannaba* de origen legionario es la inscripción del *veteranus* de la *Legio X Gemina M. Valerius Secundus* hallada en Rosinos de Vidriales <sup>(5)</sup>, que fue licenciado al final del imperio de Claudio o bajo el de Nerón:

M (arcus) VALERIVS P (ublil) / F (ilius) ANI (ensi tribu)  
SECVNDVS / VETER (anus) H (ic) S (itus) E (st)

Esta *cannaba* sobrevivió a la marcha de la legión, ya que se encontraba situado en un lugar privilegiado, sobre la vía que desde *Asturica Augusta* llevaba a *Bracara Augusta*, camino de comercio y riqueza para su población, como atestiguan los itinerarios al con-

<sup>(3)</sup> R. MARTÍN VALLS Y G. DELIBES DE CASTRO. "Sobre los Campamentos de Petavonium" *Studia Archaeologica* 36 1975, p. 6. J. ALVAREZ SANZ DE BURUAGA. "La Fundación de Mérida". *Augusta Emerita. Actas del Bimilenario de Mérida*. Madrid, 1976, p. 21. J.M. SOLANA. "Caucenses, Amallobrigenses e Intercatienses y sus Primeros Contactos con Roma", in *Actas del I Congreso de Historia de Zamora*, Zamora 1989. p. 314. A. LIBERATI y F. SILVERIO. *Vita e Costumi dei Romani Antichi: V Organizzazione Militare: Esercito*, Roma 1988, 84. Sobre el traslado de la unidad a *Pannonia*, A. MOCSY. "Pannonia". *RE*. IX suppl. col. 613. A. R. NEUMANN. *Vindobona*. Viena 1980, pp. 14-15. K. GENSER. *Der Österreichische Donaulimes in der Römer Zeit*. Viena 1986, pp. 631-632 y 634.

<sup>(4)</sup> S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>.V. ROMERO CARNICERO. *Los Campamentos Romanos de Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora)*. Valladolid 1.997, p. 45.

<sup>(5)</sup> *CiL* II, 263 = *ILER* 5225 = P. LE ROUX. *REA*. LXXVII, 1975, p. 147, n.º 3 = P. LE ROUX. *L'Armée Romaine et les Provinces Ibériques d'Auguste à Dioclétien*. Paris 1982, p. 182, n.º 40.

siderar *Petavonium* como una *mansio* de dicha vía, la XVII (6), y también Ptolomeo, que indica que este núcleo era una de las *poleis* de los *Astures Superados* (7).

Sin embargo, no todo fueron luces, ya que la marcha de la legión debió suponer un duro golpe para los habitantes de la localidad, cuya forma de vida se apoyaba en la presencia de la unidad y de toda el movimiento de riqueza que sus 5.500 hombres generaban, por lo que la segunda mitad del siglo I d.C. debió significar un período de readaptación a una nueva situación (8), llevando, casi seguro, una vida vegetativa.

La decisión imperial de instalar el *Ala II Flavia Hispanorum Civium Romanorum* en los terrenos del antiguo *castra* de la *Legio X Gemina* (9) fue una oportunidad para el desarrollo del núcleo de *Petavonium*, que consiguió crecer con este nuevo impulso, hasta alcanzar la nada desdeñable superficie de 90 ha. (10), dentro del umbral urbano.

Las relaciones entre la comunidad hispanorromana de *Petavonium* y el *ala* y sus mandos debieron ser bastante fluidas, y a buen seguro ambas autoridades, civiles y militares, intentaron convivir de la mejor forma posible, respetando mutuamente sus prerrogativas y zonas de influencia.

Tanto a los *praefecti alae* como a las autoridades locales, a los que no resulta demasiado arriesgado llamar, al menos, premagistrados, les interesaba mantener buenas relaciones, ya que ambos obtenían beneficios de la coexistencia.

Para el prefecto, tener un núcleo importante cerca significaba que podía confiar en que sus hombres serían bien atendidos, muchas veces por sus ex-camaradas que, tras su licencia, se habían instalado allí. También podía esperar que la posibilidad de formar familias estabi-

(6) *It. Ant.* 423, 3.

(7) Ptolomeo. II, 6, 34.

(8) S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>.V. ROMERO CARNICERO. *Los Campamentos...* p. 46.

(9) GÓMEZ MORENO. *CM Zamora*, pp. 48-49. M. VIGIL. "El Ala..." p. 110. A. GARCÍA Y BELLIDO. "El Ejército Hispano...", p. 136. J.M. ROLDÁN HERVÁS. *Hispania...* pp. 213-214. P. LE Roux. *L'Armée...* p. 214. P. LE ROUX. "L'Armée Romaine dans la Péninsule Ibérique sous l'Empire: Bilan pour une Decerne". *REA* 94, 1992, 1-2, p. 233. R. MARTÍN VALLS, M<sup>a</sup>.V. ROMERO CARNICERO y S. CARRETERO VAQUERO. "Aras Votivas..." p. 331.

(10) S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>. V. ROMERO CARNICERO. *Los Campamentos...*, p. 46.

lizaría emocionalmente a sus hombres, que gastarían su paga en mantener a su mujer y sus hijos y no en francachelas que terminasen en desórdenes. Y por último, el Prefecto podía satisfacer muchas de sus necesidades personales a través de los comerciantes locales, e, incluso, mantener una agradable relación social, distinta de la jerárquica que tenía que sostener con sus oficiales y sus soldados.

La comunidad civil de *Petavonium* obtenía unos pingües beneficios de la presencia de los 512 jinetes del ala, que gastarían buena parte de la paga en el interior de la comunidad, bien con la formación de familias, bien con el uso de otros servicios. Además, siempre era posible aprovecharse de aquello que los comerciantes transportaban a la base del Ala por cuenta de la *annona militaris*, y acceder a algunos productos raros como el aceite o el vino de una cierta calidad.

Por lo tanto, en *Petavonium* mantener buenas relaciones entre el campamento militar y el núcleo civil era un objetivo prioritario para cualquiera de los prefectos que se sucedieron en el mando del ala a los largo del tiempo.

Esto permite poner en juego otro factor, ya que el jefe del ala, designado por el Emperador *praefectus equitum alae*, era siempre, como era normal, un miembro del *ordo equester*, es decir un personaje que pertenecía al segundo orden de la sociedad romana, poseedor de una fortuna propia, educado y civilizado, y que, por las características del *cursus honorum* ecuestre, llegaba a *Petavonium* para ejercer por 3 ó 4 años su tercera milicia, lo que le permitiría retirarse honorablemente a su lugar de origen, o bien, con el favor imperiai, acceder a las siempre lucrativas y prestigiosas procurátelas ecuestres, y, tal vez, alcanzar la cúspide del estado romano como Prefecto del Pretorio, segundo hombre del Imperio <sup>(11)</sup>.

Como miembros de un orden que consideraba el evergetismo como una costumbre social, los prefectos del ala podían sentirse inclinados a favorecer con él a la comunidad civil de *Petavonium* <sup>(12)</sup>,

<sup>(11)</sup> P. A. HOLDER. *The Auxilia from Augustus to Trajan*. BAR 70, Londres 1980, pp. 76 y 82.

<sup>(12)</sup> E. MELCHOR GIL. *El Mecenazgo Cívico en la Bética*. Córdoba 1994, pp. 33-36, IDEM. "Consideraciones acerca del Origen, Motivación y Evolución de las Conductas Evergéticas en Hispania Romana". *Studia Historica* XII, 1994, pp. 65-69, indica que una de las motivaciones de los evergetas municipales de *Hispania* era el deseo de obtener gloria y honores dentro de su comunidad, perpetuando su nombre y el de su familia. Evidentemente los evergetas militares compartían esa aspiración a la gloria.

con la que lograrían estrechar más aún los lazos que unían al ala con su *cannaba* (13).

Conocemos el caso de dos prefectos del ala, que, a mediados del siglo II, pusieron en práctica este evergetismo en favor de la comunidad de *Petavonium*.

El africano *M. Sellius Honoratus*, natural del *Municipium Aelium Choba* (Ziamsa, Argelia, *Mauretania Caesariense*) edificó y consagró, cumpliendo un voto, varios templos en honor de Hércules (14), a finales del siglo II (15), como indica esta inscripción (16) (cf. foto 1):

HERCVLI SACR[V]M / M {arcus} SELLIVS L {udi} F {ilius} ARN(ensi tribu) / HONORATVS DO/MO CHOBA EX PR/OVINCIA MAVR[E]/TANIA CAES(ariense) PRA[E]/F(æc/to) EQ(uitum) A(lae) II F(laviae) H(ispanorum) C(ivium) R(omanorum) / VOTORVM COMPO/S TEMPLA ALCIDI / DEO A FVNDAME/NTIS EXTRVXIT

Evidentemente, los templos no fueron edificados dentro del campamento del ala, ya que la tradición y la legislación militar concen-

(13) Tal vez pueda considerarse un paralelo la inscripción *CIL* II, 5690 procedente de León, en la que la posible esposa de un Legado de la *Legio VII Gemina* construyó un puente sobre un río - ¿el Torio o el Bernesga? - en favor de la comunidad civil de la *cannaba* de *Legio VII Gemina*. Cfr. J. MANGAS. “Puente Romano de la Legio VII Gemina (*CIL* II, 5690)”. *Studia Historica* IV-V, 1986-87, pp. 245-251. También E. MELCHOR GIL. “La Construcción Pública en Hispania Romana: Iniciativa Imperial, Municipal y Privada”. *MHA* XIII-XIV, 1992-93, p. 141. También en *Legio*, el Legado *Q. Tullius Maximus* erigió entre el 162 y el 166 un Templo en honor de Diana, que conocemos a través de la florida inscripción *CIL* II, 2660, sobre un ara, aunque en este caso es más que posible que nos encontremos ante algún tipo de capilla privada, que afectaba poco o nada a la vida de los habitantes de la *cannaba* de *Legio*.

(14) S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>. V. ROMERO CARNICERO. *Los campamentos...* p. 46.

(15) M. VIGIL. “El Ala II Flavia”. *AEA* XXXIV, 1961, p. 106, adelanta la fecha hasta el tránsito entre la primera y la segunda centuria. R. MARTÍN VALLS, M<sup>a</sup>.V. ROMERO CARNICERO y S. CARRETERO VAQUERO. “Aras votivas del campamento de *Petavonium*”. p. 343, piensan en la segunda mitad del siglo II.

(16) M. VIGIL. “El Ala II Flavia”. *AEA* XXXIV, 1961, P- 104, n.º 1 = A. GARCÍA Y BELLIDO. *AEA* XXXIV, 1961, p. 105 = *AE* 1963, 16 = *ILER* 2069 = *CIM* 436 = T. MAÑANES. *EN Ast.* 109 = L. S AGREDO SAN EUSTAQUIO y A. JIMÉNEZ DE FURUNDARENA. “La Religion Practicada por los Militares del Ejército Romano de Hispania durante el Alto Imperio. (Ss. I-III)”. *ETE* 9, 1996, p. 316, n.º 2.

traban los cultos militares en el *aedes* del *principia* del campamento, y excluían de él las devociones no oficiales <sup>(17)</sup>.

Por tanto, los templos debieron ser erigidos en el núcleo civil, para satisfacer las necesidades religiosas de algunos devotos de Hércules, además de las del propio prefecto, devotos que debían ser tanto militares como civiles.

Esta obra, según indica la inscripción, fue estrictamente privada del prefecto, ya que no aparece ninguna dedicación imperial, por lo que la dedicatoria y consagración del templo fue una muestra de la munificencia del *Sellius Honoratus* <sup>(18)</sup>.

La situación de estos templos de Hércules es muy difícil de precisar, sin embargo este ara votiva apareció en la Ermita de Santa María del Campo en Rosinos de Vidriales, por lo que no es muy descabellado pensar en una continuación del uso religioso en un espacio consagrado desde antiguo <sup>(19)</sup>.

La otra muestra de evergetismo se la debemos a *L. Versenus Aper*, natural del *Municipium Hispellum* en la *Regio VI* de Italia, que a principios del imperio de Marco Aurelio fue prefecto del ala <sup>(20)</sup>, y erigió un ara votiva para agradecer a la *Fortuna* la correcta finalización de la edificación de unos baños, como indica la siguiente inscripción <sup>(21)</sup> (Foto 2):

L(wdws) - VERSEN VS / APER-PRAEF(ecto) / ALAE OPERE / BAL{I}NEI-SVB SE / INCOHATO ET / CONS VMM A/TO FORTVNAE / L(*ibens*) \(*otum*) S(*olvit*)

<sup>(17)</sup> Cfr. J. HELGELAND. "Roman Religion Army". *ANRWII*, 26.2, 1978, pp. 1470-1505. L. SAGREDO SAN EUSTAQUIO y A. JIMÉNEZ DE FURUNDARENA. "La Religión Practicada por los Militares del Ejército Romano de Hispania durante el Alto Imperio Romano (ss. I-III)". *ETF* 9, 1996, pp. 289-301.

<sup>(18)</sup> E. MELCHOR GIL. "La Construcción..." pp. 144 y 151, Tabla 1, menciona esta munificencia, pero sin explicar porqué *Sellius Honoratus* la hizo. Además fecha la inscripción con una cronología muy baja, 69-117, cuando la inscripción es de mediados del siglo II.

<sup>(19)</sup> S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>. V. ROMERO CARNICERO. *Los campamentos...* p. 46.

<sup>(20)</sup> R. MARTÍN VALLS, M<sup>a</sup>. V. ROMERO CARNICERO y S. CARRETERO VAQUERO. "Aras Votivas..." p. 343.

<sup>(21)</sup> *AE* 1937, 166 = R. MARTÍN VALLS. "Epígrafes Romanos de Sansueña (Rosinos y Santibañes de Vidriales)". *Studia Archaeologica* 75, Valladolid 1.975, p. 13 = L. SAGREDO SAN EUSTAQUIO y A. JIMÉNEZ DE FURUNDARENA. "La Religión..." p. 314, n.º 1.

En los campamentos militares, los soldados disponían siempre de un instalación termal con la que cubrir una necesidad higiénica y social, cual era el baño y el aseo personal. En los campamentos legionarios, las termas solían encontrarse en el interior del *pomerium* del campamento. Sin embargo, en los mucho más pequeños *castella* de los *auxilia*, los baños solían colocarse en las proximidades del campamento, pero fuera de él. Normalmente estas instalaciones eran una de las que contribuían a crear la *cannaba*, como ocurre en este caso (22).

Estas termas, aún sin localizar, debían ser utilizadas indistintamente por militares y civiles, tal vez utilizando los primeros los tiempos en los que los segundos realizaban labores propias de su oficio. Esto significa que las termas eran un lugar adecuado para el establecimiento de cordiales relaciones entre civiles y militares y entre los promagistrados de *Petavonium* y el prefecto del ala.

Por ello, no es extraño que *Versenus Aper* beneficiara con su munificencia a sus propios hombres y a la población civil de *Petavonium* con la construcción de unas nuevas instalaciones termales (*sub se incollato et consumato*), costeadas con su fortuna personal (23), ya que la inscripción, como en el caso anterior, no permite sospechar ni de lejos el patrocinio imperial. Las dedicaciones a *Fortuna* en *Hispania* están frecuentemente relacionadas con los establecimientos termales y además suelen estar dedicadas por militares (24), por lo que esta inscripción debe enmarcarse en este contexto.

En él, se incluye otra inscripción de *Hispania* dedicada a la *Fortuna*, erigida en honor de la *Fortuna Balneari* en Duratón (Segovia) (25) por *Valerius Tueco*, soldado de la *Legio II Adiutrix*, y fue encontrada junto a una fuente en la que aparecen restos de arqueológicos de unas posibles termas (26).

En ambos casos, debemos hacer notar que la munificencia en favor de la población civil de *Petavonium*, que indirectamente también

(22) S. CARRETERO VAQUERO y M<sup>a</sup>.V. ROMERO CARNICERO. *Los campamentos...* p. 46.

(23) E. MELCHOR GIL. "La Construcción..." pp. 152-153, tabla 2, desconoce esta inscripción, aunque si la cita en "Construcciones Cívicas y Evergetismo en la Hispania Romana". *RTF* 6, 1993, p. 450, nota 9, otorgándoles la consideración de baños públicos.

(24) I. KAJANTO. "Fortuna". *AVVILII*, 17.1, Berlín 1981, p. 509.

(25) *CIL* II, 2763 = P. LE Roux. *L'Armée...* n.º 117 = L. S. AGREDO SAN EUSTAQUIO y A. JIMÉNEZ DE FURUNDARENA. "La Religion..." p. 314, n.º 4.

(26) I. KAJANTO. "Fortuna..." p. 509.

alcanzaba a los soldados, no despertaba ninguna clase de suspicacias en la corte imperial. Sin embargo, un evergetismo directa de los prefectos del ala en favor de sus subordinados, costado con su peculio personal, sería inmediatamente identificada con un deseo de atraerse a los soldados para sabe Dios que fines, lo que era una de las mejores maneras de ser castigado por orden del emperador con el destierro, e, incluso con la muerte, ya que, en un estado como el romano, que no era más que una dictadura militar encubierta, el evergetismo en favor de los soldados era patrimonio exclusivo del Emperador, que utilizaba este medio para asegurar la fidelidad de la base más importante de su poder: el ejército profesional.



T. Mañanes

FOTO 1 - Inscripción de *M. Sellius Honoratus* en honor de Hércules



T. Mañanes

FOTO 2 - Inscripción de *L. Versenus Aper* en honor de la Fortuna

SANTOS CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE  
Profesor de la Universidad de Valladolid

EL RECHAZO DE UN GENTILICIO ESCLAVISTA:  
EL CASO DE LOS *PUBLICII* DE HISPANIA ROMANA  
“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 75-104

RESUMEN: LOS *Publicii* de Hispania romana, en cuanto antiguos siervos públicos manumitidos, procuraron por todos los medios a su alcance desprenderse del gentilicio que les procuraba cierta sanción social al evidenciar su indigno origen, interrumpiendo su transmisión generacional por todos los medios a su alcance y tratando de insertarse, ellos y sobre todo su descendencia, en el tejido social con otros onomásticos que les diluyesen dentro del cuerpo social romano.

ABSTRACT: The group of the *Publicii* in Roman Spain, as former public slaves who were manumitted, tried to get rid of this family name which evidenced their low origin and attracted a social sanction. They interrupted the generation transmission of this name, trying to take part with their descendants in the social network with other different names and disguise themselves in the roman social structures.

(Página deixada propositadamente em branco)

## EL RECHAZO DE UN GENTILICIO ESCLAVISTA: EL CASO DE LOS *PUBLICII* DE HISPANIA ROMANA

Los siervos públicos <sup>1</sup>, principalmente de las ciudades, que, al obtener la manumisión adoptan de forma habitual el *nomen Publicius* <sup>1 2</sup>, quedan sobre el conjunto total de los siervos que son liberados por sus dueños, en una situación especialmente comprometida en cuanto al prestigio y proyección social se refiere, porque junto al privilegio de la libertad adquieren una marca en su onomástico que les define a ellos y a su posterior descendencia como antiguos siervos y que proclama de manera ostensible su indigno origen. Incluso, aquellos libertos de asociaciones profesionales, que al obtener la manumisión asumen un onomástico procedente de la actividad del organismo o *collegia*<sup>3</sup> que les promociona, quedan más diluidos en su entorno social que con la imposición del *Publicius*. Por el contrario, los demás libertos, especialmente los que pertenecieron a particulares, al asumir el gentilicio de sus patronos, hacen desaparecer, al menos públicamente, su origen, que solo puede quedar en evidencia por la presencia de determinados *cognomina* que dejen traslucir su antigua condición, pero que, seguramente, desaparecerán en generaciones posteriores. En cambio, quienes posean el onomástico *Publicius* se verán enfrentados a la transmisión generacional del mismo, marcando de una forma especial a ese grupo familiar a través del tiempo. Una vez recibida la libertad resultaba innecesaria la penosa carga de soportar un nombre que evidenciaba la anterior condición servil del individuo. Con toda seguridad, los propios *Publicii*

<sup>1</sup> Fundamentalmente, entre la amplísima bibliografía: Halkin; Rouland; Mangas (1971); Fabre; Dumont; Serrano.

<sup>2</sup> PIR P 773-780; Schulze, 216, 414, 456, 518; Solin - Salomies, 150.

<sup>3</sup> Waltzing; Santero.

fueron conscientes de ello y trataron por todos los medios a su alcance de evitar la transmisión *ad infinitum* de su gentilicio.

Los *Publicii* cuyo testimonio <sup>4</sup> ha quedado registrado en las fuentes epigráficas dejan expresión de su gentilicio de dos formas sustanciales: expresándolo por sí mismos, de manera consciente, libre y voluntaria, o bien apareciendo el antropónimo de forma indirecta, sin intencionalidad propia, al ser inscrito aquel por familiares, amigos u otros individuos, casi siempre, pero no únicamente, en su texto funerario.

Los primeros, aquellos que sin reparo alguno hacen constar su nombre *Publicius/Publicia*, deben ser libertos originarios en quienes se ha generado el gentilicio y por lo tanto corresponden a los momentos iniciales de su conversión en tales. Buena prueba de ello es el hecho de que ninguno presenta filiación paterna, porque efectivamente se trata del primer momento de creación del gentilicio. Reafirmando este hecho se encuentran diversas filiaciones que evidencian el momento inicial de origen del gentilicio, tales como aquellos que aparecen con la filiación de un organismo gremial o de una ciudad tal como *lib(ertus) gen(tis)*, *pop(uli) lib(ertus)*, *liber[t]us M(unicipii) F(lavii) nesca[n(iensis)]*, *Sag(unti) l(iberta)*.

Probablemente no debe verse en ellos de inmediato un rechazo al nombre, sino incluso un orgullo por el nuevo status conseguido, sobre todo cuando se expresa en forma de *tria nomina*, como se puede observar en el cuadro correspondiente. Sin embargo, también resulta significativo que en ningún caso se deje constancia de descendiente alguno, que, lógicamente, habría adoptado el antropónimo paterno. Estos presuntos descendientes anónimos, ocultados por estas fuentes, serán los que aparezcan mencionados, de forma indirecta, junto con su filiación, por otros dedicantes.

Puede deducirse que los *Publicii* que inscriben su nombre voluntariamente, sin filiación paterna, se niegan a vincular con su nombre, en los textos, a su propia descendencia, evitando su mención. Aparecen solos en su contexto familiar, sin antecesores ni descendientes<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Crespo (1998), donde se publica el *corpus* de *Publicii* hispanos y a él se hace referencia en los cuadros del presente trabajo, en la última columna correspondiente a la bibliografía cuyo rótulo es HANT XXII y cuyo número hace referencia al de la inscripción correspondiente del referido *corpus*.

<sup>5</sup> No entramos a considerar la siguiente inscripción por hacer referencia, como único ejemplar, a la época republicana y representar parámetros no valorables para el Imperio tanto en lo referente al nombre que se menciona en ella, *Poplici(us)*, en equi-

*Publicii originarios: expresión voluntaria del nombre sin filiación ni descendenda*

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
Pub(licius) Incesuus <sup>6</sup>		s. I	Baleares, Ibiza	9
C(aius) Publicius Primus <sup>7</sup>		s. I	Barcelona	11
Pub(licius) Maritimus <sup>8</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Martialis <sup>9</sup>	Libertus gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Mascellio <sup>10</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Mercator <sup>11</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Paratus <sup>12</sup>		a. 239	Burgos, Sasamón	14
L(ucius) Publicius Severus <sup>13</sup>	Avunculus de Valeria Salvia	s. I	Cáceres, Oliva	17
Pub(licius?) <sup>14</sup>		s. II	Cádiz	23
Publicius Fortunatus <sup>15</sup>	Tauribolium p.s.			
Publicius Valerius	Severo Alex.	a. 234	Córdoba	27
Fortunatus <sup>16</sup>	Tauribolium p.s. Imperii	a. 238	Córdoba	28

valencia a *Publicius*, que aparece entre varios libertos maestros canteros en una estación minera de Cabo de Palos, en Cartagena, Murcia, como a su función dentro de la metodología que hemos seguido en este estudio. Cfr. CIL II 3433; Beltrán, 270-271, n.º 6; Belda, 156-158. El texto dice: *Heisce m/agistris /coirarunt/ C(aius) Poplici(us) C(aii) fili(us) / L(ucius) Cervi(us) L(ucii) fili(us) / M(arcus) Caeici(ajn(us) C(aii) l(ibertus) / L(ucius) Talepi(us) A(uli) l(ibertus) / Cn(aeus) Tongili(us) Pu(blii) l(ibertus) / L(ucius) Paqui(us) Lon(gus) l(ibertus) Sil(vani) / Q(uintius) Verati(us) Cis / PU. Pontili(us) M CS / Q. Claudi(us) Pos(tumus) C S. Tampoco consideramos la inscripción de los *Pulicii*, con equivalencia a *Publicii*, que aparecen en la inscripción de *Tarraco*, de cronología hacia los siglos II-III, porque los mencionados, casos únicos en la epigrafía hispana, son inmigrantes africanos de *Leptis*: CIL II 6116; Alföldy n.º 402. Dice así: *D(is) M(anibus) S(acrum) / Pulido Zio/gas v(ernae) Lepti/tan(o) v(ixit) a(nnis) XCII / /p(osuit) filia Pulici/a Fiorina pa/tri pientissimo*.*

<sup>6</sup> Veny, 208-209, n.º 184; Crespo (1998) n.º 9.

<sup>7</sup> Fabre, Mayer, Rodà, 286, n.º 206; Crespo (1998) n.º 11.

<sup>8</sup> CIL II 5812; D'Ors, 395-397, n.º 30; Crespo (1985), 510-514, n.º 40; Crespo (1998), n.º 14.

<sup>9</sup> Vid. Nota 8.

<sup>10</sup> Vid. Nota 8.

<sup>11</sup> Vid. Nota 8.

<sup>12</sup> Vid. Nota 8.

<sup>13</sup> Hurtado, 175, n.º 364; Crespo (1998) n.º 17.

<sup>14</sup> González (1982) 248, n.º 482; Crespo (1998) n.º 23.

<sup>15</sup> CIL IP / 7, 233; Crespo (1998) n.º 27.

<sup>16</sup> CIL ID / 7, 234; Crespo (1998) n.º 28.

L(ucius) Publicius Urbanus <sup>17</sup>		s. II	Portugal, Faro	36
M(arcus) Public(ius) Victor <sup>18</sup>	Pop(uli) I(ibertus) I Votiva	s. I	Jaén, Cerro Alcalá	41
M(arcus) Publicius Steph[anus] <sup>19</sup>	Patrono de Arbuscula	s. I	Jaén, Jimena	43
C(aius) Publici[us ...innus] <sup>20</sup>	Votiva	s. II-III	Jaén, Villarrodriago	46
C(aius) Publicius Fortunatus <sup>21</sup>	Liber[t]us M F nesc[an]s(iensis) Numini divorum Augg.		Málaga, Abdalajís	47
Pub(licius) Fe[l]ix <sup>22</sup>	Posuit a Secundina, ospes	s. II	Portugal, Mértola	48
Pub(licius) Ursus <sup>23</sup>	Hijo de Pub(licia) Pestera	s. II	Pontevedra, Vigo	51
Publicia Sophe <sup>24</sup>			Sevilla, Carmona	55
Publicius Apronianus <sup>25</sup>	Hast(atus) leg(ionis) XXII	s. II	Tarragona	57
Publicius Alexander Laetilianus <sup>26</sup>	Balsensium	s. II	Portugal, Tavira	59
M(arcus) Publicius Pannicus <sup>27</sup>		s. II	Valencia, Játiva	60
Publicia Sacerdos <sup>28</sup>	L(iberta) Sag(unti)	s. I	Valencia, Sagunto	63
M(arcus) Publicius Philodamus <sup>29</sup>		s. I	Valencia, Sagunto	65
Public[ia ...] Paez[sa lunte...] <sup>30</sup>			Valencia, Sagunto	66
C(aius) Publiciu[s] <sup>31</sup>	Marca cerámica	s. II	Zaragoza, Alfocea	67

<sup>17</sup> Encarnação, 54-58, n.º 10; Crespo (1998) n.º 36.

i« CIL IP / 7, 2a; Crespo (1998) n.º 41.

<sup>19</sup> González, Mangas (1991), 386-387, n.º 343; CIL IP / 7, 11; Crespo (1998) n.º 43.

<sup>20</sup> González, Mangas (1991a), 631-632, n.º 590; Crespo (1998) n.º 46.

<sup>21</sup> CIL II 2009; Crespo (1998) n.º 47.

<sup>22</sup> Encarnação, 169, n.º 106; Crespo (1998) n.º 48.

<sup>23</sup> Baños, 117-118, n.º 44; Crespo (1998) n.º 51.

<sup>24</sup> CIL II 1386; Crespo (1998) n.º 55.

<sup>25</sup> Alföldy n.º 176; Crespo (1998) n.º 57.

<sup>26</sup> Encarnação, 134-137, n.º 80; Dias, 244, n.º 2; Crespo (1994), 368, nota 14; Crespo (1998) n.º 59.

<sup>27</sup> Corell (1994), 80-81, n.º 40; Crespo (1998) n.º 60.

<sup>28</sup> Beltran Lloris, 168-169, n.º 194; Crespo (1998) n.º 63.

<sup>29</sup> Beltran Lloris, 168, n.º 193; Crespo (1998) n.º 65.

<sup>30</sup> CIL II pag. 1088; Beltran Lloris, 245 n.º 297; Crespo (1998) n.º 66.

Martin, 299-300, n.º 2; Crespo (1998) n.º 67.

*Excepciones & Publicii originarios: expresión voluntaria del nombre con descendencia*

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
C(aius) Publicius Melissus <sup>32</sup>	Padre de C. Iulius Silvanus	s. II	Barcelona	10

La única excepción<sup>32 33</sup> al cuadro anterior, como muestra evidente de expresión voluntaria del nombre haciendo constar la descendencia es *C(aius) Publicius Melissus*<sup>34</sup>, *lilili vir* de *Barcino*, quien dedica honras funebres a su hijo *C(aius) Iulius C(ai) fil(ius) Pal(atina) Silvanus*, edil de *Barcino*. Sin embargo, éste ya ha hecho desaparecer de su nombre el gentilicio paterno, cuando muere a los 18 años. No obstante, el hijo difunto junto a la mención de la tribu *Pal(atina)*, propia de los libertos<sup>35</sup> a la que pertenece, presenta su filiación con el *praenomen* de aquel, con lo que la paradoja de la distorsión onomástica entre padre e hijo queda más radicalmente establecida. Esa adquisición de un nuevo nombre, presumiblemente por adopción en otra familia y a la que no es ajena la buena situación socioeconómica del padre, permite la aparición en el texto, con todo lujo de detalles prestigiosos, de los onomásticos del padre y del hijo con el evidente contraste de la desaparición del gentilicio *Publicius* en el hijo y su sustitución por el *Iulius*. De manera insistente en la contraposición de términos, en el mismo epígrafe se da constancia del que puede ser perfectamente hermano de *Melissus*, *C(aius) Publicius Hermes*, también *lilili vir augustal*.

El caso de *Pub(licius) Ursus*<sup>36</sup>, dedicante del epitafio funerario de su madre *Pub(licia) Pestera* en Vigo, aunque no constituye una filiación en el sentido propio del término, sí lo es en la realidad. Sin embargo, aunque podría pensarse en una transmisión del gentilicio a partir de la madre, no debemos prescindir de la idea de que en este caso, ambos, madre e hijo podrían haber recibido la manumisión al mismo

<sup>32</sup> Fabre, Mayer, Rodà, 142-143, n.º 66; Crespo (1998) n.º 10.

<sup>33</sup> No puede considerarse excepción el caso de *Publicia Arbuse[ula]* ya que se trata de filiación de liberta. González, Mangas (1991) 386-387, n.º 343; CIL II<sup>2</sup> / 7, 11; Crespo (1998) n.º 43.

<sup>34</sup> Crespo (1998) n.º 10. También en n.º 12 y n.º 13. Fabre, Mayer, Rodà, 142-143, n.º 66. El mismo en n.º 11 y n.º 109.

<sup>35</sup> Pavis 190.

<sup>36</sup> Baños, 117-118, n.º 44; Crespo (1998) n.º 51.

tiempo, de donde la coincidencia de los onomásticos, siendo ambos, pues, *Publicii* originarios.

Pero igualmente, los *Publicii* que aparecen de forma indirecta en las fuentes, a través de su mención por otros, aparecen en un amplio número, en solitario y perfectamente individualizados familiarmente, sin filiación y sin descendencia, como si de alguna manera los dedicantes cumpliesen la voluntad implícita de aquellos que no deseaban dejar rastro escrito de su nombre, salvo, llegado el caso, el suyo propio y personal. También éstos deben ser originarios al no aparecer la filiación. Y también para éstos existirán descendientes anónimos, ocultos en estas fuentes, que aparecerán figurando en fuentes indirectas. <sup>37 38 39 \* 41 42 \* 44 45 \* \*</sup>

*PublMí* originarios: expresión involuntaria del nombre sin filiación ni descendencia.

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
M(arcus) Publ(icius) 1 <sup>37</sup>	D(is) [M(anibus) ...]	s. II-III	Alicante, Alcudia	1
M(arcus) Publ(icius) 2 <sup>38</sup>	D(is) [M(anibus) ...]	s. II-III	Alicante, Alcudia	1
Publicia Tertiola <sup>39</sup>	An. LIII	s. I	Almería, Adra	2
Publicia Eborā <sup>40</sup>	Em[erita nata] an. LI[...]		Badajoz, Mérida	4
[P]ublicia Olivola <sup>41</sup>		s. II	Badajoz, Mérida	5
L(ucius) Publicius Placidus <sup>42</sup>	An. XXX	s. I	Badajoz, Mérida	6
M(arcus) Publicius Felix <sup>43</sup>		s. II	Badajoz, Mérida	7
Publicius Mysticus <sup>44</sup>	Arcigallo I M(ater) D(eum)		Badajoz, Mérida	8
C(aius) Publicius Hermes <sup>45</sup>	IIII vir Augustalis	s. II	Barcelona	10
C(aius) Publicius Melissus <sup>46</sup>	IIII vir   Fides Publica	s. II	Barcelona	12
C(aius) Pub(licius) Mel[issus] <sup>47</sup>	[II]IIII vir	s. II	Barcelona	13

<sup>37</sup> Rabanal, Abascal, 230, n.º 80; Crespo (1998) n.º 1.

<sup>38</sup> Vid. nota 37.

<sup>39</sup> Lázaro, 55 n.º 17; Crespo (1998) n.º 2.

<sup>40</sup> < CIL II 504; Crespo (1998) n.º 4.

<sup>41</sup> MMusArq. 7, 1946, 37; Gamer, 194, BA n.º 31, Taf. 77d; Crespo (1998) n.º 5.

<sup>42</sup> García Iglesias, 92; Crespo (1998) n.º 6.

« Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 1990, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>44</sup> García Bellido, 48-49, n.º 4; Crespo (1998) n.º 8.

<sup>45</sup> Fabre, Mayer, Rodà, 142-143, n.º 66; Crespo (1998) n.º 10. También en n.º 12 y n.º 13.

<sup>46</sup> Fabre, Mayer, Rodà, 68-69, n.º 11; Crespo (1998) n.º 12.

<sup>47</sup> Fabre, Mayer, Rodà, 193-194, n.º 109; Crespo (1998) n.º 13.

A(ulus) Publicius Viator <sup>48</sup>	Viator?	s. I	Cáceres	15
Publicia Felicia <sup>49</sup>	An. XXVI	s. II	Cádiz	18
Publicia Fortunata 2 <sup>50</sup>	An. XXXVI	s. I	Cádiz	19
Publicia Ursa <sup>51</sup>	An. LXXV	s. II	Cádiz	20
Publicius Diadumenus <sup>52</sup>	An. XCIII	s. I	Cádiz	21
Publicius Navalis <sup>53</sup>	An. XXXXI	s. II	Cádiz	22
Ti(berius) Publicius Martialis <sup>54</sup>	An. LXV	s. I	Cádiz	24
M(arcus) Publicius Victor Cippianus <sup>55</sup>	An. XLIIIX	s. II	Cádiz, Chiclana	25
Public(ia) Martia <sup>56</sup>	An. LXXI	s. II	Córdoba	29
P(ublius) Publicius Fortunatus <sup>57</sup>	Lib. prov. Baetica/Verna urbicus   Marmorarius signarius	s. II	Córdoba	30
A(ulus) Publicius [Ge]rmanus <sup>58</sup>	Sacerdos p. Fam. Publ. c.c.P	s. I-II	Córdoba	31
C(aius) Public(ius) <sup>59</sup>	Lib. prov. Baetica	s. II	Córdoba	32
C(aius) Publicius Nedumus <sup>60</sup>	An. L	s. I	Córdoba, F. Tójar	33
[Pu]blic[ius] Felix <sup>61</sup>	An. XX	s. I-II	Córdoba, Magacela	34
Publicius Asmenus <sup>62</sup>	An. LXXV	s. I	Cuenca, Valeria	35
Fausta Pub[licia] Verecunda <sup>63</sup>			Guadalajara, Illana	38
Publicia Fortunalis <sup>64</sup>	An. XXI	s. II	Jaén, Albarchez	39
Publicia Kamerina <sup>65</sup>	An. LI	s. II	Jaén, Cerro Alcalá	40

<sup>48</sup> Hurtado, 101-102, n.º 158; Crespo (1998) n.º 15.

<sup>49</sup> González (1982) 149, n.º 266; Crespo (1998) n.º 18.

<sup>50</sup> so González (1982) 149, n.º 267; Crespo (1998) n.º 19.

<sup>51</sup> González (1982) 150, n.º 268; Crespo (1998) n.º 20.

<sup>52</sup> González (1982) 150, n.º 269; Crespo (1998) n.º 21.

<sup>53</sup> González (1982) 235-236, n.º 448; Crespo (1998) n.º 22.

<sup>54</sup> López, Ruiz, 33, n.º 22; Crespo (1998) n.º 24.

<sup>55</sup> González (1982) 151, n.º 270; Crespo (1994) 370, nota 38; Crespo (1998) n.º 25.

<sup>56</sup> CIL IP / 7, 522; Crespo (1998) n.º 29.

<sup>57</sup> CIL IP / 7, 301; Crespo (1998) n.º 30.

<sup>58</sup> CIL IP/ 7, 315. Crespo (1990) 110, nota 12; Crespo (1991), 246, n.º 20;

Crespo (1994), 367, nota 5; Crespo (1998) n.º 31.

<sup>59</sup> CIL IP / 7, 300; Crespo (1998) n.º 32.

<sup>60</sup> HEp 4, 125 n.º 311; Crespo (1998) n.º 33.

<sup>61</sup> CIL IP / 7, 970; Crespo (1998) n.º 34.

<sup>62</sup> Rodríguez Colmenero, 217, n.º 37 A; Crespo (1998) n.º 35.

<sup>63</sup> Abascal (1983) 74, n.º 19; Crespo (1998) n.º 38.

<sup>64</sup> González, Mangas (1991), 394-395, n.º 352; CIL IP/7, 25; Crespo (1998) n.º 39.

Publicia [Sere]na <sup>66</sup>	An. LI	s. I	Jaén, Cerro Alcalá	42
Publicia Marullina <sup>67</sup>	An. LI	s. I	Jaén, Jodar	44
D(ecius) Publicius Subicius <sup>68</sup>	Dominus de Gemina	s. I	Jaén, Ubeda	45
Pub(licia) Lucina <sup>69</sup>	An. IIII	s. II	Portugal, Mértola	49
Q(uintus) Publ(icius) Heraclida <sup>70</sup>	An. V	s. II	Murcia, Cartagena	50
P(ublicius)? Acciq(um) <sup>71</sup>	An. LXX	s. II	Segovia	53
A(ulus) Publicius Turpio <sup>72</sup>		s. I	Sevilla, Alcalá Río	54
Publicia Novata <sup>73</sup>	An. XXIII	s. II	Sevilla, Ecija	56
Publicia Alpina <sup>74</sup>		s. III	Tarragona	58
Pub(licia)? Eraste <sup>75</sup>	An. XIII m. X...	s. II-III	Valencia, Játiva	61
Publicia Acirtilla <sup>76</sup>	An. XXX   L(iberta) M(unicipii) S(aguntini)	s. I	Valencia, Sagunto	63
Publicia Fortunata I <sup>77</sup>	An. XVIII m. II	s. II		68
Cn(aeus) Public(ius) Terminal(is) <sup>78</sup>			69	
Publicia Graecul[a] <sup>79</sup>	L(iberta) colon(iae) E(meritae)	s. I	Badajoz, Monterubio	70

65 CIL IP / 7, 12; S. Crespo, "Los *Publicii*...", *Hant* XXII 1998, n.º 40.

<sup>66</sup> González, Mangas (1991), 387-388, n.º344; Crespo (1998) n.º 42.

<sup>67</sup> González, Mangas (1991), 396-397, n.º 355; Crespo (1998) n.º 44.

<sup>68</sup> J. Mangas (1990), 263-272; González, Mangas (1991a), 407-409, n.º 362; Crespo (1998) n.º 45.

<sup>69</sup> Encarnação, 175-176, n.º 112; Crespo (1998) n.º 49. Vide Foto 1.

<sup>70</sup> *HAE* 730; Crespo (1998) n.º 50.

<sup>71</sup> Crespo (1978), 217 n.º 49; Knapp, 230-231, n.º 254; Crespo (1998) n.º 53.

<sup>72</sup> González (1991), 259-260, n.º 314; Crespo (1998) n.º 54.

<sup>73</sup> González (1982a) 372; Crespo (1998) n.º 56.

<sup>74</sup> Alföldy, 325, n.º 653; Crespo (1998) n.º 58.

<sup>75</sup> CIL II 5980; Corell (1994), 89-90, n.º 49; Crespo (1998) n.º 61.

<sup>76</sup> Beltrán Lloris, 168-169, n.º194; Crespo (1998) n.º 63.

<sup>77</sup> CIL II 4983; Crespo (1998) n.º 68.

<sup>78</sup> CIL II 4975, 47; Crespo (1998) n.º 69.

<sup>79</sup> Stylow, *Madrugá*, 34-36; Crespo (1998) n.º 70. Con nuestro agradecimiento al prof. Dr. José d'Encarnação, del Instituto de Arqueología de Coimbra, por habernos proporcionado noticia de la inscripción cuando este trabajo se encontraba en pruebas y aún no disponíamos de la bibliografía de referencia.

*Excepciones & Publicii originarios: expresión involuntaria del nombre con descendencia*

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
M(arcus) Publicius Florus <sup>80</sup>	Padre de Faustus	s. I	Almería, Villaricos	3
Pub(licia) Pestera <sup>81</sup>	Madre de Pub(licius) Ursus	s. II	Pontevedra, Vigo	51
Publicius Iuvenalis <sup>82</sup>	Padre de [Publicius] Iuvenalis	s. II	Segovia	52
M(arcus) Publicius Felix <sup>83</sup>	Padre de Asell(ia) [C]laudia	s. II	Badajoz, Mérida	7
[Publicius Me]leager <sup>84</sup>	Padre de [Caecilius Ac]tus	s. II	Valencia, Sagunto	64
[Publicia Per]petua <sup>85</sup>	Madre de [Caecilius Ac]tus	s. II	Valencia, Sagunto	64

La aparición de *C. Publicius Melissus* en las inscripciones n.º 12 y 13 es cronológicamente anterior a su aparición en la n.º 10. En ellas, en las n.º 12 y n.º 13, *Melissus*, recién recibido el honor del sexvirato y en proceso de consolidarse con una sólida fortaleza social, no figura ni con filiación ni con descendencia. Solo más adelante, consolidada su situación y cuando su hijo ya ha recibido por adopción un nuevo nombre y logra ser edil de *Barcino*, es cuando, en la inscripción n.º 10, aparece la mención del descendiente.

*Pub(licia) Pestera*<sup>86 87 88</sup>, madre de *Pub(licius) Ursus*, ha debido de recibir la manumisión al mismo tiempo que su hijo, tal como se vio anteriormente. *Publicius Iuvenalis*<sup>87</sup> aparece en su inscripción funeraria mencionado por su hijo *Iuvenalis*, quien omite su propio gentilicio, asignándosele al padre. De la misma manera, los dedicantes a *Faustus*<sup>88</sup> omiten el gentilicio en él mismo y lo aplican únicamente al padre.<sup>80 81 82 83 84 85 \* 87</sup>

<sup>80</sup> Lázaro, 101, n.º 57; Curchin, 185-186, n.º 3; Crespo (1998) n.º 3.

<sup>81</sup> Baños, 117-118, n.º 44; Crespo (1998) n.º 51.

<sup>82</sup> Crespo (1978) 217 n.º 50; Knapp, 231, n.º 255; Crespo (1998) n.º 52.

<sup>83</sup> Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>84</sup> Beltrán Lloris, 167, n.º 192; Crespo (1998) n.º 64.

<sup>85</sup> Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>86</sup> Baños, 117-118, n.º 44; Crespo (1998) n.º 51.

<sup>87</sup> Crespo (1978), 217 n.º 50; Knapp 231, n.º 255; Crespo (1998) n.º 52.

<sup>88</sup> Lázaro, 101, n.º 57; Curchin, 185-186, n.º 3; Crespo (1998) n.º 3.

Y *M(arcus) Publicius Felix %<sup>9</sup>* es mencionado por su hija *Asell(ia) Cl[au]dio* que ya ha adoptado el nombre de la madre en sustitución del de su padre reforzado por el nuevo gentilicio *Claudia*.

Otras excepciones al cuadro anterior proceden no ya de la primera generación de libertos *Publicii* sino de una segunda generación que ha venido ocultando, como su progenitora, cualquier vestigio de filiación paterna o descendencia y en la que únicamente aparecen éstas características en la forma involuntaria de expresión del nombre. Constituyen, lógicamente, la generación posterior a los *Publicii* originarios que quedaba opaca en las fuentes de los progenitores.

*Excepciones & Publicii de 2ª generación: expresión involuntaria del nombre con filiación*

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
[Publicius] Faustus <sup>90</sup>	Hijo de M. Publici(us) Florus	s. I	Almería, Villaricos	3
L(ucius) Publicius Thiamus <sup>91</sup>	Hijo de L. [Publicius] I	s. I	Cáceres, Oliva	16
[Pub]licia Tusca <sup>92</sup>	Hija de M. [Publicius]		Portugal, Campos	26
Publicia Laetina <sup>93</sup>	Hija de L. [Publicius]	s. II-III	Granada, La Zubia	37
[Pub]licia [Cle?]me(n)tina <sup>94</sup>	Hija de L. [Publicius]	s. I-II	Valencia, Liria	62

Todo lleva a la consideración de que en los *Publicii* resulta extraña la aparición de una segunda generación con el mismo gentilicio, que nunca se muestra cuando el interesado inscribe un texto voluntariamente y solo aparece en la formulación indirecta a través de terceros y de manera escasísima. Y ello porque los libertos públicos, una vez obtenida la libertad tratarán de ocultar en sus descendientes, la indignidad de un origen servil. De ahí que no aparezcan descendientes en los textos epigráficos sino de manera esporádica e infrecuente.

Tampoco aparecen filiaciones, porque quienes firman personalmente como *Publicii* o quienes son denominados así por otros, pertenecen al momento originario de su conversión en libertos, es decir, el<sup>89 90 91 92 93</sup>

<sup>89</sup> Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>90</sup> Lázaro, 101, n.º 57; Curchin, 185-186, n.º 3; Crespo (1998) n.º 3.

<sup>91</sup> Hurtado, 169, n.º 348; Crespo (1998) n.º 16.

<sup>92</sup> Blázquez, 170; Crespo (1998) n.º 26.

<sup>93</sup> Pastor, Mendoza, 226, n.º 124; Crespo (1998) n.º 37.

<sup>94</sup> Corell (1990), n.º 156; J. Corell (1996), 93-94, n.º 44; Crespo (1998) n.º 62.

momento preciso de la adquisición del *nomen gentilicium* que, al ser público, no permite heredar el nombre, inexistente, por otra parte, de un padre esclavo. Únicamente y en casos muy concretos aparecen *Publicii* con filiación, escasos vestigios de una segunda generación en la que aún no se ha perdido el nombre y que se muestran de manera indirecta en las fuentes.

Además, el transmisor del gentilicio no es el padre biológico, sino una entidad pública, lo que permite a unos pocos construir su filiación como liberto con referencia al municipio, organismo o comunidad que le otorga la libertad, prueba evidente de que se trata de *Publicii* originarios, recién incorporados a la ciudadanía, que reafirman su onomástico con el indicativo de *libertus/a* en la filiación y que tampoco muestran en sus fuentes algún tipo de descendencia.<sup>96 97 98 99 \*\* 102 103</sup>

*Filiaciones públicas de los Publicii*

Nombre	Datos Sociales	Cronología	Localidad	HANT XXII
Pub(licius) Maritimus <sup>95</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Martialis <sup>96</sup>	Libertus gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Mascellio <sup>97</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Mercator <sup>98</sup>	Lib(ertus) gen(tis)	a. 239	Burgos, Sasamón	14
P(ublius) Publicius Fortunatus <sup>99</sup>	Lib. provinc(iae) Baetic(ae)	s. II	Córdoba	30
C(aius) Public(ius) <sup>100</sup>	Lib. provinc(iae) Baetic(cae)	s. II	Córdoba	32
M(arcus) Public(ius) Victor <sup>101</sup>	L(ibertus) pop(uli)	s. I	Jaén, Cerro Alcalá	41
C(aius) Publicius Fortunatus <sup>102</sup>	Liber[t]us M(un). F.Nescania		Málaga, Escaña	47
Publicia Sacerdos <sup>103</sup>	L(iberta) Sag(unti)	s. I	Valencia, Sagunto	63

<sup>95</sup> CIL II 5812; D'Ors, 395-397, n.º 30; Crespo (1985) 510-514, n.º 40; Crespo (1998) n.º 14.

<sup>96</sup> Vid. nota 94

<sup>97</sup> Vid. nota 94

<sup>98</sup> Vid. nota 94

<sup>99</sup> CIL IP / 7, 301; Crespo (1998) n.º 30.

<sup>100</sup> CIL IP / 7, 300; Crespo (1998) n.º 32.

<sup>101</sup> CIL IP / 7, 2ª; Crespo (1998) n.º 4L

<sup>102</sup> CIL II 2009; Crespo (1998) n.º 47.

<sup>103</sup> Beltrán Lloris, 168-169, n.º 194; Crespo (1998) n.º 63.

<sup>104</sup> Vid. nota 102.

Publicia Acirtilla <sup>104</sup>	L(iberta) M(un) S(aguntini)	s. I	Valencia, Sagunto	63
Publicia Graecul[a] <sup>105</sup>	L(iberta) colon(iae) E(meritae)	s. I	Badajoz, Monterrubio	70

Y no se trata únicamente de que el onomástico ha sido ocultado en la descendencia, ya que podría haber aparecido en cualquier contexto de manera singular o accidental, sino de que en la mayor parte de los casos, el onomástico ha desaparecido ya de la familia, en la misma o en la generación siguiente como se prueba en diferentes casos, confirmando la voluntad personal, propia o del entorno familiar y sociológico, de sustituir el gentilicio originario, gratificante por haber supuesto en un momento preciso la libertad personal, pero indigno para los descendientes futuros por revelar el poco digno origen del grupo familiar.

*Sustitución del gentilicio Publicius en la misma generación*

Nombre originario	Cronología	Nombre posterior	Cronología	Localidad	HANT XXII
Publicius Fortunatus <sup>106</sup>	a. 234	Publicius Valerius Fortunatus	a. 238	Córdoba	27 & 28

*Sustitución del gentilicio Publicius en la segunda generación*

Nombre del padre	Cronología	Nombre del hijo	Cronología	Localidad	HANT XXII
M.Publicius Felix <sup>107</sup>	s. II	Asell(ia) Claudia	s. II	Mérida	7
C. Publicius Melissus <sup>108</sup>	s. II	C. Iulius Silvanus	s. II	Barcelona	10
[Publicius Me]leager <sup>109</sup>	s. II	[Caecilius Ac]tus ¿?	s. II	Sagunto	64

Pero se evidencia, en general, que los *Publicii* tratan de huir del gentilicio que les ha concedido la manumisión y que les impide inser-

ios Vid. nota 79.

<sup>104</sup> CIL II<sup>2</sup> / 7, 233 y 234; Crespo (1998) n.º 27 y 28.

<sup>105</sup> Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>108</sup> Fabre, Mayer, Rodá, 142-143, n.º 66; Crespo (1998) n.º 10.

<sup>109</sup> Beltrán, 167, n.º 192; Crespo (1998) n.º 64.

tarse de manera ordinaria y natural en la sociedad y necesitan esconder su nombre detrás de otro que garantice el ocultamiento de su origen servil. De ahí que aquellos personajes que más fuerza social hayan adquirido tendrán una mayor capacidad de eliminar su nombre mediante el procedimiento de la adopción en otra familia con la que se vinculen mutuamente en una red de influencias sociales, económicas y de política ciudadana. Es el caso de *C(aius) Publicius Melissus, lililí vir* de *Barcino*, honrado por el *ordo* de la ciudad, cuyo hijo, como se ha visto anteriormente, *aedilis* barcinonense, viene a asumir el onomástico *Iulius, C(aius) Iulius C(aii) fil(ius) Pal(atina) Silvanus* <sup>no</sup>, renunciando al *Publicius* del padre. E igualmente *Publicius Fortunatus*, que aparece en *Corduba* con este nombre en 234 y cuatro años más tarde, en 238 y en la misma ciudad, viene a llamarse *Publicius Valerius Fortunatus*<sup>1 n</sup>, posiblemente habiéndose hecho adoptar en ese tiempo por un *Valerius* como primer paso para ocultar su gentilicio originario en un futuro próximo y para evitar la transmisión futura del *Publicius* a su descendencia. La adopción de estos nuevos gentilicios y en personajes de un cierto nivel como *Silvanus* o *Fortunatus* no es fruto del azar sino que se trata de algo previamente programado. El nombre *Valerius* tiene en este caso una doble significación: se trata de un onomástico prestigioso, que es portado por familias de gran relevancia social en las provincias romanas y, además, se encuentra profusamente extendido en el mundo romano. Aunque en el territorio cordubense apenas llegan al medio centenar, los *Valerii* constituyen uno de los grupos onomásticos romanos más frecuentes en Hispania y en el Imperio \* <sup>111 112 113</sup> lo que permite, sin duda alguna pasar más desapercibido, al menos, antroponimicamente. *Fortunatus* ha formado parte del entramado municipal como siervo público y, al obtener la libertad, gozaba muy posiblemente de una buena situación económica que le permite efectuar inversiones en las costosas ceremonias públicas de los dos *taurobolia*<sup>n?></sup> que dedica *pro salute*

no vid. nota 106.

<sup>111</sup> Vid. nota 104.

<sup>112</sup> En *Hispania*, los *Valerii* constituyen el segundo gentilicio en orden de frecuencia detrás de los *Iulii*: Abascal (1994), 29-30. En *Rhaetia* y *Noricum* ocupan el sexto lugar y en *Pannonia* el quinto: Gallego (1998), 397-399; Gallego (1998a); Gallego (1998b). En *Germania* Superior les corresponde el segundo lugar y en *Germania* Inferior el tercero: García Martínez (1998), 30-31, 67-68, 83-84. En todas las provincias de *Galia*, los *Valerii* ocupan siempre el segundo lugar: García de Castro (1998) *passim*.

<sup>113</sup> Sobre los *taurobolia*: Duthoy.

*Imperatoris d(omini) n(ostri) [M(arci) Aurelii Severi Alexandri]* en 234 y *pro salute Imperii* en 238. Por ello aprovecha su influencia para enlazar con los *Valerii* locales haciéndose adoptar por alguna de sus ramas <sup>114</sup>.

Se trata del mismo caso que *C. Publicius Melissus* al incorporar a su hijo *Silvanus* a la familia de los *Iulii*<sup>115</sup>, gentilicio que comparte con los *Valerii* la doble característica de ser portado por buena parte de la aristocracia y encontrarse extraordinariamente extendido por doquier en el Imperio romano y suficientemente representado en *Barcino*. Sin duda, ambos antropónimos constituyen un sólido escudo para aquellos que quieren hacer desaparecer su *Publicius* y difuminarse en aquellos onomásticos tan frecuentes como prestigiosos <sup>116</sup>.

Sin embargo, eso no quiere decir que precisamente *Silvanus* y *Fortunatus* hayan tenido que entrar en relaciones adoptivas con una familia necesariamente aristocrática de *Barcino* y *Corduba* respectivamente, sino y lo más probable, es que lo hayan hecho con una familia de tipo medio, quizá de ascendencia liberta con gentilicio asegurado, más bien mediocre y, probablemente, nunca aristocrática o de alto prestigio socioeconómico. Los nuevos libertos, con gran capacidad económica y encumbrados en la vida ciudadana, constituían sin duda un buen atractivo para familias no demasiado elevadas que estarían dispuestas a emparentar con aquellos y beneficiarse de las posibilidades del entorno socioeconómico que ofrecían. Y ello a cambio de “prestar” el gentilicio *Iulius* o *Valerius* a los recién llegados al estatuto jurídico. Aquellos que estaban dispuestos a entrar en relación con antiguos esclavos, por importante que fuese su situación actual, no pertenecerían a capas aristocráticas o de elevada significación social.

<sup>114</sup> En *Corduba* desempeña un duumvirato *L(ucius) Valerius Poen[us]*: CIL II<sup>2</sup>/7, 349.

<sup>115</sup> Los *Iulii* constituyen medio centenar en *Barcino* y en el Imperio se encuentran profusamente extendidos; en *Hispania* ocupan el primer lugar: Abascal (1994), 151-163. En *Rhaetia* y *Noricum* ocupan también el primer lugar, pero en *Pannonia* el segundo: Gallego (1998) 397-399; Gallego (1996). Igualmente en las Germanias Superior e Inferior les corresponde el primer puesto: García Martínez, 30-31, 67-68, 83-84, 96-115. En todas las provincias galas, los *Iulii* ocupan siempre el primer lugar: García de Castro, *passim*.

<sup>116</sup> Son *duumviri*, *aediles* y *flamines* en *Barcino*, *C. Iulius Seneca Licinianus* y *T. Iulius Placidus* mientras que los *Iulii* que alcanzan el sevirato son *C. Iulius Dadachus* y *L. Iulius*. Cfr., para los cuatro: Fabre, Mayer, Rodà, 108-110 n.º 41; 141-142 n.º 65; 161-162 n.º 81; 162 n.º 82.

Otra solución es la adoptada por *M(arcus) Publicius Felix*<sup>117</sup>, cuya hija porta el gentilicio de la madre, *Asellia*, al que ha incorporado el de *[Cl]audia*, por adopción en el seno de otra familia. No parece probable en el contexto que el padre haya sido adoptivo, tanto más por la expresión de *pater amantissimus* que su hija le dedica, por lo que la voluntad de hacer desaparecer el gentilicio *Publicius* queda patente y además recalcado por la adopción del *Claudius* de mayor valor y reconocimiento que el nombre de la madre.

En Sagunto, los libertos<sup>118</sup> *[Publicius Me]leager* y *[Publicia Per]petua* pudieron haber inducido, por adopción seguramente, la transformación del onomástico de su presunto hijo *[Caecilius Ac]tus*, aunque este extremo no puede afirmarse rotundamente dadas las características de la inscripción y que solo puede insinuarse hipotéticamente en el supuesto de que *[Caecilius Ac]tus* resultase, efectivamente, hijo de ambos.

En otras ocasiones se aprecia la desaparición del gentilicio por vía femenina. Así, *L(ucius) Publicius Severus*<sup>119</sup> resulta haber tenido una hermana esclava como él, que presumiblemente obtuvo la libertad en un momento determinado y contrajo matrimonio con *M(arcus) [Valerius]*. No puede probarse que su hermana ha sido necesariamente liberta pública y haya adoptado el onomástico *[Publicia]*, más en todo caso, la hija de ésta, sobrina de *Severus*, *Valeria Salvia*, no posee ningún vestigio de la ascendencia servil de su madre y solo queda en evidencia cuando su *avunculus*, el propio *L. Publicius Severus*, la dedica el epígrafe funerario.

Curiosamente se producen casos de perpetuación del onomástico por razones de status jurídico, vinculadas a la temática de la subdependencia<sup>120</sup> en el seno de los *Publicii*, como en el caso de *Publicia Arbusc[ula]*<sup>121</sup> quien, al ser liberta de *M(arcus) Publicius Stepha[nus]*, ha de adoptar su gentilicio. Como igualmente *Gemina*<sup>122</sup> sierva de *Decius Publicius Subidus*, que de no haber muerto estaría abocada a lo mismo,

<sup>117</sup> Nogales, Velázquez, 215-216; HEp 2, 26-27, n.º 37; Crespo (1998) n.º 7.

<sup>118</sup> Beltrán Lloris, 167, n.º 192; Crespo (1998) n.º 64.

<sup>119</sup> Hurtado, 175, n.º 364; Crespo (1998) n.º 17.

<sup>120</sup> Crespo (1991), 239-261.

<sup>121</sup> González Román, Mangas (1991), 386-387, n.º 343; CIL II<sup>2</sup> / 7, 11; Crespo (1998) n.º 43.

<sup>122</sup> Mangas (1990), 263-272; González Román, Mangas (1991a), 407-409, n.º 362; Crespo (1998) n.º 45.

en el supuesto de una manumisión. O el siervo [*Trjophimus Germanianus*<sup>123</sup> que lo fue primero del *sacerdos A(ulus) Publicius [Gejrmanus* y posteriormente de la colonia *Corduba* y que en ambos casos su destino posterior, mediante manumisión, hubiese sido la adopción del *Publicius*. En este orden de cosas, una variante la ofrecen *M(arcus) Publicius Victor Cippianus*<sup>124</sup> y *Publicius Alexander Laetilianus*<sup>125</sup> quienes al cambiar de un dueño privado, latente en su segundo *cognomen* en *-anus*<sup>126</sup>, a una entidad pública, obtienen al ser libertados el correspondiente *Publicius*.

Por otra parte, la epigrafía viene a proporcionar una serie de fuentes en las que, sin hacer referencia alguna al nombre *Publicius*, se muestran ciertos personajes, provistos de *tria* o *duo nomina*, con gentilicios distintos al que nos ocupa o incluso sin gentilicio con el *cognomen* como único onomástico, que resultan ser libertos de una ciudad o provincia y en los que deberíamos encontrar aquel onomástico, más sin embargo en esos textos epigráficos tan solo se evidencia el hecho de ser libertos públicos. El caso es similar al de aquellos que aparecen denominados *vernae* de una ciudad y presentan un nombre gentilicio que no es *Publicius*. Se trata, por supuesto, únicamente de aquellos casos en que puede apreciarse claramente que el término *verna* hace referencia a una situación de dependencia personal y no a la *origo* o lugar de nacimiento.

Ante estas fuentes epigráficas pueden establecerse diversas situaciones. La primera sería considerar que algunos de estos individuos ya han transformado su onomástico *Publicius* por otro distinto tras su adopción en el seno de otra familia. Esto puede ser válido para *L. Fabius Victor*<sup>127</sup>, liberto de la provincia tarraconense que ha accedido al onomástico al incorporarse dentro de alguna familia de los *Fabii* de *Tarraco* que suman aproximadamente el medio centenar, pero que en todo caso ha evitado ser portador del *Publicius* o lo ha llevado poco

<sup>123</sup> CIL II<sup>2</sup>/ 7, 315. Cfr. Crespo (1990), 110, nota 12; Crespo (1991), 246, n.º 20; Crespo (1994), 367, nota 5; Crespo (1998) n.º 31.

<sup>124</sup> González (1982), 151, n.º 270; Crespo (1994), 370, nota 38; Crespo (1998) n.º 25.

<sup>125</sup> Encarnação, 134-137, n.º 80; Dias, 244, n.º 2; Crespo (1994), 368, nota 14; Crespo (1998) n.º 59. Vide foto 2.

<sup>126</sup> Crespo (1994), 365-374.

<sup>127</sup> HAE n.º 813; Alföldy n.º 335. *D(is) M(anibus) / Gaviae Athenaid(i) / L(ucius) Fabius provinc(iae) lib(ertus) / Victor contuberni ali) / carissimae et / amatissime / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*.

tiempo eliminándolo en su misma generación. También puede ser válido para [*Q(uintius)*] *Aratus*<sup>128</sup>, *verna Tarr(aconensis)*, quien presenta pruebas evidentes de pertenecer a un status dependiente como es el caso de sus dos *collegae*, *Paris*, de origen griego<sup>129</sup> y *Urbicus*, *cognomen* que expresa claramente su condición de antiguo siervo público y quien además porta el mismo gentilicio que su compañero. Se trataría también de *L(ucius) Sulpicius Maxentius*<sup>130</sup>, *vern(a) Tarrac(onensis)*, antiguo siervo de la ciudad expresado en esos términos y ya liberto. Su adopción por la *gens Sulpicia* no debió excluir otra posterior por los *Oppii*. Y en su esposa *Paedania Crescentina* debemos ver una liberta más de los muchos siervos manumitidos que existían en la poderosa familia de los *Pedanii*<sup>131</sup> de *Barcino* lo que concordaría con un matrimonio entre *contubernales*, un *vern(a)* y una liberta. De esta manera todos ellos habrían evitado denominarse *Publicii* e integrarse así de una forma más cómoda en el ambiente social de la ciudad. Los *vernae* mencionados lo son indirectamente por familiares o amigos no constando que ellos mismos lo hayan utilizado alguna vez y si eluden el término *libertus* es porque presumiblemente su manumisión y adopción debieron ser muy lejanas en el tiempo, posiblemente en sus primeros años quedando a cargo de las familias adoptantes, en calidad de *alumni*<sup>132</sup>.

128 CIL II 4163, 6071; Alföldy n.º 370. *D(is) M(anibus) / [Q(uintio)] Arato v/ern(a)e tarr(aconensi) / po(suerunt) Porc(ius) Par(is) et Q(uintius) Ur(bicus) col/leg(ae) m(erenti)*.

<sup>129</sup> Han sido definitivos los trabajos de H. Solin (1971), (1982) para la ciudad de Roma referentes al componente fundamentalmente servil de los portadores de un onomástico griego o greco-oriental. No obstante resulta frecuente encontrarse en los textos epigráficos con familias de individuos con *cognomen* griego que, quizá en recuerdo de sus más antiguos orígenes, o simplemente por moda, imponen a sus descendientes nombres de tipo griego, siendo como ya son totalmente libres, ciudadanos y portadores de gentilicios romanos.

<sup>130</sup> CIL II 4325; Alföldy n.º 371. *D(is) M(anibus) /L(ucio) Sulpicio /Maxentio v/ern(a)e tarrac(onensi) / L(ucius) Oppius Maximus/fil(io) et Paedania / Crescentina coniug(i) / b(ene) m(erenti) flecerunt*. Aquí con mucha mayor exactitud no se trata de expresar la *origo* en el *vern(a) tarrac(onensis)* porque quedaría en entredicho su status personal, si efectivamente no hubiese sido liberto, máxime cuando *Maxentius* es portador de *tria nomina*. El término *vern(a)* está indicando verdaderamente una situación anterior dependencia personal con respecto a la ciudad.

131 Rodá, 223-268.

<sup>132</sup> Crespo (1992) 225-239. Se trata de un caso similar a los *Trophimi*, Crespo (1992a) 223-237.

En relación con estos *vernae* debemos situar nuestro texto ya conocido de *P(ublius) Publicius Fortunatus, provinc(iae) Baetic(ae) lib(ertus), verna urbicus*<sup>133</sup>. Aquí también puede considerarse la situación de de *M(arcus) Lucretius*<sup>134</sup>, entendiendo *verna* no en cuanto *cognomen* sino vinculado al término *patriciensis* en expresión de antigua servidumbre pública. Habría adquirido el *Lucretius* tras un proceso de adopción desplazando al *Publicius* que le hubiese correspondido.

*Sustitución total del Publicius*

Nombre	Civitas/Provincia	Cronología	Localidad	Bibliografía
L. Fabius Victor, lib(ertus) <sup>135</sup>	Provinc(iae) [Tarraconensis]	s. II	Tarragona	RIT n.º 335
[Q(uintius)] Aratus, verna <sup>136</sup>	Tarr(aconensis)	s. II	Tarragona	RIT n.º 370
L. Sulpicius Maxentius, verna(a) <sup>137</sup>	Tarrac(onensis)	s. II	Tarragona	RIT n.º 371
M(arcus) Lucretius, verna <sup>138</sup> ¿?	Patriciensis	s. II	Córdoba	CIL II <sup>2</sup> /7,390

La segunda situación sería la de aquellos que ostentan el gentilicio *Flavius*, quienes quizá no hayan adoptado nunca el nombre *Publicius*, y son aquellos a quienes les habría beneficiado extraordinariamente el que su ciudad fuese un municipio flavio<sup>139</sup> \* resultándoles más útil y conveniente asumir directamente tras su manumisión el apelativo de la ciudad. Sería el caso de aquellos como *Flavius Ariston*<sup>140</sup>, //-

<sup>133</sup> CIL IP /7, 301; Crespo (1998) n.º 30.

<sup>134</sup> CIL IP/7, 390; CIL II 2246. *D(is) M(anibus) S(acrum) / M(arcus) Lucretius / verna / patriciensis / ann(drum) LV/pius in suo s / h(ic) s(itus) e(st) / sit t(ibi) t(erra) levis*. Aunque pudiera tratarse del *cognomen Verna*, con lo que ya esto indicaría un determinado origen social, al menos de cierta tradición familiar, resulta quizá más acertada la lectura *verna patriciensis*, indicando dependencia personal con respecto a la ciudad de *Corduba*. No parece plausible que se trate de expresión de la *origo* porque induciría a una inútil sospecha de esclavismo.

<sup>135</sup> Alföldy n.º 335.

<sup>136</sup> Alföldy n.º 370.

<sup>137</sup> Alföldy n.º 371.

<sup>138</sup> CIL IP/7, 390.

<sup>139</sup> Mangas (1989), 153 ss. Sobre la ciudad flavia hispanorromana, con amplia bibliografía, Abascal (1995), 38-41.

<sup>140</sup> HEp 2 n.º 771. El texto dice: *Marti / Flavius / Igaedit(anorum) / lib(ertus) / Ariston*. Vide foto 3. Sobre la *Res Publica Igaeditanorum*, Almeida, 39 ss.

*b(ertus) Igaedit(anorum)*, o *Flavius Baeticus*<sup>141 142 \*</sup>, *lib(ertus) reip(ublicae) Muniguensium*, ambos dedicantes de inscripciones votivas en sus respectivas ciudades, provistos el primero de un *cognomen* griego y el segundo de un étnico, perfectamente propios de su status.

*Adopción del apelativo de ciudad en lugar del Publicius*

Nombre	Civitas	Cronología	Localidad	Bibliografía
Flavius Ariston, <i>lib(ertus)</i> <sup>142</sup>	Igaedit(anorum)	s. I-III	Portugal, Idanha	HEp 2 n.º 771
Flavius Baeticus, <i>lib(ertus)</i> <sup>143</sup>	Reip(ublicae) Muniguensium	s. I-III	Sevilla, Mulva	AEA 45, 1972

En tercer lugar se encuentran aquellos que aparecen como libertos de una ciudad pero sin ostentar *nomen* alguno, figurando solo en el texto epigráfico con un *cognomen*. Sin duda, al ser libertos poseen jurídicamente un gentilicio y al ser públicos, éste debe ser el de *Publicius*. Si el nombre no consta, se debe a una voluntad deliberada de ocultación del mismo. En el caso de *Crhyseros*<sup>144</sup>, quien en lugar del *Publicius* pudiera haber sido portador del gentilicio *Flavius*, como el anterior *Ariston*, también *lib(ertus) Igaeditanorum*, más si hubiese estado en posesión del gentilicio imperial, de seguro que lo haría constar; si falta, es porque ostentaría el *Publicius* que omite manifestando únicamente su *cognomen*, bien que griego. E igualmente *Callaecus*<sup>145</sup>, quien, si la lectura de CIL es correcta, sería *l(ibertus) R(eipublicae) s(uae)*, posiblemente *Collippo*, haciendo aparecer tan solo su nombre personal étnico y el tan romano de su esposa, *Sulpicia*.

<sup>141</sup> Collantes, Chicarro, 347-348, D-6. Su texto es: *[P]antheo Aug(usto) sacrum / Flavius Baeticus lib(ertus) reip(ublicae) / Muniguensium accepto loco / ex decreto ordinis d(edit) [d(edicavit)]*.

<sup>142</sup> HEp. 2 n.º 771.

<sup>143</sup> Vid. nota 139.

<sup>144</sup> CIL II 435. *Iovi Crhyseros / Ig(a)editanorum lib(ertus) / V(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

<sup>145</sup> CIL II 353. *D(is) M(anibus) S(acrum) / Sulpiciae col/lippone(n)si an(norum) / XXXV Callaecus / R(eipublicae) s(uae) l(ibertus) uxori / p(f)ientissimae p(onendum) c(uravit)*

*Ocultación del Publicius*

Nombre	Civitas	Cronología	Localidad	Bibliografía
Crhyseros, l(ibertus) <sup>146</sup>	Ig(a)editanorum	s. II-III	Portugal, Idanha	CIL II 435
Callaecus, l(ibertus) <sup>147</sup>	R(eipublicae) s(uae) Collipo	s. II	Portugal, Salir Mato	CIL II 353

Ciertamente que la respuesta dada por los individuos ante su propio origen servil ha sido, como se puede apreciar, muy diversa. También el propio *cognomen* que portan los *Publicii* hispanos permite aportar pruebas suficientes sobre aquel origen y, ante ello, se ha reaccionado de maneras distintas. Bastantes *cognomina* de los *Publicii* hispanos resultan ser o bien de origen griego, con lo que ello supone en el orden de la dependencia, o latino con evidente y conocido carácter servil. Algunos, como *Crhyseros* o *Callaecus*, han preferido ocultar el *Publicius* de su onomástico aún a costa de mantener el nombre griego el primero y el étnico local el segundo, mientras que *M(arcus) Lucretius*, al ostentar un gentilicio a la romana, prefiere ignorar su *cognomen* que evidenciaría más claramente su origen. En efecto, un buen número de *Publicii* ostenta un *cognomen* griego, lo que les señala de manera preferente como antiguos siervos: *Crhyseros*, *Eraste*, *Käme riña*, *Paezu[sa]*, *Sophe*, *Heraclida*, *Hermes*, *Melissus*, *Nedumus*, *Pannicus*, *Philodamus*, *Stepha[fnus]*, *Thiamus*, *Diadumenus*, *[Me]leager*, *Mysticus*. Por otra parte, los personajes vinculados a ellos por lazos familiares o afectivos también participan de esta onomástica: *[Di]dia Ionice*, madre de *[Clementina; Asclepiades*, esposo de *Olivóla; Asclepiade*, sobrina también de *Olivóla; Paezon*, pariente de *Sophe; Hygia*, esposa de *Felix; [Trjophimus*, antiguo siervo de *[Ge]rmanus\ Hermes*, hermano de *Melissus; Melete*, esposa de *Pannicus; Nice*, esposa de *Apronianus'*, *Heliade* y *Stephanus*, en relación con *Valerius Fortunatus; Doccyricus*, relacionado con *Mysticus'*, *Anti(stia) Caliope*, esposa de *Paratus*. En la práctica esas vinculaciones familiares les venía a situar a todos ellos como miembros más o menos directos de la *familia publica*, al menos de forma general. Este hecho, sin embargo, podía quedar solucionado en la siguiente generación procediendo a la transformación del *cognomen*

<sup>146</sup> CIL II 435.<sup>147</sup> CIL II 353.

de manera radical. No así el gentilicio que se transmitiría progresivamente a través de las generaciones futuras. Por ello se generó en esta pequeña “comunidad” de individuos el empeño generalizado de alejarse lo más rápidamente posible de aquel gentilicio que venía a sancionar socialmente a sus portadores.

*Corpus de los Publicii hispanorromanos y red de sus vinculaciones familiares y sociales*

Nombre	Personas Vinculadas	Cronología	Localidad	HANT XXII
Publicia Acirtilla	Publicia Sacerdos	s. I	Valencia, Sagunto	63
Publicia Alpina	s. III		Tarragona	58
Publicia Arbusc[ula]	M. Publicius Stephanus, patr.			
	Fabia Unin[...], liberta de L.			
	L. [Fabius], patrono de Fabia	s. I	Jaén, Jimena	43
[Pub]licia [Cle?]me(n)tina	L. [Publicius] 3, padre			
	[Di]dia Ionice, madre	s. I-II	Valencia, Liria	62
Publicia Eborá			Badajoz, Mérida	4
Pub(l)í(cia)? Eraste		s. II-III	Valencia, Játiva	61
Publicia Felicia		s. II	Cádiz	18
Publicia Fortunalis		s. II	Jaén, Albarchez	39
Publicia Fortunata 1		s. II		68
Publicia Fortunata 2		s. I	Cádiz	19
Publicia Graecul[a]		s. I	Badajoz, Monterrubio	70
Publicia Kamerina		s. II	Jaén, Cerro Alcalá	40
Publicia Laetina	L. [Publicius] 2, padre	s. II-III	Granada, La Zubia	37
Pub(licia) Lucina		s. II	Portugal, Mértola	49
Public(ia) Martia	[Publicius/a], soror	s. II	Córdoba	29
Publicia Marullina		s. I	Jaén, Jodar	44
Publicia Novata		s. II	Sevilla, Ecija	56
[P]ublicia Olivola	Vib(ius) Asclepiades, esposo		Badajoz,	
	Vibia Asclepiade, sobrina	s. II	Mérida	5
Public[ia ...] Paezu[sa lunte...]			Valencia, Sagunto	66
[Publicia Per]petua	[Publicius Me]leager, esposo [Caecilius Ac]tus, hijo	s. II	Valencia, Sagunto	64
Pub(licia) Pesterá	Pub(licius) Ursus, hijo	s. II	Pontevedra, Vigo	51

Publicia Sacerdos	Publicia Acirtilla	s. I	Valencia, Sagunto	63
Publicia [Sere]na		s. I	Jaén, Cerro Alcalá	42
Publicia Sophe	Q. Iunius Paedio, esposo? Paezon, descendiente?		Sevilla, Carmona	55
Publicia Tertiola		s. I	Almería, Adra	2
[Pub]licia Tusca	[Lu]nia Tusca, hija [Iunius] [A]vitus, hijo I(unius), esposo M. [Publicius], padre		Portugal, Campos	26
Publicia Ursa		s. II	Cádiz	20
Fausta Pub[licia] Verecunda	Pentilia		Guadalajara, Illana	38
M(arcus) Publicius Felix	Asellia Hygia, esposa Asell(ia) Claudia, hija	s. II	Badajoz, Mérida	7
M(arcus) Publici(us) Florus	[Publicius] Faustus, hijo	s. I	Almería, Villaricos	3
C(aius) Publicius Fortunatus			Málaga, Abdalajís	47
P(ublius) Publicius Fortunatus		s. II	Córdoba	30
A(ulus) Publicius [Ge]rmanus	[Tr]ophimus Germanianus, servus [e]mpt(icius)	s. I-II	Córdoba	31
Q(uintus) Publ(icius) Heraclida		s. II	Murcia, Cartagena	50
C(aius) Publicius Hermes		s. II	Barcelona	10
Ti(berius) Publicius Martialis		s. I	Cádiz	24
C(aius) Publicius Melissus	C. Iulius Silvanus, hijo	s. II	Barcelona	10
C(aius) Publicius Melissus	C. Publicius Hermes, hermano	s. II	Barcelona	12
C(aius) Pub(licius) Meli[ss]us		s. II	Barcelona	13
C(aius) Publicius Nedumus		s. I	Córdoba, F. Tójar	33
M(arcus) Publicius Pannicus	Cornelia Melete, esposa?	s. II	Valencia, Játiva	60
M(arcus) Publicius Philodamus		s. I	Valencia, Sagunto	65
L(ucius) Publicius Placidus	Atilia Firmilla, uxor	s. I	Badajoz, Mérida	6
C(aius) Publicius Primus	Coelia Primigenia, uxor	s. I	Barcelona	11
L(ucius) Publicius Severus	Valeria Salvia, sobrina M. [Valerius], cuñado	s. I	Cáceres, Oliva	17
M(arcus) Publicius Stepha[nus]	Publicia Arbusc[ula], liberta Fabia Unin[...], liberta de L. L. [Fabius], patrono de Fabia	s. I	Jaén, Jimena	43

D(ecius) Publicius Subicius	Gemina, serva C. Aerariu[s], “esposo” de Gemina)	s. I	Jaén, Ubeda	45
Cn(aeus) Public(ius) Terminal(is)				69
L(ucius) Publicius Thiamus	L. [Publicius] 1, padre Caecilius Vetto, sodalis	s. I	Cáceres, Oliva	16
A(ulus) Publicius Turpio	Sup[...]	s. I	Sevilla, Alcalá Río	54
L(ucius) Publicius Urbanus	Alii	s. II	Portugal, Faro	36
A(ulus) Publicius Viator		s. I	Cáceres	15
M(arcus) Public(ius) Victor		s. I	Jaén, Cerro Alcalá	41
M(arcus) Publicius Victor Cippianus	Flavia Optata, uxor [Flavius] Optatus, suegro	s. II	Cádiz, Chiclana	25
Publicius Alexander Laetilianus	Alii	s. II	Portugal, Tavira	59
Publicius Apronianus	Avidia Nice, uxor	s. II	Tarragona	57
Publicius Asmenus		s. I	Cuenca, Valeria	35
Publicius Diadumenus		s. I	Cádiz	21
[Publicius] Faustus	M. Publicius Florus, padre	s. I	Almería, Villaricos	3
Pub(licius) Fe[l]ix	Herennia Secundina, ospes	s. II	Portugal, Mértola	48
[Pu]blic[ius] Felix	[Tere]ntia, esposa?	s. I-II	Córdoba, Magacela	34
Publicius Fortunatus	Coelia Ianuaria	a. 234	Córdoba	27
Publicius Valerius Fortunatus	Ulpus Heliade Porcia Bassemia Aurelius Stephanus	a. 238	Córdoba	28
Pub(licius) Incesuus	Proba, dedicada	s. I	Baleares, Ibiza	9
Publicius Iuvenalis	[Publicius] Iuvenalis, hijo	s. II	Segovia	52
[Publicius] Iuvenalis	Publicius Iuvenalis, padre	s. II	Segovia	52
Pub(licius) Maritimus	Botia, esposa	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Martialis	Val(eria) Donata, esposa	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Mascellio	Valeria Britta, esposa	a. 239	Burgos, Sasamón	14
[Publicius Me]leager	[Publicia Per]petua, esposa [Caecilius Ac]tus, hijo	s. II	Valencia, Sagunto	64
Pub(licius) Mercator	Valeria Avana, esposa	a. 239	Burgos, Sasamón	14

Publicius Mysticus	Valeria Avita Doccyricus Valerianus		Badajoz, Mérida	8
Publicius Navalis		s. II	Cádiz	22
Pub(licius) Paratus	Anti(stia) Caliope, esposa	a. 239	Burgos, Sasamón	14
Pub(licius) Ursus	Pub(licia) Pestera	s. II	Pontevedra, Vigo	51
C(aius) Public(ius)		s. II	Córdoba	32
C(aius) Publici[us ...innus]		s. II-III	Jaén, Villarodrigo	46
C(aius) Publiciu[s]		s. II	Zaragoza, Alfocea	67
L(ucius) [Publicius] 1	L. Publicius Thiamus, hijo	s. I	Cáceres, Oliva	16
L(ucius) [Publicius] 2	Publicia Laetina, hija	s. II-III	Granada, La Zubia	37
L(ucius) [Publicius] 3	[Pub]licia [Cle]me(n)tina, hija [Di]dia Ionice, esposa	s. I-II	Valencia, Liria	62
M(arcus) Publ(icius) 1	Con M(arcus) Publ(icius) 2	s. II-III	Alicante, Alcudia	1
M(arcus) Publ(icius) 2	Con M(arcus) Publ(icius) 1	s. II-III	Alicante, Alcudia	1
M(arcus) [Publicius]	[Iu]nia Tusca, nieta [Iunius] [A]vitus, nieto I(unius), yerno [Pub]licia Tusca, hija		Portugal, Campos	26
P(ublicius) Acciq(um)		s. II	Segovia	53
Pub(licius)	G. P[ostumius?] Tro[...]	s. II	Cádiz	23
[Publicius/a]	Public(ia) Martia, soror	s. II	Córdoba	29

*Transformaciones u ocultaciones del gentilicio Publicius*

Nombre	Civitas/Provincia	Cronología	Localidad	Bibliografía
Asell(ia) Claudia		s. II	Mérida	HANT XXII/7
Caecilius Ac]tus ζ?		s. II	Sagunto	HANT XXII/64
L. Fabius Victor lib(ertus)	Provinc(iae) [Tarracoenensis]	s. II	Tarragona	RIT n.º 335
Flavius Ariston, lib(ertus)	Igaedit(anorum)	s. I-III	Portugal, Idanha	HEp 2 n.º 771
Flavius Baeticus, lib(ertus)	Reip(ublicae) Muniguensium	s. I-III	Sevilla, Mulva	AEA 45, 1972
C. Iulius Silvanus		s. II	Barcelona	HANT XXII/10

[Q(uintius)] Aratus, verna	Tarr(aconensis)	s. II	Tarragona	RIT n.º 370
L. Sulpicius Maxentius, verna(a)	Tarrac(onensis)	s. II	Tarragona	RIT n.º 371
M(arcus) Lucretius, verna ¿?	Patriciensis	s. II	Córdoba	CIL II <sup>2</sup> / /7,390
Publicius Valerius Fortunatus		238	Córdoba	HANT XXII/28
Callaecus, l(ibertus)	R(eipublicae) s(uae) Collipo	s. II	Portugal, Mato	CIL II 353
Crhyseros, l(ibertus)	Ig(a)editanorum	s. II-III	Portugal, Idanha	CIL II 435

## BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J.M. (1983), "Epigrafía romana de la provincia de Guadalajara", *Wad-Al-Hayara* 10.
- ABASCAL PALAZÓN, J.M. (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia.
- ABASCAL PALAZÓN, J.M. (1995), "Veinticinco años de estudios sobre la ciudad hispano-romana", *Tempus* 10.
- ALFÓLDY, G. (1975), *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, Berlín.
- ALMEIDA, D. FERNANDO DE (1977), "Civitas Igaeditanorum et Egitania: municipium romain - ville épiscopale wisigothique" *Thèmes et recherches sur les villes antiques d'Occident*, Paris.
- BAÑOS RODRÍGUEZ, G. (1994), *Corpus de inscripciones romanas de Galicia II Provincia de Pontevedra*, Santiago de Compostela.
- BELDA NAVARRO, C. (1975), *El proceso de romanización en la provincia de Murcia*, Murcia.
- BELTRAN, A. (1950), "Inscripciones funerarias y conmemorativas de Cartagena", *AEA* XXIII, 80.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1980), *Epigrafía latina de Saguntum y su territorium*, Valencia.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M<sup>a</sup> (1962), *Religiones primitivas de Hispania. I. Fuentes literarias y epigráficas*, Roma.
- COLLANTES, F., CHICARRO, C. (1972-1973), "Epigrafía de Munigua (Mulva, Sevilla)", *AEA*, 45-47.
- CORELL, J. (1990), "Estela funeraria de Liria (Valencia)", *Ficheiro Epigrafico* 34.
- CORELL, J. (1994), *Inscripciones romanas de Saetabis i el seu territori*, Valencia.
- CORELL, J. (1996), *Inscripciones romanas d'Edeta i el seu territori*, Valencia.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1978), "Segovia y la sociedad de época romana. Las fuentes epigráficas", *Durius* 6, 11-12.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1985), "Las formas de dependencia personal en el Convento Jurídico cluniense durante la época romana. Estudio de las fuentes", *Estu-  
Conimbriga*, 38 (1999) 75-104

- dios en Homenaje a Don Claudio Sánchez Albornoz en sus 90 años*. Vol. III, Buenos Aires.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1990), “El *cognomen Germanus* en *Hispania*. Reflejo de un status social de servidumbre”, *Studia Historica. Historia Antigua Vili*, 1990.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1991), “La subdependencia personal en *Hispania* romana: *servus vicarius* y las relaciones de dependencia entre siervos y libertos”, *HAnt* XV.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1992), “El término *alumnus* indicador de dependencia personal en *Hispania* romana, *Minerva* 6.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1992a), “La otra forma de la dependencia personal: el caso de los *Trophimi* hispanorromanos”, *HAnt* XVI.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1994), “Doble *cognomen* en *anus-Z-ianus* como forma de filiación en el régimen esclavista”, *Homenaje al Profesor Presedo*, Sevilla 1994.
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1998), “Los *Publicii* de *Hispania* Romana: las fuentes epigráficas”, *HAnt* XXII 1998.
- CURCHIN, L.A. (1982), “Forgotten inscriptions from Baria (Tarraconensis)” *ZPE* 49.
- DIAS, M.M. ALVES, (1988-1989), “A proposito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d’Ares (Luz, Tavira)”, *O Arq. Port.* 6-7.
- DUMONT, J. Ch. (1987), *Servus. Rome et Vesclavage sous la République*, Roma.
- DUTHOY, R. (1969), *The Taurobolium. Its evolution and terminology*, Leiden.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra.
- FABRE, G. (1981), *Libertus. Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République romaine*, Roma.
- FABRE, G., MAYER, M., RODA, I. (1997), *Inscriptions romaines de Catalogne. IV. Barcino*, Paris.
- GALLEGO FRANCO, M<sup>a</sup> H. (1996), “Los *Iulii* en Europa central: un grupo gentilicio romano a través de las fuentes epigráficas”, *Lucentum* 15.
- GALLEGO FRANCO, M<sup>a</sup> H. (1998), *Las estructuras sociales del Imperio Romano. Las provincias de Rhaetia, Noricum y Pannonia*, Valladolid.
- GALLEGO FRANCO, M<sup>a</sup> H. (1998a) “Los *Valerii* en las estructuras sociales y religiosas de las provincias romanas del Alto Danubio”, *Habis* 29.
- GALLEGO FRANCO, M<sup>a</sup> H. (1998b), “Gens Valeria: análisis onomástico en Europa central”, *Florentia Iliberritana* 9.
- GAMER, G. (1989), *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*, Mainz.
- GARCÍA BELLIDO, A. (1967), *Les religions orientales dans l’Espagne romaine*, Leiden.
- GARCÍA DE CASTRO, F. J. (1998), *Las estructuras sociales del Imperio Romano. El paradigma de las Galias*. Tesis doctoral, Valladolid.
- GARCÍA IGLESIAS, F. (1982), “Sobre epigrafía emeritense”, *Homenaje a Sáenz de Buruaga*, Madrid.
- GARCÍA MARTÍNEZ, M<sup>a</sup>R. (1998), *Germania Romana. Las estructuras sociales*, Valladolid.
- GONZALEZ FERNANDEZ, J. (1982), *Inscripciones romanas de la provincia de Cádiz*, Cádiz.
- GONZÁLEZ FERNANDEZ, J. (1982a), “Inscripciones inéditas de *Astigi*, colonia Augusta Firma (Ecija)”, *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*, Madrid.

- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (1991), *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía, Vol II: Sevilla. T. I La Vega (Hispalis)*, Sevilla.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C., MANGAS MANJARRES, J. (1991), *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía, Vol. III: Jaén, T. I*, Sevilla.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C., MANGAS MANJARRES, J. (1991a), *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía, Vol III: Jaén, T. II*, Sevilla.
- HALKIN, L. (1897), *Les Esclaves Publics chez les Romains*, Bruselas.
- HEP, *HISPANIA EPIGRAPHICA* 2, Madrid 1990; 4, Madrid 1994.
- HURTADO, R. (1977), *Corpus provincial de inscripciones latinas. (Cáceres)*, Cáceres.
- KNAPP, R. (1992), *Latin Inscriptions from Central Spain*, Berkeley.
- LÁZARO, R. (1980), *Inscripciones romanas de Almería*, Almería.
- LÓPEZ DE LA ORDEN, M<sup>a</sup> D., Ruíz, A. (1995), *Nuevas inscripciones latinas del Museo de Cádiz*, Cádiz.
- MANGAS MANJARRES, J. (1971), *Esclavos y libertos en la España romana*, Salamanca.
- MANGAS MANJARRES, J. (1989), “La municipalización flavia de Hispania “ Aspectos de la colonización y municipalización de Hispania, Mérida.
- MANGAS MANJARRÉS, J. (1990), “Nueva inscripción poética de Ubeda (Colonia Salaria)”, *Gerión* 8.
- MARTÍN BUENO, M. (1979), “Nuevos materiales epigráficos zaragozanos”, *Caesar Augusta* 47-48.
- NOGALES, T., VELÁZQUEZ, A. (1988), “Nuevas estelas funerarias con retrato, emeritenses”, *Homenaje a Samuel de los Santos*, Albacete.
- ORS, A. D’(1953), *Epigrafía Jurídica de la España romana*, Madrid.
- PASTOR, M., MENDOZA, A. (1987), *Inscripciones latinas de la provincia de Granada*, Granada.
- PAVIS D’ESCURAC, H. (1981), “Affranchis et citoyenneté: les effets juridiques de l’affranchissement sous le Haut-Empire”, *Ktéma* VI.
- RABANAL, M.A., ABASCAL, J.M. (1985), “Inscripciones romanas de la provincia de Alicante”, *Lucentum* IV.
- RODÁ, I. (1975), “La gens Pedania barcelonesa”, *Hant* V.
- RODRIGUEZ COMENERO, A. (1982), “Cuenca romana. Contribución al estudio epigráfico”, *Lucentum* I.
- ROULAND, N. (1970), *Les servi publici dans le monde occidental romain*, Aix en Provence.
- SANTERO SANTURINO, J.M. (1978), *Las asociaciones populares en Hispania Romana*, Sevilla.
- SCHULZE, W. (1933), *Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlin.
- SERRANO, J.M. (1988), *Status y promoción social de los libertos en Hispania Romana*, Sevilla.
- SOLIN, H. (1971), *Beiträge zur Kenntnis der Griechischen Personennamen in Rom*, Helsinki.
- SOLIN, H. (1982), *Die Griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, Berlin.
- SOLIN, H., SALOMIES, O. (1988), *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*, Mainz.

- STYLOW, A.U., MADRUGA, J.V. (1998), “*Tabula salutaris*. A propósito de CIL II<sup>2</sup>/7, 946”, *Faventia* 20/1.
- VENY, C. (1965), *Corpus de las inscripciones baleáricas hasta la dominación árabe*, Roma.
- WALTZING, W.P. (1968), *Etude historique sur les corporations professionnelles chez les romains*, Roma (Lovaina, 1885-1900).



Guilherme Cardoso

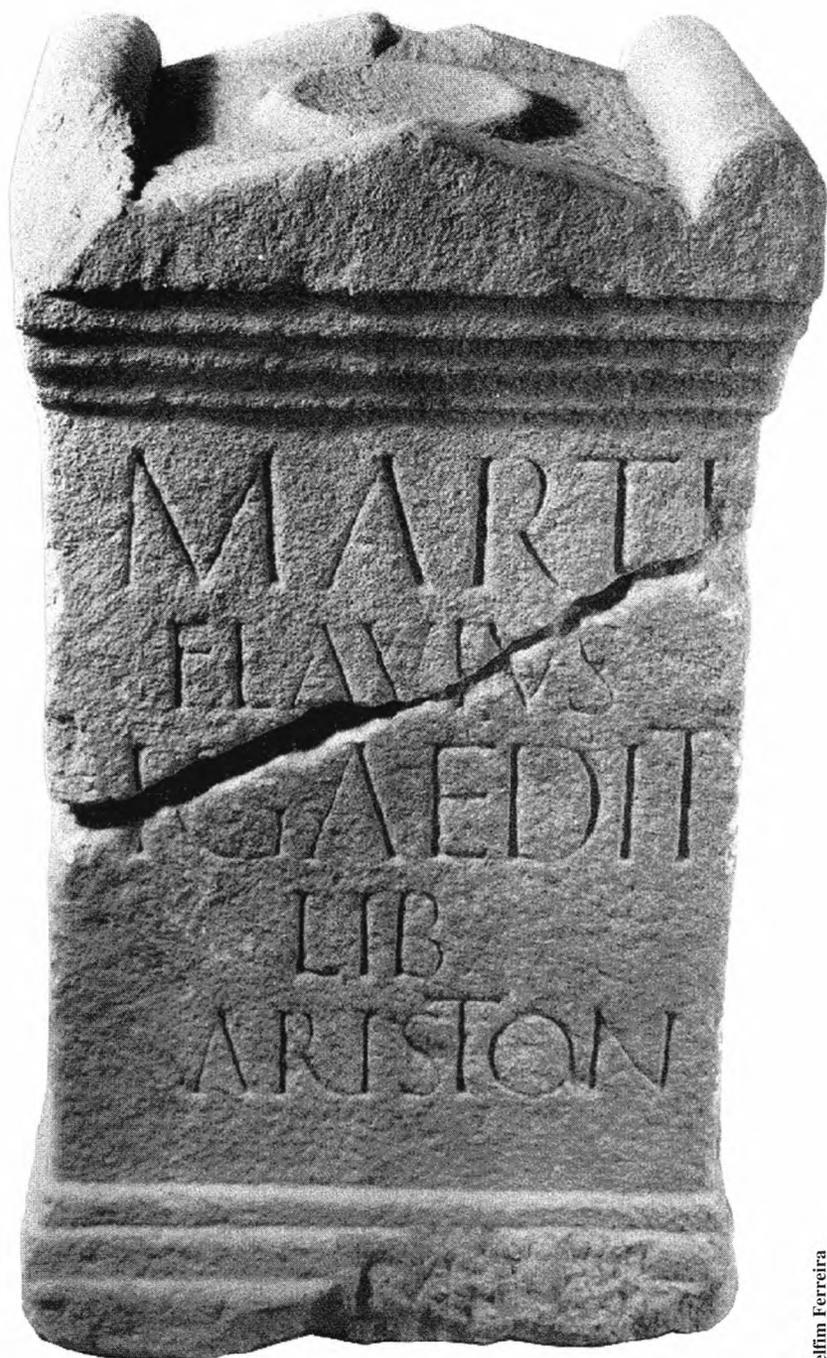
Foto 1 – IRCP 112



T. RUTHERIO CAT  
 IVS GILIANO  
 D. IVTIL. RVSTI  
 CINI FIL. T. MAN  
 LI. MARTINUS  
 NEPOTI. IN HO  
 ANO. R. P. ANO. R. V.  
 A. M. D. C. P.  
 CVR. L. PAC. MAR. CI  
 ANO. ET. G. ILL. TV. JO

FACIL. EX. HIL. BO  
 RVLL. ANTIGONIS  
 ANO. EV. CHES  
 ANO. EV. DESHES  
 ANO. EV. S. P. V. S.  
 ANO. EV. S. P. V. S.  
 ANO. EV. S. P. V. S.  
 ANO. EV. S. P. V. S.

Foto 2 – IRCP 80



Delfim Ferreira

ФОТО 3 – HEp 2, 771

(Página deixada propositadamente em branco)

HELENA GIMENO

Chercheur. Centre CIL II, Université d'Alcalá de Henares.

BÉNÉDICTE MARTINEAU

Attachée temporaire d'enseignement et de recherche. Université de Poitiers.

ARMÍN U. STYLOW

Coordinateur CIL IL Institut Archéologique Allemand, Munich.

RÉVISION DE *FICHEIRO EPIGRÁFICO* 36, 1990, N.º 164:

UN *MILES* À *SELLIVM*

“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 105-111

RÉSUMÉ: L'inscription funéraire présentée dans cette étude a fait l'objet d'une relecture.

L'intérêt majeur de ce texte épigraphique est d'apporter une nouvelle attestation de *miles* en Lusitanie. Il nous livre également des formules rarement attestées dans l'épigraphie funéraire. Malheureusement le mauvais état de la pierre justifie quelques difficultés de lecture: des lacunes persistent dans l'interprétation des expressions utilisées; le nom de la dédicante n'a pas pu être restitué intégralement. Ce texte conserve toutefois un caractère exceptionnel dans le cadre de la documentation épigraphique du *conventus Scallabitanus* et reflète des contacts évidents avec une ambiance romanisée.

RESUMO: Dá-se nova leitura duma inscrição funerária, cujo maior interesse reside no facto de nos dar a conhecer mais um *miles* na Lusitânia. Apresenta, por outro lado, fórmulas raramente documentadas na epigrafia funerária. Infelizmente, o mau estado da pedra acarreta dificuldades de leitura: permanecem algumas lacunas na interpretação das expressões usadas; o nome da dedicante não se conseguiu reconstituir na íntegra. O texto detém, no entanto, um carácter excepcional no conjunto da epigrafia do *conventus Scallabitanus* e reflecte evidentes contactos com um ambiente romanizado.

*Conimbriga*, 38 (1999) 105-111

(Página deixada propositadamente em branco)

RÉVISION DE *FICHEIRO EPIGRÁFICO* 36,  
1990, N.º 164: UN *MILES* À *SELLIUM*

L'inscription funéraire présentée dans cette étude n'est pas inédite, mais elle fait de notre part l'objet d'une relecture. Il s'agit d'un texte gravé sur une stèle de calcaire arrondie dans sa partie supérieure<sup>1</sup> et utilisée actuellement comme matériau de construction dans la chapelle de S. Pedro do Castro (freguesia et concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém). Située à l'angle N-E du monument, elle se trouve dans la partie inférieure du mur extérieur nord. Pratiquement entière, elle est légèrement retaillée ou abîmée dans sa partie supérieure droite et surtout très érodée dans sa moitié inférieure droite. Le champ épigraphique correspond à la face antérieure du monument et il est légèrement rabaissé.

Dimensions: 52 x 38 x (minimum 8)  
Champ épigraphique: 52 x 38  
Hauteur des lettres: 3/5

La lecture donnée par Batata (C), dans FE 36 (1990) n.º 164 est la suivante:

ANDAMV[S] / ARCONIS • SITVS / HOC • MAR<M>OREM  
/ H[c][?] S[to][?] ANNORVM V [quinqué] / M{ensium) XXX [tri-  
ginta] CVM • [IGj/NATA MA (tre) SVA [...]/ CIV[...] / [...]NO[...]  
/ [ ]0[—] / [...]ANORV[M](?)

L'inscription a été enregistrée dans *Y Année Épigraphique* (1990, n.º 490) qui suggérait d'après la photographie la lecture suivante pour les lignes 7 à 10: *quo vivit m[—] / et ? nomin[—] / novembrem? / [—]*

<sup>1</sup> Nous devons faire preuve de quelques réserves quant à la typologie exacte du monument, car il est impossible de mesurer son épaisseur.

*anorum (sic)*. Le contraste entre le soin de la gravure et les incongruités du texte était souligné dans le bref commentaire critique suivant l'inscription. Aucune information complémentaire n'a été ajoutée au cours de la recension de l'HEp 4, 1994, n.º 1082. Dans son article sur *Sellium* antique, Batata<sup>2</sup> republie le texte de l'inscription en acceptant les suggestions de l'AE et en proposant pour les lignes 4 et 5, *h(?) annorum/M(sic) XXX cum* lecture reprise telle quelle par HEp 5, 1995, n.º 1048.

Au mois de juin 1999, nous avons vérifié la lecture *in situ*<sup>3</sup> \*. Lors de la visite, nous avons fait un estampage qui nous a permis d'établir la lecture suivante:

ANDAMV [. ]  
 ARCONIS SITVS  
 HOC MARORE MI  
 LES ANNORVM V  
 5 M XXX CVM  
 BONA FAMA SVASA[.]  
 CT VS QUE FVIT MIS [-4 ?-]  
 E NOMINE +A[-3 ?-]  
 AEQVE MERENTI[-3 ?-]  
 10 NTINA PIA NORVS

*Andamu[s] / Arconis • (filius) situs / hoc • mar<m>ore mi/les annorum(u<sup>5</sup>m} XXX cum/ bona fama sua sa[n]/ctusque fuit. MIS[- 4 ?-] / [. ] E nomine +A[- 3 ?-] / aeque merenti [- 3 ?-]/<sup>10</sup>ntina pia noms*

Ligne 8: + il peut s'agir d'un C ou d'un G.

Lettres capitales carrées, avec une tendance à la *libraria* surtout pour les N et les S.

*Andamus*, nom d'origine indigène, est attesté par deux autres occurrences dans la péninsule, à Cáceres (AE 1977, 409) et à Lugo

<sup>2</sup> BATATA (C.) & *alii*, «Sellium na historia antiga peninsular», dans *II Congresso Peninsular de História Antiga. Actas* (1993), p. 542, n.º 19, fig. 15.

<sup>3</sup> Nous adressons nos remerciements chaleureux à L. Fernandes da SILVA pour nous avoir accompagnés jusqu'au site d'accès compliqué et aidés lors de l'estampage.

(HEp 3, 247); quant à *Arco*, autre nom indigène, il est courant dans l'onomastique de la Lusitanie<sup>4</sup>.

La nouvelle restitution apporte de profonds changements par rapport au texte initial. Nous sommes en présence d'un seul défunt. La première partie du texte s'articule autour du verbe *fuit* et de l'attribut du sujet *miles*: *Andamus*, fils à *Arconis*, avait exercé la profession de soldat, durant 30 ans. La dédicante pour laquelle nous n'avons pas pu restituer intégralement son nom (l. 10: il se termine en - NTINA) est sa belle-fille<sup>5</sup>. Le mauvais état de la pierre aux lignes 7, 8 et 9 justifie les difficultés de lecture de la partie finale.

Les négligences du lapicide sont à souligner à plusieurs reprises dans cette inscription: l'omission du M de *mar<m>ore* (l. 3), la ditto-graphie de la terminaison d'*annorum*. Outre ces erreurs traduisant une maîtrise aléatoire du latin du lapicide, ressort la singularité des formules utilisées. Au début, l'emploi de *marmor*<sup>6</sup> 7, dont l'usage est bien connu dans l'antiquité pour toute pierre susceptible d'être polie, fait aussi allusion au monument funéraire en lui-même. Suit la présentation de la carrière du défunt: l'indication de la durée de son service comme soldat est marquée par un génitif de qualité, *annorum XXX* (l. 4). Ce chiffre ne peut pas se rapporter à l'âge du défunt car c'est sa belle-fille qui lui dédie cette inscription: l'indication de ce lien de famille confère en toute logique un âge avancé au défunt. Il est précisé que son service fut bien accompli et avec honnêteté *cum bona fama sua sanctusque fuit*!. On peut souligner une certaine redondance dans l'usage de la conjonction de coordination: en effet une simple juxtaposition suffirait au sens général dans ce cas. La *nurus* (des lignes 7 à 10) mentionne les deux raisons *{aeque}* pour lesquelles le défunt méritait cette dédicace, sans qu'il nous soit possible de les préciser en raison de l'état lacunaire de l'inscription à cet endroit. Un fort contraste existe entre les maladresses du lapicide et la recherche d'un effet littéraire avec des formu-

<sup>4</sup> AB ASC AL PALAZÓN (J.M.), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 274 pour *Andamus* et p. 284 pour *Arco*.

<sup>5</sup> Sur l'emploi de *nurus* dans la péninsule, cf. ILER 4750, 4751 et 4752; sous la forme *noms*, voir dans la péninsule ibérique CIL II<sup>2</sup> 14, 49 (= AE 1991, 1088) à Valentia et dans la péninsule italienne CIL IX 2450 = ILS 1130 (*Saepinium*).

<sup>6</sup> Expression attestée par ailleurs, cf. CIL VI, 28866; pour *marmor = tabula sepulcralis*, cf. THLL VIII, col. 410, 35-54.

<sup>7</sup> Autres occurrences: pour *bona fama*, cf. CIL, VI, 10230-23137; pour *sanctus*, cf. CIL, VI, 812-14978.

les rarement attestées dans l'épigraphie funéraire. Ce texte conserve un caractère exceptionnel dans le cadre de la documentation épigraphique du *conventus Scallabitanus* et traduit de la part du défunt et la dédicante des contacts avec un ambiance plus romanisée.

Cette inscription funéraire livre une nouvelle attestation de *miles*, sans toutefois apporter plus de précision sur son rôle dans l'unité militaire provinciale dans laquelle il avait servi. Sa désignation selon la manière indigène avec le nom unique et la filiation composée du nom du père au génitif laisse penser qu'il était de condition pérégrine. En raison de son statut, notre soldat appartenait probablement à une troupe auxiliaire, mais on n'est pas en mesure de préciser s'il s'agissait d'une unité positionnée en *Hispania* ou en dehors de la péninsule<sup>8</sup>. Il est décédé sans avoir reçu la citoyenneté romaine, soit au cours de son service, soit lors d'une *causaria missio*<sup>9 10</sup>, ce qui dans ce dernier cas justifierait son retour sur sa terre natale. Si l'absence d'indication de corps est avérée pour les *veterani* et les *equites*, elle constitue un fait rare dans l'épigraphie militaire pour la qualité de simple soldat. Nous avons trouvé un autre exemple de ce type en Afrique proconsulaire<sup>10 11</sup>. Quant à la durée du service, elle dépasse légèrement la durée normalement retenue pour un soldat d'une troupe auxiliaire, mais les abus étaient fréquents<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Cf. ROLDAN HERVAS (J.M.), *Hispania y el ejército romano. Contribución a la historia social de la España antigua*, Salamanque, 1974, p. 284-286: à l'époque pré-flavienne, les troupes auxiliaires ne possédaient pas la citoyenneté romaine. LE ROUX (P.), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasio de 409*, Paris, 1982, p.96: un légionnaire recevait de la terre après 20 ans de service tandis que le pérégrin auxiliaire recevait automatiquement, à partir de Claude, la citoyenneté romaine après 25 ans de milice.

<sup>9</sup> ULP., *Dig.* 3, 2, 2.

<sup>10</sup> LE ROUX (P.), *L'armée romaine*, p. 336. TROUSSET (P.), *Limes Tripolitanus*, 1974, p. 117, n.° 3 (Remada = Tillibari): D.M.S. / Octau[i]us Vict/or mil(es) [ui]x(it) ann(is) / [----] III Ofcjtauia Vi / [-----] piissimo, a ?----- ] / Viftoria], datant de la fin du IIème ou du début du IIIème siècle.

<sup>11</sup> LE BOHEC (Y.), *L'armée romaine*, Paris, 1990, p. 65-66: les légionnaires doivent à la fin du règne d'Auguste en théorie vingt ans minimum de service; certains soldats vont jusqu'à trente ou quarante. Sous le règne de Tibère, après ces excès, on revient à une durée de vingt ans. Les corps auxiliaires sont malheureusement les moins connus: ils font vingt-cinq ans à l'époque d'Auguste et vingt-six à partir du milieu du premier siècle ap. J.-C.

La paléographie et le formulaire de ce texte conduisent à dater cette inscription de l'époque julio-claudienne. Quant à l'onomastique comme critère chronologique dans cette étude, son usage présente des difficultés méthodologiques car elle pose le problème de la place des *auxilia* dans la société indigène. L'étude comparative de Patrick Le Roux présentée dans sa thèse fut utile pour répondre à cette question. Sa recherche sur les noms des soldats des *auxilia* du premier siècle ap. J.-C. aboutit à la conclusion que la dénomination indigène se voit concurrencer par la dénomination romanisée à partir de l'époque claudienne. L'onomastique de notre inscription, qui ne laisse aucun doute sur l'origine lusitanienne d'*Andamus*, s'inscrit dès lors parfaitement dans le contexte de celle des soldats des *auxilia* de l'époque julio-claudienne<sup>12</sup>. Le critère onomastique, tout comme la longue durée du service, viennent donc renforcer la datation proposée précédemment.

<sup>12</sup> LE ROUX (P.), *L'armée romaine*: p. 335-336. Son étude se fonde sur 32 individus, dont seulement 14 portent des noms uniques, alternant onomastique latine et indigène, et 11 datent de l'époque julio-claudienne.



FOTO 1 - FE 164

LÍDIA FERNANDES

Mestre em História da Arte.

Arqueóloga da Divisão de Museus da C. M. L. - Museu da Cidade.

ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS DE ÉPOCA ROMANA  
DA CASA DOS BICOS - LISBOA

“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 113-135

RESUMO: Estudam-se alguns elementos arquitectónicos exumados da Casa dos Bicos durante a escavação de 1993.

A análise estilística e a integração arquitectónica possibilitaram informações acerca da cronologia, das oficinas e de aspectos técnicos e artísticos que se põem em paralelo com o que se conhece da Lisboa romana.

ABSTRACT: Various architectural elements from the *Casa dos Bicos* in Lisbon are described. They were found in 1993 during excavations undertaken by I.P.P.A.R. (Archaeological Institute of Portugal).

The author presents a comparative study in an attempt to find information concerning chronologies, workshops and technical and artistic aspects. This is done through stylistic analysis and investigation of the architectural integration of these relics of Roman *Olisipo*.

(Página deixada propositadamente em branco)

## ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS DE ÉPOCA ROMANA DA CASA DOS BICOS - LISBOA<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica realizada na Casa dos Bicos em 1982 permitiu colocar a descoberto uma parte importante da história de Lisboa no que concerne às épocas romana, medieval e moderna. As peças que apresentamos, correspondentes exclusivamente ao primeiro período, foram já, algumas delas, objecto de referências em várias publicações, ainda que nenhuma tenha suscitado uma análise pormenorizada<sup>1 2</sup>.

Encontram-se depositadas no Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa - figurando, actualmente, na sua exposição permanente (Sala Romana III). Algumas não permitem, pela dimensão ou pela ausência de características identificadoras que ostentam, considerações

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer ao Professor Doutor José d'Encarnação, que releu o presente artigo fazendo os comentários apropriados à sua redacção; ao Dr. Eurico Sepúlveda que teve a amabilidade de traduzir o resumo; ao Dr. Clementino Amaro, coordenador da escavação da Casa dos Bicos, que nos prestou os esclarecimentos necessários no que concerne ao achado dos materiais. E, acima de tudo, ao Professor J. M. Bairrão Oleira, pelo incondicional apoio e permanente incentivo aquando da preparação da tese de mestrado, de que este trabalho foi parte integrante.

<sup>2</sup> Como, por exemplo, em MOITA, Irisalva, "Das origens pré-históricas ao domínio romano", *Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, pp. 42-60, onde a autora faz referência ao capitel e ao capeamento de ara; SANTOS, Vítor Pavão dos, *Catálogo - A Casa dos Bicos e a Lisboa Ribeirinha, Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento - a Dinastia de Avis -*, Núcleo da Casa dos Bicos, XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 260, concretamente n.º 335 - capitel; n.º 336 - base de coluna; n.º 339 - capeamento de ara, aqui, os materiais somente têm entrada de catálogo. AUGUSTO, José Manuel Lopes, *Casa dos Bicos, o Espelho da História de Uma Cidade*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Printer Portuguesa, s/1, 1996, p. 26.

de ordem cronológica e/ou estilística, como é o caso do lintel de porta <sup>3</sup> ou alguns frisos; outras há, porém, como o capeamento de ara ou o capitel, cujos pormenores decorativos e apurada técnica executiva evidenciada justificam, à partida, uma abordagem mais pormenorizada<sup>4</sup>.

O estudo que a seguir elaboramos pretende ser uma análise detalhada destes elementos arquitectónicos. Este estudo inicia-se por análises descritivas dos diversos materiais avançando-se, posteriormente, para paralelos comparativos que permitam inferir cronologias, influências e oficinas de produção.

1 - CAPITEL (Figs. 1 e 2)

N.º Inv. - 496 (Inv. Geral: 5486)

### Descrição

*Matéria* - lioz

*Técnica* - utilização de escopro de ponta e de bisel nos pormenores decorativos. Uso pontual do trépano. Abrasivos de polimento na superfície. Zonas laterais de encaixe denotam uso de escopro de ponta, bem como de trépano, ainda que realizado em áreas circunscritas. Nervuras feitas com escopro de bisel e outras, superficiais, realizadas com punção de bico.

*Dimensões* (em cm) - altura total: 39; comprimento total: 42; profundidade da base: 20; altura do ábaco: 7; altura da Iª coroa de folhas: 15; altura da 2ª coroa de folhas: 14.

*Estado de conservação* - Bom. Partido no ábaco.

### Análise descritiva

Capitel de coluna de adossamento. A decoração divide-se em dois andares ocupando o superior a maior parte da peça. A vegetalização das tradicionais volutas, a par com outras características, são

<sup>3</sup> Apesar de se constituir como um importante elemento arquitectónico, as suas características morfológicas, técnicas e decorativas não nos permitem grandes considerações.

<sup>4</sup> Agradecemos ao Dr. Dementino Amaro a autorização concedida para o estudo destes materiais.

os factores fundamentais a integrar esta peça na classificação de “capitel corintizante”.

O registo inferior apresenta três folhas completas e duas meias-folhas, localizadas estas nos extremos do capitel. As folhas acantizantes articulam-se em três lóbulos de cada lado da nervura central, sendo a separação entre os mesmos sublinhada pelo uso pontual do trépano, cuja concavidade contrasta com o pouco ressalto lobular. A parte superior das folhas desgarrar-se do *kalathos*<sup>5</sup> afirmando um ângulo acentuado.

O andar superior apresenta três elementos foliáceos: um, central, ocupando praticamente toda a face do capitel, e dois a formar ângulo, de idênticas características às da *imma folia*<sup>6</sup>.

Os extremos do capitel, no registo vegetalista superior, apresentam, junto à face vertical da peça, um motivo constituído por elementos verticais, de altura progressivamente maior e com terminações circulares (Fig. 2). Junto à base destes e ocupando o espaço livre entre os mesmos e a folha angular adjacente, observa-se uma pequena roseta quadripétala com botão central liso e relevado.

Um motivo em ziguezague formando, através dos seus ângulos cerrados, pequenos triângulos emoldurados, situa-se por cima das folhas da *imma folia*, concretamente, da folha central inferior e por cima de duas meias folhas laterais do mesmo registo, como que formando uma pequena coroa radial.

O ábaco encontra-se partido, notando-se, no entanto, a sua original molduração bem como o local onde se situaria a tradicional flor do ábaco, ainda que não conservada.

## **Análise comparativa**

Esta peça, encontrada em 1983 <sup>7</sup>, é um capitel de adossamento que mantém, na face posterior, parte do bloco a encaixar na parede do edifício.

<sup>5</sup> *Kalathos* corresponde ao cesto ou corpo da peça, excluindo o ábaco.

<sup>6</sup> Atribui-se a designação de *imma* e *summa folia*, respectivamente, à coroa inferior e superior de folhas que se desenvolvem a toda a volta da peça.

<sup>7</sup> Nas escavações arqueológicas então realizadas na Casa dos Bicos, tendo sido incorporada no Museu da Cidade em Fevereiro de 1984.

É composta por duas coroas de folhas de estilo corintizante com três lóbulos de cada lado da nervura central. As terminações lobulares são curiosas, uma vez que apresentam uma meia-lua incisa a representar o reviramento do lóbulo. Ainda que procurando obter um efeito naturalista com este pormenor, o resultado final é rígido e a representação acentuadamente esquemática. Aspecto idêntico podemos observar numa peça de Córdoba<sup>8</sup>, datada da época de Adriano.

Os lóbulos apresentam uma pequena nervura relevada, a marcar o seu centro, provocando uma ligeira concavidade nas duas metades lobulares, adoptando uma forma que Patrizio Pensabene definiu como “lóbulos bilobados”<sup>9</sup> e cuja morfologia pode ser facilmente observada em Ostia em peças datadas da primeira metade do séc. II<sup>10 11</sup>. Nervuras relevadas em lóbulos semelhantes podem ser observadas em peças cor-dovezas, também da época de Adriano<sup>11</sup>.

As folhas apresentam um formato rectangular e aderem ao *kala-thos* com excepção da sua parte superior onde descrevem um recurvamento acentuado para o exterior. Nesse local e na face externa de cada uma das folhas não é visível qualquer acabamento, indicando uma ausência de abrasivos de afeiçoamento<sup>12</sup>.

Os lóbulos são justapostos e as uniões interlobulares apresentam um ponto de trépano bem marcado e profundo, que se prolonga pela incisão da divisão lobular através de duplo talhe em bisel. O efeito é muito regular e as características do talhe suscitam, apesar da quase total ausência de volumes, alguns efeitos de luz e sombra.

O uso pontual do trépano, tal como encontramos neste exemplar, pode ser observado em alguns capitéis de Roma com uma cronologia que aponta para os finais do séc. I e a primeira metade do séc. II<sup>13</sup>. Em comparação, a peça da Casa dos Bicos indica-nos uma realização

<sup>8</sup> CARLOS MARQUEZ, *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*, Córdoba, 1993, pp. 127 e 128, n.º 238.

<sup>9</sup> PENSABENE, Patrizio, *Scavi di Ostia - I Capitelli*, VII, Roma, 1973, p. 218.

<sup>10</sup> PENSABENE, ob. cit., peças n.os 559, 560, 573 e 590.

<sup>11</sup> CARLOS MARQUEZ, ob. cit., p. 125, n.º 233; p. 127, n.º 236; p. 128, n.º 240; pp. 135 e 136, n.º 255.

<sup>12</sup> Característica que geralmente se observa, uma vez que esta zona da peça não seria visível. Evitavam-se, deste modo, trabalhos de acabamento supérfluos.

<sup>13</sup> LUPI, Loretta; GALLOTTINI, Angela, *Museo Nazionale Romano - Le Sculture*, I, 11., Itália, 1991, pp. 38 e 39, n.os 63 e 64.

menos cuidada, sendo os vários componentes ornamentais mais grosseiros.

A nervura central, que abrange toda a altura do elemento foliáceo, quer na primeira quer na segunda coroa de folhas, apresenta-se ligeiramente mais larga na parte inferior, descrevendo, assim, uma curvatura pouco acentuada. É ladeada por alguns sulcos paralelos não contínuos. Esta representação faz aproximar estas folhas das dos capitéis coríntios, tal como elas passam a ser representadas a partir do séc. II<sup>14</sup>, ainda que os sulcos sejam aqui bastante mais marcados. A tendência, no entanto, é a da perda dos grandes efeitos de sombra e luz, como podemos ver neste exemplar, alterando uma tradição de época flávia, caracterizada pela alternância de volumes bem como pelo intenso uso do trépano.

Não se verifica, pois, um contraste acentuado de relevos. As folhas aderem de forma perfeita ao corpo da peça e o respectivo recurvamento superior é bem marcado, o que se denota, pelo menos, nas folhas da *imma folia*, uma vez que não nos é possível observar a projecção que certamente teriam as da coroa superior<sup>15</sup>. Este tratamento da superfície do exemplar pode ser observado em peças de época Flávia, altura a partir da qual se perde, como já referimos, “... così in parte il senso dello spessore - bidimensionalità della foglia, non più tridimensionalità”<sup>16</sup>.

As características apontadas para as folhas da *imma folia* repetem-se nas duas folhas angulares superiores. Nestas, a nervura central é mais marcada, assim como mais relevada, com o objectivo de estabelecer uma acentuação angular do bloco pétreo.

A substituição das volutas tradicionais do capitel coríntio por folhas ou, se quisermos, o processo de vegetalização destes elementos, observa-se a partir dos finais do séc. I, sendo um dos elementos definidores do capitel corintizante. Neste, o espaço entre as volutas da *summa folia* é, na maior parte dos casos, decorada por um léxico ornamental mais ou menos habitual. No capitel da Casa dos Bicos o espaço do *kalathos* entre folhas angulares encontra-se preenchido igualmente por

<sup>14</sup> Vide PENSABENE, ob. cit., p. 225 e ss.

<sup>15</sup> Os dois ângulos da peça encontram-se partidos, bem como a zona correspondente ao ábaco. Deste modo, não nos é possível observar nem o recurvamento superior das folhas da *summa folia* que, neste exemplar, substituiriam as tradicionais volutas do capitel coríntio, nem a flor que decoraria a face central do ábaco.

<sup>16</sup> PENSABENE, ob. cit., p. 217.

uma folha, muito semelhante às anteriormente descritas, no entanto, aqui a explanação dos motivos é maior e os lóbulos descrevem uma curvatura mais ondeada. De facto, se, nas inferiores, os lóbulos se dispõem obliquamente e orientados para cima, aqui descrevem uma curva, inclinando-se inferiormente. As terminações lobulares são em forma de U, sublinhadas, mais uma vez, pela pequena incisão de idêntica morfologia. A coincidência dos lóbulos desta folha central e as das folhas angulares não é perfeitamente conseguida, facto visível, essencialmente, num dos lados da mesma, o que nos pode indicar, seguramente, a utilização de cartões quanto a cópia de modelos.

A temática decorativa das faces centrais dos capitéis corintizantes é relativamente habitual<sup>17</sup>, como podemos observar em peças provenientes de Córdoba ou de Mérida, todas elas da segunda centúria<sup>18</sup>.

No exemplar agora em análise foi, no entanto, escolhida uma folha morfologicamente idêntica às que decoram a restante superfície da peça, o que, para além de pouco habitual, confere à composição um aspecto monótono e uma ausência de alternância de motivos. Essa repetição é quebrada por um cordão em ziguezague, relevado, situado por cima da folha central da *imma folia*. Este elemento depara-se-nos invulgar no léxico ornamental destas peças, ainda que não nos possamos esquecer que o capitel corintizante permite uma liberdade decorativa muito maior que a observada em relação aos seus congéneres corintios.

Desconhecemos exemplares em que tal motivo assim se apresenta, quer quanto à forma, quer no que diz respeito ao local onde se encontra representado. Duas peças, no entanto, oferecem composições passíveis de aproximação.

Uma, de *Villa* de Prado (Valladolid), é um capitel corintizante de folhas lisas, apresentando no centro das faces duas pequenas hastes de volutas apostas, em posição quase horizontal, e encimadas por um cordão em ziguezague. A peça foi datada dos secs. III/IV, de acordo com a cronologia da estrutura basilical onde foi encontrada<sup>19</sup>. Apesar

<sup>17</sup> Quando é uma folha que ocupa esse espaço, emprega-se geralmente uma palmeta, tal como podemos observar num exemplar corintizante datado do séc. IV e proveniente de Itálica, ainda que, neste caso concreto, toda a composição seja muito estilizada.

<sup>18</sup> G. BEHEMERID, ob. cit., pp. 195 e 196, n.ºs 851-854.

<sup>19</sup> Observámos o exemplar quando nos deslocámos ao Museu Arqueológico de Valladolid (Sala VIII). As publicações sobre esta estação não a citam Exceptua-se o guia didáctico do Museu: RODRÍGUEZ-ARAGÓN, Fernando Pérez, *Guía Didáctica - Museo de Valladolid - Romanización y Mundo Visigodo*, Valladolid, 1995, p. 15

de o motivo se poder aproximar, toda a estrutura do exemplar aponta para épocas posteriores à cronologia que pensamos poder atribuir ao capitel da Casa dos Bicos, alterações relacionadas com uma simplificação e acentuada esquematização dos motivos decorativos.

O outro exemplar, também proveniente de um edifício basilical, desta vez da *Villa* de Materno (Toledo), é um capitel corintio: o cordão em ziguezague, também relevado, encontra-se localizado por baixo do ábaco, descrevendo uma curva no centro da peça (por baixo da flor do ábaco) e passando por cima da folha central da *summa folia*. Esta peça foi datada dos finais do séc. IV<sup>20</sup>.

Ainda que não possamos inferir, pelos últimos paralelos apontados, que também a presente peça seja de época tardia, é curioso verificar que os paralelos mais próximos se referem precisamente a cronologias posteriores àquelas que, pensamos, dever atribuir-lhe, aspecto que se nos afigura tanto mais estranho quanto o motivo do ziguezague irá ser largamente utilizado em época visigoda, ainda que na sua versão mais estilizada<sup>21</sup>. Este aspecto vem confirmar a dificuldade de atribuição cronológica apenas com base em alguns pormenores decorativos, assim como prova a utilização de alguns deles em épocas diversas, sem que se possam atribuir, de forma clara, a modismos ou correntes estilísticas específicas.

Este motivo do ziguezague repete-se, igualmente, por cima das duas meias-folhas que finalizam lateralmente a peça. Por cima destas, surge-nos um outro motivo, desta vez três pequenas hastes que se elevam superiormente e de forma crescente <sup>22</sup> até terminarem, recurvando-le ligeiramente para a face do capitel, em três círculos. Situa-se na parte inferior desta composição uma pequena roseta quadripétala com botão central relevado.

(e figura da mesma página). O desenho apresentado não nos parece, no entanto, muito fidedigno em relação à representação dos vários motivos. Sobre esta estação arqueológica, *vide* igualmente: ESCUDERO NAVARRO, Zoa, *et alii*, *Arqueología Urbana en Valladolid, Museo Arqueológico de Valladolid*, Valladolid, 1991, pp. 13-16. GUTIERREZ BEHEMERID, *ob. cit.*, 1992, também não refere este exemplar.

<sup>20</sup> PILAR LANUZA; SAN AUGUSTÍN, “La Villa de Materno”, *Revista de Arqueología*, Ano XIII, n.º 139, Zugarto Ediciones, Madrid, 1992, pp. 42-53 (*vide* fig. p. 48).

<sup>21</sup> Cf. CRUZ VILLALÓN, María, *Mérida Visigoda - la Escultura Arquitectónica y Litúrgica*, Badajoz, 1985.

<sup>22</sup> A primeira, mais perto da folha angular, apresenta uma altura mais pequena que a que se lhe segue, a qual, por sua vez, é menor que a seguinte.

Desconhecemos paralelos exactos para este ornamento; contudo, ele inscreve-se na temática vegetalista que decorava, habitualmente, este tipo de peças, talvez por influência das hastes do “motivo liriforme” ou da linearidade do motivo em “duplo S” que ocorre em capitéis corintizantes. A composição simples que observamos nestas duas meias-faces do capitel de Lisboa oferece-nos uma solução singular, certamente não arreigada a modelos pré-estabelecidos, ainda que influenciada por eles, o que denotará, a par com os motivos em ziguezague, uma liberdade decorativa e uma capacidade adaptativa original.

A comparação com exemplares, também corintizantes, da zona mais ocidental da Lusitânia, como é o caso de Santarém e de Alcácer do Sal, permite-nos observar pormenores ornamentais que se podem aproximar, concretamente no que se refere à terminação circular das hastes. Tais espécimes possibilitam-nos a definição morfológica do presente motivo dada a perfeita explanação e definição que ostentam. E possível, assim, definir uma meia-palmeta estilizada, como pode ser observada em peças desses locais datadas, na sua globalidade, do séc. II.

O facto de este exemplar ter aparecido na Casa dos Bicos, local cujo espólio aponta para uma datação de entre o séc. I a.C e o séc. IV<sup>23</sup>, não nos auxilia quanto a uma determinação cronológica mais precisa. No entanto, os vestígios arquitectónicos encontrados - concretamente o capeamento de ara do qual falaremos em seguida - podem fornecer-nos informações cronológicas complementares.

O aspecto da peça é cuidado e o trabalho técnico sabiamente executado. Assim, pelas considerações expostas, datamos este exemplar do séc. II, inclinando-nos mais para a primeira metade ou meados da centúria do que para os finais da mesma <sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Para além de textos mais ou menos generalistas, ainda que importantes, faltam, como é sabido, trabalhos de pormenor sobre o espólio arqueológico exumado na Casa dos Bicos. Apesar de a bibliografia sobre este local não ser muito extensa, somente apontamos alguns trabalhos: AMARO, dementino, “Casa dos Bicos. Notícia Histórico-Arqueológica”, *Arqueologia*, n.º 6, ed. G.E.A.P., Porto, 1982, pp. 96-111; AMARO, “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História”, *Lisboa Subterrânea - Catálogo*, ed. Electa, Lisboa, 1994, pp. 110-111.

<sup>24</sup> A peça esteve em exibição na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, integrando o catálogo correspondente, aí, no entanto, não existe especificação da sua cronologia, já que somente se refere que se tratam de peças de época romana: SANTOS, ob. cit., n.º 335.

2 - CAPEAMENTO DE ARA (Figs. 3 a 5)  
N.º Inv. - 497 (Inv. Geral: 5487)

### Descrição

*Matéria* - calcário

*Técnica* - utilização de escopro de ponta em bisel nos pormenores decorativos, bem como escopro de ponta, especialmente reconhecível nas rosetas do *fastigium*. Vestígios de abrasivos de afeiçãoamento, essencialmente na parte superior, com indícios do emprego de gradim fino. Emprego pontual do trépano.

*Dimensões* (em cm) - altura total da parte frontal: 38; largura: 74; altura à *fastigium*: 17,5; altura da base: 18.

*Estado de conservação* - Muito bom. Uma das rosetas laterais encontra-se partida, assim como a parte superior da palmeta frontal.

### Análise descritiva

Peça completa de capeamento superior de ara<sup>25</sup>. A decoração divide-se em dois registos distintos. O inferior é constituído por faixa de motivos vegetalistas de carácter estilizado, preenchida por motivos sinuosos repetitivos em forma de U fechado. Este registo separa-se do superior por duas pequenas molduras. Superiormente, duas volutas laterais encimam a peça, com canal de voluta côncavo, pouco acentuado e com roseta central trilobada.

<sup>25</sup> Aplicamos o termo “capeamento de ara”, ainda que outras designações sejam empregues por vários autores. Num artigo relativo a uma peça semelhante, aplicámos então o termo “capitel de ara”, FERNANDES, Lídia, “Sobre um capitel de ara do Palácio Fronteira”, *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Ed. Colibri, Lisboa, 1996, pp. 179-187. Tal designação parte do facto de nos encontrarmos perante peças que, apesar de, originalmente, terem desempenhado uma função em conjunto com a ara ou cipo que as suportaria, se nos apresentam hoje como totalmente independentes. A sua decoração, semelhante em muitos aspectos à que observamos em capitéis - coríntios ou jónicos - vale por si, sendo pertinente uma análise do ponto de vista estilístico, separada do suporte original.

Outras designações são utilizadas, tais como “lápide tumular”, “placa de altar” ou “fragmento de composição de altar”, cf. GAMER, G., “Formen Römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel”, *Madridener Beiträge*, 12 Mainz, 1989, respectivamente p. 229 - ES. 16; ES. 21 e ES. 23. Quanto a outras designações, vide FERNANDES, ob. cit., p. 181, n. 5.

Outras duas rosetas, de maiores dimensões, ladeiam, no centro, um florão do tipo palmeta. Este apresenta sulcos, estrangulados a meio e unidos no centro por uma banda transversal ligeiramente relevada. Aquelas rosetas apresentam quatro lóbulos, cada um com nervura central e denunciando uso do trépano a representar o revirar do lóbulo, procurando-se, deste modo, evidente efeito naturalista, ainda que de forma esquematizada.

O *puluinus*<sup>26</sup> está decorado por folhas de água estilizadas, dispostas longitudinalmente e unidas, no centro, por um fuso consubstanciado por moldura (perpendicular ao toro) e ladeada por sulcos.

Superior e internamente, pode observar-se neste exemplar, bem como em praticamente todas as peças exentas desta tipologia, uma concavidade rudemente desbastada correspondente ao *focus* da peça.

### **Análise comparativa**

Descontextualizado de qualquer memória histórica, a análise passível de ser realizada deste exemplar constitui, como a efectuada quanto ao capitel anteriormente descrito, um simples estudo estilístico comparativo. Se, em relação aos capitéis, esse estudo se nos depara difícil, uma vez que, a maior parte das vezes, assistimos a uma reelaboração local dos motivos então em voga, quanto aos capeamentos de ara essa dificuldade depara-se-nos muito mais complexa, uma vez que são muito poucos os exemplares documentados até agora, quer no que se refere às províncias da *Hispania*, quer quanto ao restante Império<sup>27</sup>.

A inexistência de materiais em quantidade suficiente que possibilitem uma calibração das informações obtidas através da análise estilística, leva-nos a recorrer a outros materiais, que não exclusivamente os capeamentos de ara, onde a ornamentação ou os particularismos

<sup>26</sup> Faces laterais do capeamento situadas no registo superior do mesmo, isto é, não abrangendo a parte inferior correspondente à base. Pode igualmente ser empregue o termo português balaústre ao invés da designação latina a qual significa, em sentido restrito ou literal, coxim ou almofada.

<sup>27</sup> Variadíssimos exemplos poderão ser referenciados. A maior parte deles, não obstante, corresponde a blocos monolíticos onde não existe separação entre o verdadeiro “capeamento de ara” ou, neste caso, o capitel, e o bloco inferior, sendo o paradigma fornecido pela *Ara Pacis Augustae*.

da decoração sejam passíveis de um estudo paralelo. Os capitéis são, quanto a este aspecto, que não o formal, um precioso auxiliar.

A decoração desta peça organiza-se em dois registos distintos (Fig. 3). A zona superior - correspondente ao *fastigium* - apresenta uma ornamentação que contrasta, pela sua qualidade técnica e regularidade do talhe, com a que observamos na parte inferior, a qual se nos depara muito mais esquemática, ainda que tal facto se prenda, directamente, com o tipo de motivos aí empregues.

A parte superior possui duas rosetas centrais, que concentram em si toda a importância decorativa desta parte da peça. São de grandes dimensões e apresentam um tratamento dos lóbulos revelador de um extremo cuidado executivo, traduzido aqui num delinear dos pormenores - com recurso ao talhe em bisel - que busca uma alternância de volumes e um efeito óptico acentuado (Fig. 4).

Rosetas semelhantes, especialmente no que se refere ao uso pontual do trépano - à volta do botão central relevado e nas terminações dos lóbulos - encontramos-las em variadíssimos capitéis, essencialmente corintizantes, por todo o Império. Bastará citar algumas peças provenientes de Ostia, datadas de entre os finais do séc. I e os últimos decénios do séc. II<sup>28</sup>; outra de Mérida, com uma cronologia da época de Adriano <sup>29</sup>; um outro capitel conservado no Museu Nacional de Roma, da época de Trajano; ou um outro, do período de Adriano, também do mesmo museu<sup>30</sup>.

Várias outras peças se podem colocar em paralelo. O elemento mais importante corresponde ao facto de este tipo de rosetas, com marcação de pontos circulares nos locais referidos, se registar, quase exclusivamente, a partir dos inícios do séc. II. Em boa verdade, poderão encontrar-se outros exemplares com idêntica particularidade, atribuíveis a uma cronologia mais tardia, ainda que, quanto a estes, a restante decoração da roseta assim como as alterações morfológicas de outros motivos apontem para épocas posteriores. Neste caso concreto, observamos que, a par do emprego do trépano, os lóbulos são igualmente

<sup>28</sup> PENSABENE, ob. cit., p. 140 - n.ºs 564 e 565 e p. 141 - n.º 568. O primeiro exemplar datado do séc. II; o segundo, de entre os finais do séc. I e os primeiros decénios da centúria seguinte; e o último datável dos últimos decénios do séc. II.

<sup>29</sup> BARRERA ANTON, José Luis de la, *Los Capiteles Romanos de Merida*, Monografías Emeritenses - 2, Badajoz, 1984, p. 48, n.º 64.

<sup>30</sup> GALLOTTINI, ob. cit., pp. 71 e 72, n.ºs 71 e 72, respectivamente.

decorados com nervura central relevada, talhada em bisel, o que produz um efeito demasiado elaborado e rebuscado, quase poderíamos chamar-lhe, um certo “barroquismo” decorativo que afasta este exemplar, de modo claro, das formas desenhadas, depuradas e lineares tícas da época de Augusto ou mesmo dos inícios da época júlio-cláudia.

Esta alteração plástica, directamente relacionada com uma modificação do conceito estético, é perfeitamente visível também em relação aos capitéis. A proximidade decorativa entre alguns daqueles motivos e os que presenciamos neste capeamento, permite, a nosso ver, a pertinência dos paralelismos acima estabelecidos.

As duas rosetas dispõem-se de um e do outro lado do motivo central do *fastigium*, traduzido aqui por uma palmeta na derivação quase directa dos acrotérios que encontramos comumente na decoração de época grega<sup>31</sup>. Seguindo essa tradição, estas palmetas apresentam-se, no mundo romano alto-imperial, muito mais estilizadas e assumindo aspecto mais rígido. Ainda que não se conserve a terminação superior da palmeta do capeamento da Casa dos Bicos, certamente que poderíamos aproximar este motivo dos que encontramos em outros tipos de decorações, como se pode observar num relevo da época de Cláudio<sup>32</sup>, ou em placas ornamentais de terracota provenientes de Roma, da época de Augusto<sup>33</sup>, constituindo-se, assim, como um elemento largamente utilizado na decoração de época romana, ainda que alterando progressivamente a sua morfologia, bem como técnica de execução.

As rosetas laterais são muito mais contidas, contrastando com as duas do centro. Restringem a sua morfologia a três lóbulos largos com botão central também relevado, ladeado este, no seu perímetro, por três pontos de trépano.

Os canais das volutas são ligeiramente côncavos, o rebordo exterior relevado, criando uma espécie de pequeno filete, característica que encontramos nas volutas angulares dos capitéis coríntios e jónicos a partir da época de Augusto<sup>34</sup>.

Este registo superior do capeamento separa-se do inferior - a base - por duas molduras. A primeira corresponde ao filete que delimita os

<sup>31</sup> Sobre a origem dos acrotérios, *vide* FERNANDES, ob. cit., pp. 182 e 183.

<sup>32</sup> KLEINER, Diana E.E., *Roman Sculpture*, Yale Publications in the History of Art, Yale University Press, London, 1992, p. 146, fig. n.º 121, datado de entre 45-50.

<sup>33</sup> GARCIA Y BELLIDO, A., *Arte Romano*, Madrid, 1990, p. 215, figs. 310-313.

<sup>34</sup> PENSABENE, ob. cit., p. 209.

canais das volutas. A inferior apresenta um perfil convexo, constituindo-se como a terminação superior do registo inferior.

A base é decorada por motivos encadeados, ligados entre si e assumindo uma morfologia curvilínea. Tais elementos deparam-se-nos como invulgares no léxico decorativo romano, ainda que pensemos estar em presença da estilização de um motivo comum do mundo grego, que irá ser reelaborado e recuperado na época romana trata-se do *kyma* ou moldura lébria.

Este ornamento, geralmente utilizado em frisos, surge-nos a decorar elementos arquitectónicos vários, tal como podemos ver em capitéis compostos provenientes de Saintes e datados de época flaviana<sup>35</sup>. Aqui, já a moldura lébria nos aparece modificada adquirindo os seus diversos elementos um aspecto mais estilizado e grosseiro e sendo o relevo mais largo. Deixando as províncias, também Roma nos oferece motivos similares, tal como podemos observar nos frisos da basílica Ulpia do *forum* de Trajano<sup>36</sup>. Também aqui, apesar do elegante traçado e da primorosa execução técnica evidenciada pelo delicado delinear da composição, os elementos nos surgem já modificados, devido ao respectivo alargamento e simplificação do relevo.

Se visualizarmos este friso em posição inversa, observaremos uma singular similitude com a composição que nos é dada pelo capeamento de ara da Casa dos Bicos, ainda que essa simplificação seja aqui levada ao extremo e a regularidade dos elementos que compõem o *kyma* lébrio afastem a composição da sua organicidade original.

Nos ângulos do registo inferior ainda é possível notar, apesar do desgaste da superfície, meias-folhas do tipo palmeta, estilizadas e com terminações dos lóbulos acentuados por pontos de trépano.

As faces laterais do registo superior - correspondentes aos *pulvini*<sup>37</sup> - surgem-nos decoradas como se de um capitel jónico se tratasse, seguindo, de igual forma, a decoração habitual para este tipo de peças (Fig. 5). Os motivos assemelham-se a folhas de água muito esti-

<sup>35</sup> TARDY, Dominique, “Le décor architectonique de Saintes antique”, *Aquitania Supplément* 5, Ed. C.N.R.S., Paris, 1989, pp. 90-96, n<sup>TM</sup> 49.87, 49.100.

<sup>36</sup> KLEINER, ob. cit., p. 215, fig. 178.

<sup>37</sup> Utilizamos aqui a terminologia dos capitéis jónicos canónicos, ou seja, com faces iguais duas a duas, nomenclatura que empregamos como alternativa ao termo português de “balaústre”. Ao estrangulamento central desta parte da peça aplicamos o termo “fuso” que, em latim, se designa por *balteus*.

lizadas, correspondendo a um dos motivos ornamentais que conta com mais exemplares no mundo romano<sup>38</sup>. Quanto às províncias mais ocidentais, esta escolha ornamental ocorre igualmente<sup>39</sup>, sendo um motivo que nos surge documentado desde época tardo-republicana/augustana, prolongando-se até ao séc. III<sup>40</sup>. A maior concentração de exemplares corresponde, sem dúvida, à época júlio-cláudia.

O fuso central é simples, sendo representado por uma moldura delimitada por sulcos realizados em duplo bisel.

Estas cronologias apontam-nos, assim, para uma época em que perduram os motivos tradicionais e mais clássicos do léxico decorativo romano. No entanto, o desenho dos mesmos bem como a organicidade naturalista que lhe deu origem encontram-se já afastados, sendo os motivos reelaborados e plasmados de forma mais volumosa. Os efeitos de sombra e luz, a alternância de volumes e o uso do trépano indicam-nos cronologias distintas da época de Augusto e dos inícios dos júlio-cláudios, quando a linearidade e os efeitos plásticos, mais desenhados que esculpidos, pautavam a decoração.

Esta peça não nos surge isolada em termos de composição. Ainda que seja extremamente difícil encontrar paralelos no Império Romano, o *territorium olisiponense* oferece-nos outros capeamentos de ara com decorações precisamente iguais. Contam-se, assim, fragmentos de base de capeamento em Manique (Alcabideche), peça que fora classificada como imposta e datada de época visigótica<sup>41</sup>. Pensamos que, de facto, se tratará de um fragmento de capeamento<sup>42</sup>, como já referimos, e que a decoração - ainda que, à primeira vista, nos faça lembrar a estilização desse período - não pode ser confundida com aqueles motivos circulares que em época visigótica nos surgem vulgarmente.

<sup>38</sup> Vide BINGÖL, “Das Ionische Normalkapitelle in Hellenistischer und Römischer Zeit in Kleinasien”, *AM, Supl.* 20, 1980, pp. 84 e ss.

<sup>39</sup> GUTIERREZ BEHEMERID, M<sup>a</sup> Angeles, “Capiteles Romanos de la Peninsula Iberica”, *Studia Archaeologica*, 81, Valladolid, 1992, pp. 50 e ss.

<sup>40</sup> G. BEHEMERID, ob. cit., n.ºs 69, 72, 84-90, 101, 102, 107 e 110.

<sup>41</sup> CARDOSO, Guilherme, *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*, ed. Câmara Municipal de Cascais, Vila Real de St.º António, 1991, p. 37, n.º 26, fig. 6.

<sup>42</sup> Em 1994, José d’Encarnação afirma já que essa peça poderá corresponder a “...uma parte de um capitel de cipo ou ara. Resta, ainda que não muito perceptível, a decoração em forma de corda donde pendem as folhas de acanto geometricamente estilizadas”: ENCARNÇÃO, J. d’, *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, ed. C.M.C., 1994, p. 68, fig. 31.

Uma outra peça, proveniente de Areia, freguesia de Cascais e encontrada em inícios deste século por Félix Alves Pereira<sup>43</sup>, apresentamos uma decoração muito semelhante. Somente se conserva a base do capeamento e, aqui, a decoração é mais repetitiva e estilizada, sem que existam variações de motivo para motivo. Uma moldura sogueada, ainda conservada, estabelece a ligação entre a base e a parte superior do monumento. Proveniente da Ericeira, um outro fragmento se pode aproximar<sup>44</sup>.

Um conjunto distinto, extremamente importante - pelo número de exemplares, sua concentração geográfica e qualidade técnica - surge-nos na região de Odrinhas. De alguns, quase poderíamos dizer estar-mos perante cópias da que analisamos.

Temos, assim, um capeamento de ara de Faião<sup>45</sup>, com as mesmas características decorativas, quer nos dois registos, quer nas faces laterais e frontais que encontramos na peça de Lisboa. As diferenças reduzem-se a questões de pormenor, essencialmente no que respeita ao tipo de realização das rosetas centrais ou à possível inclusão de novos motivos, como acontece no exemplar de Faião, onde se inclui, tal como naquele de Cascais, uma moldura sogueada a estabelecer a ligação entre os dois registos. Outras duas peças são muito similares, sendo provenientes, igualmente, do Faião<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> Peça depositada no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa. Vários autores se lhe referem, entre os quais: ALMEIDA, C. A. Ferreira de, *História da Arte em Portugal - Arte da Alta Idade Média*, voi. 2, Ed. Alfa, Lisboa, 1986, p. 68 (figura). Refere o autor que a peça terá vindo de Odrinhas e que corresponderá a uma imposta, colocando a hipótese de "... ser um elo entre estes [testemunhos tardirromanos da mesma localidade] e a tão original arte da época visigótica da área de Lisboa"; ENCARNÇÃO, ob. cit., pp. 68 e 69, fig. 32; CARDOSO, ob. cit., p. 51, n.º 60, que atribui o nome de "frontal romano" à peça. Ainda lhe faz referência MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. 1, Editorial Estampa, 1993, p. 350.

<sup>44</sup> GANDRA, Manuel J.; CAETANO, Amélia, "Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra", *Boletim Cultural '94'*, Ed. C.M.M., 1995, p. 265. Peça encontrada na Rua Eduardo Burnay, da qual somente se conserva uma parte do registo inferior (base).

<sup>45</sup> Peça depositada no Museu Regional de Odrinhas, N.º Inv. F/LR/80/2: ALMEIDA, ob. cit., voi. 2, p. 24 (figura e respectiva legenda). Mais uma vez, o autor aponta uma cronologia tardia para este tipo de peças: provavelmente de época "tardirromana".

<sup>46</sup> N.os de Inv. - F/LR/55/1; F/LR/55/2.

Por último, um capeamento, quase completo, proveniente da Póvoa de Santo Adrião (Loures)<sup>47</sup>, oferece-nos quase um decalque da peça da Casa dos Bicos. Luís de Matos, que recentemente a publica, refere correctamente, a nosso ver, que “apesar das semelhanças com elementos iconográficos correntes na iconografia paleo-cristã, a tipologia do altar e os elementos escultóricos nele presentes apontam globalmente para datações mais antigas que aquelas que têm sido atribuídas a peças semelhantes”<sup>48</sup>.

Apesar de as estas semelhanças, nenhum destes elementos nos pode fornecer, em termos cronológicos, grandes informações. Assim, mais uma vez, restringimo-nos às análises comparativas e às características evidenciadas pelo exemplar, quanto ao tipo de talhe, léxico decorativo e efeito plástico.

Pelas considerações expostas, datamos este exemplar do séc. II.

3 - BASE (Fig. 6)

N.º Inv. - 514 (Inv. Geral:5504)

## Descrição

*Matéria* - mármore.

*Técnica* - vestígios de escopro de bisel no interior da escocia. Abrasivos de polimento em toda a superfície. A parte superior da peça - local de assentamento do fuste - apresenta um bujardado grosseiro realizado com escopro de ponta.

*Dimensões* (em cm) - altura - 25,5; altura do plinto - 9; dimensões do plinto - 58X58; diâmetro da base de assentamento do fuste - 25,5.

*Estado de conservação* - Bom. Partido nos ângulos do plinto.

<sup>47</sup> MATOS, José Luís de, (Coord.), *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia - Coleção de Escultura Romana*, Ed. I.P.C.M./I.P.M., Lisboa, 1995, pp. 120 e 121.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 120. No entanto, o autor não especifica a cronologia da peça. Por outro lado, a descrição que apresenta parece-nos, em alguns casos, menos correcta, concretamente ao referir as rosetas centrais como “flores de seis pétalas” quando elas são três e muito semelhantes às do capeamento da Casa dos Bicos (apresentando-se aqui com quatro pétalas). A confusão advém, pensamos, do facto de, tal como no nosso exemplar, as terminações lobulares apresentarem dois sulcos a imitar o reviramento da folha, efeito de cariz naturalista que é sublinhado por pontos de trépano. O facto de a peça não apresentar, como refere o autor, “fastígios ou frontões” deve-se exclusivamente ao mau estado de conservação da palmeta central.

## **Análise descritiva**

Base composta por um plinto liso, a que se sobrepõe um toro semi-circular, cujo diâmetro máximo é coincidente com os lados do plinto. Por cima deste, uma pequena moldura de perfil recto estabelece a ligação a uma escocia reentrante. Esta é sobreposta por nova moldura, também de perfil recto, mas mais alta que a anterior, e cujo perfil de ligação à escocia é algo biselado. A terminar a peça, na sua parte superior, um novo toro circular, que se posiciona de forma reentrante em relação à dimensão máxima do plinto.

## **Análise comparativa**

Em termos morfológicos, esta peça aproxima-se das bases jónica e ática, tal como são definidas por Vitruvius quanto aos seus elementos constituintes. Temos, assim, dois toros e uma escocia entre aqueles, para além do plinto que suporta a composição.

Apesar da semelhança morfológica, as dimensões destes elementos distanciam-se das prescritas por Vitruvius<sup>49</sup>.

Afastando-se da base toscana, pela simplicidade e especificidade desta, a base da Casa dos Bicos poderá ser aproximada ou da base jónica ou da coríntia, ainda que existam diferenças - sobretudo quanto à inclusão de vários filetes nestas duas bases - que a impedem de ser classificada como tal<sup>50</sup>.

Inequivocamente de época romana, constitui uma reelaboração provincial, que segue, até certo ponto, a tipologia das bases empregues no Centro do Império, ilustrando uma inclusão dos elementos constituintes perfeitamente definidos. O resultado é, não obstante, um produto local que altera as proporções e as adequa ao monumento a erigir. Bastará compararmos este exemplar com as bases que encontramos noutras províncias, por exemplo na Gália, para detectamos paralelos próximos<sup>51</sup>. A multiplicidade de bases gaulesas obriga a aceitar a ideia

<sup>49</sup> GRANGER, Frank, (Trad.) *Vitruvius on Architecture*, Harvard University Press, London, 1995, Book III, C. V (pp. 184-187).

<sup>50</sup> Cf. CHITHAM, Robert, *The Classical Orders of Architecture*, Oxford, 1985, Plate 33.

<sup>51</sup> BROISE, Pierre, "Éléments d'un ordre toscan provincial en Haute-Savoie", *Gallia*, tome XXVII, fase. 1, Paris, 1969, pp. 17-19. Os desenhos que o autor fornece

de uma multiplicidade tipológica provincial, formada a partir de modelos pré-existentes, quadro que se poderia aceitar para a Lusitânia, ainda que os poucos vestígios até hoje documentados não nos permitam, para já, qualquer confirmação.

Esta base da Casa dos Bicos corresponde, assim, a um elemento de reelaboração das normas clássicas, mais do que a uma cópia das mesmas. A sua esmerada execução e o acabamento cuidado - com o recurso a abrasivos de polimento em toda a superfície - levam-nos a considerá-la como um produto de boa época, talvez do séc. II, apesar de já afastada dos preceitos mais rígidos de épocas anteriores<sup>52</sup>.

#### 4 - FRISOS e CAPEAMENTO VERTICAL (Fig. 7 a 9)

##### 4.1 (Fig. 7)

*N.º Inv.* - não tem.

*Matéria* - mármore róseo

*Classificação* - fragmento de friso

*Dimensões* (em cm) - altura conservada: 11,5; largura - 13,5; comprimento conservado: 10.

##### 4.2 (Fig. 8)

*N.º Inv.* - C.B/206

*Matéria* - mármore róseo

*Classificação* - fragmento de friso

*Dimensões* (em cm) - altura: 12; largura: 13,5; comprimento conservado: 20.

##### 4.3 (Fig. 9)

*N.º Inv.* -C.B/232

*Matéria* - mármore róseo

*Classificação* - fragmento de capeamento vertical

*Dimensões* (em cm) - espessura: 8; comprimento conservado: 27; profundidade da escocia: 2,5.

correspondem às várias possibilidades de bases formadas a partir do modelo mais simples constituído com base na ordem toscana clássica.

<sup>52</sup> A distinção em relação aos preceitos vitruvianos afasta-nos do séc. I. A reelaboração de modelos só pode ser realizada depois de um conhecimento prévio dos preceitos classicistas, conseguido inicialmente por materiais importados (conhecimento directo), ou por importação de mão-de-obra especializada.

## **Análise**

Estes três elementos não nos fornecem grandes informações.

O primeiro é uma moldura em gola directa, ou *kyma* lésbio, delimitada superiormente por quarto de círculo alargado de perfil convexo e por quarto de círculo alargado cóncavo na parte inferior.

Poderá corresponder a um pequeno friso de pedestal, ainda que integrado em entablamento de plinto. Este enquadramento arquitectónico é-nos sugerida pelas faces que se integrariam no edifício, concretamente duas paredes facetadas, com pequeno encaixe, que se encontra partido, no topo de uma delas.

O segundo elemento será um friso de cornija, apresentando um perfil menos projectado que o anterior mas muito semelhante morfológicamente. Face superior facetada, possuindo um pequeno elemento de encaixe (partido) que se integraria na parte superior do monumento a que se destinava. A face posterior não possui qualquer tratamento, pelo que pensamos deveria encostar à parede da construção.

O último fragmento constituirá, possivelmente, um capeamento de revestimento vertical, cujo perfil apresenta uma moldura convexa, em forma de quarto de círculo, delimitada superior e inferiormente por duas faixas salientes de perfil recto.

E-nos impossível fazer qualquer correspondência cronológica destas peças. No entanto, o acabamento cuidado, o polimento da superfície e o tipo de perfil em presença, vulgar na decoração romana, são factores que nos levam a admitir estarmos em presença de elementos arquitectónicos de certa qualidade pertença, provavelmente, de um edifício de alguma importância, que utilizava ornamentos de bom acabamento tanto para a sua decoração como para o seu revestimento.

## **CONCLUSÕES**

Este tipo de peças nunca mereceu, até aos nossos dias, algum comentário mais extenso, sobretudo no que diz respeito aos capeamentos de ara<sup>53</sup>. As referências que, ultimamente, têm sido feitas - ainda

<sup>53</sup> Gostaríamos de salientar o facto de ter sido recentemente (1999) defendida uma tese de Mestrado dedicada exclusivamente a estas peças, na Faculdade de Ciências

que importantes porquanto estabelecem uma distinção estilística em relação à decoração, similar no contorno, de época visigótica (com a qual, durante muito tempo, foram confundidas) - não vão muito mais longe quanto à sua contextualização ou quanto à tipologia decorativa.

Não será este, no entanto, o local para nos alongarmos em relação a um tema tão complexo. As observações que apresentámos permitem-nos, no entanto, e no que se refere mais directamente aos materiais analisados, estabelecer mais algumas considerações.

Em primeiro lugar, parece-nos indiscutível o facto de um tão grande número de capeamentos de ara <sup>54</sup> com tão evidentes similitudes fazerem parte de um mesmo centro produtor. Isto é, partimos do princípio de que, na sua origem, se pode delinear a existência de uma ou mais oficinas, ainda que, certamente, muito próximas entre si, as quais, em coordenadas espaço-temporais restritas, terão produzido este tipo de peças e abastecido, senão todo, grande parte do *territorium Olisiponense*.

As evidentes semelhanças estilísticas impelem-nos, com efeito, a colocarmos esta hipótese. Ainda que o estado de conservação de alguns dos capeamentos não nos permita uma visualização integral das peças, é possível detectamos constâncias. Na verdade, a morfologia, a composição ornamental, os motivos decorativos, o tipo de talhe, a matéria empregue, assim como a importância relativa de alguns dos elementos, concretamente das rosetas centrais, são algumas das características que podemos observar em, praticamente, todos eles.

Se compararmos as datações do capitel corintizante e do capeamento de ara, observaremos que a cronologia é similar, facto que nos leva a colocar a questão de as duas peças provirem da mesma oficina.

Pensamos que, no estado actual dos conhecimentos, será difícil concluir, linearmente, que a produção de todos os capeamentos e capitéis tenha tido por base uma mesma oficina. Pensamos, inclusivamente, que tal não terá ocorrido. Apesar das idênticas características, estilísticas e decorativas <sup>55</sup>, existem pormenores que levam a pensar estarmos perante centros produtores distintos, um para capeamentos e outro para

Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Carlos Vieira, *Capitéis de ara do território de Olisipo*.

<sup>54</sup> Fazemos referência aos que citámos bibliograficamente.

<sup>55</sup> As quais poderão ser explicadas, simplesmente, por semelhantes correntes estéticas.

capitéis. O emprego intensivo dos abrasivos de polimento no capitel - o qual, à partida, pelo local que ocuparia no conjunto do edificado, obstaría a tal tratamento da superfície - e a não constatação de tal expediente quanto ao capeamento de ara - o qual, pelo tipo de monumento que integraria, estaria muito mais próximo dos transeuntes - sugerem técnicas distintas de oficinas diferenciadas.

O tipo de pormenores que aparecem num e noutro elemento afiguram-se, também, totalmente distintos. Bastará, para tal, analisar as rosetas, para se optar por modelos distintos e diferentes mãos que participaram na sua realização.

Capeamento de ara e capitel provêm, em nossa opinião, de oficinas separadas, certamente especializadas na produção de cada um deste tipo de peças.

As terminações em círculo das hastes dos motivos laterais do capitel apontam, por outro lado, e na sequência da investigação que temos vindo a realizar, para “tiques de oficina”, provavelmente especializadas em certos tipos de peças - no caso presente, os capitéis corintizantes - ainda que outros também aí pudessem ter sido produzidos.

Organizadas, certamente, com base na permanência de um mestre - que ditaria a composição decorativa dos espécimes podendo mesmo executar alguns dos motivos, como será o caso das rosetas centrais -, a mão-de-obra seria indígena ou, em termos gerais, menos qualificada.

Se o quadro é delineável para a produção dos capeamentos de ara, pode, de igual modo, ser aplicado quanto aos capitéis. No capitel corintizante da Casa dos Bicos, é nítida a existência de cartões importados, o que pode ser observado na junção imperfeita da palmeta central, ou folha corintizante, às angulares.

As considerações expostas não obstam a que consideremos estes elementos como produtos de qualidade, provenientes de oficinas que operariam ou em *Olisipo* - onde as encomendas poderiam ser em maior número - ou junto às pedreiras donde era extraída a matéria-prima, durante a primeira metade do séc. II.

Essa qualidade é sublinhada pelas restantes peças - base e frisos - talvez da mesma época, que, embora que perfeitamente integrados nas correntes estéticas de então, denotam um certo afastamento dos cânones clássicos, facto que pode ser explicado por uma reelaboração provincial dos modelos tidos por base.



FIG. 1 – *Capitel corintizante. Face frontal.*



FIG. 2 – *Capitel corintizante. Pormenor da face lateral.*



FIG. 3 – *Capiteamento de ara. Face frontal.*



FIG. 4 – *Roseta central da face frontal do capiteamento de ara.*



41

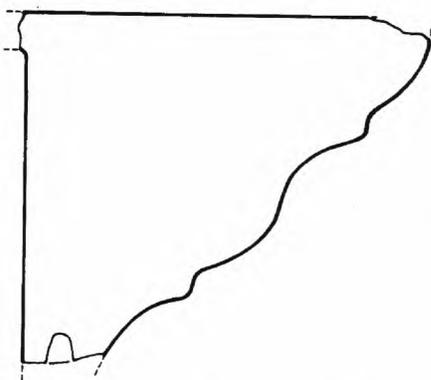
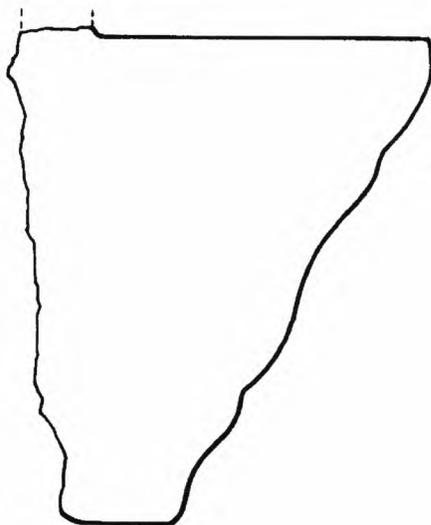


FIG. 7 – *Fragmento de friso.*

FIG. 8 – *Fragmento de friso.*

42



43

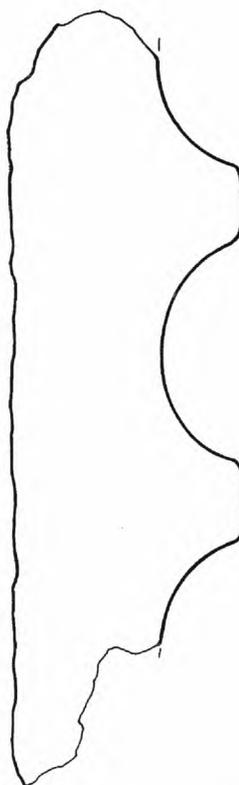


FIG. 9 – *Fragmento de capeamento vertical (?)*.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ CARLOS QUARESMA  
Licenciado em História, variante de Arqueologia,  
pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

*TERRA SIGILLATA* AFRICANA, HISPÂNICA, FOCEENSE TARDIA  
E CERÂMICA AFRICANA DE COZINHA DE *MIROBRIGA*  
(SANTIAGO DO CACÉM)  
“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 137-200

RESUMO: Neste artigo, apresenta-se o estudo da *Terra Sigillata* Africana, Hispânica e Foceense Tardia, bem como da Cerâmica Africana de Cozinha, proveniente de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). Os resultados são analisados, em particular no contexto do Ocidente peninsular, desde finais do séc. I d. C. até à Antiguidade Tardia/Alta Idade Média.

RÉSUMÉ: Dans cet article, on présente les résultats de l'étude de la *terra sigillata* africaine, hispanique et phocéenne tardive, ainsi que de la Céramique Africaine de Cuisine, provenant de *Mirobriga* (Santiago do Cacém). Les résultats sont analysés surtout dans le contexte de l'Occident péninsulaire, depuis la fin du 1<sup>er</sup> siècle après J.-C. et l'Antiquité tardive / Haut Moyen-Âge.

(Página deixada propositadamente em branco)

*TERRA SIGILLATA* AFRICANA, HISPÂNICA,  
FOCEENSE TARDIA E CERÂMICA AFRICANA  
DE COZINHA DE *MIROBRIGA*  
(SANTIAGO DO CACÉM)

**Nota Introdutória**

Integrado no *Projecto de Valorização de Mirobriga* - iniciado em 1989 sob a direcção das Dras. Filomena Barata e Susana Correia -, o presente estudo visa analisar, sob uma perspectiva de conjunto, o espólio inédito de *Terra Sigillata* proveniente do depósito de sítio, bem como do Museu Nacional de Arqueologia, acrescentando ainda - e constituindo uma parte minoritária deste trabalho - os materiais publicados por Maria Maia (1971), bem como os depositados no Museu Municipal de Santiago do Cacém, inventariados, em publicação, por Luisa Ferrer-Dias (1976-7) e Manuela Delgado (1988). Excluíram-se os dados publicados por Maria L. C. Artur (1985), bem como as peças apresentadas por W. Biers (1988), por não estarem exaustivamente descritas, sob a forma de inventário.

Todos os fragmentos estão desprovidos de qualquer referência estratigráfica, o que nos impede de realizar uma problematização deste espólio num preciso contexto arqueológico de *Mirobriga*.

Concebido como a primeira de duas fases de realização, este trabalho apenas se debruça sobre a *T. S.* Africana e Cerâmica Africana de Cozinha, *T.S.* Hispânica e *IS.* Foceense Tardia, relegando-se, desta forma, para uma segunda etapa, a *T.S.* Itálica e Gálica.

Por fim, devo agradecer à Dra. Manuela Delgado e aos Drs. Amílcar Guerra e Carlos Fabião os seus conselhos, que foram de grande importância, tanto no que respeita a alguns aspectos teóricos como outros de ordem prática, nomeadamente a realização do trabalho técnico de classificação do espólio.

## 1. As Produções Africanas

### 1.1. A *Terra Sigillata Africana*

#### 1.1.1. Terminologia

*Terra Sigillata Africana* é um conceito cuja historicidade convém analisar, para se compreender melhor o seu uso.

Waagé determinou, em 1933, três fabricos diferenciados: *Late B ware* (fase antiga), *Late A ware* e *Late B ware* (fases média e recente) (HAYES, 1972: 288).

Em 1958 e 1963, Lamboglia adoptava um novo conceito, *Terra Sigillata Chiara*, denominando uma produção A (= *Late B ware*, fase antiga), uma produção C (= *Late A ware*) e uma produção D (= *Late B ware*, fases média e recente), e ainda uma produção B, que mais tarde foi atribuída à Narbonense. Estabeleceu, igualmente, uma vasta gama de formas e respectivas cronologias (HAYES, 1972: 288).

Diferenciando-as das *Red-Gloss Terra Sigillata*, Hayes, em 1972, a partir de um critério tecnológico, bem como pelo facto de não possuírem selo, aplicou o conceito de *African Red-Slip Ware* e estabeleceu um conjunto de novas formas, para além de ter produzido um trabalho sistemático de tratamento das já existentes.

Em 1981, os autores do *Atlante (Atlante I, 1981:11)* apresentaram uma última proposta de nomenclatura: *Terra Sigillata Africana* invocando razões de "uniformidade terminológica e de tecnologias de fabrico".

Seguindo um critério actualmente utilizado para outras produções - a proveniência geográfica -, afigura-se mais coerente aceitar esta última proposta, já que contempla, igualmente, a área de produção.

#### 1.1.2. Os Dados de Mirobriga. Características e Cronologias

A metodologia utilizada na datação do espólio de *Mirobriga*, dado que cada tipo pode ser fabricado ao longo de vários filões produtivos, consistiu no cruzamento do segmento temporal de duração do tipo respeitante a cada peça (Hayes 3, 5, etc.) com a duração da etapa produtiva em que se integra (A1, A2, etc.), no intuito de afinar a cronologia dos recipientes e conseguir intervalos de tempo menos latos.

1.1.2.1. *A Terra Sigillata Africana A*

Esta produção, da actual Tunísia setentrional, em especial da área de Cartago, decorre de finais do séc. I d.C. ao séc. III. O seu começo pode ser precisado na época flávia, tendo em vista que as primeiras importações se encontram na área vesuviana, em estratos dos anos setenta do primeiro século (*Atlante* I: 19).

Hayes define um fabrico mais antigo, AI (HAYES, 1972: 284) que, segundo os autores do *Atlante*, decorre desde a etapa flávia até meados do séc. II, fazendo corresponder as produções da segunda metade do séc. II a uma etapa intermédia, AI/2 (*Atlante* I: 19).

A produção *AI* é caracterizada por Hayes como tendo pastas de cor laranja-avermelhado ou cor de tijolo-vermelho, com textura granular, contendo como desengordurantes pequenos cristais de quartzo, alguma calcite e pouca mica. A cor do engobe é igual à da pasta. As fracturas são grosseiras e a textura granular da pasta origina a formação de pequenas bolhas nas superfícies das peças, resultantes de um bom polimento, o qual também se denota pela existência de finas estrias, no engobe fino e brilhante (HAYES, 1972: 284).

Nos exemplares de *Mirobriga*, o engobe parece ser mais aderente do que nas restantes etapas. A pasta, pelo seu lado, parece ter um aspecto mais compacto e raros vácuos.

O n.º 1 pertence ao tipo **Hayes 3B = Lamb.4/36a**, com o bordo decorado com folhas de água em barbotina. Hayes data entre 75 e 150 (*Atlante* I: 24);

O tipo **Hayes 3C = Lamb. 4/36B**, de bordo espesso em aba, sem canelura, não decorado, está representado pelo n.º 2. Atendendo ao fabrico, datará da primeira metade do séc. II (*Atlante* I: 24).

A forma **Hayes 5C = Lamb. 18**, de bordo engrossado e, em alguns casos, arredondado externamente, sem canelura externa na junção do bordo com a parede, faz-se representar pelo n.º 3. Hayes data, sem certeza, de meados do séc. II (*Atlante* I: 23).

Na maioria dos casos é impossível definir qual a variante da forma **Hayes 6**, devido à simples existência do bordo. É o caso do n.º 4. No entanto, quando esta forma de bordo horizontal ou ligeiramente pendente nos fornece um diâmetro mais reduzido (inferior a 19 cm) é possível afinar a tipologia, para uma das variantes. O n.º 5 pertence ao tipo **Hayes 6C** e possui 13 cm de diâmetro. As várias formas da *Hayes 6* estão datadas, por Hayes, entre os fins do séc. I e a

segunda metade do séc. II. Tendo em conta a cronologia da produção *Al*, os exemplares de *Mirobriga* não ultrapassarão os meados da centúria. Por isso mesmo, a *Hayes 6C* poderá ser apenas muito ligeiramente mais tardia do que meados da centúria, para a classificação não se tornar incoerente (*Atlante I*: 25).

Os autores do *Atlante* apresentam uma etapa produtiva intermédia, *Al/2*, cuja caracterização é basicamente semelhante à que Hayes faz da etapa precedente, o que a torna extremamente difícil de identificar (*Atlante I*: 19). A grande diferença parece consistir na qualidade do engobe que se torna mais fino e brilhante (*Atlante I*: 19). Em termos cronológicos, centrar-se-á na segunda metade do séc. II (*Atlante I*: 19).

O espólio de *Mirobriga* apresenta, no entanto, pastas ligeiramente menos batidas, o que as torna menos compactas e origina, por vezes, vácuos alongados. As características dos desengordurantes mantêm-se semelhantes às da etapa anterior, embora as dimensões dos minerais de quartzo e das partículas de calcite pareçam aumentar suavemente de tamanho, em exemplares menos cuidados. Surgem, com um pouco mais de frequência, pequenas partículas de marga, variando entre o verde e o cinzento.

O n.º 6 integra-se no tipo **Hayes 6B = Lamb. 23** e distingue-se pela ausência de decoração a roleta no seu fundo. A cronologia da forma condiz com a da produção *Al/2* dos exemplares de *Mirobriga*: segunda metade do séc. II (*Atlante I*: 25).

O n.º 7, do tipo **Hayes 8A = Lamb. 1a**, está decorado a roleta sobre o lóbulo central. Este tipo foi produzido entre 90 (ou já em 80, segundo Hayes) e 150 (*Atlante I*: 26). Tendo em conta o fabrico, os fragmentos de *Mirobriga* deverão datar de meados do séc. II (*Atlante I*: 26).

A forma **Hayes 8B = Lamb. 1e** caracteriza-se pela ausência de decoração na parede externa. O exemplar de *Mirobriga*, n.º 8, deve-se situar, cronologicamente, na transição para o séc. III, pois esta forma é produzida na primeira metade deste século (*Atlante I*: 26).

O tipo **Hayes 9A = Lamb. 2a**, decorado a roleta, está representado pelo n.º 9. O fabrico confere-lhe uma datação na segunda metade do séc. II (*Atlante*: 27).

A forma **Hayes 9B = Lamb. 2C** tem parede inclinada para o exterior e superfície não decorada. O n.º 10 representa este tipo cuja

cronologia se deve situar na transição para o séc. Ili, conjugando os dados da forma e da produção (*Atlante* I: 27).

A forma **Hayes 26 = Lamb. 9b** possui bordo quase vertical com incisão interna na junção com a parede esvasada. Hayes e Lamboglia datam-na da segunda metade do séc. II a inícios do seguinte (*Atlante* I: 31), enquanto que as escavações de Ostia alargam o segmento temporal para a primeira metade do séc. III (*Atlante* I: 31). O enquadramento dos exemplares de *Mirobriga*, como o n.º 11, na fase *A1/2*, aponta para uma datação na segunda metade do séc. II. No entanto, o n.º 12, com um diâmetro maior, alcançando quase os 30 cm, deverá pertencer aos finais da produção *A1/2*, visto que, no séc. III, com a produção *A 2*, os diâmetros das peças Hayes 26 e 27 são nitidamente maiores (*Atlante* I: 20).

On.º 13 pertence ao tipo **Hayes 27 = Lamb. 9a**, de bordo inclinado para o interior e incisão na junção deste com a parede. Deverá ser datado da segunda metade do séc. II (*Atlante* I: 31).

Também da segunda metade do séc. II será o n.º 14, pertencente ao tipo **Hayes 27 = Lamb. 9a2**, de bordo quase vertical, sem incisão interna (*Atlante* I: 31).

De finais do séc. II a meados da centúria seguinte decorre a fase *A2*, na qual o engobe se toma mais fraco e a superfície dos recipientes mais grosseira; adquire, por vezes, uma tonalidade rosada (HAYES, 1972: 289).

Os exemplares de *Mirobriga* apresentam, por vezes, vácuos alongados na pasta. Torna-se mais frequente encontrar partículas de marga, acinzentadas ou esverdeadas. Verifica-se igualmente que o engobe, menos aderente, tende facilmente a desaparecer, quase por completo, em muitos exemplares.

O tipo **Hayes 6B = Lamb. 23** individualiza-se pelo facto de não ter decoração a roleta no seu fundo. O n.º 15 pertencerá a este tipo, **Hayes 6B = Lamb. 23**. O n.º 16, pelo seu pequeno diâmetro pertence, no entanto, ao tipo **Hayes 6C**. O tipo **Hayes 6B = Lamb. 23** pertencerá aos finais do séc. II, quando se inicia a produção *A2*. O tipo **Hayes 6C** já será dos inícios do séc. Ili (*Atlante* I: 25).

O tipo **Hayes 8B = Lamb.** le, não decorado, está representado pelo n.º 17, que datará da primeira metade do séc. Ili (*Atlante* I: 26).

O n.º 18, do tipo Hayes 9B = Lamb. 2c, não decorado, deve datar de inícios do séc. III (*Atlante* I: 27).

A forma Hayes 14 é a mais representada no espólio de *Mirobriga*. A sua extrema variedade e a frequente inexistência do troço inferior do perfil das peças não permite, na maioria dos casos, determinar a variante. Assim acontece com o n.º 19 que espelha um pouco a variabilidade morfológica destes recipientes. Apenas se conseguiu identificar a variante Hayes 14B = Lamb. 3bl, representada pelo n.º 20, taça carenada, com bordo biselado internamente e parede vertical alta (*Atlante* I: 33). A cronologia da *Hayes 14* varia entre os finais do séc. II e a primeira metade do séc. III, enquanto que a *Hayes 14 - Lamb. 3bl* se situa na primeira metade do séc. III (*Atlante* I: 33).

O n.º 21 é bastante singular. A forma parece ser urna Hayes 14, mas este tipo não possui decoração, ao contrário deste exemplar de *Mirobriga*, que apresenta uma decoração a roleta formando uma linha paralela ao bordo, levemente incisa.

O n.º 22 pertence ao tipo Hayes 26 = Lamb. 9b, com uma datação que deve rondar os fins do séc. II, inícios do III, tendo em conta Hayes (*Atlante* I: 31), talvez estendendo-se pela primeira metade do séc. III, a julgar pelos dados de Ostia (*Atlante* I: 31).

O n.º 23, do tipo Hayes 27 = Lamb. 9a (já com um diâmetro bastante grande), bem como o n.º 24, da forma Hayes 27 = Lamb. 9a2, terão a mesma cronologia que o tipo anterior (*Atlante* I: 31).

O tipo Hayes 31 pode distinguir-se da Hayes 14 através da presença da carena na junção do fundo com a parede, como é o caso do n.º 25. Este tipo está datado da primeira metade do séc. III (*Atlante* I: 35). A identificação da produção deste exemplar levanta alguns problemas: As características do engobe, laranja-vermelho, de espessura média - e não fina -, bem lustrado, apresentando apenas finas estrias, podem indiciar a filiação na produção A/D, de princípios do séc. III.

#### 1.1.2.2. *A Terra Sigillata Africana C*

Por volta do ano 200, as oficinas de Bizacena, na Tunísia centro-oriental, iniciaram este novo fabrico, ao que parece, aproveitando o crescimento económico desta região ocorrido com Sétimo Severo, a par de uma diminuição da força política e económica de Cartago e Utica (*Atlante* I: 58). Com uma história de cerca de 250 / 300 anos, a *T.S.Ai. C* terá o seu término entre 450 e 500 (Beltrán-Lloris, 1991: 135).

A produção Cl iniciou-se, então, em torno do ano 200. Os recipientes deste fabrico costumam possuir uma pasta fina, bem como uma cobertura igualmente fina e alisada, por vezes com um aspecto manchado (*Atlante* I: 58). As paredes são agora mais delgadas o que, a par das restantes características, permite, em certas peças, uma ressonância metálica quando tocadas.

A taça hemisférica Hayes 44 = Lamb. 35, de bordo plano, distingue-se da Hayes 44 = Lamb. 35ter pelo facto desta última possuir o bordo encurvado em maior ou menor grau. Representadas pelos n.ºs 26 e 27, respectivamente, ambas se datam entre 220/40 e final do séc.III, embora surjam na primeira metade do séc. Ili, em Ostia (*Atlante* I: 70).

O n.ºs 28 pertence ao tipo Hayes 45A = Lamb.42, com decoração a roleta sobre o bordo. Se a datação de 230/40 parece pacífica para o início desta forma, a cronologia terminal já não é tão simples. Em *Dura Europo s*, os exemplares de *Lamb.42* denotam maior antiguidade que os de *Sal.C3* (*Atlante* I: 63); em *Ostia*, em contextos da primeira metade do séc. III, o tipo *Lamb.42* é mais frequente do que o segundo tipo (*Atlante* I: 63). Se o fabrico *Cl* terminar antes de finais do séc. III(\*), então, este exemplar terá aí o seu *terminus ante quem*.

A forma Hayes 45B = *Sal.C3*, representada pelo n.º 29, não possui decoração e o bordo tem, geralmente, uma ou duas caneluras na margem superior externa. Hayes datou-a entre 230/40 e 320. Em Ostia surge em contextos da primeira metade do séc. Ili (*Atlante* I: 63).

O tipo Hayes 49, com bordo geralmente inclinado para o interior e parede acentuadamente encurvada, como o n.º 30, foi datado, por Hayes, entre 230/40 e 300 (*Atlante* I: 61), enquanto que as escavações de Ostia favorecem uma cronologia da primeira metade do séc. III (*Atlante* I: 61).

A forma Hayes 50A = Lamb. 40bis é a mais representada. Possui um bordo aguçado e uma parede rectilínea e pouco esvasada (*Atlante* I: 65). Alguns exemplares apresentam finas linhas incisivas externas, como o n.º 31. Hayes datou esta forma entre 230/40 e 325 (*Atlante* I: 65); em Ostia surge com frequência em contextos da primeira metade do séc. Ili (*Atlante* I: 65).

O n.º 32 levanta bastantes problemas de classificação. O paralelo mais próximo conhecido é um cantil de corpo lenticular, em C2, Forma (\*)

(\*) Ver supra cronologia do fabrico Cl.

«Atlante», tav. XXXI, 18, com 19,8 cm de diâmetro na carena, para o qual não existe contexto estratigráfico, existente no *Antiquarium* Comunale di Roma (*Atlante* I: 77). O fragmento do exemplar de *Mirobriga* possui 24,4 cm de diâmetro na carena, o que se aproxima bastante; mas foi fabricado em *CI*. A forma «Atlante», tav. XXXI, 18 tem urna proposta de datação para o séc. III, conferida pelo fabrico e pela semelhança com formas da produção *A* (*Atlante* I: 77). O exemplar de *Mirobriga*, em C7, poderá pertencer ao séc. III igualmente e em conformidade com a possível cronologia deste fabrico.

Hayes datou a produção C2 entre 240 e 320-30 (HAYES, 1972: 289), não sendo certa uma distinção cronológica entre *CI* e C2, embora esta última pareça prolongar-se para além da primeira, até finais do séc. III ou primeiro decénio da centúria seguinte (*Atlante* I: 58). A comprovar-se definitivamente esta última proposta cronológica ter-se-ia de recuar o término da produção das formas de *CI* anteriormente apresentadas - talvez para meados ou terceiro quartel do séc. III, sobretudo tendo em consideração os dados de Ostia, que apontam para a primeira metade do séc. III<sup>(2)</sup> -, o que, para já, é prematuro. É ainda muito difícil afirmar se *CI* e C2 constituem etapas ou filões produtivos.

Quanto aos aspectos técnicos, as cerâmicas da C2 caracterizam-se por pastas vermelho-rosadas, podendo possuir partículas de calcite ou micas. As fracturas são nítidas. O engobe, da mesma cor que a pasta, tende a confundir-se com esta, e costuma apresentar um bom alisamento (*Atlante* I: 58).

Devido à pequenez dos fragmentos é extremamente difícil distinguir os recipientes pertencentes ao tipo *Hayes 45* ou *Hayes 48*.

O n.º 33 pertence ao tipo *Hayes 45B* = Sal.C3 (tipo não decorado): distingue-se pelas duas caneluras ao mesmo nível, mas em lados opostos do bordo. Tendo em conta o fabrico, este exemplar de C2 deve datar-se entre meados do séc. III, ou pouco antes, e os primeiros decénios do século seguinte (*Atlante* I: 63).

Já se afigura impossível atribuir uma nomenclatura de *Hayes 45B* = Sal.C3 ou de *Hayes 48B* para exemplares como o n.º 34, apenas com

(2) Ver supra datações propostas para as formas de *CI*.

uma incisão na face superior do bordo, pois a forma **Hayes 48B** caracteriza-se por um bordo largo e rectilíneo, horizontal ou inclinado, podendo possuir uma canelura na margem superior externa. Hayes datou este tipo entre 260 e 320 (*Atlante* I: 60). Sendo assim, este conjunto de formas indetermináveis terá uma cronologia algures entre 240-50 e 320 (*Atlante* I: 60-3).

O n.º 35, de parede encurvada e bordo biselado externamente, integra-se no tipo Hayes 49. A cronologia situar-se-á entre 240-50 e os primeiros decénios do século seguinte (*Atlante* I: 61).

A forma Hayes 50A = Lamb.40bis é, novamente, a mais representada. Para além das características dos exemplares usuais, pode possuir linhas incisas na parede, paralelas ao bordo, como acontece também em exemplares de *Mirobriga* em *CI*: o n.º 36 é mesmo bastante problemático; com pasta e engobe de C2, possui, no entanto, dois sulcos junto ao bordo, de ambos os lados da parede, aproximando-se bastante da forma produzida em C3, **Hayes 53A - Sal.a** e apresenta um bordo arredondado que não é característico da **Hayes 50 = Lamb. 40bis**, mas sim das **Hayes 50AJB** e **B**. Esta forma deve-se datar entre 240-50 e os primeiros decénios do séc. IV (*Atlante* I: 65).

A estratigrafia de Ostia confere uma datação de inícios do séc. IV a meados do séc. V para a produção C3 (*Atlante* I: 59). Hayes descreve-a como uma cerâmica com pasta menos fina e paredes mais espessas do que nas produções anteriores. Embora ainda com fractura nítida, a pasta já é um pouco granular. O engobe é um pouco mais espesso e mate, com cores que variam de um vermelho médio ou rosa ao vermelho-castanho ou vermelho-púrpura (HAYES, 1972: 290-1). O engobe, nos exemplares de *Mirobriga*, parece cobrir toda a peça e não somente o interior e a parte exterior superior (IDEM: 290-1).

O n.º 37, de bordo ligeiramente biselado exteriormente, parede rectilínea esvasada e pé atrofiado, pertence ao tipo Hayes 50A/B. Como tipo de transição entre as formas **Hayes 50A = Lamb. 40bis** e **Hayes 50B**, não possui cronologia certa. Visto que a **50B** começará nos meados do séc. IV (*Atlante* I: 65), esta forma poderá pertencer à primeira metade do séc. IV, já que apenas é feita em C3, produção que começa por volta de 300.

O n.º 38, de bordo arredondado, parede ligeiramente curvada

e esvasada, pertence ao tipo Hayes 50B, produzido entre 350 e 400 (*Atlante* I: 65).

O tipo Hayes 52B está representado pelo n.º 39, com uma canelura sobre o bordo decorado por um motivo piscícola em relevo aplicado. As cronologias propostas variam entre os inícios do séc. IV e os meados do V; Hayes considera que as taças de lábio canelado podem ser as mais tardias desta forma (*Atlante* I: 162).

A produção C4 ocorre entre os finais do séc. IV e o séc. V (*Atlante* I: 58). A argila é um pouco mais granulosa, contendo partículas de calcite. Com cozeduras mais suaves pode adquirir tonalidades laranja-avermelhadas, vermelhas ou rosas. O engobe e as paredes são mais espessos do que nas outras produções (*Atlante* I: 58). Os dois exemplares de *Mirobriga* apresentam superfícies menos cuidadas, rugosas.

O n.º 40 pertence ao tipo Hayes 73B. Possui bordo inclinado com duas caneluras na parte superior e um diâmetro de 15,8 cm, o que se coaduna com os atributos desta forma. A pasta é laranja-avermelhada e a superfície apresenta bolhas, tal como acontece em certas peças de produção *D*. Hayes datou esta forma entre 420 e 475; em Moosberg (Alemanha) surgiram em contextos de finais do séc. IV; num depósito de Abu Mena estão datados de c. 480 (*Atlante* I: 72). Hayes afirma que os exemplares decorados devem ser os mais antigos, teoria que parece ser confirmada pelos dados de *Abu Mena*, onde, num depósito de c. 480, a maior parte dos exemplares não são decorados (*Atlante* I: 72).

O n.º 41 é uma taça da forma Delgado 1968, tav. Ili, n.l. A pasta é rosada e a superfície apresenta bastantes impurezas. A cronologia pode situar-se entre 360 (ou finais do séc. IV, segundo a cronologia do fabrico) e 470 (*Atlante* I: 70).

#### 1.1.2.3. A *Terra Sigillata* Africana D

Hayes coloca em torno de 320/25 o início desta produção da área de Cartago, exceptuando os tipos *Hayes* 32/58 e 58 *A* e *B*, em *DI*, que terão o seu começo na última década do séc. III. Parece lícito colocar a invasão árabe, no norte de África, em 647-8, como a causa do fim da produção (*Atlante* I: 80).

A produção *D1* divide-se em duas fases.

A primeira fase decorre desde finais do séc. III / inícios do IV e séc. V, apresentando bastantes semelhanças com a antiga produção A, sobretudo A2, desenvolvida na mesma região. A pasta pode ter uma textura granular fina ou mesmo grosseira. As paredes das peças ganham em espessura, variando entre os 6 e os 9 mm. O engobe é menos lustreado, de cor rosada, podendo atingir o laranja-avermelhado ou cor de tijolo/vermelho, por excesso de cozedura. Algumas peças apresentam bolhas nas superfícies (*Atlante* I: 78).

A *segunda fase* da produção *D1* decorre entre os finais do séc. V e meados do séc. VII. Apresenta um engobe mais fino e fraco (*Atlante* I: 78).

Os dados de *Mirobriga* parecem pertencer todos à primeira fase desta produção *D1*.

O n.º 42 pertence ao tipo Hayes 58A, de bordo horizontal, com duas filas de sulcos sobre este. Hayes datou-o entre 290 e 300/75 (*Atlante* I: 118). O n.º 43 apresenta a particularidade de uma decoração sobre a linha de união do bordo com a parede, na face interna.

O n.º 44 filia-se na forma Hayes 58B. Possui bordo ligeiramente inclinado, com uma linha de sulco e fundo levantado, ligeiramente côncavo. A cronologia proposta por Hayes varia entre 290 e e 350/75 (*Atlante* I: 81).

O tipo Hayes 58 = Lamb.52b, de bordo arredondado, está representado pelo n.º 45. Não existem propostas cronológicas específicas para esta forma (*Atlante* I: 82). Pelo fabrico, apenas se pode apontar para os sécs. IV e V.

A série de nervuras distingue o n.º 46 como sendo do tipo Hayes 59A. Hayes datou este tipo entre 320 e 400/20; foi atestado em contextos do séc. IV, em Ventimiglia, por Lamboglia; as escavações de Ostia forneceram datações de fins do séc. IV, inícios do V; em Cartago, encontra-se em níveis dos séc. IV-V (*Atlante* I: 83).

O n.º 47 pertence ao tipo Hayes 61. A pequenez do fragmento não permite adiantar mais nada quanto à classificação. Hayes propôs uma cronologia entre 325 e 450; as escavações de Ostia atestam esta forma nos fins do séc. IV / inícios do V; em Cartago, surgem em contextos dos sécs. IV e V (*Atlante* I: 83).

A forma Hayes 91A está representada pelo n.º 48. É a variante grácil da série de vasos com bordo arredondado e lábio pendente, com diâmetros que variam entre os 12 e os 16 cm (*Atlante* I: 105). Segundo

Hayes, o início da sua produção teria tido lugar em meados do séc. V. Escavações recentes, como a de Cartago, recuam este *terminus post quem* para meados do séc. IV; ou fins do IV, inícios do V, como as de Ostia IV; parece terminar por volta do ano de 500 (*Atlante* I: 82). As escavações de Marselha indiciam a perduração desta forma até à primeira metade do séc. VI (BONIFAY, 1983: 307), mas o fabrico dos exemplares de *Mirobriga* confere-lhes um final em torno do ano 500.

O n.º 49 representa a variante de maior tamanho, Hayes 91B. Os problemas cronológicos para o começo desta forma são análogos aos da forma anterior. Embora as escavações de Cartago demonstrem a continuação do seu fabrico no séc. VI (*Atlante* I: 106), a produção dos dados de *Mirobriga* determina-lhes, igualmente, o final em torno do ano de 500.

A produção D2 divide-se em duas fases (uma possível produção D1/2 está ainda mal documentada, *Atlante* I: 78).

A primeira fase decorre entre os finais do séc. IV e os inícios do VI. Hayes descreve estas peças como tendo uma argila semelhante à Z)7, de grão grosso, com tonalidades entre o laranja e o castanho luminoso. O engobe brilhante e espesso tende a descamar (*Atlante* I: 78).

A *segunda fase* situa-se entre os fins do séc. V e meados do VII. A cerâmica torna-se mais grosseira, com muita calcite. O engobe é mais espesso. As tonalidades variam entre o laranja-vermelho e o tijolo-vermelho (*Atlante* I: 78).

Os exemplares de *Mirobriga* parecem pertencer todos à primeira fase.

O tipo Hayes 61 = Lamb.53bis está representado pelo n.º 50, com um bordo espessado internamente. É um recipiente aberto, mas fundo. Segundo as escavações de Cartago, pode-se situar entre os finais do séc. IV e o séc. V (*Atlante* I: 83).

A forma Hayes 80 caracteriza-se por um bordo indistinto da parede, ou ligeiramente engrossado. O n.º 51 apresenta uma ligeira inflexão na parede antes de atingir o bordo, atributo que não permite ser mais minucioso na tipologia. Hayes datou este tipo na segunda metade do séc. V (*Atlante* I: 104).

A forma Hayes 87, representada pelo n.º 52, possui bordo engrossado externamente, distinto da parede por uma linha incisa interna. Segundo Hayes, data de inícios do séc. VI (*Atlante* I: 91).

O n.º 53 pertence ao tipo **Hayes 110**, taça de parede curva com duas incisões externas paralelas ao bordo. O começo do fabrico desta forma situa-se nos meados do séc. V (*Atlante* I: 114); embora se possa prolongar até ao séc. VII, os exemplares de *Mirobriga* não ultrapassarão os inícios do séc. VI (*Atlante* I: 114).

#### 1.1.2.4. *A Terra Sigillata Africana C/E*

Mais do que uma classe, a *T.S.Af. C/E* é um reagrupamento de exemplares que recordam formas da *T.S.Af. C* e *D*, fabricadas por um novo filão produtivo, entre o segundo quartel do séc. III e o penúltimo do IV, na Tunísia; antecedendo a produção *E*, da Tunísia meridional, datada por Hayes entre meados do séc. IV e meados do V (*Atlante* I: 117).

A pasta costuma ser de boa qualidade e o engobe opaco ou ligeiramente brilhante e tendente ao *marron*, por excesso de cozedura (*Atlante* I: 117).

Em *Mirobriga* existem três exemplares, da forma **Hayes 58A**, cuja única diferença entre eles consiste nos diâmetros que variam entre os 20,2 e 33,5 cm. Este último diâmetro pertence ao n.º 54. A cronologia varia entre 290/300 e 375 (*Atlante* I: 118).

#### 1.1.2.5. *Os Fragmentos Decorados*

##### Fabrico *D1 - Primeira fase:*

O n.º 55 possui uma decoração estampada, com um motivo pequeno de ramo de palmeta, estilo **A (i) - (ii)**, datado entre 325 e 375 (*Atlante* I: 127). O n.º 56, com um ramo de palmeta estampado, de dimensões maiores, pertence ao estilo **A (ii)** datado entre 350 e 380, podendo ir um pouco mais além (*Atlante* I: 127).

O n.º 57 possui uma decoração estampada com motivos vegetais, pétalas, associados a uma outra faixa na qual se inscreve um motivo para o qual não se encontrou paralelo nos repertórios decorativos da *T.S.Af. D*. As pétalas e as suas dimensões grandes indiciam os estilos **A (i)** e **A (ii)**. Este último estilo costuma apresentar uma segunda faixa decorada com uma maior variedade de motivos. Esta peça deve datar-se entre 320 e 420, tendo em conta a extensão temporal de ambos os estilos (*Atlante* I: 123).

## 1.2. A Cerâmica Africana de Cozinha

### 1.2.1. Terminologia. Os Dados de Mirobriga. Características e Cronologias

Após Hayes ter denominado “cerâmica comum africana” ao conjunto de fabrico do qual excluía os de engobe A2 que englobava na “African Red Slip Ware” (HAYES, 1972), Tortórela formula a “cerâmica da cozinha” africana segundo um critério funcional e não somente tecnológico como o havia feito Hayes (*Atlante* I: 208).

A familiaridade com a *Terra Sigillata* Africana A leva a supôr que área de produção se deve centrar na Tunísia setentrional, em particular na região de Cartago (*Atlante* I: 209).

A pasta destas cerâmicas varia entre o laranja e o vermelho alaranjado, semelhante à *Terra Sigillata* Africana A, mas denotando uma menor depuração. A superfície pode-se apresentar segundo três grandes conjuntos, que não são exclusivos: *a*) pátina acinzentada, sobre o bordo e/ou parede externos, provocada pela cozedura; *b*) polimento em bandas ou em estrias na parede interna ou externa; *c*) verniz ou engobe na parede interna, ou raramente, na externa (*Atlante* I: 208).

O n.º 58 é um fragmento de carena canelada da forma Hayes 23B = Lamb.10a ou Hayes 23 A = Lamb. 10B, caçarola de bordo espessado internamente, na primeira hipótese, e fundo externo estriado. Apresenta as paredes com um polimento, nomeadamente em bandas, do lado exterior. Estas formas estão atestadas em contextos de finais do séc. I / primeira metade do séc. II, até finais do IV, inícios do V, em Ostia (*Atlante* I: 217).

A forma Hayes 23B = Lamb.10a, está também documentada com patina cinzenta: n.º 59. A cronologia é semelhante à da forma congénere com polimento em bandas (*Atlante* I: 217). A forma Ostia II, fig. 306 está representada pelo fragmento de carena não canelada, n.º 60. Este tipo está atestado desde a época de Tibério até à de Trajano-Adriano (*Atlante* I: 216).

O n.º 61 pertence ao tipo Hayes 23B = Lamb.10a, e está revestido com engobe A2. A sua cronologia deve, por isso, situar-se entre os finais do séc. II e meados do séc. III (*Atlante* I: 19).

A forma Hayes 181 está representada pelo n.º 62. Este tipo tem uma cronologia bastante extensa, desde fins do séc. II até inícios do V (*Atlante* I: 215), a produção dos exemplares de *Mirobriga* com engobe A2 pode restringir a datação aos finais do séc. II ou primeira metade do III (*Atlante* I: 19). A mesma cronologia poderá ser proposta para o n.º 63, de forma fechada indeterminada; bem como para a tampa / prato, n.º 64, de tipo igualmente indeterminado.

## 2. A *Terra Sigillata* Hispânica

### 2.1. Terminologia

Data de 1961, o primeiro estudo de relevo acerca da *Terra Sigillata Hispânica*, da autoria de M. Mesquiriz. J. Boube (MAYET, 1984), em 1965, distingue dois fabricos, a partir da tecnologia e difusão na Mauritânia Tingitana: série A (actual produção de *Tritium Magalium*) e série B (actual produção de Andújar). Nos anos setenta, M. Roca (1976), M. Sottomayor (1977) e Garabito, 1978 (CARVALHO, 1993: 73) aprofundam os conhecimentos sobre as oficinas; em 1984, é editada a obra de F. Mayet que procura caracterizar as oficinas e áreas produtivas, as formas e respectivas cronologias, bem como a difusão das cerâmicas.

### 2.2. A Produção de *Tritium Magalium*

#### 2.2.1. Os Dados de *Mirobriga*. Características e Cronologias

As produções do Nordeste peninsular apresentam verniz fino e aderente, vermelho-alaranjado, por vezes, com “pele de laranja”. A pasta é rosa-salmão, mas distingue-se das produções gaulesas pela menor dureza e aparência esponjosa, bem como pela fractura menos nítida e desengordurantes amarelados de maiores dimensões (MAYET, 1984: 66).

As escavações da área urbana de *Pompado* têm sido utilizadas como a principal fonte cronológica para estas cerâmicas (IDEM: 93). A camada VII, datada de Cláudio aos Flávios, é comumente considerada como relativa ao início do fabrico destas oficinas, início este que

se situaria em Cláudio. Contudo, Mayet (IDEM: 94), justificando-se pela presença de características hispânicas nos materiais de meados do séc. I, considera a época deste imperador como o início da difusão, recuando o começo da produção para momentos anteriores, embora não se possuindo ainda dados concretos (IDEM: 94).

As propostas cronológicas para o final da produção são ainda mais problemáticas. As camadas VI (último quartel do séc. I e talvez inícios do séc. II) e V (talvez do séc. II, com formas decoradas hispânicas e Drag. 37) confundem-se. A continuidade de produção ao longo do séc. III é ainda menos certa: a camada IV, de destruição, possui fragmentos de Drag. 37 do séc. II, mas também de hispânica tardia idêntica às da camada III do Baixo Império, o que relativiza a ideia de uma produção no séc. III (IDEM: 96).

#### 2.2.1.1. *As Formas Lisas*

Os exemplares de *Mirobriga* da forma **Drag. 15/17** apresentam dois dos quatro grupos produtivos apresentados por Mayet (MAYET, 1984: 71). O n.º 65 pertence ao primeiro grupo que apresenta algumas similitudes com os produtos gauleses, de lábio, moldagem do bordo e parede ainda pouco inclinada. O n.º 66 possui atributos característicos do segundo grupo, mais hispânico, com bordo mais alto, oblíquo e liso, desaparecendo quase totalmente o lábio. Esta forma começou a ser fabricada desde o início da actividade de *Tritium*, provavelmente em meados do séc. I - sendo o segundo grupo contemporâneo do primeiro -, não se sabendo se o final deste tipo se situará no séc. II (IDEM: 71). O n.º 67, pela sua pequenez, levanta bastantes dúvidas. Pode pertencer à **Drag. 15/17** ou **33**, algo que só o fundo permitiria distinguir com segurança. A *Drag. 33*, ao contrário da 75/77, foi fracamente produzida na Península, entre a segunda metade do séc. I e começos do seguinte (IDEM: 73).

A forma **Drag. 18** imita protótipos gauleses. Possui pansa ligeiramente curva e bordo arredondado, como o n.º 68. Frequente na época flávia, não ultrapassou os inícios do séc. II (IDEM: 71).

Os n.ºs 69 e 70 pertencem ao tipo **Drag. 24/25**, forma próxima dos modelos sud-gálicos, podendo ter *guilloché*. Segundo as escavações de *Pompado*, os exemplares mais antigos é que possuem este atributo. Deve datar da segunda metade do séc. I (MAYET, 1984: 72).

O tipo **Drag. 27** também se baseia em protótipos gauleses. O n.º 71 é passível de classificar no segundo grupo desta forma, com o lábio muito menos marcado. Apresenta um verniz aderente laranja-acastanhado, que segundo alguns autores pode pertencer a *Tritium* (NAVEIRO LOPEZ, 1991: 34)<sup>(3)</sup>, ou pode ter origem desconhecida (CARVALHO, 1993: 75). Mayet problematiza a cronologia desta forma. Concorda com Mesquiriz, quanto a um início em meados do séc. I, embora as peças se assemelhem mais com os modelos gálicos de época flávia (bordo arredondado); mas não aceita, por falta de estratigrafias, um final no séc. IV, apenas garantindo os inícios do séc. II (MAYET, 1984: 72).

O n.º 72 pertence à forma **Ludowici Tb** (anteriormente denominada *Drag. 46*) que, embora seja imitadora de modelos gálicos, possui já um perfil hispânico. Mayet aponta o início deste fabrico para finais do séc. I (IDEM: 76).

A forma **Hispânica 4**, como o n.º 73, é identificável pelo *guiloché* sobre o bordo horizontal. Recipientes como este já não são considerados simples imitações, mas patenteiam uma vontade de inovação por parte dos oleiros peninsulares (IDEM: 77).

O n.º 74 pertence ao tipo **Hispânico 10**, de perfil tronco-cónico, lábio espesso e canelado, datado entre a segunda metade do séc. I e o séc. II (IDEM: 79).

#### 2.2.1.2. *As Formas Decoradas*

A forma *Drag. 30* está representada por um exemplar, o n.º 75, de pansa cilíndrica e parede ligeiramente oblíqua. Em *Pompado* surge em meados do séc. I; os dados de Liédena indicam uma duração até meados do séc. II; a ausência de decoração circular aponta para uma cronologia do séc. I (MAYET, 1984: 82).

Os n.º 76 pertence ao tipo *Drag. 37*. Segundo as escavações de *Pompado*, a sua cronologia deve variar entre o último quartel do séc. I e o primeiro do seguinte (IDEM: 83).

(3) Refira-se que estes dois autores caracterizam as pastas dos exemplares, com este tipo de verniz, como grosseiras e com grande quantidade de desengordurantes; ao passo que o exemplar de *Mirobriga* apresenta uma pasta de cor salmão, de boa qualidade, com poucos desengordurantes e fractura nítida.

Nestes exemplares de *Tritium* destacam-se as soluções decorativas à base de motivos verticais e vegetais estilizados, como palmetas arredondadas e plantas em forma de penas, algo que é frequente nas produções do Nordeste peninsular. Frequentes são também as linhas verticais de separação alternadas com círculos, podendo estes conter palmetas, como os n.ºs 77 e 78. Ainda não é possível estabelecer distinções cronológicas entre os motivos decorativos (IDEM: 90).

### 2.3. *A Produção de Andújar*

#### 2.3.1. *Os Dados de Mirobriga. Características e Cronologias*

O verniz desta produção costuma apresentar uma coloração castanha ou vermelha-marron, sendo espesso e sem brilho, homogéneo, mas, geralmente, pouco aderente. A pasta é muito esponjosa, com bastantes desengordurantes de grandes dimensões e nódulos amarelos de margá calcária. A fractura é bastante irregular (MAYET, 1984: 41).

Mayet defende que o início da actividade destas oficinas se situará no reinado de Cláudio, contestando, por falta de provas conclusivas, as teses de M. Roca e M. Sotomayor que remontavam o começo ao reinado de Tibério (IDEM: 53). A autora concorda, por outro lado, com a proposta de M. Roca, quanto aos finais do fabrico: meados do séc. II ou ainda a segunda metade desta centúria, não alcançando certamente o final do século (IDEM: 55).

##### 2.3.1.1. *As Formas Lisas*

Os n.ºs 79 e 80 pertencem ao tipo **Drag. 15/17**, forma hispânica clássica, de parede lisa e aberta e quase sempre curvada para o exterior, podendo ter, como o terceiro exemplar, pé rectangular. A canelura interna, na junção do fundo com a parede, é um elemento identificador. A evolução da forma indica um aumento do tamanho, o que confere ao quarto exemplar, uma cronologia mais tardia face aos restantes. Este tipo foi produzido ao longo de todo o funcionamento de Andújar (MAYET, 1984: 45).

A forma **Drag. 18** foi muito pouco produzida e aproxima-se bastante dos modelos sud-gálicos (IDEM: 45). Está representada pelos n.ºs 81 e 82.

O n.º 83 representa o tipo **Drag. 27** e possui perfil hispânico, com o desaparecimento do lábio e menor encurvamento do segmento superior da parede. A cronologia desta forma acompanha todo o funcionamento de Andújar (IDEM: 45).

O n.º 84 poderá pertencer à forma **Drag. 24/25**, na qual a parte superior da parede pode ser vertical e o lábio raramente surge. O bordo com *guilloché* parece surgir apenas nos exemplares mais antigos. Mayet supõe que o fim do fabrico desta forma se situa no séc. II (IDEM: 45).

Parte do espólio do depósito de sítio de *Mirobriga* apresenta características tecnológicas que se desviam um pouco das descrições comuns para as produções de Andújar. Os exemplares a que nos referimos possuem verniz castanho, pouco aderente, com algum brilho (embora a frequente má conservação possa descaracterizar este possível brilho), sobretudo se comparados com outros exemplares de Andújar; e pasta castanha muito clara, geralmente um pouco rosada, com desengordurantes de marga calcária amarela clara e com uma resistência menor do que o habitual provocando fracturas grosseiras. A pasta denota ainda um aspecto homogéneo, a olho nú, diferenciando-se, através do recurso a uma lupa, a argila castanha clara-rosada dos nódulos de marga calcária amarelados.

Ao longo da maior parte do tempo de estudo deste espólio, pensei que estes exemplares poderiam ser constituintes de um qualquer fabrico de imitação próximo de Andújar e, por isso, as percentagens de exemplares tratadas no cap. IV estão apresentadas de modo a possibilitar a individualização destes exemplares no contexto da *Terra Sigillata* Hispânica.

Com um aperfeiçoamento da descrição macroscópica deste conjunto de peças e uma leitura mais aprofundada da obra de F. Mayet, 1984, colocou-se a possibilidade deste fabrico se relacionar com uma das descrições apresentadas em apêndice na referida obra. Com efeito, as análises petrográficas definem quatro grupos de pastas/fabricos, sendo que o primeiro, que é também o mais antigo, é composto pelas cerâmicas mais ricas em calcário, na ordem dos 19%, em contraste com os valores dos grupos seguintes (grupo 2 - 11,8%; grupo 3 - 7,35%; grupo 4 - 2,74%) (MAYET, 1984: 312). A calcite é o principal mineral de todos estes grupos; as elevadas percentagens presentes no Grupo 1

conduzem a uma estratégia técnica que pode explicar a caracterização do espólio de *Mirobriga*: as grandes quantidades de calcário requerem altas temperaturas de cozedura para que os minerais do calcário se mesquem com os restantes elementos da argila formando uma pasta homogénea. Para que os minerais calcários, ricos em carbonato de cálcio, não retornem ao estado original após a fusão, é necessário uma cozedura oxidante, livre de carbono no ar circulante do forno, proporcionando a transformação do carbonato de cálcio em óxido de cálcio. A pasta daí resultante tem um aspecto homogéneo, claro, mas é frágil, devido à cozedura oxidante, enquanto que o verniz, graças às altas temperaturas, dificilmente adquire tonalidades avermelhadas; uma cozedura redutora resultaria, no entanto, devido à forte componente calcária da argila, numa pasta desagregada, por causa da presença individualizada dos minerais neófitos ricos em carbonato de cálcio (IDEM, 1984: 312).

Mayet considera este grupo 1 como uma tentativa da realização de *Terra Sigillata*, que não terá passado ainda de uma imitação. Aquela que pode ser considerada uma primeira tentativa conseguida de fabrico da *Terra Sigillata* - e que corresponde ao apogeu do centro de Andújar - é a constituída pelo grupo 2, cujas pastas são menos ricas em calcário, para que, através de uma cozedura mais redutora e de temperaturas menos altas, se consiga obter uma cerâmica consistente e com um verniz mais avermelhado (IDEM, 1984: 312).

Não é fácil, nem de todo possível, concluir a identificação do espólio de *Mirobriga* com o grupo 1 de Mayet, sobretudo porque os campos de análise são diversos - macro e microscópico; no entanto a descrição das pastas dos exemplares de *Mirobriga* parece coincidir com a do grupo 1, deixando em aberto esta hipótese.

No espólio de *Mirobriga*, dois tipos - curiosamente dos mais precoces do centro de Andújar - englobam-se neste conjunto. O tipo Drag. 15/17 está representada por um fundo, como o n.º 85, de forma análoga à dos congéneres de Andújar; ou um bordo como o n.º 86, que, pela orientação parece pertencer a esta forma, embora apresente uma espessura (0,4 cm) e diâmetro bastante reduzidos. A forma Drag. 27 está representada pelos n.ºs 87, 88 e 89, todos eles com perfil hispânico, sem lábio e o troço superior da parede com uma curvatura longe do quarto de círculo; e um fundo, o n.º 90 - que poderá ser igualmente do tipo Drag. 24/25, hipótese menos provável se aceitarmos a nomenclatura de Grupo 1, pois o tipo 24/25, ao contrário do 27, apenas começa a ser fabricado após meados do séc. I (IDEM, 1984: 45).

### 2.3.1.2. *As Formas Decoradas*

A forma Drag. 37 é a mais comum do repertório das decoradas. *Mirobriga* possui um fragmento de bojo, o n.º 91, apresentando parte de uma métopa com um motivo vegetal estilizado (roseta) - característica da maior parte dos vasos hispânicos -, e linhas ondulantes - mais próximas dos modelos sud-gálicos. Mayet aceita a proposta de datação da forma intermédia, Drag. 29/37, em torno de 70 d.C., considerando-a contemporânea à forma *Drag. 37* até fins do séc. I ou começos do séc. II (MAYET, 1984: 50).

Os n.ºs 92 e 93, pela sua pequenez, não permitem perceber exactamente qual a forma e o motivo representado, parecendo, no entanto, que o primeiro exemplar contém um tema vegetal. Ambos estão englobados em círculos denteados o que parece excluir uma datação tardia, pois o traço dos círculos, decoração bastante frequente, torna-se liso na fase final da produção (IDEM: 52).

### 2.4. *Marcas e Grafitos de Tritium Magalium e Andújar*

De todas as marcas de oleiro, apenas uma é proveniente de Tritium:

] MA. OF (marca n.º 24, de uma *Drag. 27*, de Ferrer-Dias, 1976-7).

As restantes marcas são provenientes de Andújar:

EX OF CAH (marca n.º 22, de forma indeterminável, de Ferrer-Dias, 1976-7)

EXOFCS (marca n.º 23, de forma indeterminável, de Ferrer-Dias, 1976-7)

] XOF [ (marca n.º 25, de *Drag. 27?*, de Ferrer-Dias, 1976-7).

Existem ainda grafitos incompletos deste último centro:

IMA (grafito n.º 30, de *Drag. 24/25 ou 27*, de Ferrer-Dias, 1976-7)

IMÀ (grafito n.º 31, de *Drag. 18*, de Ferrer-Dias, 1976-7)

LVCÍ (grafito n.º 32, de forma indeterminável, de Ferrer-Dias, 1976-7)

A[.]C (grafito n.º 33, de forma indeterminável, de Ferrer-Dias, 1976-7).

### 2.5. *A Terra Sigillata Hispânica Tardia*

*Mirobriga* possui apenas dois exemplares, o n.º 94 (Drag. 37T) e o n.º 95 (Drag. 37T ou 42), publicados por L. Ferrer-Días (1976-7). Embora pequenos, os fragmentos evidenciam decoração característica de um segundo estilo, com grandes círculos complementados com decoração variada, datado dos séculos IV e V (BELTRÁN-LLORIS, 1990: 119).

## 3. *A Terra Sigillata* Foceense Tardia

### 3.1. *Terminología*

O estudo pioneiro acerca desta cerâmica da antiguidade tardia deveu-se a Waagé, o qual, em 1933, baseando-se nos dados das escavações da Ágora de Atenas, determinou um conjunto de formas, caracterizado por pastas e técnicas de fabrico comuns, o qual denominou *L(ate) R(ornan) C*, à falta de conhecimento do local de origem dos recipientes (HAYES, 1972: 323).

Deve-se a Hayes o trabalho de referência realizado sobre esta tipologia. Em 1972, em *Late Roman Pottery*, o autor estabeleceu os dez tipos actualmente considerados, caracterizou as técnicas de fabrico, as pastas e indicou fortes pistas sobre o local de produção. Baseando-se, igualmente, nas escavações da Ágora de Atenas, e também nas de Antioquia, Hayes adiantou, contudo, conhecimentos mais pormenorizados sobre o problema: a cerâmica parecia ser proveniente da Ásia Menor, tendo prováveis ligações com a cerâmica de Çandarli antiga. Embora podendo ter várias oficinas de fabrico, deveriam todas pertencer a uma mesma área de produção e extracção de argila. Ainda neste estudo, incluiu esta tipologia na *fine red-slip ware*, a par das *terra sigillata chiara* (embora não as identifique), distinguindo das *red-gloss terra sigillata*. A distribuição e relações com as cerâmicas de Pérgamo colocaram-lhe a hipótese de o centro de fabrico se situar algures nesta região, mais provavelmente no Nordeste do Egeu ou na região de Dardanelos. No entanto, sendo a certeza da sua origem desconhecida, opta pela aplicação de uma nomenclatura anónima, seguindo o termo de Waagé (IDEM: 323).

Em 1980, o mesmo autor (HAYES, 1980: 59) adopta o nome de *Phocean red-slip ware*, no seguimento de uma informação fornecida

por M. Picon. O estudo deste último investigador, realizado com F. Mayet e publicado em 1986, baseou-se em amostras do Ocidente (11 fragmentos do Sul da Gália, 5 de Marselha, 1 de Montaday, 5 de Port-Vendres, 18 de Belo), do Oriente (21 de Apameia, 6 do porto de Antioquia) e da Fócea. Demonstrou que este centro foi realmente o exportador das cerâmicas, ou que, pelo menos, terá desempenhado um lugar de destaque. Os autores propuseram, desta forma, a terminologia de *Sigillata foecense tardia* (MAYET; PICON, 1986: 133).

Embora o termo pareça inadequado, ao englobar o conceito de *sigillata*, pela ausência de selo e pelas características da cobertura destas cerâmicas, o facto de individualizar a área de produção afigura-se um argumento mais forte para a sua aceitação.

### 3.2. *Os Dados de Mirobriga. Características e Cronologias*

Dos cinco exemplares existentes, apenas dois se encontram no depósito de sítio e é sobre eles que recai a descrição. Os outros três recipientes (forma **Hayes 3**) estão publicados por Manuela Delgado (DELGADO, 1988), pertencendo a um espólio depositado, na altura, no Museu Municipal de Santiago do Cacém<sup>(4)</sup>. Um número que se poderá considerar reduzido tendo em conta o carácter urbano do sítio, mas correspondente ao escasso espólio conhecido no território actualmente português.

Os exemplares do depósito de *Mirobriga* apresentam uma cozedura bem feita produzindo uma cor uniforme, excepto no exterior do bordo, o qual se apresenta enegrecido pela exposição aos gases em circulação no interior do forno, na fase final da cozedura, realizada num processo redutor (HAYES, 1972: 324). A pasta apresenta pequenas partículas de cal, mas uma textura homogénea, sendo de uma cor laranja-avermelhada, mais próxima desta última. Segundo Hayes, estes aspectos são característicos de uma fase mais recente da produção, embora não especifique (ÍDEM: 324). A cobertura vermelha envolve toda a superfície e apresenta-se cuidadosamente polida. De fraca espessura confunde-se com a parede, embora seja de um tom mais avermelhado do que esta última.

<sup>(4)</sup> Informação oral da Dra. Manuela Delgado.

As peças integram-se na forma *Hayes 3*, taças de bordo vertical formando uma orla na sua parte inferior. Embora o campo de análise seja reduzido, confinando-se ao bordo e a uma pequena parte do corpo, é possível, com alguma margem de segurança, embora não se conheça o fundo das peças, determinar quais as variantes respectivas. Assim, o n.º 96 parece pertencer à forma **Hayes 3C**, caracterizada por um bordo vertical alto, espessado externamente, formando uma orla estreita pequena no fundo. A face externa é plana ou ligeiramente côncava. O topo é plano, com o ponto mais alto, geralmente, do lado externo; ou ligeiramente convexo. Pode apresentar decoração a roleta, no exterior, com linhas de um a três sulcos. O n.º 97 parece pertencer à forma **Hayes 3E**, sendo esta uma continuação da forma C, de bordo vertical, mas com uma maior saliência no fundo. O topo é plano ou côncavo, com um pequeno pormenor de fabrico na junção com a parede da peça (IDEM: 329-31).

Hayes não é peremptório quanto à cronologia inicial da forma 3: está ausente nos níveis do séc. IV da Ágora de Atenas, estando apenas bem representada a partir do terceiro quartel do século imediato. Substitutas da forma 3A, as congêneres B e C demonstram desenvolvimentos e uma standardização do fabrico, superiorizando-se, em termos quantitativos, na Ágora de Atenas, à *Terra Sigillata* Africana. A sua cronologia parece balizar-se de c.460 a c.475. A forma 3E é precisada, em termos estilísticos do esquema decorativo, no último quartel do século V (IDEM: 337). A decoração a roleta, técnica datada dos séculos V e inícios do VI, vem apenas confirmar a proposta (IDEM: 324).

#### 4. Contributo para a História Económica de *Mirobriga*

O espólio estudado, embora de número que permita um tratamento quantitativo minimamente coerente, deve ser entendido apenas como uma aproximação ao universo da *Terra Sigillata* importada ao longo da História deste centro urbano. Os quantitativos são apresentados de três maneiras: em número absoluto, em número percentual e sob a forma de “importação média anual”.

Se os quantitativos absolutos são essenciais para a demonstração das qualidades estatísticas do espólio, já os restantes dois quantitativos relativos assumem uma importância maior na análise e interpretação dos ritmos económicos. A “importação média anual” é um instrumento

estatístico utilizado frequentemente nos trabalhos mais recentes acerca desta temática e aplica-se dividindo os totais brutos pelos anos de duração de cada fabrico. Tem sido aplicado às importações de *Terra Sigillata* Africana e *Terra Sigillata* Hispânica alto-imperial. Tal como consta na monografia sobre o sítio de Represas, Beja (LOPES, 1991. 95), os valores médios considerados, no presente estudo, são os de 100 anos, para a T.S.H.; de 180 anos para a T.S.Af. A; e de 250 anos para as T.S. Af. C e D.

Contudo, e tendo em consideração que espólios como o de *Mirobriga* não possuem relação estratigráfica conhecida, estes cálculos relativos aos conjuntos das produções tornam-se demasiado estáticos; para além disso, deve-se tomar precaução na aceitação dos resultados pois as produções possuem diferentes longevidades. Sendo verdade que sem a variável estratigráfica não é possível determinar mais rigorosamente o ritmo cronológico das importações, pois a importação média anual transforma os resultados estatísticos numa constante, procurei estabelecer, com base nas cronologias propostas no *Atlante*, um cálculo da “importação média anual” para cada fase das produções de T.S. Af. A, C e D. Esta estratégia permite uma apreciação mais minuciosa dos ritmos económicos, pois as fases / linhas produtivas apresentam, como é óbvio, limites cronológicos mais pequenos. Para além disso, tem como base uma outra constatação: falar apenas de T.S.Af. A, C ou D significa, por vezes, entender como fases sucessivas, produções que podem entrar em competição entre si. É, sobretudo, o caso das produções hispânicas, com as *A1* e *A1/2* de Cartago; ou da *A2*, com as *C1* e *C2* da Bizacena e das produções *C3* e *C4*, com as *D1-primeira fase* e *D2-primeira fase* de Cartago. Seria, assim, importante analisar os módulos de importação de *Mirobriga* tendo em conta estes factores. Como já dito atrás, os limites cronológicos propostos baseiam-se no *Atlantei*<sup>5</sup> e são os seguintes: *A1* (80 anos), *A1/2* (50 anos), *A2* (60 anos); *C1* (75 anos), *C2* (85 anos), *C3* (150 anos), *C4* (110 anos); *D1-primeira fase* (210 anos), *D2-primeira fase* (120 anos); *T.S.Af C/E* (150 anos)<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ver supra, cap. 1, relativo às produções africanas.

<sup>6</sup> Ver Quadros em anexo.

No espólio de *Mirobriga*<sup>1</sup>), as importações norte-africanas dominam claramente, representando 81,2 % do total, sendo 72,4% constituído por T.S.Africana e 8,8% por Cerâmica Africana de Cozinha; a T. S. Hispânica cifra-se nos 17,5%; seguem-se as percentagens escassas da T.S. Foceense Tardia (1,1%) e da IS. Hispânica Tardia (0,2%). Contabilizando apenas a *Terra Sigillata*, a T.S. Africana aumenta o seu poder percentual para 79,4%; a T.S.H. alto-imperial apresenta 19,2% e as produções hispânicas foceenses tardias passam para valores de 0,2% e 1,2%, respectivamente.

No conjunto da T.S. Hispânica, a percentagem de formas decoradas é pequena, como já era de esperar (LOPES, 1991: 54), cifrando-se em apenas 10,2%, contra 89,8% de formas lisas. Relativamente ao total de exemplares, a produção bética de Andújar domina claramente, com 66,6% (0,52 em termos de importação média anual), número ao qual ainda se deve acrescentar os 8,9% de imitação? ou grupo I de F. Mayet deste centro (neste caso, o valor de imp. méd. an. de Andújar passaria para 0,59), contra 24,3% (0,19 de imp. méd. an.) de *Tritium Magalium*. No todo das hispânicas alto-imperiais, deve-se salientar que apresentam um valor de importação média anual alto (0,78), explicando, em parte, a fraca aquisição de T.S. Af. A até meados do séc. II.

As importações a partir do vale do Ebro chegam a *Mirobriga* entre os meados do séc. I e a primeira metade da centúria seguinte. Dominam as formas de imitação dos modelos gálicos (Drag. 15/17, 33?, 18, 24/25, 27, 30, 37), face às de perfil hispânico (Lud. Tb, Hisp. 4 e 10).

No reduzido repertório formal fornecido por Andújar, entre os meados do séc. I e a segunda metade do séc. II, destacam-se as Drag. 15/17 e 27 (as únicas produzidas também pelo referido fabrico de imitação), embora também se registem as Drag. 18 e 24/25. Se se classificar parte do espólio no grupo I de Mayet, então, poder-se-á ter um registo das importações mais antigas de Andújar, representadas somente pelas formas Drag. 15/17 e 27.

Passando a examinar o espólio de T.S. Africana, deve-se dizer que, em termos percentuais, as produções A e C equivalem-se, com 40,1% e 42,0%, respectivamente; a produção D encontra-se já fracamente representada, com 10,5% do total de *Terra Sigillata*. A T.S.Af. C/E é escassa: 0,9%. Os valores de importação média anual já permitem dis-

(<sup>1</sup>) Ver Quadros em anexo.

tinguir a competitividade entre as produções A e C: a primeira apresenta um valor de 0,7, enquanto que a segunda apenas de 0,5. Confirma-se, por seu lado, a ideia acerca da *IS.Af. D e C/E*, com 0,1 e 0,02, respectivamente.

Na produção de *T.S.Af. A*, proveniente da área de Cartago, é notória a força que, gradualmente, esta produção vai ganhando no mercado mirobriguense: a produção *A1*, decorrente entre os anos 70 do séc. I d.C. e os meados do séc. II, ainda não é importada em grande quantidade (representa 7,7% do total de *T.S.Af. A* e o seu valor anual de importação é de 0,1). As taças de imitação dos produtos itálicos, gálicos e hispânicos, Hayes 3B,C, 5C, 6 e 8A, presentes em *Mirobriga*, não conseguem, assim, tornar-se um produto de grande aceitação, apesar da qualidade de fabrico. E a partir de meados do séc. II, a par de uma diminuição da qualidade das peças, que estas produções começam a alcançar um lugar de destaque.

A fase *A1/2*, com um maior leque formal, englobando peças de imitação (Hayes 6B, 8A, B, 9A, B), mas também de criação própria (Hayes 26 e 27) representa 26,3% e possui uma importação média anual de 0,6. Os altos quantitativos das formas Hayes 26 e 27, preludivam um fenómeno que se irá cristalizar no séc. III, através da *T.S.Af. C*: a importância dos pratos e taças muito abertas, características deste gosto africano em consolidação.

Os recipientes da fase *A2*, produzidos entre os finais do séc. II e meados do séc. III, de clara menor qualidade tecnológica, invadem o mercado da cidade (constituem 65,8% do total de *T.S.Af. A* e a sua média anual é de 1,4 - se se tivesse considerado aqui a Cerâmica Africana de Cozinha, de engobe *A2*, este valor subiria para 1,9): o repertório formal alarga-se (Hayes 6B, C, 8B, 9B, 26, 27, 31), nele se destacando a taça Hayes 14. Curiosamente o prato Hayes 26, 27 tem um valor semelhante aos das outras formas; uma hipótese explicativa poderá ser a preferência dos compradores pelos pratos e taças esvasadas produzidas em *C1*.

Os produtos da Bizacena estão muito bem representados no séc. III, dominando o mercado de *Mirobriga*. A *T.S.Af. C1*, produzida entre os inícios do séc. III e o terceiro quartel da mesma centúria (podendo atingir os inícios do séc. IV), e a *C2*, datada entre 240 e 325, constituem 51,1% e 28,8% do total de *T.S.Af. C*. O valor da importação média anual da primeira é de 0,9 e o da segunda é de 0,4. Do conjunto formal destes dois fabricos de grande qualidade é de destacar, em ambos,

a tigela Hayes 50A. Fabricados em C1 encontram-se ainda as taça Hayes 44 e a tigela Hayes 45B e o prato Hayes 49. O cantil “Forma «Atlante», tav. XXXI, 18”, decerto um objecto de maior valor, não só pelo fabrico, mas também pelo transporte, exemplifica este apogeu do poder aquisitivo em *Mirobriga*. Em C2 encontra-se, igualmente, a tigela Hayes 45B e o prato Hayes 49.

A produção C3 ainda se encontra bem representada, pelas formas Hayes 50A/B, B e 52B, ao longo do séc. IV / primeira metade do séc. V. Embora o seu valor médio anual de importação seja de 0,1, a sua percentagem é de 18,5.

Mais do que os produtos da C3, os da C4 (entre o último quartel do séc. IV e o penúltimo do séc. V) sofreram a concorrência da área de Cartago, que, entretanto, ressurge. O leque formal é restrito, tal como com a C3 (apenas duas formas, as taças Hayes 73B e Delg., 1968), mas é percentualmente bastante mais fraca, com um valor de 1,4%. A média anual de importação desce para níveis muito baixos: 0,01.

Nos primeiros três quartéis do séc. IV, *Mirobriga* adquire igualmente o prato Hayes 58A, em *T.S.Af. C/E*, da Tunísia. Representa somente 0,95% do total e a sua média anual cifra-se em 0,02.

O reinício da laboração das oficinas da área de Cartago corresponde em *Mirobriga* à aquisição desses produtos, em valores que suplantam as importações da Bizacena - C3 e sobretudo C4 - contemporâneas parcialmente. Embora também pouco representadas, as cerâmicas produzidas em *T.S.Af. DI-I<sup>a</sup>* fase e *D2-I<sup>a</sup>* fase constituem 79,4% e 20,6% do total de *T.S.Af. D*, com médias anuais de 0,1 e 0,02. Assim, a produção *DI-I<sup>a</sup>* fase, datada entre os inícios do séc. IV e todo o séc. V, foi mais capaz de competir com as cerâmicas contemporâneas da Bizacena, apresentando um novo conjunto formal: as tigelas Hayes 58A (também adquirida em *T.S.Af. C/E*, nos três primeiros quartéis do séc. IV), B, 59A e 61 e a taça Hayes 91A e B. A produção *D2-I<sup>a</sup>* fase, datada entre finais do séc. IV e inícios do séc. VI, é residual; está representada pela tigela Hayes 61 e pelas últimas peças a atingir *Mirobriga*., na segunda metade do séc. V / inícios do séc. VI: as taças dos tipos Hayes 80, 87 e 110.

Algures nos sécs. IV ou V, um fragmento de Drag. 37T e outro de Drag. 37T ou 42, em *TS.Hispânica Tardia*, proveniente do Nordeste peninsular, alcança *Mirobriga*, indiciando a retoma ou continuação das ligações com essa área, se bem que de forma pontual.

Na segunda metade do séc. V, podendo prolongar-se pela centúria

seguinte, chegam a *Mirobriga* as cerâmicas da Fócea, nomeadamente a forma Hayes 3 e variantes 3C e E. Embora residualmente (1,1% do total de *Terra Sigillata*), introduzem uma nova área económica (Mediterrâneo Oriental) fornecedora de *Terra Sigillata* na cidade.

Por razões de ordem tecnológica, e não cronológica, apenas agora se trata da Cerâmica Africana de Cozinha. Os exemplares de *Mirobriga* percorrem uma extensa cronologia, entre o reinado de Tibério e os finais do séc. V, devido às cerâmicas com polimento em bandas (Hayes 23B), que representam 10,2%, e com patina cinzenta (Hayes 23B e Ostia II, fig. 306), que representam 12,8%. No entanto, a maioria dos recipientes, 76,9%, é constituída pelas formas Hayes 23B, 181 e, ainda, uma tampa (Hayes 196 ?) e uma forma fechada indeterminada, com engobe A2. Este conjunto, relacionado tecnologicamente com a *T.S.Af. A2*, centra-se, cronologicamente, nos finais do séc. II e primeira metade do séc. III, a par do apogeu das importações de *TS.Af. A* de Cartago e *TS.Af. Cl* da Bizacena, fornecendo outro indicador da evolução do gosto africano nos hábitos quotidianos de *Mirobriga*.

É possível, pois, definir alguns períodos cronológicos na história económica de *Mirobriga*.

No séc. I e primeira metade do século seguinte são importados cerca de 21,4% do total de cerâmicas estudadas aqui. É nesta fase, nomeadamente no terceiro ou último quartel do séc. I, que se constrói, em *Mirobriga*, o complexo religioso da área do *forum* a construção do circo será posterior, seguindo-se, nos inícios do séc. II, a edificação das termas este (BIERS, ET AL., 1988. 140).

Apenas 10,4% pertencem à segunda metade do séc. II, o que poderia indiciar um período de crise económica na cidade. Na verdade, o que parece acontecer não será tanto um declínio económico, mas uma reformulação na estratégia económica: segundo Biers, et al. (1988: 140), na segunda metade do séc. II, o complexo de banhos públicos é ampliado com a construção das termas oeste; os períodos antonino e severiano correspondem à maior prosperidade económica deste centro urbano; a cerâmica proveniente das escavações luso-americanas indica uma economia mais regionalista, em detrimento das importações de longa distância. No séc. II, o próprio material anfórico provém apenas da *Baetica* (Dressel 20) e do vale do Sado (Dressel 14).

No séc. III importa-se 51,9% da *Terra Sigillata*, retomando-se as importações, agora numa escala bem elevada, com Cartago e Bizacena. Uma moeda de Alexandre Severo data uma possível reconstrução do

circo (IDEM: 140). Antes do final da centúria, alguns equipamentos da cidade são abandonados, como as termas, na segunda metade deste século.

No final do séc. IV, a cidade parece ter uma ocupação mais reduzida, embora ainda se encontrem materiais na área do *forum*, na área habitacional junto à Capela de S. Braz e mesmo no circó (IDEM: 140). O decréscimo acentuado no nível de importações no séc. IV pode, assim, não corresponder a um efectivo êxodo do meio urbano<sup>(8)</sup>. De facto, apenas 11,2% das importações correspondem a esta centúria; e apenas 5,6 e 0,6% aos sécs. V e VI, respectivamente, o que revela uma contracção económica progressiva de *Mirobriga*, terminando, possivelmente, nos inícios do séc. VI.

## 5. A Área de Relação Directa com *Mirobriga*

Devido à raridade de dados arqueológicos conhecidos nesta área é muito difícil delinear uma organização geo-económica.

Sabe-se que *Mirobriga* usufruiu do estatuto de capital de *civitas*, controlando um *territorium* hipotético que, segundo J. Alarcão, confinaria, a Sul, com a *civitas* de *Arandis*, traçando uma fronteira a norte do rio Mira, que ficaria assim controlado por este centro; a Este faria fronteira com a *civitas* de *Pax lulia*, controlando ainda a margem direita do Sado; o baixo Sado ficaria sob a alçada da *civitas* de *Salacia* (SERRÃO; MARQUES, 1990: 367).

A aplicabilidade do conceito clássico de cidade, enquanto centro predominantemente político e religioso, no topo de uma hierarquia urbana, em cuja rede seria o principal centro redistribuidor e consumidor, relegando para centros secundários as actividades produtivas (ABASCAL; ESPINOSA, 1989: 44 e *passim* - 181 e *passim*; MANTAS, 1990: 150) pouca ou nenhuma base empírica encontra no que se conhece de *Mirobriga* e respectiva região. Não deixa de ser interessante notar que outros autores colocam a possibilidade de *Mirobriga* ter desempenhado sobretudo estas funções: Biers, et. al, 1988 defendem que a pequenez do perímetro urbano e a extensão relativa da área ocupada por edifícios monumentais pode apontar nesse sentido, enquanto que J. Alarcão

(8) Uma questão idêntica, para a mesma época será referida, no próximo capítulo, acerca da Ilha do Pessegueiro.

(1988b: 173) problematiza igualmente a funcionalidade do *forum*, cuja planta, ainda incompleta, pode sugerir um primado de funções religiosas.

Ainda que muito limitados, estes pressupostos podem servir de enquadramento a uma análise da área em questão.

A *villa* da Herdade dos Conqueiros, Alvalade-Sado (AMARO, 1979: 80-1), situa-se na margem direita do Sado, nas proximidades do eixo viário que ligava *Mirobriga* a *Pax Iulia* (MEDINA, 1993: 220). A cronologia de ocupação, embora baseada em escassos materiais, parece variar entre os sécs. I e IV (AMARO, 1979: 80) - no conjunto do espólio exumado, conta-se um fragmento de Drag. 18 hispânica (séc. I); um fragmento de Hayes 9A = Lamb. 2a (séc. II) e Hayes 32/58 (séc. IV), em TS.Africana; bem como um bordo de ânfora Beltrán I bética (séc. I).

No sítio da Courela dos Chãos, perto de Sines, foram efectuadas sondagens sob a direcção de M. Farinha dos Santos, no ano de 1972, tendo-se detectado um troço de calçada e parte de um hipocausto; os materiais foram publicados em 1987 (COELHO-SOARES, 1987: 193). A sua cronologia de ocupação situa-se entre os sécs. I/II e VI. Num total de 60 fragmentos de *T.S.*, sem estratigrafia, a *T.S.H.* está ausente, constata-se três fragmentos de *T.S.* Sud-Gálica, seis de *T.S.* Af. A, um de *T.S.*Af. C, 22 de *T.S.*Af. D, 28 peças têm origem e forma indetermináveis. A *T.S.*Af. A está representada pelas formas Hayes 9, 14, 27 (sec. II / primeira metade do séc. III); no séc. III / inícios do séc. IV importou-se Hayes 50 em *T.S.* Af. C; desde finais do séc. III / inícios do séc. IV até séc. VI estão presentes as formas de *T.S.*Af. D, Hayes 58, 59, 60, 61 A, B, 67, 91 ou 92. Dos catorze fragmentos de material anfórico contam-se a forma Dressel 14, sécs. I/II (1 ex.); a Aim. 51c, sécs. III/V (12 exs.) e a Beltrán 56 ou "Africana Grande", da Bizacena, sécs. III/IV (1 ex.). A presença mais forte da *T.S.* Af. D (sécs. IV a VI), bem como das ânforas da "segunda fase", pela forma Aim. 51c deixa antever um primado de ocupação no Baixo Império.

A informação relativa a Sines também é escassa: apenas se conhecem os exemplares anfóricos provenientes das duas escavações realizadas em 1961-2 (Dressel 14, Beltrán 52, Aim. 50, 51a-b, 51c; Dressel 20, Key XLI, XXV, XXXVIB), não estando publicado qualquer fragmento de *T.S.* - F. Almeida (1968-70: 19) apenas refere a existência de "*Sigillata*"; nestas sondagens detectaram-se um forno de cerâmicas, próximo da muralha do castelo, e um conjunto de cetárias, junto

à falésia sobre a praia (DIOGO; REINER, 1987: 114). Segundo R. Étienne e F. May et (1993-4: 209), a capacidade produtiva destas estruturas de confecção de preparados de peixe rondaria os 34 634 m<sup>3</sup>, bem próximo da capacidade das estruturas da Ilha do Pessegueiro, D 14 e PI6, com 36 265 e 41 426 m<sup>3</sup>, respectivamente (ÉTIENNE; MAYET, 1993-4: 209). Os elementos arquitectónicos da Antiguidade Tardia identificados por F. Almeida (1968-70) sugerem, segundo C. Fabião (1993-4: 228), um estatuto urbano.

Os dados da Ilha do Pessegueiro são os mais completos e coerentes. Situada a cerca de 35 Km de Garvão e 12 Km da foz do rio Mira e a 27 Km de *Mirobriga* funcionaria como uma “placa giratória” entre estas duas realidades geo-político-económicas.

C. Tavares da Silva e Joaquina Soares (1993) determinam três fases principais para o âmbito cronológico que interessa analisar.

Na Fase II A, “fundação do entreposto comercial na segunda metade do séc. I”, a *T.S.* Sud-Gálica representa 69% das importações de *Terra Sigillata*, enquanto que a *IS.H.*, se cifra em 30% e a *T.S.Af. A* em 0,3%. 37% dos exemplares hispânicos provêm de *Tritium* (Drag. 37, 18, 24/25, 25/36 e sobretudo, Drag. 15/17 e 27), enquanto que 17% são originários de Andújar (Drag. 18, 24/25 e, sobretudo, Drag. 15/17 e 27) e 20 % são de fabrico indeterminado. A *T.S.Af. A* está representada apenas pela forma Hayes 8A (SILVA; SOARES, 1993: 85-87).

Na Fase II B (séc. II e primeira metade do séc. III), caracterizada por uma diversificação económica, com a instalação de cetárias para a produção de salgas de peixe, os valores da *T.S.* Sud-Gálica descem para 3,1%; enquanto que os da *T.S.H.* sobem para 56,8% e os da *T.S.Af. A* para 39,7%; surge ainda a *T.S. Af. C*, com 0,4%.

O volume de importações de *T.S.H.* aumenta bastante nesta fase, correspondendo-lhe 64% do seu total, enquanto que os restantes 36% pertencem à fase anterior, II A. Este aumento da aquisição é inversamente proporcional à variedade formal: ambos os centros produtores, *Tritium* e Andújar, apenas exportam os tipos Drag. 15/17 e 27. A produção bética ultrapassa a do Nordeste peninsular: Andújar totaliza 83% dos exemplares, *Tritium* apenas 14% e o nível de peças de origem indeterminada desce para 3%. A *T.S.H.*, nomeadamente de Andújar, domina sobre a *T.S.Af. A*, até cerca de 160 ou 170, altura em que a situação se inverte. A *T.S.Af. A*, exportando sobretudo os tipos Hayes 14, 27, mas também as formas Hayes 3, 6, 8, 9, 15, 16 suplanta, então, as mercadorias continentais, permitindo o aparecimento, na primeira metade

do séc. III, da forma Hayes 45, em *T.S.Af. C*. Na fase II B chegam também à Ilha do Pessegueiro recipientes de Cerâmica Africana de Cozinha: Hayes 23B, em A2; no conjunto das fases II B e II C, os oleiros produtores desta cerâmica da área de Cartago fornecem ainda os tipos Hayes 196, Ostia I, fig. 261 e Hayes 197 (**IDEM**: 101-9).

Os autores interpretam a Fase II C (segunda metade do séc. III a fins do séc. IV / inícios do séc. V) como indicadores de uma “especialização funcional” (**IDEM**: 183), com um esbatimento acentuado do comércio a longa-distância. A ilha abandonaria a sua vocação de entreposto comercial para se concentrar numa produção de salgas de peixe, agora definida como “industrial”, mais “variada e sofisticada”, atendendo à maior diversidade de dimensões e ao aumento do número de cetárias de pequeno tamanho. A duas unidades (talvez três) em funcionamento teriam a sardinha como principal produto para a confecção. A redefinição económica dos agentes da Ilha está bem patente nos dados da *T.S.* e do material anfórico. Do total de *T.S.* exumada nas escavações, 88% foi adquirida nas fases II A e B, ao passo que apenas 12% alcançam a Ilha na fase II C: estes 12% são constituídos por *T.S.Af. C* (Hayes 45A e 50) e pouquíssima *T.S.Af. D* (Hayes 59, 59 A, 61 e 61B, 91 ou 92). Embora se verifique o abandono, nos finais do séc. IV ou inícios do V, de algum equipamento urbano, como o balneário construído no séc. II; muitos edifícios continuam em uso e outros são levantados (um balneário e cetárias), negando, segundo os autores, a possibilidade de *deee lineo* do povoamento. A regionalização da economia expressa-se pelo material anfórico: cerca de 60% pertence a esta época e distribui-se pelos tipos Aim. 50 (o contentor mais usado na segunda metade do séc. III / inícios do IV), Aim. 51c (surge na primeira metade do séc. IV) e Aim. 50 a-b (surge nos finais do séc. IV ou inícios do V); apenas se registou um exemplar da ânfora da Bizacena, Beltrán 56 (**IDEM**: 111-3).

Em conclusão, e deixando de parte os dados precários de Sines, a primeira constatação sobre o conjunto de informações analisadas é a da similitude cronológica dos ritmos económicos, entre *Mirobriga* e a Ilha do Pessegueiro, embora o fim da ocupação desta última (fins do séc. IV / inícios do V) seja anterior ao da primeira (inícios do séc. VI?): ambos vivem o apogeu no séc. II, a par de uma gradual substituição da pela *T.S.Af. A*, a partir de meados da centúria; no séc. III, *Mirobriga* usufrui de uma maior integração nas redes de troca a longa-distância, importando muito mais *T.S.Af. C* do que a Ilha do Pessegueiro, cuja

reestruturação económica em meados do séc. III a desvia desse comércio, enquanto que, em *Mirobriga*, só nos finais do séc. III / inícios do IV se detectam transformações no equipamento urbano. O séc. IV é decisivo para ambos os sítios, no que respeita às importações de *IS* - a escassa *T.S.* Af. D demonstra uma conjuntura económica semelhante, provavelmente mais regionalizada, como parece ter acontecido já um pouco na segunda metade do séc. III. O facto do século IV indicar um desenvolvimento económico na *Lusitania* (MANTAS, 1991) e mesmo no Noroeste galaico (MARTINS; DELGADO, 1989-90), levanta a possibilidade das causas deste fenómeno terem uma origem regional. No séc. V, inícios do VI (?), apenas *Mirobriga* e o sítio da Courela dos Chãos subsistem, embora com fraca aquisição de *TS*. Af. D - em *Mirobriga* acresce ainda a importação de *T.S.* Foceense Tardia - este *terminus já* é perfeitamente aceitável no contexto da *Lusitania*, como se verá no capítulo seguinte.

#### 6. A Difusão das Produções Africanas, Hispânicas e Foceense Tardia

Procurarei, neste ponto, abordar estes três grupos principais de temáticas de forma independente, mas em continuidade, pois o comércio destes diferentes bens interpenetra-se e só pode ser explicado conjugando os dados das diferentes partes.

Devido à sua parcial sincronia e importância nos mercados consumidores, os resultados estatísticos da *T.S.* Africana são vistos, num primeiro momento, em conjunto com os congéneres da *T.S.* Hispânica, diferenciando-se, sempre que possível, os dados de Andújar e de *Tritium Magalium*, embora este último ponto apenas seja desenvolvido mais adiante, quando se tratar da questão do comércio das cerâmicas peninsulares.

Na linha do pensamento de alguns autores que se têm debruçado sobre estas temáticas<sup>(9)</sup>, da problemática da comercialização da *T.S.* Africana e da *T.S.* Hispânica é possível abstrair dois grandes modelos

<sup>(9)</sup> Veja-se, por exemplo, a obra de ETIENNE, MAKAROUN, MAYET (1994): 25- 9, respeitante a Tróia, na qual se aplicaram estes conceitos na interpretação dos resultados estatísticos do espólio de *Terra Sigillata*.

de difusão: um de carácter *continental e setentrional*, outro de feição *litoral e meridional*. Da análise dos quadros<sup>(10)</sup> conclui-se a diferença de resultados entre *Conimbriga* e Represas, por um lado; e *Baelo, Mirobriga* e Tróia, por outro. Assim, os dois primeiros integram-se no âmbito do modelo *continental e setentrional* e os três últimos no *litoral e meridional*, sendo que a este grupo ainda se podem acrescentar os dados da Ilha do Pessegueiro, ao diferenciar a produção dominante de Andújar (difusão litoral e meridional) face à de *Tritium Magalium* (difusão continental e setentrional). Apenas S. Cucufate se situaria numa posição intermédia, através da qual as importações hispânicas e africanas se igualam estatisticamente. O caso de *Balsa*, pela especificidade da amostra publicada, requiere mais atenção, que não a de uma leitura imediata: os exemplares são numericamente reduzidos desvirtuando uma realidade que se colocaria, *a priori*, na esfera de difusão litoral / meridional.

Tal como já afirmado em investigações anteriores (DELGADO, 1968: 1), a *T.S.Af. A* está bastante bem representada no Sul, e desde cedo - último quartel do séc. I -, particularmente nos sítios mais meridionais, como na Abicada, Lagos (Hayes 3, 9), no Largo da Sé, Faro (Hayes 3) (apud IDEM, 1968: 48-50), Foz do Arade, Portimão (Hayes 3b, 8b) (SILVA; COELHO SOARES; SOARES, 1987: 205), ou em *Baelo* (Hayes 3, 6, 8, 9) (BOURGEOIS; MAYET, 1991: 386), *Mirobriga* e Ilha do Pessegueiro (SILVA; SOARES, 1993) contrastando com a sua fraca aquisição em *Conimbriga* (DELGADO, MAYET; ALARCÃO, 1975: 231), o que também acontece na capital da província lusitana, *Emérta Augusta*, onde, porém, estão documentadas também as formas precoces Hayes 3 e 6, embora com quantitativos muito reduzidos (apud LOPES, 1994: 71).

O Centro / Norte do território actualmente português, a partir da bacia do Mondego, revela uma preferência de contactos com as províncias da Tarraconense e da Gália, estando, assim, um pouco à margem da realidade que vai germinando no Sul, durante o último quartel do séc. I (ALARCÃO, 1987: 151). Pode considerar-se *Conimbriga* como o limite norte das importações de *T.S.Af. A*, a qual só surge esporadicamente nas regiões mais setentrionais do território actualmente português (DELGADO, 1968: 1). A sua difusão essencialmente litoral

(<sup>10</sup>) Ver Quadros em anexo.

(BELTRÁN-LLORIS, 1990: fig. 59) contorna a Península desde a costa leste, onde se faz sentir de forma assinalável desde momentos antigos (REYNOLDS, 1984: 475).

As formas existentes em *Conimbriga* (Hayes 15, 16 e 27), são todas tardias, da segunda metade do séc. II / séc. III (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975: 231) o que difere largamente do litoral sul peninsular. Embora os dados de *Balsa* sejam de pouco poder estatístico, apresentam aspectos até agora não encontrados noutros sítios meridionais: formas fechadas, de fabrico precoce, recuando à época flaviana (NOLEN, 1994: 97). *Balsa* terá sido o sítio em estudo que mais cedo participou nas redes de troca destes bens norte-africanos. Surgem igualmente formas abertas de cronologia antiga, nomeadamente os tipos Hayes 3b e 8a (finais do séc. I / séc. II) (IDEM: 97).

No séc. II, as importações de *T.S.Af. A* aumentam de importância, sobretudo nos sítios da orla marítima, mas alcançando igualmente, de maneira pontual, sítios interiores nos quais estavam ausentes as formas precoces, como Aljustrel (Hayes 14, 27) (ALARCÃO; ALARCÃO, 1966: 15; DELGADO, 1968: 48). As percentagens mais reduzidas de *S. Cucufate* ou *Represas* em relação a *Bado*, sobretudo quando comparadas com os números da *T.S.H.*, evidenciam a preferência pelos produtos peninsulares<sup>(n)</sup>.

Assim, a *villa* da Quinta de Marim (Olhão), que também iniciou a importação na segunda metade do séc. I, com as formas Hayes 2/3, 3, 3b e 3c, intensifica o processo na centúria seguinte complementando com as formas Hayes 14, 26, 27, 28 ou 29 (SILVA; SOARES; COELHO-SOARES, 1992: 342-7). Situação análoga verifica-se na Foz do Arade, Portimão (SILVA; COELHO-SOARES; SOARES, 1987: 205), em *Mirobriga* e Ilha do Pessegueiro (SILVA; SOARES, 1993). Em Tróia, se bem que representada por um número razoável, a *T.S.Af. A* produziu, segundo os autores, estatísticas desvirtuadas, pelo facto da escavações terem incidido em níveis mais recentes (ETIENNE, 1994: 25). A predominância das produções C e D tem, pois, de ser matizada. De facto, as escavações do Castelo de Alcácer do Sal (SILVA, ET AL., 1980-1: 192) revelam a importação de formas precoces (Hayes 3b e 8a), o que pode servir de contra-argumento aos resultados de Tróia.

Desde finais do séc. I, mas sobretudo no séc. II, a Cerâmica Africana de Cozinha, também ela originária da área de Cartago, acom-

<sup>(n)</sup> Ver Quadros em anexo.

panha a importação da *T.S.Af. A*, sendo este o século de maior difusão na *Lusitania*, distribuindo-se, também, sobretudo pelos sítios do litoral - sendo que na costa este alcança as latitudes mais setentrionais - (BELTRÁN-LLORIS, 1990: fig. 102). Quase inexistente em *Conimbriga*, onde apenas se constata um fragmento de Hayes 181 (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975: 231), o seu âmbito de difusão foi exclusivamente meridional, no que respeita à *Lusitania*; em *Balsa* estão presentes as formas Hayes 23, 195, 196, 197 (NOLEN; REAL, 1994: 112); em *Baelo*, dos 715 exemplares, 76% pertencem ao tipo Hayes 23b (BOURGEOIS; MAYET, 1991: 248); embora a cronologia dos tipos Hayes 196, 197 se possa estender aos sécs. IV ou inícios do V, as estratigrafias, como a da Ilha do Pessegueiro têm revelado a grande concentração do espólio no séc. II<sup>(12)</sup>.

Excepto em Tróia, e provavelmente pelas razões já apontadas anteriormente, a *T.S.Pd. C* representa um decréscimo nos níveis de importação. Uma outra excepção é *Conimbriga* que, a partir de uma localização algo excêntrica, lentamente se integra na esfera de trocas destes bens. Esta integração não é total nem se pode extrapolar para as regiões mais setentrionais. Embora a *T.S.Pd. C* alcance o Noroeste, como Braga (MARTINS; DELGADO, 1989-90: 30), na verdade, desde a época flávia e mais acentuadamente desde os meados do séc. II, o tráfico marítimo decai; Naveiro Lopez interpreta este fenómeno como um resultado do amadurecimento da romanização, consubstanciado no desenvolvimento da rede viária e da produção e transacção de cerâmicas locais ou regionais, como a cerâmica “bracarense” (Naveiro Lopez, 1991: 131).

S. Cucufate aumenta os seus índices percentuais, mas os valores médios anuais apontam para um decréscimo das importações (ALARCÃO; ÉTIENNE; MAYET, 1990).

No território estudado apenas se regista uma forma fechada (cantil de corpo lenticular, em *Mirobriga*) desta produção que é considerada a primeira de carácter realmente “universal”, atingindo níveis de estandardização no seu fabrico provocada pela sua crescente procura (*Atlante I*: 12).

A primeira metade do séc. III ainda é dominada pela *T.S.Pd. A*. Em meados dessa centúria, a produção C impõe-se definitivamente,

(12) Ver supra cap. 5.

sobretudo pelas formas Hayes 45 e 50, mas não atinge, no conjunto da *Lusitania*, os níveis da *TS.Af. A*. A variedade das formas também decresce: em *Emerita Augusta* e *Baelo*, a Hayes 50 representa 50 e 69 %, respectivamente, do total desta produção (apud LOPES, 1994: 78).

A importação de *T.S. Af. C* prolonga-se até à primeira metade do séc. V, mas desde o séc. IV que a *T.S.Af. D* exerce uma forte concorrência provocando que os valores das produções tardias da *C* sejam bastante mais baixos e alcancem poucos sítios: é o caso de *Mirobriga*, Tróia - C3 / C4 e C5, com as formas Hayes 52 e 82, 85, respectivamente - (ÉTIENNE; MAKAROUN; MAYET, 1994: 44).

Falta, pois, explicar as particularidades históricas peninsulares que provocam o decréscimo por vezes bem acentuado destas importações, mesmo no litoral (neste caso, a quebra registada em *Baelo* é bem evidenciadora dessa situação)<sup>(13)</sup>.

A conjuntura de finais do séc. II, inícios do III, certamente relacionada com a subida ao poder de Sétimo Severo, poderá explicar as mudanças vividas nas estruturas de produção lusitanas, particularmente as piscícolas. O abandono de cetárias como acontece na Praça do Bocage e na Trav. de Frei Gaspar, em Setúbal; bem como na Casa dos Bicos, Lisboa é seguido, no caso do segundo, por um remodelamento. Paralelamente, as lixeiras da área sadina apresentam numerosas ânforas. A nova fase no fabrico anfórico não parece indicar uma ruptura,

<sup>(13)</sup> J. Hawthorne (1997) procura explicar o decréscimo percentual da *T. S. Af.* no séc. III, ao longo do Mediterrâneo, através de fenómenos sociais. Embora seja sempre mais difícil alcançar esse patamar de conhecimento, o raciocínio deste autor é bastante pertinente. Segundo Hawthorne, o decréscimo percentual dos recipientes é inversamente proporcional ao aumento de tamanho dos mesmos, ou seja, a passagem do primado das taças, nos sécs. I e II, para os pratos, no séc. III, explicaria o decréscimo das percentagens de fragmentos que seria, assim, irreal, pois um menor número de recipientes, agora maiores, satisfaria as mesmas necessidades de consumo. Esta mudança teria causas culturais - e não apenas económicas, como a da standardização a progressiva cristianização do Norte de África introduziria nas *elites* locais, hábitos alimentares comensais, em detrimento da prática mais individual anterior, requerendo recipientes maiores, como a Hayes 50. Visto que a cristianização do norte de África é mais antiga que a da península, a *T. S. Africana* importada nesta altura não se apresentaria com a mesma funcionalidade, continuando a ser importada como um bem de prestígio, pelas elites. A própria estética decorativa da *T. S.* só envereda por simbologias cristãs nos sécs. IV/V, apenas podendo falar-se, para essa altura, de um comportamento religioso na utilização peninsular da *T.S.*

mas um aperfeiçoamento (FABIÃO; CARVALHO, 1990:49 e *passim*). O *restabelecimento?* (em Ostia, nos finais do séc. II há um lapso nas importações lusitanas) das rotas comerciais dos preparados de peixe é o resultado, muito provavelmente, de um reequilíbrio económico da *Lusitania*. Sobretudo a partir da segunda metade do séc. III, os produtos lusitanos impõem-se no Mediterrâneo (ÉTIENNE; MAYET, 1993-3: 204). As escavações dos naufrágios, que contêm ânforas lusitanas, têm documentado vários aspectos comuns que convém salientar: excepto o naufrágio de Randello, Sicília, datado do primeiro quartel do séc. IV, que só contém ânforas Aim. 50, as restantes embarcações possuem cargas mistas lusitanas e africanas - sobretudo da Bizacena e Tripolitana -, existindo, também, casos de complemento com produtos héticos e gálicos (LOPES, MAYET, 1990: 299; ÉTIENNE; MAYET, 1993-4: 214). A importância da *Baetica* neste processo pode possuir o seu principal suporte nos dados do naufrágio Cabrera III, datado de 258 d.C., contendo ânforas lusitanas, bizacenas e béticas (LOPES; MAYET, 1990: 300). O papel desta província no processo comercial é demonstrado igualmente pela abundância de marcas de armadores béticos, em detrimento das de congêneres lusitanos, nas ânforas de Testaccio (apud MANTAS, 1990: 170). Outros dados literários, como dois textos do Código Teodosiano - C. Th., XIII, 5, 4 e XIII, 5, 8), dos anos 324 e 336, referem isenções atribuídas a naviculários hispânicos que comerciavam com Roma (apud REMESAL RODRIGUEZ, 1983: 117).

De uma forma generalizada, os sítios estudados importam *T.S. Af. D* de uma maneira bem mais significativa do que a *C. Se Bado* decrescera bastante os índices da *A* para a *C*, recrudescem-os agora repondo os níveis de aquisição antigos (BOURGEOIS; MAYET, 1991: 386). Tanto no interior como no litoral, nas áreas meridionais ou setentrionais, os abastecimentos fazem-se agora regularmente. *Mirobriga* e a Ilha do Pessegueiro<sup>(14)</sup> destacam-se pela situação contrária. Para ambos os sítios, os meados do séc. IV representam uma viragem na sua história: as cetárias insulares são mesmo abandonadas nessa altura e *Mirobriga* perde claramente o seu poder de compra; em *S. Cucufate* verifica-se uma rarefacção dos níveis das importações a partir de meados do séc. IV (ALARCÃO; ÉTIENNE; MAYET, 1990: 47).

No séc. IV, as redes de troca destas cerâmicas encontram-se em

(14) Ver supra caps. 4 e 5.

pleno funcionamento de uma forma geral. A partir de meados dessa centúria, a *T.S.Af. D* impõe-se, ultrapassando a *C*, mantendo níveis de aquisição bastante estáveis até meados do séc. V, como demonstra a elevada presença das formas Hayes 58, 59, 61, 91 (LOPES, 1994: 82; ALARCÃO; ÉTIENNE; MAYET, 1990: 47; BOURGEOIS; MAYET, 1991: 386; ÉTIENNE; MAKAROUN; MAYET, 1994: 45).

O fim das importações no território lusitano levanta sérias questões e está longe de ser sincrónico. A ausência de decoração geométrica e dos estilos D e E de Hayes é, segundo os autores das monografias de Tróia, S. Cucufate e Represas a prova de que as importações cessam em meados do séc. V quando, nos centros produtores da Tunísia setentrional, se abandona a elaboração de motivos estampados em detrimento do novo estilo (ÉTIENNE; MAKAROUN; MAYET, 1994: 45; ALARCÃO; ÉTIENNE; MAYET, 1990: 250; LOPES, 1994: 82).

Contudo, a presença de formas da segunda metade do séc. V, como os tipos Hayes 61, 88, 81 e 87, não só nestes sítios, mas também em *Balsa* - forma 87 - (NOLEN; REAL, 1994: 100) revela a continuidade deste comércio.

No séc. VI, as trocas comerciais, se bem que esbatidas, ainda se mantêm. Tal fenómeno está bem patente mesmo em áreas setentrionais. As formas Hayes 96, 97, 103 encontram-se em *Conimbriga*. A Hayes 91, uma das mais difundidas, prolonga as cronologias de Tróia, S. Cucufate, Represas, *Mirobriga* e *Baelo* pelo séc. VI, centúria durante a qual se faz acompanhar, por outras formas como a Hayes 96, 97, em *Conimbriga*; às quais se acrescentam, no Sul, outras como a Hayes 104, na Comenda, as Hayes 94, 104, em *Balsa*, ou as formas 99, 104, 105, em Tróia (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975: 261; ÉTIENNE; MAKAROUN; MAYET, 1994: 62; LOPES, 1994: 82; BOURGEOIS; MAYET, 1991: 386; TRINDADE; DIAS DIAGO, 1996: 8).

No Noroeste, a *T.S.Ai. D* é a produção mais abundante, sendo a forma mais comum a Hayes 61, seguida de outras como as Hayes 59, 60, 69, 70, 73 e a 91, ou seja, um conjunto que, cronologicamente, se estende da primeira metade do séc. IV até ao séc. VI (Naveiro Lopez, 1991: 45). Em Braga, os níveis das importações são bastante estáveis nos sécs. V e VI, representados pelas formas Hayes 70, 76, 91, 92, 96, 99, 104 (MARTINS; DELGADO, 1989-90: 31).

Na áreas valenciana e tarraconense, a presença - não só na cidade de Valência, mas também noutros sítios como Tocra, Cartagena - das formas tardias Hayes 87, 88, 91c, 91d, 93, 96, 99a, 101, 103, 104a,

104b, 104c, 105, 106, 107, 108, 109, 110; dos estilos decorativos E (figuras humanas) e A (iii) em Tarragona comprovam a permanência da regularidade de contactos comerciais até meados do séc. VI, embora de uma forma descontínua se prolonguem aos finais dessa centúria (REYNOLDS, 1984: 478; KEAY, 1984: 564).

Perante os dados existentes não é possível afirmar que o fim deste processo se situe no séc. VII. Todavia, o séc.VI - pelo menos na sua primeira metade - fornece elementos bastantes que comprovem a manutenção das importações de *T.S.* Af. D, parecendo terminar definitivamente nos finais dessa centúria.

Os dois centros produtores hispânicos alto-imperiais, *Tritium Magalium* e Andújar, cujas cerâmicas alcançaram o território actualmente português, podem ser modelizados através dos dois conceitos especificados no início deste capítulo; assim, o primeiro tem um âmbito de difusão essencialmente setentrional e continental, enquanto que os bens do segundo se distribuem de um modo preferencialmente meridional e litoral (MAYET, 1984; BELTRÁN-LLORIS, 1991: fig. 46).

A difusão da *T.S.* de Andújar circunscreveu-se, na sua grande maioria, à própria província bética; no litoral da Tarraconense não está presente (MAYET, 1984: 226) e no território lusitano alcançam os maiores êxitos percentuais face às cerâmicas do Nordeste peninsular na costa oeste, em sítios como *Mirobriga* e Ilha do Pessegueiro<sup>(15)</sup>, tendo-se verificado, no primeiro destes sítios, uma variante da produção bética.

A *T.S.* de *Tritium Magalium* conseguiu alcançar com eficácia todo o território peninsular, sendo atribuído aos *negotiatores* um papel crucial na comercialização terrestre / fluvial destas cerâmicas (MAYET, 1984: 227, 235-7).

Não deixa de ser extremamente interessante constatar os resultados percentuais atingidos, sobretudo quando comparadas as áreas sul e oeste da península; assim, *Baelo* (BORGEOIS; MAYET, 1991), Quinta de Marim (SILVA; SOARES; COELHO-SOARES, 1992), S. Cucufate (ALARCÃO; ÉTIENNE, MAYET, 1990), Torre de Palma - onde só há *T.S.* de *Tritium* - *Oapud* LOPES, 1993: 54) e sobretudo Represas (IDEM) identifi-

(15) Ver supra caps. IV e V.

cam-se pelas altas percentagens destas cerâmicas que, mesmo em *Emerita Augusta* representam a totalidade do espólio (*apud* LOPES, 1994: 54); a costa sudoeste, a ver pelos dados de *Miwoybriga* e Ilha do Pessegueiro, tornou-se bastante mais difícil de alcançar pelos comerciantes ligados a este centro.

A própria frequência esmagadora da *T.S.* de *Tritium Magalium* na costa este - atrás referida -, bem como a nivelação dos resultados com as cerâmicas de Andújar em *Bado*, na própria província bética, e Quinta de Marim, Olhão, também na costa sul pode fazer supor a existência de uma corrente comercial litoral com algum significado desde o Ebro até à costa sul lusitana, tendo como intermediária a própria costa bética, a ver pela quantidade encontrada em *Bado* e aproveitando as próprias correntes comerciais já existentes com a *T.S.* itálica e gálica (CARVALHO, 1993: fig. 69).

A costa sudoeste estaria assim fortemente condicionada pelo alcance da cerâmicas béticas, sendo *Mirobriga*, no litoral, e Represas / / S. Cucufate, no interior, o limite setentrional deste comércio (LOPES, 1994: 54). *Conimbriga* (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975) e Monte Mozinho (CARVALHO, 1993) apenas receberam a produção nordestina.

As formas Drag. 15/17, 27 e 37, de ambos os centros produtores, são, geralmente, as três mais representadas nos diversos sítios. Embora seja exportada sensivelmente de meados do séc. I a meados do séc. II, a *T.S.H.* ultrapassa os quantitativos da congénere gálica a partir da época flávia (MAYET, 1984: 236); em *Conimbriga* o domínio é claro a partir de Trajano e durante parte do séc. II (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975: 339); na Ilha do Pessegueiro, a *T.S.H.* chega em boa quantidade na segunda metade do séc. I, tornando-se dominante nos níveis da primeira metade da centúria seguinte.

A *T.S.* Hispânica Tardia, originária do Nordeste peninsular, nos sécs. IV e V sensivelmente, apenas alcançou o território lusitano de uma maneira esporádica (BELTRÁN-LLORIS, 1991; fig. 47; Mayet, 1984: 291), sendo incapaz de concorrer com as produções norte-africanas, sobretudo a *T.S.Af. D.* Apenas se constata a forma Drag. 37T, tipo que deve ser exclusivo, mesmo em regiões setentrionais, como o Noroeste (NAVEIRO LOPEZ, 1991: 47), onde, no entanto, chegou em quantidades bastantes maiores a cidades como *Bracara Augusta* (MARTINS; DELGADO, 1989-90: 30).

Um primeiro esforço de quantificação do universo de *Terra Sigillata* Foceense Tardia existente no nosso território foi empreendido por Maria Maia, em 1977 (MAIA, 1978). Apenas em 1988 se publicou um novo estudo da questão, da autoria de M. Delgado (1988). Segundo os resultados desta última pesquisa, dos 138 perfis determinados, 131 pertencem à forma Hayes 3; 5 à forma Hayes 5; 1 à forma Hayes 8; 1 à forma Hayes 2 (DELGADO, 1988: estampa II). Tradicionalmente visto como um comércio efectuado, de meados do séc. V a meados do VI, tendo como balizas históricas a tomada do Norte de Africa pelos Vândalos e a conquista bizantina do Sudoeste peninsular (MAIA, 1977: 302), este processo deve ser redimensionado com os novos dados. Embora a esmagadora maioria das peças provenha de museus e não possua qualquer contextualização estratigráfica, para além de ser quantitativamente pequena, permite levantar alguns problemas. A existência de um exemplar da forma Hayes 2, proveniente do Monte da Cegonha, Vidigueira, datada por Hayes de 370 a 450 (IDEM: estampa II), pode colocar em causa a utilização do argumento de índole documental, de que a importação apenas começaria após as movimentações vândalas. Por outro lado, a presença maioritária da forma Hayes 3 pode indiciar que o comércio não tenha acabado, na presença dos exércitos bizantinos, prolongando-se até fins do séc. VI; se bem que não estejam documentados exemplares das formas tardias, também é verdade que a variante Hayes 3F atinge os finais do séc. VI (*Atlante* I: 232). Contudo, a fraca representatividade da amostra, bem como a sua natureza maioritariamente não estratigráfica, relativizam sobremaneira afirmações de carácter absoluto. Pela quantidade de peças da forma Hayes 3 e ainda da presença das formas Hayes 5 (c.460-550 d.C.) e 8 (c.450-500 d.C.), o comércio intensificou-se a partir de meados do séc. V, tendo o seu auge entre esta data e os meados do séc. VI, fenómeno que é comum ao Mediterrâneo ocidental (NIETO PRIETO, 1984: 540).

Em *Conimbriga*, centro urbano cujas escavações revelaram 50 exemplares<sup>(16)</sup>, 93% pertencem à forma Hayes 3. Destas 50 peças, 50% pertencem às variantes B e C e 30% à variante E, as três datadas por Hayes da segunda metade do século V. Apenas 7 se reportam à variante F (DELGADO; MAYET; ALARCÃO, 1975).

<sup>(16)</sup> A T.S.F.T. representa 1,79% do total de *Terra Sigillata*; outra cidade ocidental forneceu indicadores de um comércio próspero destes bens: em *Bado*, a T.S.F.T. equivale a 1,4% do total de *Terra Sigillata* (BOURGEOIS; MAYET, 1991. 386).

No Noroeste peninsular, os poucos dados existentes revelam também um domínio da forma Hayes 3, mas apresentam igualmente um exemplar da Hayes 6, dos fins do séc. V ou inícios do VI, forma que apenas estava documentada no centro produtor (NAVEIRO LOPEZ, 1991: 45). Estão também registadas ânforas Kapitan I, egeias, datadas entre os finais do séc. II e o séc. III; e ânforas de possível conteúdo vinário, “palestinianas” ou “bizantinas”, provenientes das costa egípcias, sírias ou egeias, nos sécs. V e VI (IDEM: 67).

Assim, a mais segura das afirmações, acerca do fim das importações no Ocidente peninsular, no estado actual da questão, é a de que os meados do séc. VI representam o esbatimento desta rede de troca.

Os dados existentes na Grã-Bretanha (forma Hayes 3) obrigam a pensar numa rota marítima de difusão contornando a Península Ibérica (HAYES, 1972: 464, mapa 33) - na qual apresenta um modo de difusão litoral (BELTRÁN LLORIS, 1990: mapa 128) -, visto que estas cerâmicas são quase inexistentes no eixo Reno-Ródano e no Istmo Gaulês. Fruto da reanimação do comércio no séc. IV ou ainda nos finais do séc. III<sup>(17)</sup> (NAVEIRO LOPEZ, 1991: 131), embora em menores proporções do que acontecera na época alto-imperial, as rotas comerciais põem em contacto o Oriente mediterrânico e as Ilhas Britânicas como atestam as ânforas cilíndricas africanas e a *IS.Af. D* e as ânforas “bizantinas” ou “palestinianas” das classes 43 e 44, cuja semelhança de distribuição geográfica no sul da Irlanda e oeste da Escócia e a quase ausência na *Galla*, sobretudo na costa norte, deixa antever uma rota marítima via *Hispania* (IDEM: 131). A Península Ibérica assume, neste ponto, não só o papel de mercado consumidor, mas também de charneira entre o comércio mediterrânico e atlântico. No entanto, entenda-se que este argumento tem o seu principal suporte na geografia, havendo escassos dados literários que possibilitem afirmar a importância de comerciantes peninsulares neste tráfico.

Para além de uma corrente comercial de bens, como a *Terra Sigillata* Focense Tardia, a *Terra Sigillata* Cipriota Tardia ou cerâmicas gregas atestadas na costa este da *Hispania* (NIETO PRIETO, 1984: 544), ou vidros bizantinos em Alcácer do Sal (MANTAS, 1990: 204), verificou-se igualmente um fluxo de gentes com uma certa influência nos

(17) Relembre-se o naufrágio de Cap Ognina (Sicília), datado do terceiro quartel do séc. III, contendo exemplares de ânforas Almagro 50, Africana I, Kapitan I e II - do Egeu - (ÉTIENNE, MAYET, 1993-4).

costumes hispânicos, sobretudo nas áreas do Sul peninsular que, entre 554 e 628, estiveram sob o domínio político bizantino, mas também na própria corte de Leovogildo (NIETO PRIETO, 1984: 544). A literatura revela a presença de *negotiatores transmarini* nas costas peninsulares, tal como documenta as influências orientais no processo paleo-cristão, sobretudo no Levante peninsular, mas estendendo-se ao Ocidente, através de homens como S. Martinho de Dume ou o Bispo Paulo de Mérida (IDEM: 544).

Segundo S. Keay (*apud* KEAY, 1984: 564), as referências literárias ao comércio entre o Levante peninsular e o Oriente intensificam-se com a própria presença bizantina e a estas juntam-se outras referentes aos contactos com a *Golia* - Isidoro de Sevilha, *De Viris Illustribus* - e África - *Procopius*, III -. Embora pareça existir um comércio bem estabelecido com o Oriente, como documentam os quantitativos de T.S.F.T. Hayes 3 e ânforas British B (ii) (Kuzmanov XIII) de Antioquia, as evidências arqueológicas extinguem-se na segunda metade do séc. VI, como é o caso de Ampurias (KEAY, 1984: 565).

Assim, as ocupações do Norte de África pelos Vândalos, entre 429 e 534; bem como das ilhas Baleares, Córsega, Sardenha e Sicília, em meados do séc. V, não devem ser consideradas como um factor de ruptura nas redes de troca mediterrânicas (NIETO PRIETO, 1984: 545); a presença bizantina a partir de meados do séc. VI já coloca interrogações mais fortes, sobretudo quando se contrastam os dados literários e arqueológicos atrás referidos, sendo, contudo, muito provável que as epidemias verificadas no Mediterrâneo ocidental, entre 543 e 570, bem como as guerras estabelecidas pelos Bizantinos na Península Ibérica e no Norte de África tenham colocado grandes dificuldades à manutenção de certas trocas comerciais. Para Nieto Prieto, estas rotas mediterrânicas terão a sua ruptura com a expansão árabe, em meados do séc. VII (IDEM: 544).

### **Concluindo: Os Centros Urbanos e a Redistribuição das Importações**

Após a análise dos dados, e apesar da debilidade dos elementos existentes, resulta óbvio que os centros urbanos litorais e interiores desempenharam um papel importante - o que não significa absoluto - na obtenção e redistribuição destes bens chegados por via marítima

e/ou fluvial; e embora seja de todo impossível traçar redes de intercâmbio, é plausível lançar hipóteses de regiões de intercâmbio.

A sorte de uma cerâmica baseia-se em grande parte na estratégica localização das oficinas produtoras, junto a estuários e a centros de manipulação de bens alimentares. O mesmo raciocínio se aplica aos destinos, áreas cujas geografia e actividades económicas lhes permitem adquirir bens provenientes das rotas comerciais em que se integram.

Estas cerâmicas de luxo, mesmo quando fabricadas em níveis elevados, foram exportadas sob o estatuto de *cargas parasitárias*, o que as tornava dependentes da circulação de bens considerados mais importantes. Este primado na vida económica de carácter exportador foi desempenhado, no ocidente peninsular, pelas actividades de produção de preparados de peixe.

A orla marítima, nomeadamente os seus centros produtores, estaria em conexão com o interior, para o qual redistribuiria os bens importados. Por seu lado, o mundo rural não se desliga da vivência urbana permanecendo no seu âmbito económico, importando bens externos redistribuídos pelos centros populacionais mais importantes.

Os meios fluviais proporcionaram condições de acesso privilegiado às terras interiores e podem ter condicionado a dispersão das cerâmicas, cujo custo de transporte ficaria bastante mais elevado se utilizado o transporte terrestre em larga escala. Este terá sido quase sempre um complemento, na fase final de comercialização.

Estes pressupostos económicos ter-se-ão mantido desde a época imperial até à Alta Idade Média, as balizas cronológicas deste estudo (FABIÃO, 1996: 333), mas deve-se distinguir, no seio da variedade de sítios urbanos, as potencialidades de centros primários, cujo poder político e/ou religioso se prolonga ou consolida na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, face a todo um conjunto de centros secundários - ao qual pertenceria *Mirobriga* - cuja evolução histórica atinge, em muitos casos, uma curva descendente com o declínio do próprio “mundo romano” (FUENTES DOMINGUEZ, 1995: 230; KEAY, 1984: 558).

Como se exemplificou mais detalhadamente no que respeita a *Mirobriga*, a falta de dados não permite perceber, com clareza, a dinâmica de uma cidade e seu entorno geo-económico, embora se tenha aludido para as similitudes entre os ritmos económicos daquela cidade e os da Ilha do Pessegueiro.

Cidades como *Conimbriga* parecem ter-se abastecido fundamentalmente de produções locais ou regionais (SERRÃO, dir., 1990: 430) ou

privilegiado as importações continentais, como a *T. S.* de *Tritium*. Todavia, as áreas meridionais estabelecem fortes relações com os centros norte-africano, hético e focense. A norte daquela cidade, embora as importações de *T.S. Af.* sejam esporádicas, as restantes produções de *T. S. Af.* e as cerâmicas focenses ligam esta área aos circuitos de trocas. As regiões central e norte do território actualmente português beneficiariam em menor grau do que o Sul, do comércio mediterrânico. Por seu lado, *Bracara Augusta*, se bem que intimamente relacionada com o Noroeste, manteve-se sempre no raio de difusão do comércio meridional (MARTINS; DELGADO, 1989-90).

A importância do porto de *Salacia* decresceu notoriamente nos finais do séc. I, em detrimento de Tróia ou *Caetobriga*. *Ossonoba* e *Olisipo* ter-se-ão mantido como portos de grande tráfego. No extremo da navegabilidade do Guadiana, Mértola prefigurou-se como o principal centro implantado nesta via fluvial que serviria *Pax lulia* e *villae* importantes como as S. Cucufate, Represas ou Mte. da Cegonha (SERRÃO, dir., 1990: 432). Segundo a presença da *T.S.Af. A*, *Balsa* solidificou o seu poder económico já nos finais da primeira centúria, sendo o único sítio que apresenta formas fechadas. E de facto, a epigrafia desta cidade demonstra a sedentarização de uma *elite* mercantil (ENCARNAÇÃO, 1984: 8). A posição de *Mirobriga* é ainda pouco nítida, mas parece ter iniciado as suas importações nessa época. Na *villa* da Quinta de Marim, Olhão, isso já é claro (SILVA; COELHO-SOARES, 1992). Assim, pela sua posição geográfica, a costa sul (e talvez a do Sudoeste) pode ter ganho um novo papel num eixo económico que tenderia, progressivamente, a fornecer importância às relações com o norte de África. S. Cucufate, ao possuir níveis idênticos de produções africanas e hispânicas representa, até pela sua posição geográfica, uma área intermédia onde ambos os *mundos*, continental e litoral, confluem (LOPES, 1994: 71). *Emerita Augusta*, numa posição geográfica mais interior, a nível peninsular, apenas importou *T. S.* de *Tritium*, tal como a *villa* de Torre de Palma, Monforte (IDEM: 54), evidenciando um papel importante da capital no comércio destas cerâmicas (MAYET, 1990: 207), o que explicará a própria debilidade dos índices de *T. S. Af. A* nesta cidade (LOPES, 1994: 71)

Nos séc. IV, V e VI, os níveis de *T.S.Af. D* e de *T.S. Focense Tardia* provam que as redes de intercâmbio continuam a ser praticadas, sem ruptura no seu desenvolvimento, nas regiões do Sul, Centro e Norte. Apenas se pode falar de esbatimento progressivo das redes de longa

distância, fenómeno que se acentua no séc. VI. O séc. VII, com a expansão árabe ao longo do Mediterrâneo, assiste a uma maior regionalização económica, relegando as trocas a longa distância para um papel largamente reduzido e tomando os meios rural e urbano menos interdependentes neste âmbito.

## CATÁLOGO

1. (Mir.997.7.12 = n.º 11 de M. Maia, 1971): “Pasta rosa avermelhada, relativamente fina, fractura e desgaste rugosos. Engobe vermelho alaranjado claro, com pouco brilho, existente nas duas faces. Peça muito deteriorada.” Diâm. ext. bordo: 15,1 cm.
2. (Mir-462-001+003): Pasta cor de tijolo e engobe relativamente bem conservado, um pouco mais avermelhado do que a pasta, com muitas bolhas. Diâm. ext. bordo: 21,6 cm.
3. (Mir-16-014): Pasta cor de tijolo muito claro e engobe, muito mal conservado, laranja-avermelhado. Diâm. ext. bordo: indeterminável.
4. (Mir-7-019): Pasta cor de tijolo-vermelho e engobe fino, laranja-vermelho, bem conservado, com bom polimento apresentando estrias, mas poucas bolhas. Diâm. ext. bordo: 20,8 cm.
5. (Mir-196-107): Pasta cor de tijolo-vermelho e engobe muito mal conservado, laranja-vermelho. Diâm. ext. bordo: 13,4 cm.
6. (Mir-125-316): Pasta cor de tijolo e engobe mal conservado, laranja-vermelho, bem polido, com muitas estrias. Diâm. ext. bordo: 18,8 cm.
7. (Mir-62-005): Pasta compacta cor-de-tijolo e engobe, mal conservado, laranja-vermelho. Diâm. ext. bordo: 22,2 cm.
8. (Mir-41-040): Pasta compacta cor de tijolo-vermelho e engobe, mal conservado, laranja-vermelho. Diâm. ext. bordo: 26,0 cm.
9. (Mir-118-002): Pasta cor de tijolo-vermelho e engobe, bem conservado vermelho-laranja; parede bem polida com finas estrias. Diâm. ext. bordo: 15,1 cm.
10. (Mir-477-001): Pasta compacta, cor de tijolo, com fractura pouco grosseira, mas revelando acidente de cozedura através de uma mancha cinzenta no seu interior; engobe, mal conservado, laranja-rosa. Diâm. ext. bordo: 19,4 cm.
11. (Mir-9-018): Pasta cor de tijolo claro, algo compacta; engobe, laranja-vermelho, fino, muito bem polido, com estrias e poucas bolhas. Diâm. ext. bordo: 22,4 cm.
12. (Mir-3-178): Pasta cor de tijolo, algo compacta; engobe, laranja-vermelho, fino, muito bem polido, com estrias e poucas bolhas. Diâm. ext. bordo: 28,4 cm.

13. (Mir-12-008): Pasta cor de tijolo, algo compacta; engobe, laranja-vermelho, fino, muito bem polido, com estrias e poucas bolhas. Diâm. ext. bordo: 18,8 cm.

14. (Mir-14-141): Pasta cor de tijolo-vermelho, algo compacta; engobe mal conservado laranja-vermelho. Diâm. ext. bordo: 21,6 cm.

15. (Mir-3-157+158+159+160): Pasta cor de tijolo, algo compacta, com nódulos verdes de marga; engobe fino, laranja-vermelho, brilhante, bem conservado. Diâm. ext. bordo: 21,7 cm; Diâm. ext. pé: 6,0 cm.

16. (Mir-184-190): Pasta cor de tijolo-vermelho, com grandes nódulos de marga verde; engobe de espessura média, de cor laranja, ligeiramente rosado, relativamente bem conservado. Diâm. ext. bordo: 14,1 cm.

17. (Mir-3-297): Pasta algo compacta, cor de tijolo, com grandes nódulos de marga cinzenta; engobe laranja, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 20,4 cm.

18. (Mir-14-076): Pasta cor de tijolo; engobe muito mal conservado, cor de laranja-rosado. Diâm. ext. bordo: 19,0 cm.

19. (Mir-6-020): Pasta cor de tijolo-vermelho; engobe bem conservado no interior da peça, rosa escuro, de espessura média; paredes muito porosas. Diâm. ext. bordo: 24,0 cm.

20. (Mir-6-001): Pasta cor de tijolo; engobe bem conservado, rosa escuro-laranja, de espessura média. Diâm. ext. bordo: 21,9 cm.

21. (Mir-23-193): Pasta cor de tijolo; engobe muito mal conservado, restando apenas no interior da peça, rosa escuro; paredes muito porosas. Diâm. ext. bordo: 18,5 cm.

22. (Mir-138-138): Pasta cor de tijolo; engobe rosa escuro, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 23,0 cm.

23. (Mir-25-005): Pasta cor de tijolo algo compacta; engobe laranja-rosa, fino, bem polido, com estrias; paredes apresentam algumas bolhas. Diâm. ext. bordo: 30,8 cm.

24. (Mir-125-372): Pasta cor de tijolo; engobe rosa escuro-laranja, bem polido e relativamente bem conservado. Diâm. ext. bordo: 23,1 cm.

25. (Mir-120-268): Pasta cor de tijolo-vermelho; engobe laranja-vermelho, de espessura média, bem conservado e sem porosidade. Diâm. ext. bordo: 22,8 cm.

26. (Mir-60-006): Pasta algo compacta, mas um pouco porosa, laranja-rosa; engobe fino laranja-rosa, muito bem polido. Diâm. ext. bordo: 13,0 cm.

27. (Mir-138-150): Pasta depurada, compacta, com fractura muito nítida, cor de tijolo; engobe rosa escuro, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 10,8 cm.

28. (Mir-16-013): Pasta de cor vermelho claro, algo porosa; engobe vermelho, mais escuro do que a pasta. Diâm. ext. bordo: indeterminável.

29. (Mir-25-006): Pasta cor de rosa, compacta, com fractura nítida; engobe rosa-laranja, manchado, fino e muito bem polido. Diâm. ext. bordo: 37,6 cm.
30. (Mir-5-023): Pasta rosa, pouco compacta; engobe rosa escuro, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 30,1 cm.
31. (Mir-54-017): Pasta laranja-rosa, compacta; engobe rosa escuro, bem polido. Diâm. ext. bordo: 18,4 cm.
32. (Mir-52-001): Pasta compacta, fina, com fractura nítida, cor de tijolo muito claro; engobe muito bem conservado, rosa laranja no exterior, rosa no interior; paredes muito bem polidas, apresentando finas estrias. Diâm. ext. bordo: 24,2 cm.
33. (Mir-127-131): Pasta vermelha, algo compacta; engobe da mesma cor, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 20,4 cm.
34. (Mir-2-038): Pasta vermelha, algo compacta; engobe da mesma cor, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 25,2 cm.
35. (Mir-11-005): Pasta de cor vermelho-rosa, algo compacta; engobe da mesma cor, mal conservado. Diâm. ext. bordo: 33,7 cm.
36. (Mir.997.7.10): Pasta de cor vermelho-rosa; algo compacta; engobe da mesma cor, relativamente bem conservado. Diâm. ext. bordo: 23,3 cm.
37. (Mir-5-035): Pasta vermelho-rosa, fina; engobe rosa, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 26,1 cm.
38. (Mir-127-187): Pasta de cor castanho-avermelhada, compacta, com fractura ainda nítida; engobe vermelho-rosa, bem conservado, mas algo poroso. Diâm. ext. bordo: 17,5 cm.
39. (Mir-60-011): Pasta de cor castanho-rosa, fina, mas ligeiramente porosa; engobe rosa-laranja, bem polido. Diâm. ext. bordo: 14,0 cm.
40. (Mir-125-133): Pasta cor de laranja-avermelhado, algo porosa; engobe rosa-laranja com algumas bolhas. Diâm. ext. bordo: 15,8 cm.
41. (Mir-125-318): Pasta cor de rosa, porosa; engobe da mesma cor, muito mal conservado e poroso, apresentando muitas impurezas incrustadas. Diâm. ext. bordo: 17,2 cm.
42. (Mir-3-447): Pasta rosa de grão fino; engobe rosa-vermelho muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 21,2 cm.
43. (Mir-180-040): Pasta rosa de grão fino; engobe rosa quase totalmente desaparecido. Diâm. ext. bordo: 13,8 cm.
44. (Mir.997.7.2): Pasta rosa de grão fino; engobe rosa-vermelho, fino, bem polido e conservado. Diâm. ext. bordo: 26,1 cm; diâm. ext. pé: 16,0 cm.
45. (Mir-399-112): Pasta rosa-cor de tijolo, de grão grosso; engobe rosa muito mal conservado; paredes muito porosas. Diâm. ext. bordo: 18,5 cm.
46. (Mir-60-015): Pasta vermelho-escuro de grão fino; engobe rosa-laranja, bem alisado, mas mal conservado. Diâm. ext. bordo: 25,8 cm.
47. (Mir-83-128): Pasta cor de tijolo-rosa, de grão médio; engobe rosa-laranja, alisado, bem conservado e pouco poroso. Diâm. ext. bordo: 26,4 cm.

48. (Mir-3-247): Pasta rosa escuro, de grão fino; engobe laranja-rosa poroso. Diâm. ext. bordo: 21,8 cm.

49. (Mir-125-2927): Pasta rosa escuro, de grão médio, com muitas impurezas; engobe rosa-vermelho, muito poroso apresentando estrias alongadas resultantes de alisamento forte. Diâm. ext. bordo: 49,9 cm.

50. (Mir-20-095): Pasta cor de tijolo-rosa, de grão médio; engobe rosa-laranja, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 23,3 cm.

51. (Mir-121-408): Pasta cor de tijolo-rosa, de grão grosso, com muitas impurezas; engobe rosa, espesso, muito mal conservado; paredes muito rugosas. Diâm. ext. bordo: 16,4 cm.

52. (Mir-426-001): Pasta cor de tijolo, de grão grosso, com acidente de cozedura que lhe conferiu um aspecto enegrecido; engobe laranja-rosa, espesso, que descama como uma só camada. Diâm. ext. bordo: 35,0 cm.

53. (Mir-51-003): Pasta de grão grosso, cor de tijolo; engobe laranja-rosa, relativamente mal conservado. Diâm. ext. bordo: 25,6cm.

54. (Mir-3-460): Pasta fina, cor de tijolo escuro; engobe bem conservado, opaco, rosa acastanhado e bem alisado. Diâm. ext. bordo: 33,5 cm.

55. (Mir-3-240): Pasta de grão médio, cor de tijolo-rosa; engobe laranja-rosa, mal conservado. Diâm. indeterminável.

56. (Mir.997.7.4 = peça n.º 14 de M Maia, 1971): Pasta de grão médio, laranja - rosa; engobe laranja-rosa, mal conservado. Diâm. indeterminado.

57. (Mir-7-036): Pasta de grão médio, cor de tijolo-rosa; engobe laranja-rosa, mal conservado; paredes rugosas. Diâm. indeterminado.

58. (Mir-23-103): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes pouco rugosas; engobe rosa-vermelho, com um polimento em bandas de cor rosa muito escuro, na superfície exterior da peça. Diâm. carena: 29,3 cm.

59. (Mir-274-047): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe rosa escuro com uma patina cinzenta sobre o bordo e parte da superfície externa da peça. Diâm. ext. bordo: 25,7 cm.

60. (Mir-196-122): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe rosa-laranja com uma patina cinzenta sobre parte da superfície externa. Diâm. carena: 14,0 cm.

61. (Mir-3-331): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe rosa escuro relativamente mal conservado. Diâm. ext. bordo: 32,0 cm.

62. (Mir-3-236): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe laranja-rosa, mal conservado. Diâm. ext. bordo: 38,0 cm.

63. (Mir-17-009): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe rosa escuro, relativamente bem conservado. Diâm. ext. bordo: 26,4 cm.

64. (Mir-125-329): Pasta cor de tijolo, de grão médio; paredes um pouco rugosas; engobe rosa escuro muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 20,7 cm.

65. (n.º 139 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo C [...]: pasta vermelha clara, que por vezes parece rosada quando a calcite é mais abundante: fina, pouco esponjosa, com calcite normalmente só visível à lupa; o engobe é vermelho alaranjado, de excelente qualidade, tendo a superfície o aspecto granuloso de casca de laranja e um brilho excessivo que torna este tipo de cerâmica facilmente distinguível dentro da «terra sigillata» hispânica”. Diâm.: indeterminável.

66. (n.º 138 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo B [...]: pasta rosa vivo, fina, com calcite só visível à lupa e engobe avermelhado, brilhante: está muito próximo da «terra sigillata» sud-gálica e deve poder ser considerado como o mais antigo”. Diâm. ext. bordo: 18,0 cm.

67. (Mir-3-027): Pasta de cor salmão, porosa, de fractura pouco nítida, com alguma calcite branca-amarelada; verniz vermelho-alaranjado, bem conservado. Diâm. ext. bordo: 16,8 cm.

68. (Mir-138-120): Pasta de cor salmão, um pouco porosa, de fractura nítida, com alguma calcite branca-amarelada; verniz vermelho-alaranjado, relativamente mal conservado. Diâm. ext. bordo: 18,4 cm.

69. (n.º 151 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta rosa vivo, esponjada e dura; Grupo C”. Diâm. ext. bordo: 8,0 cm.

70. (n.º 152 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta rosa amarelada, com muita calcite, dura; engobe vermelho rosado brilhante”. Diâm.: indeterminável.

71. (Mir-68-001): Pasta de cor salmão, muito pouco esponjosa, de fractura nítida, com pouca calcite branca-amarelada; verniz muito aderente e bem conservado, laranja-acastanhado, bem polido, com leves estrias disso resultantes. Diâm.: 10,2 cm.

72. (n.º 154 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta rosada, muito esponjosa e dura; Grupo C”. Diâm. ext. bordo: 10,0 cm.

73. (n.º 144 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta rosa amarelada, com muita calcite, esponjosa, dura; engobe avermelhado claro, fino, brilhante”. Diâm. int. bordo: 10,2 cm; diâm. ext. pé: 8,0 cm.

74. (n.º 156 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo B”. Diâm. ext. bordo: 8,9 cm.

75. (n.º 128 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo C”. Diâm. indeterminado.

76. (n.º 131 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo B”. Diâm. indeterminável.

77. (Mir-42-001): Pasta de cor salmão, muito pouco porosa, de fractura nítida, com muita calcite branca-amarelada; verniz muito bem conservado, vermelho-alaranjado, manchado, polido, com leves estrias disso resultante. Diâm. indeterminável.

78. (Mir-15-009): Pasta de cor salmão, muito pouco porosa, de fractura muito pouco nítida, com alguma calcite branca-amarelada; verniz vermelho-alaranjado, relativamente mal conservado. Diâm.: indeterminável.

79. (Mir-997.7.3): Pasta de cor castanho, um pouco porosa, de fractura pouco nítida, com muita marga calcária amarela; verniz castanho, relativamente bem conservado. Diâm. ext. pé: 9,2 cm; diâm. ext. carena: 15,0 cm.

80. (Mir-155-002): Pasta castanho claro, muito porosa, de fractura pouco nítida, com muita marga calcária de grandes dimensões; verniz castanho, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 30,4 cm; diâm. ext. carena: 23,4 cm.

81. (n.º 143 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta acastanhada, com muita calcite visível a olho nú, dura; engobe vermelho acastanhado, homogéneo, mate”. Diâm.: indeterminável.

82. (n.º 145 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo A[\_\_\_\_\_]: pasta castanha, ou castanha amarelada, com muitíssima calcite visível a olho nú, muito esponjosa e dura e engobe vermelho vináceo, pouco homogéneo, manchado e com pouco brilho.” Diâm. ext. pé: 4,8 cm.

83. (Mir-3-282): Pasta castanho claro, um pouco porosa, de fractura pouco nítida, com muita marga calcária amarela; verniz castanho, muito mal conservado. Diâm. ext. bordo: 12,6 cm.

84. (Mir-3-061): Pasta de cor castanho, pouco porosa, de fractura pouco nítida, com alguma marga calcária amarela; verniz castanho, bem conservado. Diâm. ext. bordo: 14,2 cm.

85. (Mir-3-134): Pasta castanho-rosado muito claro, porosa, de fractura pouco nítida, com marga calcária amarela clara; verniz castanho, muito mal conservado. Diâm. ext. carena: 17,7 cm.

86. (Mir-23-083): Pasta castanho muito claro, muito porosa, de fractura pouco nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, muito mal conservado. Provável diâm. ext. bordo: 8,2 cm; espessura da parede: 0,4 cm.

87. (Mir-3-041): Pasta castanho muito claro, porosa, de fractura um pouco nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, ligeiramente brilhante, mal conservado, mas no qual é possível perceber uma acção de polimento, na face externa da peça, através de leves estrias. Diâm. ext. bordo: 8,2 cm.

88. (Mir-23-085): Pasta castanho muito claro, um pouco porosa, de fractura pouco nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, muito mal conservado. Provável diâm. ext. bordo: 16,0 cm.

89. (Mir-125-2785): Pasta castanho muito claro, muito porosa, de fractura pouco nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, ligeiramente brilhante, mal conservado. Diâm. ext. bordo: 8,9 cm.

90. (Mir-125-2749): Pasta castanho muito claro, porosa, de fractura pouco nítida, com muita marga calcária amarela clara; verniz castanho, muito mal conservado. Diâm. ext. pé: 4,0 cm.

91. (n.º 136 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta rosa amarelada, com muita calcite, grosseira e branda; engobe rosado, estaladiço, brilhante”. Diâm.: indeterminável.

92. (Mir-125-1240): Pasta de cor castanho, pouco porosa, de fractura nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, aderente e bem conservado. Diâm.: indeterminável.

93. (Mir-125-1343): Pasta de cor castanho, pouco porosa, de fractura nítida, com alguma marga calcária amarela clara; verniz castanho, aderente e bem conservado. Diâm.: indeterminável.

94. (n.º 134 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Grupo A”. Diâm.: indeterminável.

95. (n.º 135 de L. Ferrer-Dias, 1976-7): “Pasta cor de laranja, fina e dura; engobe alaranjado, claro, quase totalmente desaparecido”. Diâm.: indeterminável.

96. (Mir-3-459+51-002): Pasta de cor vermelho-laranja, compacta, de fractura nítida, com pouca calcite; engobe avermelhado, bem conservado, polido, com finas estrias e levemente poroso, estando coberto, na face externa do bordo, por uma película negra muito fina. Diâm. ext. bordo: 37,6 cm.

97. (Mir-3-454): Pasta de cor vermelho-laranja, compacta, de fractura nítida, com pouca calcite; engobe avermelhado, bem conservado, polido, com finas estrias e levemente poroso, estando, ainda, coberto, em parte da face externa do bordo, por uma película negra muito fina. Diâm. ext. bordo: 28,0 cm.

#### BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989), *La Ciudad Hispano-Romana: privilegio y poder*, Logroño.
- ALARCÃO, J. (1987), *Portugal Romano*, 4.ª ed., Ed. Verbo.
- IDEM (1988a), *O Domínio Romano em Portugal*, 2.ª ed., Pub.Europa-América.
- IDEM (1988b), *Roman Portugal*, II, 3, Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; MAYET, F. (1990), *Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)*, Paris: Dif. Bocard.
- ALMEIDA, F. (1968-70), “Sines Visigótica”, *Arquivo de Beja*, XXV-XXVIII, pp. 17-30.
- AMARO, C. (1979), “Santiago do Cacém”, *Informação Arqueológica*, 2, pp. 79-82.
- ARTUR, M. L. C. (1983), “Merobriga. Santiago do Cacém (Portugal)”, *Caesaraugusta*, 57-8, pp. 51-109.
- Atlante delle Forme Ceramiche*, I. Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Impero), Supplemento de la Enciclopedia dell’Arte Antica, Roma, 1981.
- BARATA, M.F. (1993), “Miróbriga: Una Ciudad Romana en la Lusitania Atlántica”, *Revista de Arqueologia*, 145, Maio de 1993, pp. 36-47.
- BELTRÁN-LLORIS, M. (1990), *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza: Livros Pòrtico.
- BIERS, W.R.; ET AL. (1988), *Mirobriga (Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia (1981-6))*, B.A.R., 451.

- BONIFAY, M. (1983), “Eléments d’Evolution des Céramiques de l’Antiquité Tardive à Marseille d’après les Fouilles de la Bourse”, *R.A.N.*, XVI, pp. 283-346.
- BOURGEOIS, A.; MAYET, F. (1991), *Fouilles de Belo*, VI (Les Sigillées), Madrid. Casa de Velasquez.
- CARVALHO, T. P. (1993), *A Terra Sigillata de Monte Mozinho (Contributo para a História Económica do Povoado)*, Porto: ed. policopiada.
- COELHO-SOARES, A. (1987), “Materiais Arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines)”, *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 193-202.
- DELGADO, M. (1968), “Terra Sigillata Clara de Museus do Alentejo e Algarve”, *Conimbriga*, VII, pp. 41-66.
- DELGADO, M. (1988), “Contribuição para o Estudo das Cerâmicas Romanas Tardias do Médio Oriente Encontradas em Portugal”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 5, pp. 35-49.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.M. (1975), *Fouilles de Conimbriga*, IV (Les Sigillées), Paris: Dif. de Boccard.
- DIAS, L. F. (1976-7), “Terra Sigillata de Mirobriga”, *Setúbal Arqueológica*, II-III, pp. 361-410.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis (I.R.C.P.)*, Coimbra.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1993-4), “La Place de la Lusitanie dans le Commerce Méditerranéen”, *Conimbriga*, 32-33, pp. 201-18.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994), *Un Grand Complexe Industriel à Tróia (Portugal)*, Paris: Dif. De Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1996), “O Comércio dos Produtos da Lusitânia Transportados em Ânforas no Baixo Império”, *Actas das I Torn, sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa: Pub. D. Quixote, pp. 329-42.
- FABIÃO, C.; CARVALHO, A. (1990), “Ânforas da Lusitânia: uma Perspectiva”, in A. Alarcão e F. Mayet, dir., *Les Amphores Lusitaniennes. Typologie, Production, Commerce. Actes des Journées tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*, Paris: Dif. Boccard, pp. 37-64.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, A. (1995), “Extremadura en la Tardia Antigüedad”, *Extremadura Arqueológica*, IV, pp. 217-37.
- HAYES, J.W. (1972), *Late Roman Pottery*, London: The British School at Rome.
- IDEM (1980), *A Supplement to Late Roman Pottery*, London: The British School at Rome.
- HAWTHORNE, J. W. J. (1997), “Post Processual Economics: the role of African Red Slip Ware vessel volume in Mediterranean demography”, *Proceedings of the Sixth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*, Sheffield, Oxford.
- KEAY, S. J. (1984), “Decline or Continuity? The Coastal Economy of the Conventus Tarraconensis from the Fourth Century until the Late Sixth Century”, in BLAGG, T.; JONES, R.; KEAY, S.J., dir., *Papers in Iberian Archaeology (ii)*, BAR-IS 193 (ii), pp. 552-77.
- LOPES, C.; MAYET, F. (1990), “Commerce Régional et Lointain des Amphores Lusitaniennes”, in ALARCÃO, J.; MAYET, F., dir., *Les Amphores Lusitaniennes. Typolo-*

- gie, Production, Commerce (Actes des Journées tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988)*, Paris. Dif. Boccard, pp. 295-302
- LOPES, M.C. (1994), *A Sigillata de Represas. Tratamento Informático*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MAIA, M. (1971), “Subsídios para o Estudo da Terra Sigillata de Mirobriga”, *Actas do 11 Cong. nac. de Arq.*, II, Coimbra. J.N.E., pp. 433-44.
- MAIA, M. (1978), “Contributos para as Cartas de Distribuição em Portugal de Sugillata Luzente e da Late Roman C ware”, *Actas das 111 Torn. Arq. da Ass. dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa: Ass. dos Arq. Portugueses, pp. 293-308.
- MANTAS, V.G. (1990), “As Cidades Marítimas da Lusitânia”, *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table ronde internationale du CNRS, le 8-9 Décembre 1988)*, Paris: CNRS, pp. 149-206.
- MAYET, F. (1984), *Les Céramiques Sigillés Hispaniques. Contribution à l'Histoire Économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, 2 vols., Paris: Dif. de Boccard.
- MAYET, F.; PICON, M. (1986), “Une Sigillée Phocéenne Tardive (“Late Roman C ware”) et sa Difusión en Occident”, *Figlina*, 7, pp. 129-42.
- MAYET, F. (1990), “Mérica: Capitale économique?”, *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hierarchies et Territoires (Table ronde internationale du CNRS, le 8-9 Décembre 1988)*, Paris: CNRS, pp. 207-15.
- MARTINS, A.; RAMOS, C. (1992), “Elementos para a Análise e Descrição de Produções Cerâmicas”, *Vipasca*, 1, pp. 91-101.
- MARTINS, M.; DELGADO, M. (1989-90), “Historia e Arqueologia de uma Cidade em Devir: Bracara Augusta”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 6-7, pp. 11-38.
- MATTOSO, J., dir. (1992), *História de Portugal*, I (Antes de Portugal), Lisboa: Círculo de Leitores.
- MEDINA, J., dir. (1993), *História de Portugal*, II e III, Ediclube.
- NAVEIRO LOPEZ, J. L. (1991), *El Comercio Antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*, A Coruña, Monografías Urxentes do Museo, 5.
- NIETO PRIETO, F. J. (1984), “Algunos Datos sobre las Importaciones de Cerámica «Phocœan Red Slip» en la Península Ibérica”, in BLAGG, T.; JONES, R.; KEAY, S. J., dir., *Papers in Iberian Archaeology (ii)*, BAR-IS, 193 (ii), Oxford, pp. 540-51.
- NOLEN, J.; REAL, F.C.S. (1994), “ATerra Sigillata Clara”, in J. Nolen et al., *Cerâmicas e Vidros de Torres dAres. Balsa*, M.N.A., pp. 97-108.
- NOLEN, J.; REAL, F.C.S. (1994), “A Cerâmica Africana de Cozinha”, in IDEM, *Ibidem*, pp. 111-18.
- NOLEN, J.; REAL, F.C.S. (1994), “A «Terra Sigillata» Hispânica”, in IDEM, *Ibidem*, pp. 91-6.
- REMESAL RODRÍGUEZ (1983), “Transformaciones en la Exportación del Aceite Bético a Mediados del Siglo III d.C.”, *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilha, 24-28 Febrero 1982)*, Madrid: Universidad Complutense, pp. 115-31.
- REYNOLDS, P. (1984), “African Red Slip and Late Roman Imports in Valencia”, in BLAGG, T.; JONES, R.F.J.; KEAY, F.J., dir., *Papers in Iberian Archaeology (ii)*, BAR-IS 193 (ii), Oxford, pp. 474-539.

- SERRÃO, J.; MARQUES, A.H.,dir. (1990), *Nova História de Portugal*, I, coord, de J. de Alarcão, Ed. Presença.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1987), “Nota sobre Material Anfórico da Foz do Arade (Portimão)”, *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 203-19.
- SILVA, C.T.; COELHO-SOARES, A. (1980-1), “ A Praça do Bocage (Setúbal), na Época Romana. Escavações Arqueológicas de 1980”, *Ibidem*, pp. 249-94.
- SILVA, C.T.; COELHO-SOARES, A. (1987), “Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987)”, *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 221-37.
- SILVA, C.T.; COELHO-SOARES, A. (1992), “Estabelecimento de Produção de Salga de Peixe da Época Romana na Quinta de Marim (Olhão). Resultados Preliminares das Escavações de 1988-9”, *Setúbal Arqueológica*, IX.X, pp. 315-74.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993), *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*, Lisboa: I.C.N..
- TRINDADE, L.; DIAS DIOGO, A.M. (1996), “Materiais Provenientes do Sítio Romano da Comenda (Setúbal)”, *Al-Madan*, 5, Outubro, pp. 7-12.

Santiago do Cacém, Outubro de 1997.

PRODUÇÃO / CRONOLOGIA	0	50	100	150	200	250	300	350	400	450	500	550	600	650	700 d.C.
HISPÂNIA - T.S. H. de Tritium Magallum	_____														
HISPÂNIA - T.S.H. de Andijar	_____														
HISPÂNIA - T.S.H.Tardia	_____														
CARTAGO - T.S.Af. A1	_____														
CARTAGO - T.S.Af. 1/2	_____														
CARTAGO - T.S.Af. A2	_____														
BIZACENA - T.S. Af. C1	_____														
BIZACENA - T.S.Af. C2	_____														
BIZACENA - T.S.Af. C3	_____														
BIZACENA - T.S.Af. C4	_____														
CARTAGO - T.S.Af. D1 / 1ª fase	_____														
CARTAGO - T.S.Af. D2 / 1ª fase	_____														
«TUNÍSIA» - T.S.Af. C/E	_____														
FÓCEA - T.S. Focense Tardia	_____														
CARTAGO - Cerâmica Africana de Cozinha	_____														

**QUADRO I** - Cronologias das produções das cerâmicas (apenas consideradas aquelas que estão presentes em Mirobriga)

T.S.AF.	72.4
T.S.H.	17.5
T.S.F.T.	1.1
T.S.H.T.	0.2
C.A.COZ.	8.8

**Quadro 2** - Mirobriga. Percentagens do espólio. Total: 444 frags. = 100%

T.S.AF.	79.4
T.S.H.	19.2
T.S.F.T.	1.2
T.S.H.T.	0.2

**Quadro 3** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata..

T.S.AF. A	40.1
T.S.AF. C	42.0
T.S.AF. D	10.5
T.S.AF. C/E	0.9

**Quadro 4** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata africana.

A 1	7.7
A 1/2	26.3
A 2	65.8

**Quadro 5** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata. africana A

C 1	51.1
C 2	28.8
C 3	18.5
C 4	1.4

**Quadro 6** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata africana C

D1-1ª fase	79.4
D2-1ª fase	20.6

**Quadro 7** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata africana D

Andújar	66.6
Ímit ? de And.	8.9
Trit. Mag.	24.3
Lisas	89.8
Decoradas	10.2

**Quadro 8** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata hispânica

A 2	76.9
Polim. bandas	10.2
Patina cinz.	12.8

**Quadro 9** - Mirobriga. Percentagens de terra sigillata africana de cozinha

T.S.H.	0.78
T.S.AF. A	0.7
T.S.AF. C	0.5
T.S.AF. D	0.1
T.S.AF. C/E	0.02

**Quadro 10** - Mirobriga. Importações médias anuais.

A 1	0.1
A 1/2	0.6
A 2	1.4

**Quadro 11** - Mirobriga. Importações médias anuais.

C 1	0.9
C 2	0.4
C 3	0.1
C 4	0.01

**Quadro 12** - Mirobriga. Importações médias anuais.

ANDŪJAR	0.52
IMIT? AND.	0.07
TRITUM	0.19

**Quadro 14** - Mirobriga. Importações médias anuais.

H.6B=L.23	2
H.8A=L.1A	1
H.8B=L.1C	1
H.9A=L.2A	4
H.9B=L.2C	6
H.26=L.9B	12
H.27=L.9A	2
H.27=L.9A2	11

**Quadro 16** - Mirobriga. T. S. AF. A1/2. Quantitativos das formas.

H.44=L.35	7
H.44=L.35TER	4
H.45A=L.42	2
H.45B=SAL. C3	6
H.49	1
H.50=L.40BIS	50
ATL.XXXI,18	1

**Quadro 18** - Mirobriga. T. S. AF. C1. Quantitativos das formas.

D1-1ª fase	0.1
D2-1ª fase	0.05

**Quadro 13** - Mirobriga. Importações médias anuais.

H.3B=L.4.36A	1
H.3C=L.4.36B	2
H.5C	1
H.6	5
H.6C	2
H.8A=L.1A	3

**Quadro 15** - Mirobriga. T. S. AF. A1. Quantitativos das formas.

H.6B=L.23	2
H.6C	1
H.8B=L.1C	1
H.9B=L.2C	3
H.14	61
H.14B=L.3B1	2
H.26=L.9B	6
H.27=L.9A	2
H.27=L.9A2	5
H.31	3

**Quadro 17** - Mirobriga. T. S. AF. A2. Quantitativos das formas.

H.45B=SAL.C3	3
SAL.C3 OU H.48B	8
H.49	1
H.50A=L.40BIS	27

**Quadro 19** - Mirobriga. T. S. AF. C2. Quantitativos das formas.

H.50A/B	10
H.50B	15
H.52B	1

**Quadro 20** - *Mirobriga. T. S. AF. C3.*  
Quantitativos das formas.

H.58A	14
H.58B	3
H.58B=L.52B	1
H.59A	1
H.61	2
H.91A	6
H.91B	2

**Quadro 22** - *Mirobriga. T. S. AF. D1-1ª*  
fase. Quantitativos das formas.

H.58A	3
-------	---

**Quadro 24** - *Mirobriga. T. S. AF. C/E.*  
Quantitativos das formas.

H.23B OU H.23A	4
----------------	---

**Quadro 26** - *Mirobriga. T. S. AF. COZ. -*  
POL./bandas. Quantitativos das formas.

HAYES 3	3
HAYES 3C	1
HAYES 3E	1

**Quadro 28** - *Mirobriga. T. S. focense*  
tardia. Quantitativos das formas.

H.73B	3
DELG.1968	1

**Quadro 21** - *Mirobriga. T. S. AF. C4.*  
Quantitativos das formas.

H.61=L.53BIS	1
H.80	3
H.87	1
H.110	2

**Quadro 23** - *Mirobriga. T. S. AF. D2 - 1ª*  
fase. Quantitativos das formas.

H.23B=L.10A	15
H.181	13
TAMPA	1
INDETER.	1

**Quadro 25** - *Mirobriga. T. S. AF. COZ. -*  
A2. Quantitativos das formas.

H.23B=L.10A	4
OSTIA IL306	1

**Quadro 27** - *Mirobriga. T. S. AF. COZ.*  
PAT. CINZ. Quantitativos das formas.

DRAG.15/17	3
DRAG.15/17 OU 33	2
DRAG.18	1
DRAG.24/25	2
DRAG.27	2
LUDOWICI TB	2
HISP.4	1
HISP.10	1
DRAG.30	1
DRAG.37	3
INDETERM.	2

**Quadro 29** - *Mirobriga. T. S. hispânica-*  
*tritium.* Quantitativos das formas.

DRAG.15.17	2
DRAG.18	2
DRAG.24-25	2
DRAG.27	19
DRAG.37	1
INDETERM.	2

**Quadro 30** - *Mirobriga. T. S. hispânica-andújar. Quantitativos das formas.*

DRAG.15.17	2
DRAG.27	5

**Quadro 31** - *Mirobriga. T. S. hispânica-imitação? de andújar. Quantitativos das formas.*

DRAG.37T	1
DRAG.37T OU 42	1

**Quadro 32** - *Mirobriga. T. S. hispânica tardia. Quantitativos das formas.*

	CONIM	S. CUC	REPRES.	BAELO	TROIA
T.S.H.	27.74	30	34.99	10.53	4.8
T.S.AF. A	0.41	16.53	8.68	21.9	7.14
T.S.AF. C	5.15	20.87	2.94	8.91	16.9
T.S.AF. D	13	23.71	7.8	25.15	57.66

**Quadro 33** - *Mirobriga. Percentagens de terra sigillata.*

	CONIM	S. CUC	REPRES.	BAELO	TROIA	BALSA
T.S.H.	14.4	10.25	22.4	11	1.19	0.25
T.S.AF. A	0.1	0.3	3.1	15	0.98	0.17
T.S.AF. C	1.1	2.8	0.7	4.4	1.68	0.94
T.S.AF. D	2.8	3.2	2	12	9.32	0.1

**Quadro 34** - *Mirobriga. Importações médias anuais.*

	S. CUC	REPRES.	BAELO	BALSA	Q. MARIM
ANDÚJAR	50.8	23.7	47.87	14 frag.	42
TRIT. MAG.	49.2	76.3	54.13	18 frag.	58

**Quadro 35** - *Mirobriga. Percentagens das produções hispânicas.*

CONIM	S. CUC	REPRES.	BAELO	TROIA	BALSA	Q. MARIM
5281	5414	6508	12154	2478	T.S.AF. A: 32	
					T.S.AF. C: 12	
					T.S.AF. D: 17	
					T.S.H.: 24	T.S.H.: 74

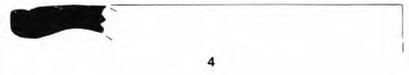
**Quadro 36** - *Mirobriga. Nº de fragmentos de terra sigillata.*



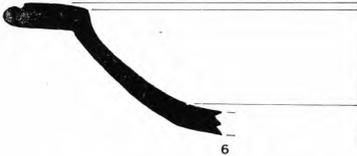
2



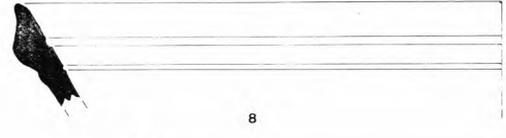
3



4



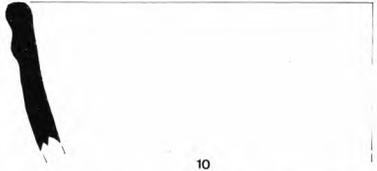
6



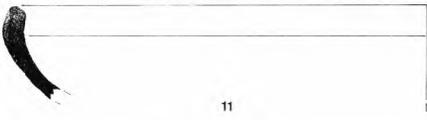
8



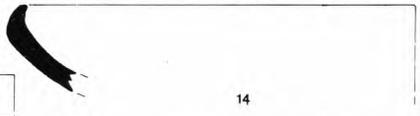
5



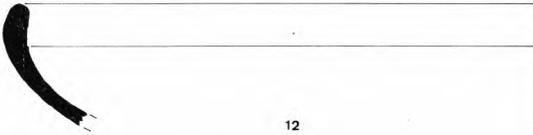
10



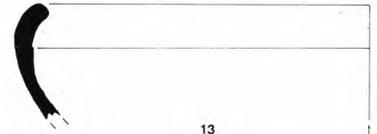
11



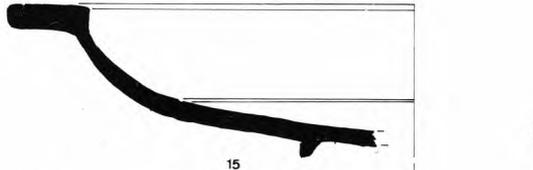
14



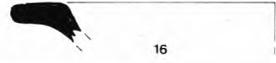
12



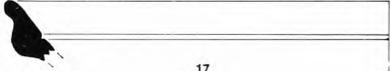
13



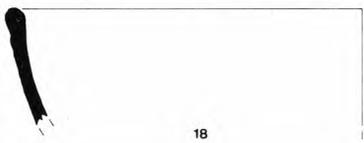
15



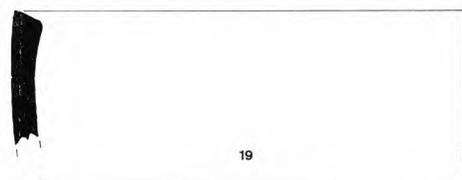
16



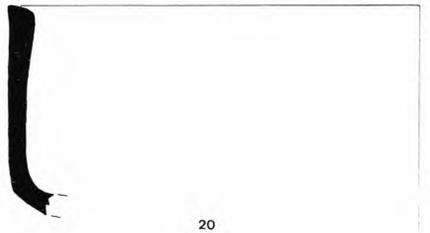
17



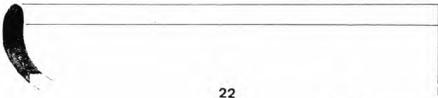
18



19



20

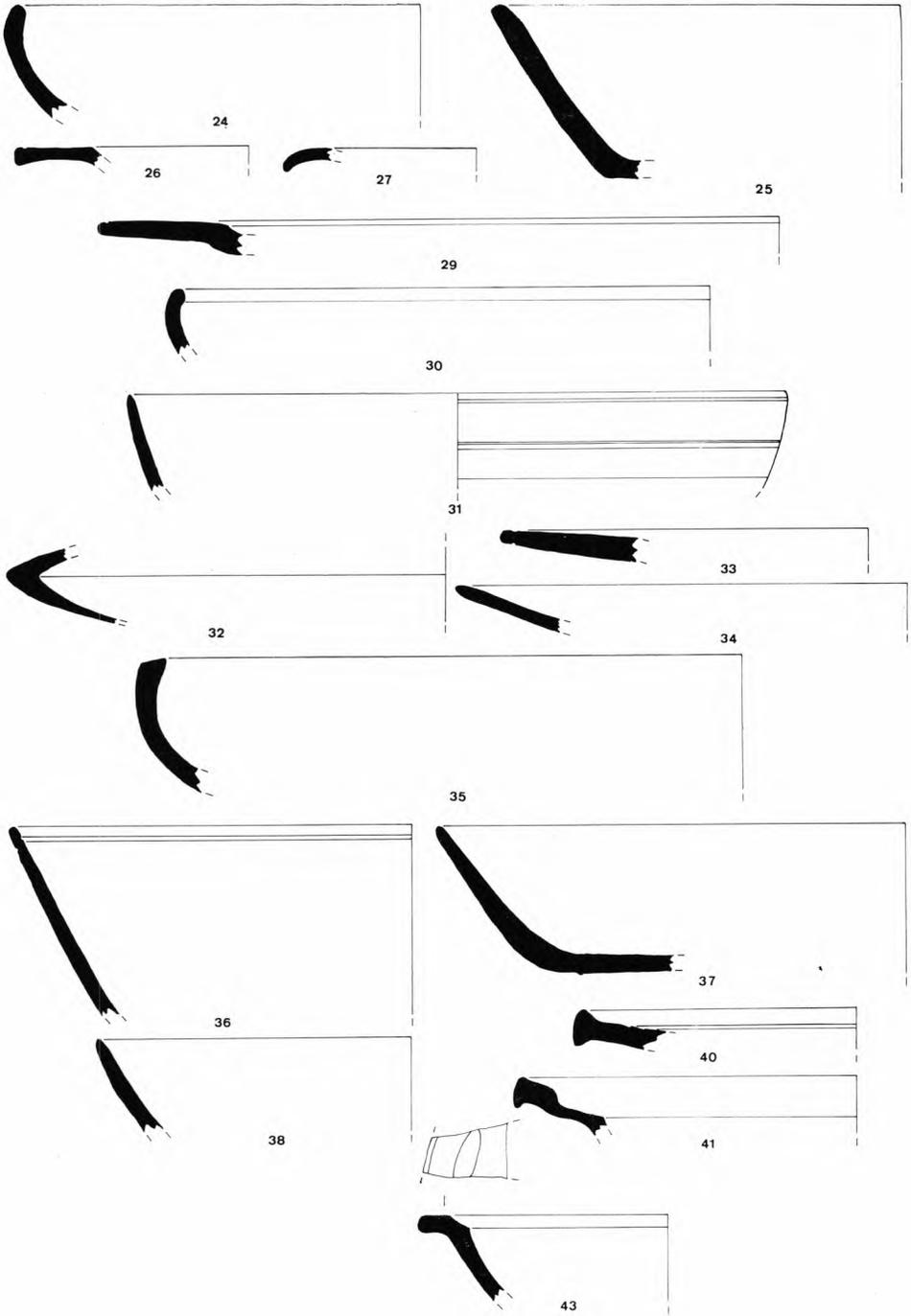


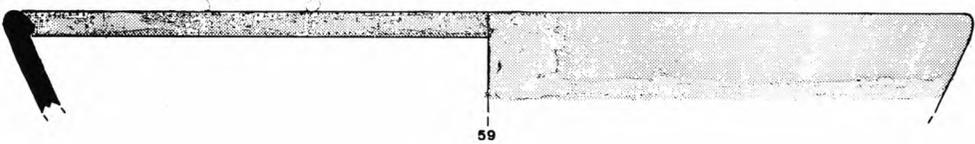
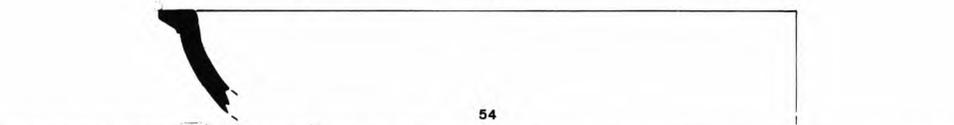
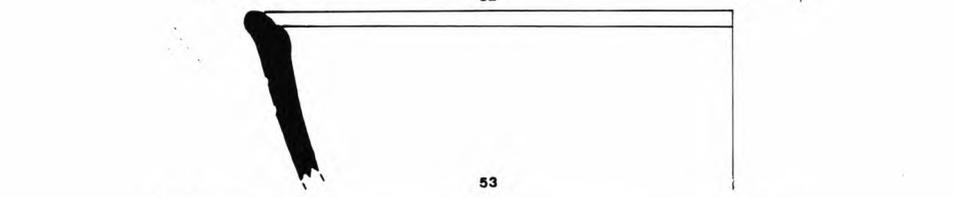
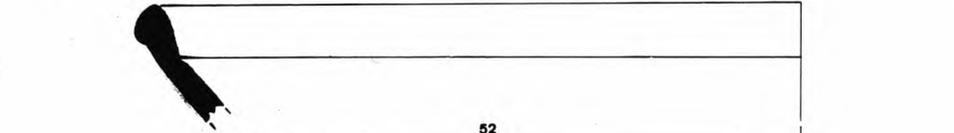
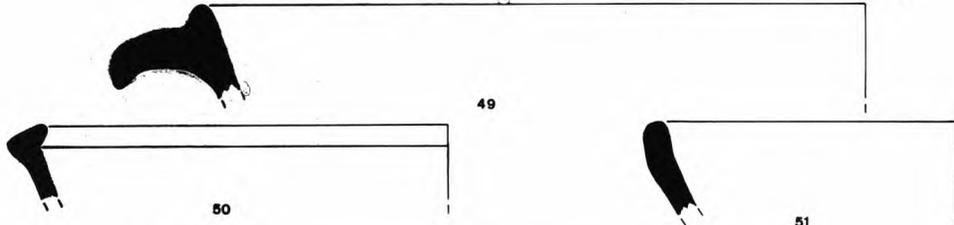
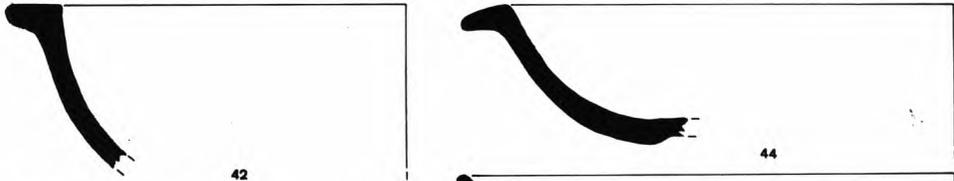
22

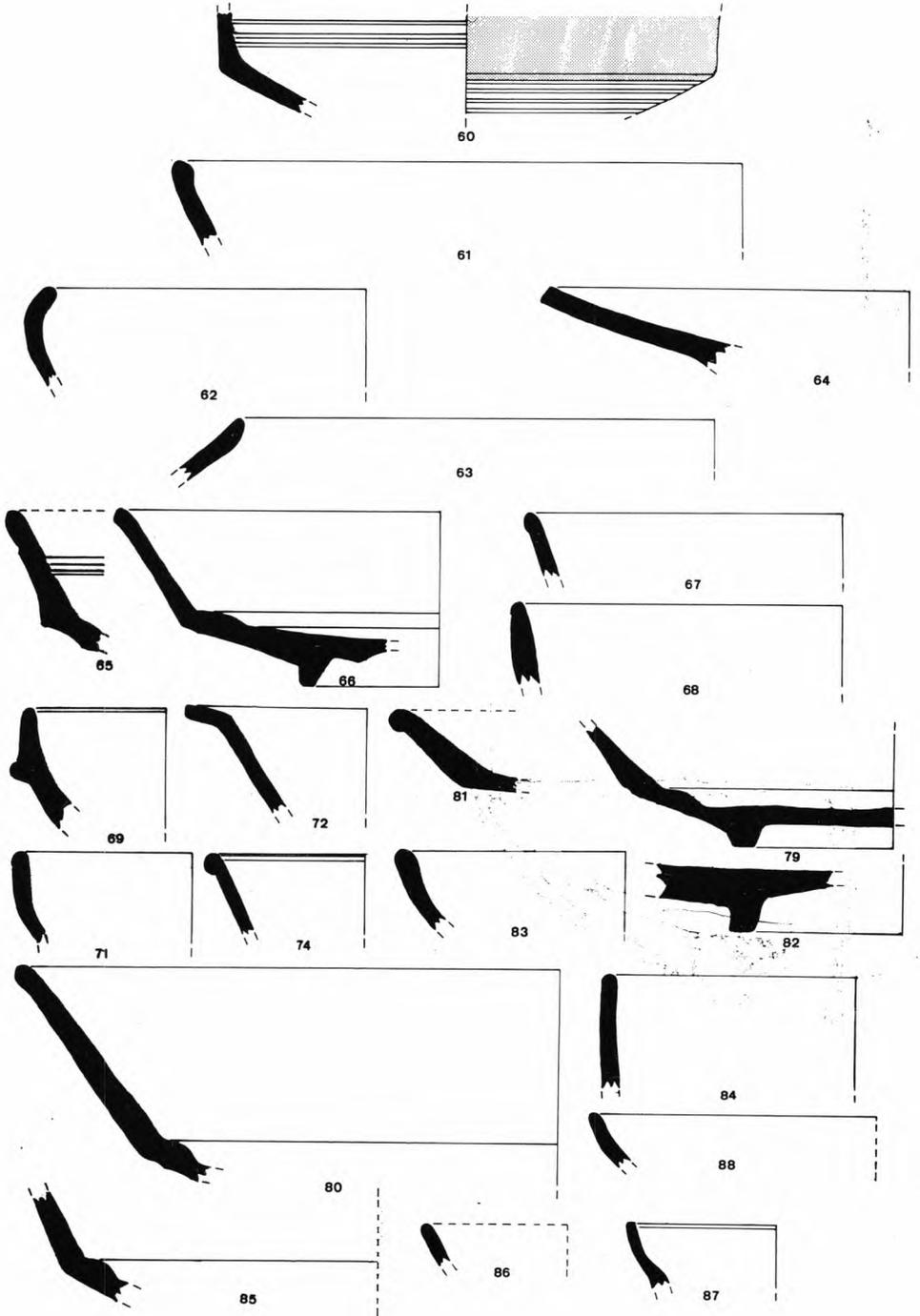


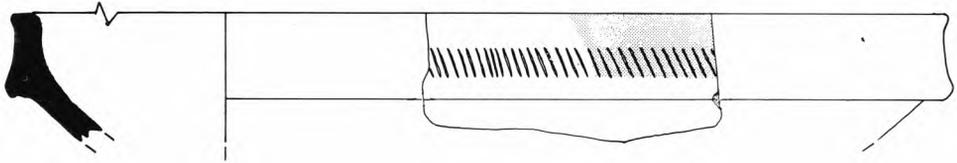
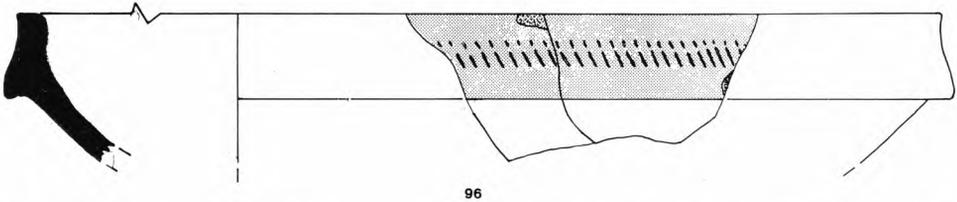
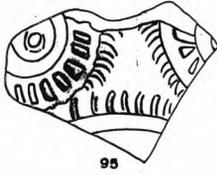
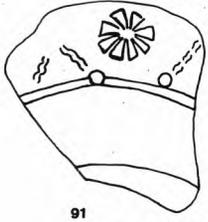
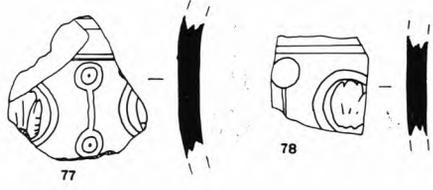
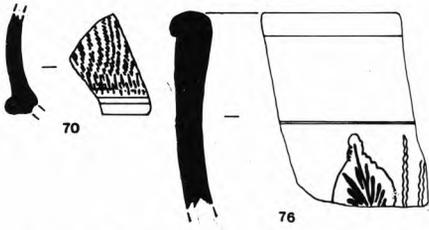
23

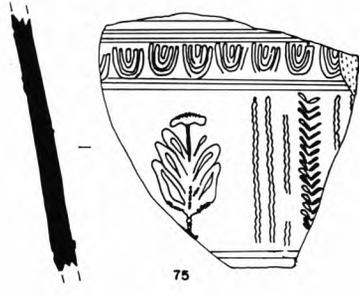
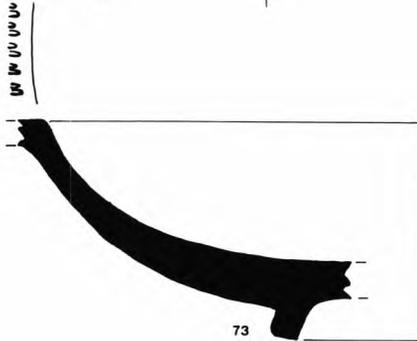
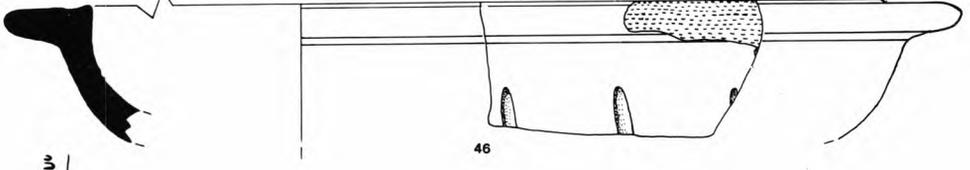
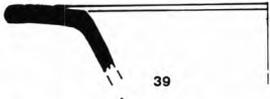
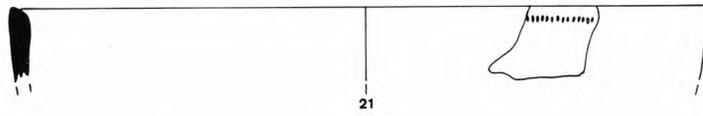
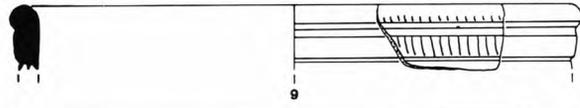
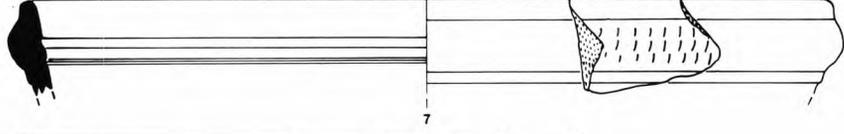
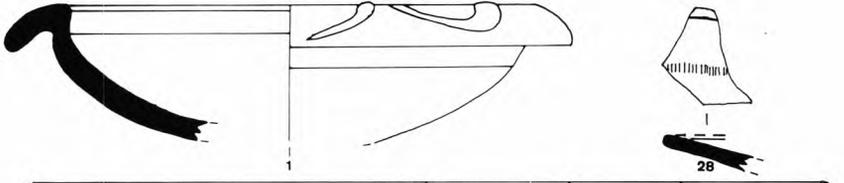
EST. II

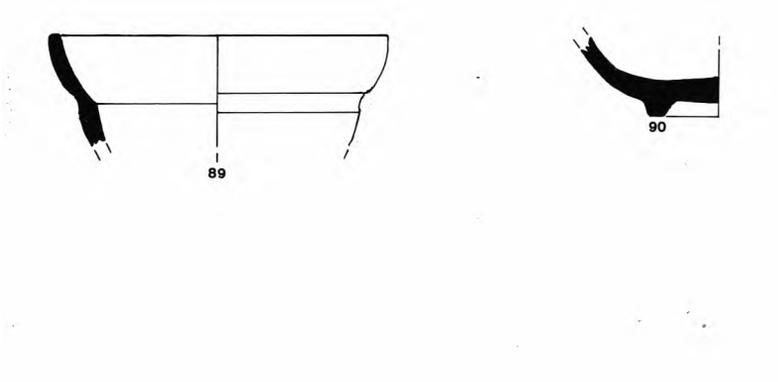












(Página deixada propositadamente em branco)

A. M. DIAS DIOGO  
Arqueólogo

ANTÓNIO J. NUNES MONTEIRO  
Arqueólogo

ÂNFORAS ROMANAS DE «VILLA CARDÍLIO», TORRES NOVAS  
“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 201-214

RESUMO: Estudam-se as ânforas provenientes das escavações efectuadas entre 1980 e 1988 em *Villa Cardillo*. Estão presentes ânforas itálicas, norte-africanas, héticas e, sobretudo, lusitanas, com especial realce para a L.3, o que deverá indiciar a produção local de vinho.

RÉSUMÉ: On présent les résultats de l'étude des amphores resultantes des fouilles de *Villa Cardilio* qui, pour la plupart, appartiennent à des productions lusitaniennes. La grande quantité relative du tipe L.3 nous permet de proposer le maintien de la viticulture à *Villa Cardilio*.

(Página deixada propositadamente em branco)

# ÂNFORAS ROMANAS DE «VILLA CARDÍLIO», TORRES NOVAS

## Introdução

Publicamos aqui um estudo sobre as ânforas provenientes das escavações efectuadas, entre 1980 e 1988, em *Villa Cardílio*, Torres Novas, dirigidas por António Quinteira, nos primeiros três anos, e pelo segundo autor deste trabalho.

A estação arqueológica corresponde a uma *uilla* peristilada (ALARCÃO, 1988, 5/56). De anteriores escavações, efectuadas por Afonso do Paço em 1963 e 1964, tinha já sido publicada uma asa de ânfora com marca de oleiro: «M.A.R» inscrita numa cartela rectangular e com as letras em relevo, separadas por pontos triangulares (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966/67, p. 312, est. IV, n.º 21). Embora o desenho que os autores publicam da secção da asa não a enquadre no tipo Beltrán V/Dressel 20, tanto as características que descrevem para a pasta: “barro cor de café com leite, arenoso”, como as da epígrafe, apontam para que estejamos em presença de um fragmento desse tipo de ânfora (compare-se, por exemplo, com MARTIN-KILCHER, 1987, p. 95), datável de cerca dos meados do século I (MARTIN-KILCHER, 1983, p. 344).

## Análise dos materiais

Na seriação que efectuámos das ânforas encontrados durante as escavações, foi-nos possível classificar fragmentos de bordos referentes a 186 ânforas distintas, na sua grande maioria pertencendo a ânforas de fabricos lusitanos (161 = 86,5%). Dentro destas, a ânfora mais frequente é a Lusitana 3, com 69,9% da totalidade dos exemplares. Trata-

-se, com grande probabilidade, de uma ânfora vinária com a produção iniciada nos finais do século I ou inícios do II (DIOGO, 1987, DIOGO e ALVES, 1988/1989). Também vinícola deverá ser a L.14, que aqui nos apareceu com dois exemplares (n.º 32 e 33) e que tem uma datação compreendida entre os meados do século I e os finais do II.

Ainda dentro das ânforas de fabricos lusitanos, vinte e nove bordos pertencem a ânforas piscícolas. Quatorze (7,5%) são do tipo L.2, a ânfora típica da primeira fase da manufactura do pescado na Lusitânia romana, com uma cronologia compreendida entre a primeira metade do século I e os finais do século II. Esta ânfora corresponde a uma evolução da Lusitana 12, mais pequena e de produção essencialmente tibetiana, de que não nos surgiu qualquer exemplar em Cardílio.

Das ânforas piscícolas lusitanas, de cronologia compreendida entre os finais do século II e os inícios do V, registámos dezasseis exemplares. Destes, a maioria pertence ao tipo L.4, com doze ocorrências (6,4%). Trata-se da ânfora característica da segunda fase de produção piscícola lusitana, tendo sido produzida no Vale do Tejo, Vale do Sado, Sines e na Costa Algarvia. Os restantes três exemplares apresentam pastas algarvias ou, talvez béticas (DIOGO, 1995), pertencendo dois ao tipo L.5b (n.º 30 e 31), uma ânfora de grande envergadura, com uma cronologia compreendida essencialmente entre os inícios do século III e os do V. A última (n.º 34) é do tipo L.13 (Beltrán 72), uma ânfora de pequeno porte e cuja ocorrência tem sido muito reduzida, mesmo nas estações algarvias que temos vindo a estudar.

Foi de vinte e cinco o total de bocas de ânforas de origens exteriores à Lusitânia, recolhidos nas recentes escavações de Cardílio, estando representados fabricos itálicos, béticos e norte-africanos.

Dos fabricos itálicos apenas se encontra presente a ânfora Dressel 2/4, com dois exemplares (n.º 1). É uma ânfora vinária, fabricada na Campânia e com o período ótimo de fabrico situado entre os finais do século I a.C. e os do I d.C. Esta forma foi largamente copiada fora de Itália, tendo sido utilizada para envasar vinhos da Gália Narbonense ou da Tarraconense.

Também da África Bizacena apenas foram recuperadas duas bocas, ambas pertencentes a Africanas II A, uma forma que Keay dividiu por razões morfológicas (KEAY, 1984, p. 110-118). Estão aqui atestados os seus dois tipos: IV (n.º 14) e V (n.º 13). São ânforas com uma cronologia que pode variar entre os finais do século II e os inícios do V, serviu para envasar conservas de peixe.

Com vinte e um exemplares, 11,3 % do total (e correspondendo a 84% das ânforas importadas), a Bética surge-nos em Cardílio como a província de origem da grande maioria das ânforas de fabricos extra-lusitanos. Estão presentes ânforas vinárias, piscícolas e oleárias.

Quatro das ânforas héticas pertencem ao tipo Haltern 70 (n.º 6 a 9), ânfora vinícola produzida entre os fins do século I A.C. e os meados do século I d.C. Seis são piscícolas, sendo quatro do tipo Beltrán I, uma do tipo Beltrán II e a última Almagro 51c, uma ânfora cuja morfologia e cronologia é semelhante à do tipo Lusitana 4, mas do qual se afasta pelas características bem distintas da pasta.

A Beltrán I (n.º 10 a 12) tem uma cronologia dos finais do século I a.C. aos finais do I d.C. A cronologia da Beltrán II vai de meados do século I aos finais do século II.

Cerca de metade das ânforas héticas (onze exemplares num total de vinte e uma) são oleárias. Destas, nove integram-se no tipo Dressel 20 (n.º 2 a 4) e duas no Dressel 23 (n.º 5). A Dressel 20 tem uma cronologia dos séculos I ao III, tendo sido substituída pela Dressel 23 nos finais do século III e possivelmente perdurado até ao V.

Ainda dentro das Dressel 20, surgiu-nos uma marca de oleiro, estampada numa asa (n.º 39), atribuível a um *L. Aelius F(...)*, datável do século II e de que se conhece a cidade de controlo: *Astigi* (CHIC GARCIA, 1985, p. 67).

## Conclusões

No nosso entendimento, o estado actual dos estudos de ânforas no nosso território, em que a grande maioria dos achados ainda se encontra inédita, sendo impossível fazer uma carta de distribuição dos tipos, ou efectuar comparações estatísticas entre estações, o presente trabalho apenas nos permite apresentar as conclusões mais óbvias, evitando generalizações ou a mera transposição de estudos efectuados para o resto da Península.

É imediatamente evidente a grande importância que as ânforas lusitanas assumem em Cardílio, principalmente as L.3, cuja quantidade relativa deverá indiciar a sua utilização na produção local de vinho. Claramente importante é também o tráfego proveniente da Bética, com pelo menos 84 % das ânforas importadas e a que, talvez haja que acrescentar algum do material que classificamos como Lusitanas de fabrico b.

Dentro das ânforas héticas, é de notar a predominância das oleárias, primeiramente justificável pelos seus largos períodos de fabrico e também, possivelmente, pelo prestígio do azeite da Bética.

As ânforas de origens itálica e norte-africana surgem-nos aqui com o mesmo peso estatístico. As primeiras estão ligadas ao fim das exportações do vinho itálico para o nosso território e a competição com o vinho bético, transportado em ânforas Haltern 70, sendo este um último dos tipos com maior difusão em Portugal. Dentro das ânforas vinárias é de notar o não nos terem surgido ânforas Gaulesas, sobretudo a G.4, o que constitui mais um indício para a provável produção local de vinho.

No que diz respeito às ânforas da África Bizacena, a sua importação poderá estar ligada à diversificação do consumo de conservas de peixe e, de alguma forma acompanhado o tráfico das sigillatas norte-africanas.

Quadro da distribuição quantitativa e percentual por origens e tipos:

<b>ORIGEM/TIPOS</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Lusitânia</b>	<b>161</b>	<b>86,5</b>
L.2	14	7,5
L.3	130	69,9
L.4	12	6,4
L.5b	2	1,1
L.13	1	0,5
L.14	2	1,1
<b>Itália</b>	<b>2</b>	<b>1,1</b>
Dr.2/4	2	1,1
<b>Bética</b>	<b>21</b>	<b>11,3</b>
H.70	4	2,2
Be.I	4	2,2
Be.II	1	0,5
Dr.20	9	4,8
Dr.23	2	1,1
Alm.51C	1	0,5
<b>África Bizacena</b>	<b>2</b>	<b>1,1</b>
Ke.IV	1	0,5
Ke.V	1	0,5
<b>TOTAIS</b>	<b>186</b>	<b>100</b>

## Catálogo

1 - (Est. II) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Dressel 2-4.

Lábio perolado e saliente. Asa bífida e ovalada.

Pasta rosada, muito dura e compacta, de grão minúsculo, com abundantes quartzos leitosos e partículas negras.

2 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 20.

Lábio saliente, convexo e introvertido.

Pasta bege-rosada, compacta, muito dura e arenosa, de grão muito pequeno, com quartzos hialinos e partículas negras.

3 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 20.

Lábio triangular, muito saliente, introvertido e de sobeira moldurada.

Pasta bege-rosada, dura e rugosa, com abundantes areias de pequeno grão, quartzos hialinos e partículas negras.

4 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 20.

Lábio triangular, muito saliente, introvertido, de face superior côncava e sobeira moldurada.

Pasta alaranjada, com largo cerne acinzentado, compacta, fina e muito dura, com minúsculas calcites e quartzos.

5 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 23.

Lábio triangular, saliente e introvertido, de face superior muito côncava e sobeira moldurada.

Pasta bege-rosada, compacta, muito dura e arenosa, de grão muito pequeno, com abundantes quartzos hialinos, leitosos e partículas negras.

6 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Haltern 70.

Lábio extrovertido, de fita, côncavo e saliente.

Pasta bege-rosada, compacta e arenosa, de pequeno grão, com abundantes quartzos hialinos, leitosos e partículas negras, raros nódulos ocres.

7 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Haltern 70.

Lábio extrovertido, de fita, moldurado e saliente.

Pasta queimada, dura, compacta e rugosa, com quartzos hialinos e leitosos, calcites e inclusões negras pouco abundantes.

8 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Haltern 70.

Lábio extrovertido, de fita, moldurado e saliente.

Pasta acinzentada, dura e rugosa, com abundantes areias de pequeno grão, com quartzos leitosos, hialinos e partículas negras.

9 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Haltern 70.

Lábio extrovertido, de fita, bipartido e saliente.

Pasta bege-rosada, dura e rugosa, com abundantes areias de pequeno grão, com quartzos leitosos, hialinos e partículas negras.

10 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Beltrán I.

Lábio muito extrovertido, de fita, côncava e pendente.

Pasta amarelada, muito branda e fina, com minúsculos quartzos leitosos, partículas negras e raros pequenos nódulos ocres.

11 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Beltrán I.

Lábio muito extrovertido, de fita, muito côncavo, moldurado e pendente, de topo em aba.

Pasta creme-amarelada, muito branda e fina, com minúsculos quartzos leitosos, raras partículas negras e nódulos ferruginosos.

12 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Beltrán I.

Lábio muito extrovertido, de fita, muito côncavo, moldurado e saliente, com o topo em aba pendente.

Pasta bege-rosada, branda e fina, com pequenas fendas longitudinais, minúsculos quartzos leitosos, raras partículas negras e nódulos ferruginosos.

13 - (Est. II) Fragmento de boca e colo, conservando vestígios do arranque superior da asa de ânfora, tipo Keay V.

Lábio extrovertido, curto, ovalado e chanfrado na face externa.

Pasta laranja-avermelhada, dura, compacta e fina, com abundantes minúsculas calcites, quartzos hialinos e partículas negras.

14 - (Est. II) Fragmento de boca e colo, conservando vestígios do arranque superior de asa, de ânfora tipo Keay IV.

Lábio extrovertido, curto, perolado e saliente.

Pasta vermelho-acastanhada, dura e arenosa, com calcites muito abundantes, pequenos quartzos hialinos e leitosos.

15 - (Est. III) Fragmento de boca e colo, conservando vestígios do arranque superior de asa, de ânfora tipo Lusitana 2.

Lábio introvertido, sub-triangular, saliente e de aresta.

Pasta bege-rosada, de textura folheada e arenosa, com quartzos, calcites, abundantes minúsculas micas e raros nódulos ocres.

16 - (Est. III) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 2. Lábio perolado, saliente e bipartido.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros nodulos ocre.

17 - (Est. III) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 2. Lábio espessado, triangular, de face superior convexa. Asa de fita, bilobada, arrancando do topo do colo.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros nodulos ocre.

18 - (Est. III) Fragmento superior de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, pendente e moldurado. Colo curto e muito côncavo. Asa de fita, bilobada e arqueada, arrancando do colo e da sobeira do lábio.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocre.

19 - (Est. III) Fragmento superior de ânfora de tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, saliente e bipartido. Colo curto e côncavo, diferenciado do bojo por dois chanfros. Asa de fita, bilobada e semi-circular, arrancando do colo e da sobeira do lábio.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocre.

20 - (Est. III) Fragmento superior de ânfora, de tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, pendente e moldurado. Colo curto e bitroncocônico, estrangulado.

Asa de fita, bilobada e arqueada, arrancando do colo e da sobeira do lábio.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocre. Superfícies rosa-alaranjadas, manchadas.

21 - (Est. III) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, ligeiramente côncavo e pendente. Asa de fita, bilobada, arrancando do colo e da sobeira do lábio.

Pasta rosa-alaranjada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocre. Superfícies laranja-rosadas, manchadas.

22 - (Est. III) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, triangular, pendente e chanfrado. Colo côncavo, com o lance superior convexo e saliente. Asa de fita, arrancando do colo, sob a sobeira do lábio.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

23 - (Est. III) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, trifacetada e pendente. Colo côncavo. Asa de fita, arrancando do colo, sob a sobeira do lábio.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

24 - (Est. III) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, triangular e pendente. Colo côncavo, com o lanço superior convexo e saliente.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

25 - (Est. III) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 3.

Lábio de fita, pendente. Colo bitroncocónico, muito estrangulado, com o lanço superior convexo. Asa de fita, bilobada na face superior, arrancando do colo e da sobeira do lábio.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

26 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio triangular, boleado e saliente. Colo estreito e côncavo. Asa de fita, arqueada, de face superior trilobada, arrancando do lábio e da parte superior do colo.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

27 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio triangular, alto e muito saliente, de sobeira convexa. Vestígios de asa arrancando da aresta do lábio e do terço superior do colo.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

28 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio triangular, saliente, chanfrado na face externa.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nódulos ocres.

29 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 4.

Lábio perolado e saliente, carenado. Colo concavo, com um ressalto junto à sobeira do lábio. Asa de fita, arrancando do lábio e do colo.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocres.

30 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 5 b.

Lábio saliente, triangular e boleado. Asa de fita, ovalada.

Pasta creme-rosada, de textura micro-granulosa, muito branda e fina, com minúsculos quartzos hialinos, leitosos e partículas negras.

31 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lusitana 5 b.

Lábio extrovertido, triangular, saliente e de sobeira moldurada.

Pasta creme-rosada, de textura micro-granulosa, fina e muito branda, com partículas negras e ocres.

32 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e asa de ânfora, tipo Lusitana 14.

Lábio de fita, curto, cóncavo e pendente. Asa de fita, polilobada na face superior e arrancando do lábio e do colo.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocres.

33 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e vestígios do arranque superior de asa de ânfora, tipo Lusitana 14.

Lábio de fita, saliente, bilobado na face superior por um chanfro profundo.

Pasta alaranjada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros pequenos nodulos ocres.

34 - (Est. IV) Fragmento de boca, colo e vestígios do arranque superior de asa, de ânfora tipo Lusitana 13.

Lábio de fita, muito pendente e de face externa cóncava.

Pasta amarelo-rosada, de textura micro-granulosa, muito branda e fina, com minúsculos quartzos hialinos e leitosos, nodulos ocres e partículas negras.

35 - (Est. IV) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Lusitana 2.

Fundo troncoconico, de base convexa e espessada.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros nodulos ocres.

Conserva um grafito, invertido e gravado antes da cozedura.

36 - (Est. IV) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 3.

Fundo largo, de pé em anel e base muito convexa.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos, calcites e raros nódulos ocres.

37 - (Est. IV) Fragmento inferior de ânfora, tipo Lusitana 3.

Fundo cilíndrico, de pé em anel.

Pasta laranja-rosada, de textura folheada e arenosa, com abundantes minúsculas micas, quartzos calcites e raros nódulos ocres.

38 - (Est. IV) Fragmento de fundo de ânfora, tipo Haltern 70.

Fundo troncoconico e massiço.

Pasta bege-rosada, compacta, dura e rugosa, com abundantes pequenos quartzos hialinos e leitosos, raros pequenos nódulos ocres.

Conserva um grafito, gravado no dorso do fundo antes da cozedura.

39 - (Est. V) Fragmento de asa de ânfora, tipo Dressel 20.

Asa cilíndrica.

Pasta bege-rosada, dura e arenosa, com abundantes quartzos hialinos, leitosos e partículas negras.

Conserva uma marca de oleiro estampada no dorso da asa: «A.L.F.O», em relevo, inscrita numa cartela rectangular, de ângulos arredondados (56 X 17 mm.).

#### Quadro das dimensões dos atributos

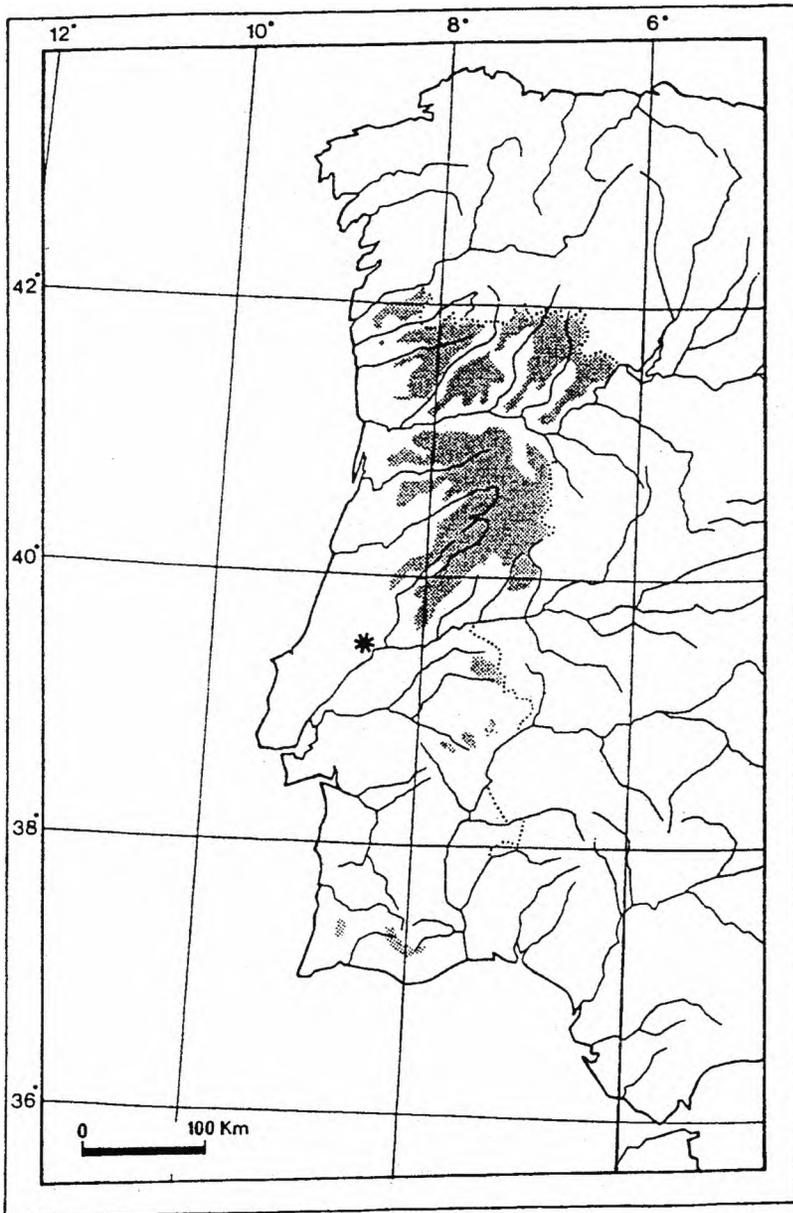
N.º	Lábio			Asa		Colo		Fundo		
	Diâm	Altu	Espe	Larg	Espe	Diâm	Altu	Diâm	Altu	Espe
1	170	22	21	58	23	–	–	–	–	–
2	160	44	34	–	–	–	–	–	–	–
3	168	30	39	–	–	–	–	–	–	–
4	168	43	41	–	–	–	–	–	–	–
5	157	38	34	–	–	–	–	–	–	–
6	160	43	17	–	–	–	–	–	–	–
7	157	41	21	–	–	–	–	–	–	–
8	170	44	17	–	–	–	–	–	–	–
9	141	36	16	–	–	–	–	–	–	–
10	218	40	25	–	–	–	–	–	–	–
11	218	48	30	–	–	–	–	–	–	–
12	226	43	52	–	–	–	–	–	–	–
13	150	25	18	–	–	–	–	–	–	–

N.º	Lábio			Asa		Colo		Fundo		
	Diâm	Altu	Espe	Larg	Espe	Diâm	Altu	Diâm	Altu	Espe
14	149	26	21	–	–	–	–	–	–	–
15	182	29	23	–	–	–	–	–	–	–
16	166	25	21	–	–	–	–	–	–	–
17	183	37	21	–	–	–	–	–	–	–
18	98	27	17	42	17	64	55	–	–	–
19	89	25	12	40	15	54	46	–	–	–
20	104	26	12	41	15	56	52	–	–	–
21	102	26	10	–	–	56	–	–	–	–
22	104	25	15	–	–	60	–	–	–	–
23	109	31	15	–	–	62	–	–	–	–
24	102	24	15	–	–	–	–	–	–	–
25	103	23	12	40	16	50	–	–	–	–
26	103	22	20	46	18	60	–	–	–	–
27	96	23	21	–	–	62	–	–	–	–
28	132	18	17	–	–	73	–	–	–	–
29	120	24	22	–	–	63	–	–	–	–
30	162	28	26	–	–	–	–	–	–	–
31	180	33	31	–	–	–	–	–	–	–
32	142	20	23	51	18	–	–	–	–	–
33	179	30	19	–	–	122	–	–	–	–
34	181	30	29	–	–	–	–	–	–	–
35	–	–	–	–	–	–	–	39	–	88
36	–	–	–	–	–	–	–	79	20	11
37	–	–	–	–	–	–	–	60	46	17
38	–	–	–	–	–	–	–	26	–	112
39	–	–	–	53	48	–	–	–	–	–

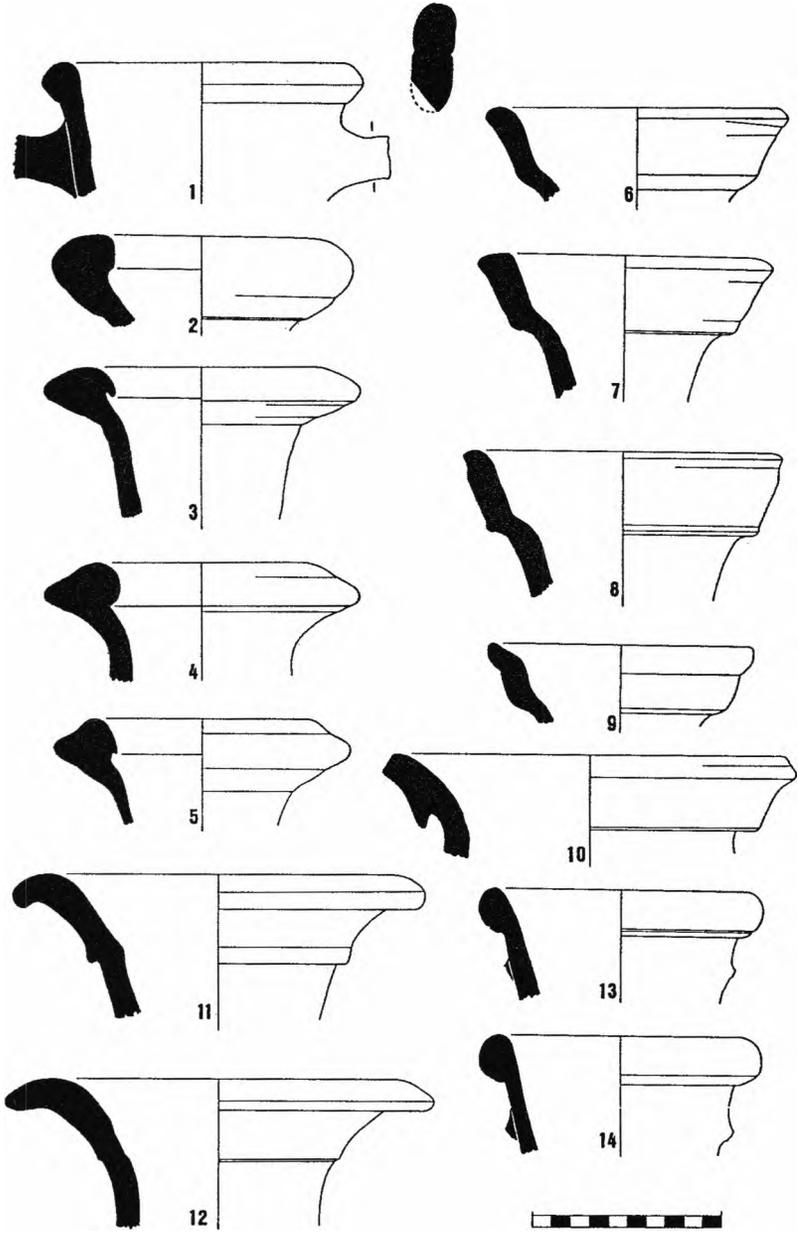
## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília e ALARCÃO, Jorge, 1966/67, “Achados da Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)”, *Arquivo de Beja*, 23-24, p. 292-320.
- ALARCÃO, Jorge, 1988, *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips Ltd.
- CHIC GARCIA, Genaro, 1985, *Epigrafia Anforica de la Betica I*, Universidad de Sevilla, Sevilla.

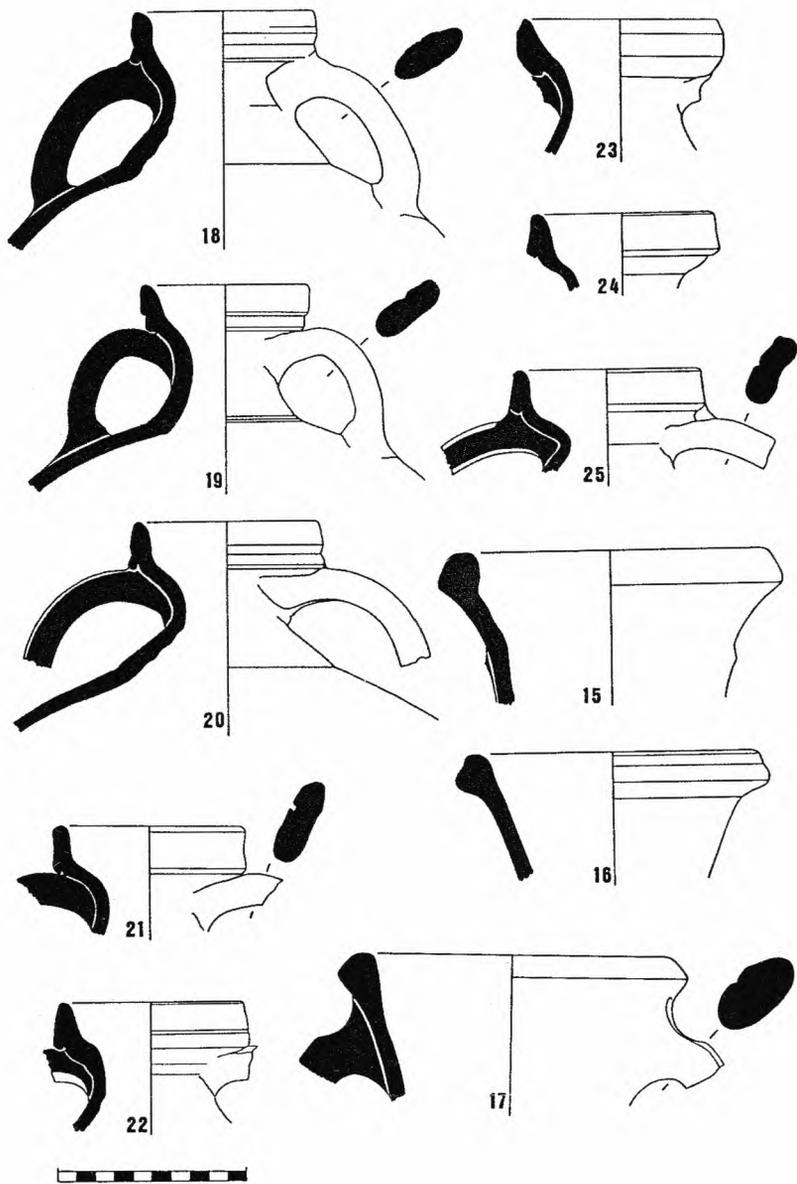
- DIOGO, A. M. Dias, 1987, “Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano”, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 5, p. 179-191.
- , 1995, “Elementos sobre ânforas de fabricos lusitanos”, *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, p. 283-294.
- DIOGO, A. M. Dias e ALVES, Francisco J.S., 1988/1989, “Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal”, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 6/7, p. 227-240.
- KEAY, S. J., 1984, *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean* (BAR International Series, 196), Oxford.
- MARTIN-KILCHER, Stefanie, 1983, “Les amphores à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d’Augst (Colonia Augusta Rauricorum) et Kaiseraugst (Castrum Rauracense). Un rapport préliminaire”, *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional*, Madrid, Universidad Complutense, p. 337-347.
- , 1987, *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst* (Forschungen in Augst 7/1), Augst.
- MONTEIRO, António João Nunes, 1985, “Villa Cardilio - 1982”, *Informação Arqueológica*, 5, p. 121-122.
- , 1992, “Aplicação de Técnicas Fotogramétricas e Geofísicas em Villa Cardilio (Torres Novas - Portugal)”, *Actas de Jornadas sobre Teledetección Y Geofísica Aplicadas a la Arqueología*, Madrid, p. 157-164.
- PEACOCK, D.P.S. e WILLIAMS, D.F., 1986, *Amphorae and the Roman Economy*, Londres e Nova York, Longman.
- Sci ALLANO, Martine e SIBELLA, Patricia, 1991, *Amphores. Comment les identifier? Aix-en-Provence*, Edisud.



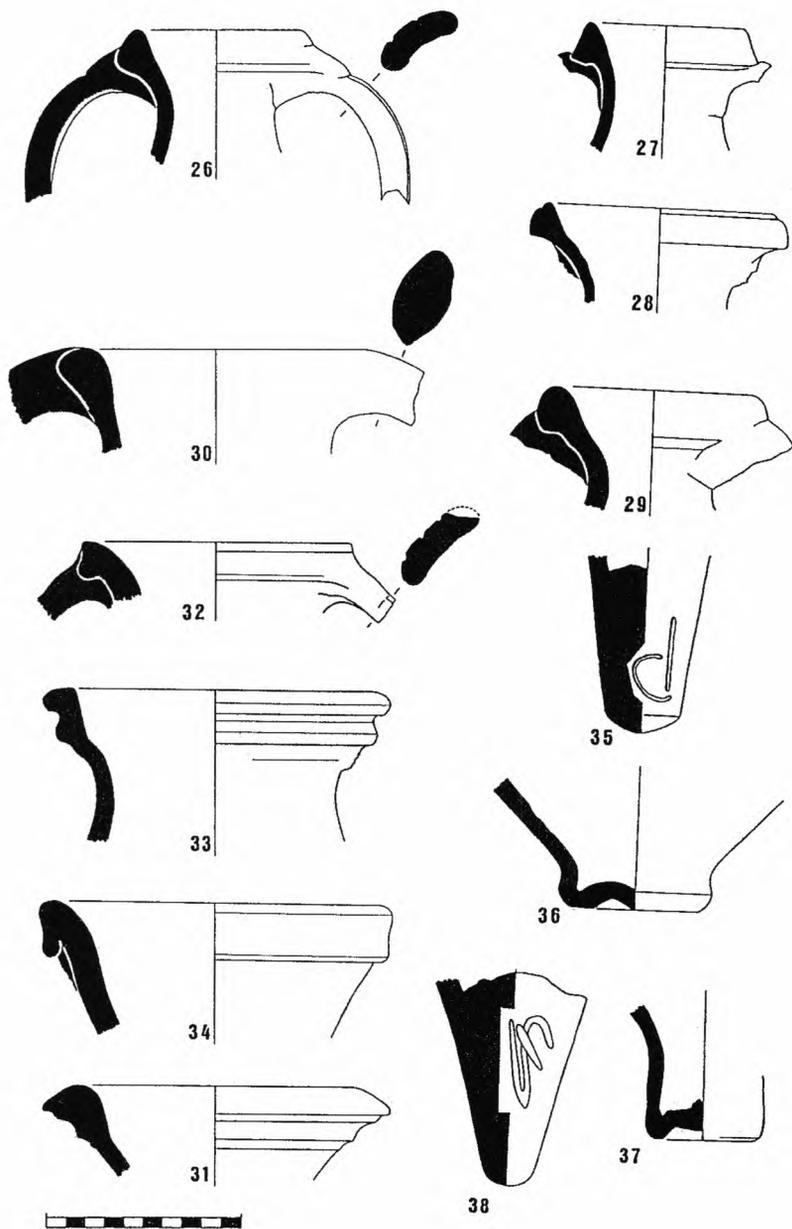
Est. I - Mapa de localização geral de Villa Cardilio.



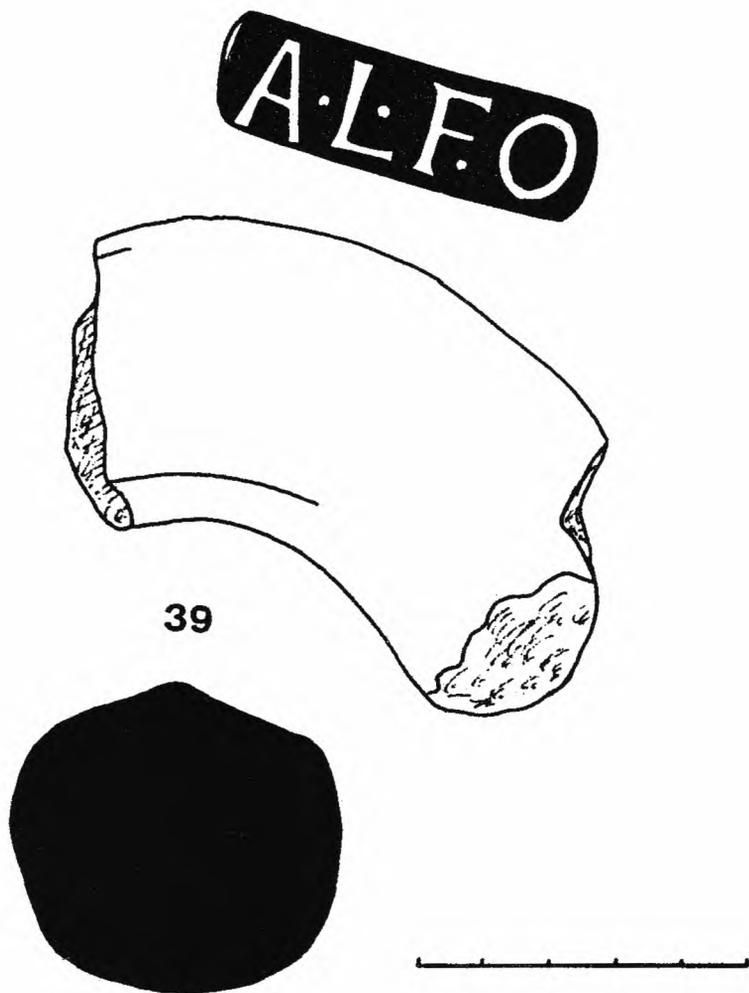
EST. II - Ânforas de Villa Cardillo.



Est. III - Ânforas de Villa Cardilio.



EST. IV - Ânforas de Villa Cardilio.



EST. V - Asa de ânfora Dr. 20, com marca de oleiro, de Villa Cardilio.

(Página deixada propositadamente em branco)

DAVID CALADO MENDES

Técnico Superior da Direcção Regional de Faro do IPPAR

A SEPULTURA DO SÉC. II DE UM GUERREIRO COM ESPADA  
(MORGADO DONA MENGA - TA VIRA)

“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 215-223

RESUMO: Entre os agricultores do Algarve são comuns as histórias de achados de sepulturas com armas em ferro. No Morgado Dona Menga, Tavira, a descoberta de uma espada, quando da abertura de uma fossa, originou uma intervenção arqueológica de emergência a fim de caracterizar a sepultura.

O túmulo, perfeitamente orientado Norte-Sul, era constituído por três elementos distintos, uma cista aparelhada em *opus testaceum* sobreposta por um covai forrado por *tegulce* e à superfície um *cairn* raso com fortes vestígios de queima.

O espólio da cista era formado por um copo em vidro, típico do séc. I-II e por uma espada de dois gumes, aparentemente não romana, mas similar às espadas germânicas do Ferro Romano I.

A orientação N-S da cista, o uso de *cairn* e o fogo ritual sobre a sepultura são comuns nas necrópoles germânicas de finais do Ferro Céltico e Ferro Romano, como Sönderholm, Himlingöje e Juellinge.

A possibilidade da existência de comunidades germânicas no extremo SW peninsular durante os séculos I e II da nossa era é viabilizada por três acontecimentos históricos:

1. A movimentação da legião *Gemina* do Reno para a Península, em aproximadamente 74 DC;
2. As invasões dos *Mauri* no séc. II, que originaram a deslocação para o Sul da península da legião *Gemina* e tropas vindas da Macedônia;
3. A abertura das fronteiras por Marcus Aurelius, como forma de repovoar os territórios do Império, após as violentas pestes do séc. II.

ABSTRACT: In Tavira, Algarve, was newly discovered a warrior's grave a short sword and a glass from the I ou II century AD.

The grave was perfectly oriented North-South and was formed by three main elements: A cist in *opus testaceum* of *lateres crudi* covered by heavy stone slabs, superposed by a ditch lined with *tegulae*. The surface of the grave was delimited by a flat cairn with signs of ritual fires. The orientation of the grave, the *cairn* and ritual fires, resemble the Germanic graves from late Celtic and Roman Iron Age. Moreover, the deposition of weapons in graves is a most seldom element in the Roman world. In addition, the sword of Tavira seems to be a typical Germanic double edged sword from the early Roman Iron Age.

The possible existence of Germanic colonies in the extreme SW of the empire so early as the I or II century AD could be historically explained by three facts:

1. The displacement of the *legio Gemina* from the *limes* to Iberia in 74 AD;
2. The *Mauri* invasions of the II century, that forced the movement of the *legio Gemina* to the Southern Iberia as well as the arrival of Roman troops from Macedonia;
3. The opening of the *limes* by Marcus Aurelius after the violent plagues of the II century AD.

## A SEPULTURA DO SÉC. II DE UM GUERREIRO COM ESPADA (MORGADO DONA MENGA - TAVIRA)

### I - INTRODUÇÃO

Quando da abertura de uma vala de drenagem no Morgado Dona Menga, Luz de Tavira, Algarve, foi posta a descoberto a sepultura de um guerreiro acompanhado da sua curta espada de ferro de dois gumes, e de um copo de vidro.

O copo de vidro (Isings 35) é do séc. II d. C., e a espada mostra grandes semelhanças com as espadas germânicas de dois gumes do Ferro Romano I (0-200 d. C.).

Embora a cista (forma e materiais) fosse tipicamente romana, a sua orientação e cobertura por *tumulus*, apontam para inspirações exógenas, com algumas semelhanças conceptuais às das sepulturas do Ferro Romano do sul da Germânia livre.

A estrutura parece assim sugerir um sincretismo entre forma e materiais de construção de origem romana, e conceitos religiosos não clássicos.

### II - LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE GEOGRÁFICO

O morgado Dona Menga, ou da Belota, situa-se no sítio do Fundo, freguesia da Luz de Tavira, concelho de Tavira, distrito de Faro. As coordenadas Info-Gauss do local são: M = 234,9 e P = 014,9.

O sítio era conhecido de anteriormente pela riqueza do espólio de superfície, e necrópole, datáveis da época romana L <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Alarcão, Jorge; *Roman Portugal Voi.* Wiltshire 1988, pag. 208.

A altimetria regista cotas de 49 metros no cimo das colinas, enquanto a sepultura, num pequeno vale, sobre o leito de um antigo ribeiro, se encontrava na cota dos 30 metros.

A geomorfologia do local é formada por um relevo suave com pequenas colinas arredondadas. O terreno é argiloso, de aluvião, com excelentes características para a agricultura, sobrepondo-se a um substrato aluvionar arenoso, estéril, de cor amarelada, cravejado por pequenos blocos de calicho mole.

Nos vales correm pequenos ribeiros sazonais cujo curso tem sido progressivamente alterado por terraplenagens e canalizações.

Do topo das colinas é visível, a 3.5 Km para SE, a Luz de Tavira, eventual zona de implantação da antiga cidade romana de Balsa.

### III - ESCAVAÇÃO, ESTRATIGRAFIA E DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS

A estrutura tumular foi parcialmente destruída quando da abertura da vala de drenagem. As condições climáticas sob as quais correu a escavação de emergência não foram as melhores. As chuvas torrenciais provocavam constantes inundações da vala, no fundo da qual se encontrava a sepultura, situação minorada pela execução de um pequeno desvio das águas.

A quadrícula de escavação, com três metros de lado, foi orientada N-S. Utilizou-se o sistema clássico de coordenadas X-Y-Z.

A zona da quadrícula foi escavada até à superfície estéril em camadas mecânicas artificiais de 0,05 m de espessura. Todas as massas provenientes da cista foram joeiradas a seco.

A uma profundidade de aproximadamente 50cm (Z=1.6) foi encontrado um *tumulus* raso, calcetado, rectangular, orientado N-S, que cobria e delimitava o covai, e definia a superfície contemporânea da sepultura. Sobre o *tumulus* parecia ter sido acendida uma fogueira.

O covai entre o *tumulus* e a cista tinha uma espessura aproximada de 0,10m (Z= 1.6 - 1.0), e estava revestido por *tegulae* dispostas na vertical, encostadas à parede, formando um forro. Nas massas do covai foram recuperados fragmentos de um *aryballos* em vidro policromo (Isings 61) datado da segunda metade do séc. I.

A cista, aparelhada em *opus testaceum* de *lateres crudi* de dimensões variáveis, era coberta por três grandes lajes em calcário, reapro-

veitadas, e estava rigorosamente orientada N-S. Em cada uma das paredes laterais, no extremo S, existia uma pequena câmara.

As dimensões internas da cista eram: 1.97m de comprimento, 0.53m de largura e 0.50m de fundura. As dimensões externas eram: 2.46m de comprimento, 0.99m de largura e 0.59m de altura.

#### IV - O ESPÓLIO

##### 1. Espólio Osteológico

Logo que descoberta, a sepultura foi profanada por um grupo de trabalhadores agrícolas com o intuito de encontrar “ libras de ouro”. O esqueleto foi completamente retirado da cista, os ossos longos e dentes rapinados, e o resto espalhado ao redor da sepultura e fortemente pisoteado.

Entre os pequenos fragmentos do esqueleto encontrou-se um *processus mastoideus*, classificado com um factor +1 ou +2<sup>2</sup>.

Também foi encontrado um segundo molar inferior (FDI47). Este dente possui um término de calcificação entre os doze anos e os treze anos e três quartos, apresentava um forte desgaste lateral, e uma ampla cáries que se desenvolvia a partir do colo. Os sulcos estavam bem delimitados e as cúspides pouco desgastadas. O desgaste foi classificado como o equivalente ao grau 2 da escala de Topinard<sup>3</sup>, e proveniente do atrito da acção mastigatória, o que levou a classificar o indivíduo como pertencente aos grupos biológicos *adultus* ou *maturus*, conforme o definido por Trevor Anderson<sup>4</sup>.

Parece, portanto, tratar-se dos restos mortais de um indivíduo do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 25 e 55 anos.

<sup>2</sup> Workshop of European Anthropologists; “Recommendation for Age and Sex Diagnosis of Skeletons” in *Journal of Human Evolution* Vol. 9 N.º 7 November 1980, pag. 523.

<sup>3</sup> Picosse, Milton; *Anatomia Dentária*. São Paulo 1977, pag. 159-161 e 299-302.

<sup>4</sup> Anderson, Trevor; “The churchyard of the Folkebibliotekstomt (Library site). An Interim Osteological Report” in *Meddelsler N.º 2*, Trondheim 1986, pag. 4-5.

## 2. Espólio Arqueológico

Os elementos de vidro do espólio arqueológico foram classificados e datados por Adília Alarcão.

Nas massas que enchiam o covai foram encontrados fragmentos de um *aryballos* policromo (Isings 61) datado da segunda metade do séc. I.

Na pequena câmara, na parede leste da cista, foi encontrado um copo em vidro (Isings 35) do séc. II.

Ainda no interior da cista estavam um *imbrex*, uma pedra de amolar (rapinada e não recuperada), e uma espada de ferro, curta, de dois gumes, aparentemente de origem alóctone.

A raridade deste achado levou à tentativa de enquadramento da espada numa tipologia, verificando-se uma possível inserção entre as espadas germânicas do Ferro Romano Antigo (0-200 d. C.), quando a espada longa, de tradição La Tène, é substituída pela espada curta de dois gumes<sup>5</sup>.

Curiosamente, o Ferro Romano I é o único período em que foi utilizado este tipo de espadas. Com a transição para o Ferro Romano II (200-400 d.C.), as espadas curtas são substituídas por espadas longas também de dois gumes.

## V - O TÚMULO E O RITUAL FUNERÁRIO

A estrutura sepulcral estava perfeitamente orientada N-S, e era constituída por três grandes conjuntos de elementos:

- a. a cista, aparelhada em *opus testaceum* de *lateres crudi*, coberta por três pesadas lajes de pedra;
- b. o covai, forrado por *tegulae*, e no enfiamento da cista;
- c. o *tumulus* raso, com indícios de fogo.

Se parece pacífica a aceitação de uma técnica de construção e materiais de origem romana para a cista e forro de covai, bem como para parte do espólio arqueológico; o conjunto formado pela orientação

<sup>5</sup> Hougen, Björn; *Rom og Norden*, Oslo 1936, pag. 108; Munksgaard, Elisabeth; “Jemalder” in *Je g ser paa oldsager*, direcção de Mogens Ruud, Copenhagen 1965, pag. 231, 248.

da sepultura, *tumulus*, e parte do espólio, parece difícil de inserir no mundo Clássico.

Tentou-se assim testar a hipótese de se tratar de um fenómeno de sincretismo cultural.

Recorrendo-se à comparação dos elementos: orientação, espólio de armas, e *tumulus*, pretendeu-se aventar hipóteses para a explicação de um eventual fenómeno sincrético. Neste contexto, constataram-se similaridades com as necrópoles do Ferro Romano do Sul da Dinamarca e Norte da Alemanha, como as necrópoles de Sönderholm, Himlingöje e Juellinge. Este tipo de necrópoles é caracterizado por espólio que podia conter armas, orientação N-S das cistas de inumação, e usual cobertura por *tumulus*.<sup>6</sup>

O fogo purificador sobre as sepulturas, parece ser um fenómeno largamente disperso, existindo evidência da sua utilização no norte da Hispania a partir do séc. V<sup>7</sup>, o que provavelmente mais não significará que o retomar de um ritual caído em desuso pelo crescimento do Cristianismo.

A combinação da orientação N-S de cistas de tipologia romana, e espadas como espólio, não parece ser um elemento novo em Portugal.

Nos anos de 1888-1889, Francisco de Paula e Oliveira explorou várias necrópoles, da época romana, na zona de Cascais.

Das dezenas de cistas exploradas, todas estavam orientadas E-W, com excepção de duas cistas orientadas N-S, na extremidade W da necrópole da Abuxarda. Uma dessas sepulturas orientadas N-S possuía provavelmente uma espada:

*“Dans une de ces tombes, orientée nord-sud, j’ai trouvé un objet enfer très oxidé, peut-être le fragment d’une épée”.*<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Para mais completa descrição das estruturas tumulares do Ferro Romano no sul da Germânia livre podem ser consultados: Hansen, Ulla Lund; série de artigos in *Arkeologisk haandbog*, direcção de Mogens Rud, Copenhagen 1979, pag. 125-127; 144; 238-242; Hagen, Anders; *Norges Oldtid*, Oslo 1983, pag. 291-293; Slomann, Wenche; *Folkevandringstiden i Norge*, Oslo 1968, pag. 132

<sup>7</sup> Heers, Jacques; *O mundo Medieval*, Lisboa 1976, pag. 28-29

<sup>8</sup> Paula e Oliveira, F. de; “Antiquités Préhistoriques et Romaines des environs de Cascaes” in *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal* Tom. II - Facs. I, 1889, pag. 88-89

## VI - INTEGRAÇÃO HISTÓRICA

A problemática de sugerir a existência de colónias germânicas no SW do Império Romano no séc. II, parecia *a priori* chocar com a interpretação tradicional das fontes históricas. Este choque é, contudo, só aparente. A existência e origem desses eventuais colonos pode ser perfeitamente enquadrada por três acontecimentos, historicamente bem documentados:

1. o retomo da VII Legião *Gemina* da zona do Reno em aproximadamente 74 d. C.;<sup>9</sup>

2. as invasões dos *Mauri*, que atravessaram o estreito e tomaram o sul da actual Andaluzia, provocando a movimentação para essa zona de pelo menos uma legião romana, a VII legião *Gemina*, e tropas vindas da Macedonia;<sup>10 11</sup>

3. o imperador *Marcus Aurelius*, em resposta à dizimação da população pela peste, abre as fronteiras do Império aos colonos de além *limes* que se pretendam estabelecer no seu interior.<sup>11</sup>

## VII - CONCLUSÃO

No Morgado Dona Menga, nas proximidades da suposta localização da antiga cidade romana de Balsa, foi acidentalmente descoberta uma “sepultura de guerreiro”.

O esqueleto, apesar de muito maltratado, indicia que se trataria de um indivíduo de sexo masculino, do grupo etário *adultus*, ou eventualmente *maturus*.

O espólio da sepultura era constituído por um copo em vidro (Isings 35) datado do séc. II d. C., um *imbrex*, uma pedra de amolar, e uma curta espada de dois gumes, que não aparenta ser um *gladius* ou uma *spatha*. A análise comparada de tipologias mostrou que a espada pode ser enquadrada no conjunto de espadas germânicas do Ferro

<sup>9</sup> Roldán Hervas, Jose Manuel; *Hispania y el ejército romano*, Salamanca 1974, pag. 202. *idem*; *Historia de Roma*, Salamanca 1995, pag. 343-344

<sup>10</sup> Roldán Hervas, J. M. 1974 pag. 204

<sup>11</sup> Castillo, Arcadio del; *El Imperio Romano durante las dinastias Flavia y Antonina (69-192 d. de C.)* in Manual de Historia Universal, Vol. IV - Roma, Madrid 1983 pag. 250. Roldán Hervas, J.M.; 1995, pag. 344.

Romano I (0-200 d. C), o que concorda com a datação do copo em vidro encontrado na sepultura, e os fragmentos de *aryballos* (Isings 61), datado do séc. I, encontrados nas massas do covai.

A sepultura, apesar de apresentar uma técnica de construção romana para a cista (aparelho em *opus testaceum* de *lateres crudi*), possuía alguns elementos estranhos às sepulturas romanas contemporâneas: orientação precisa N-S, e cobertura por *tumulus*. O inusitado da situação levou a considerar que se poderá tratar de um exemplo de sincretismo cultural, sugerindo influências das necrópoles do Sul da Germânia livre, do Ferro Romano.

A eventual existência de grupos germânicos no SW do Império durante o século II poderia ser explicada pelos três factores atrás mencionados:

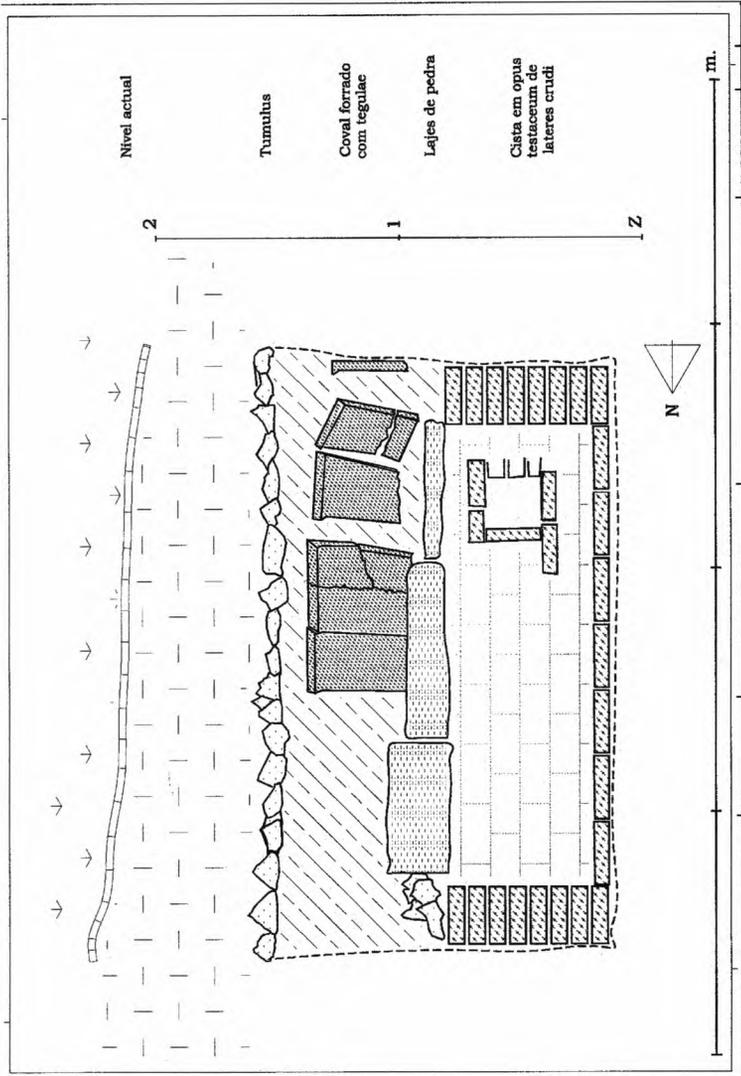
1. o retorno da VII Legião *Gemina* da zona do Reno em, aproximadamente, 74 d. C.;
2. as invasões dos *Mauri* do último quartel do séc. II e, como resposta a movimentação de tropas estacionadas na Macedônia para a Península;
3. o imperador *Marcus Aurelius*, que abre as fronteiras do Império aos colonos de além-*limes*.

A diminuta presença de elementos materiais do séc. II de possível origem ou influência germânica, no SW do Império, não deve ser utilizada, *a priori*, como elemento dissuasor de uma possível permanência de grupos germânicos organizados na zona. A afirmação étnica poderá não corresponder a diferenças muito nítidas na cultura material, bem como algum do material arqueológico poderá ter sido classificado como “tardo-romano”.

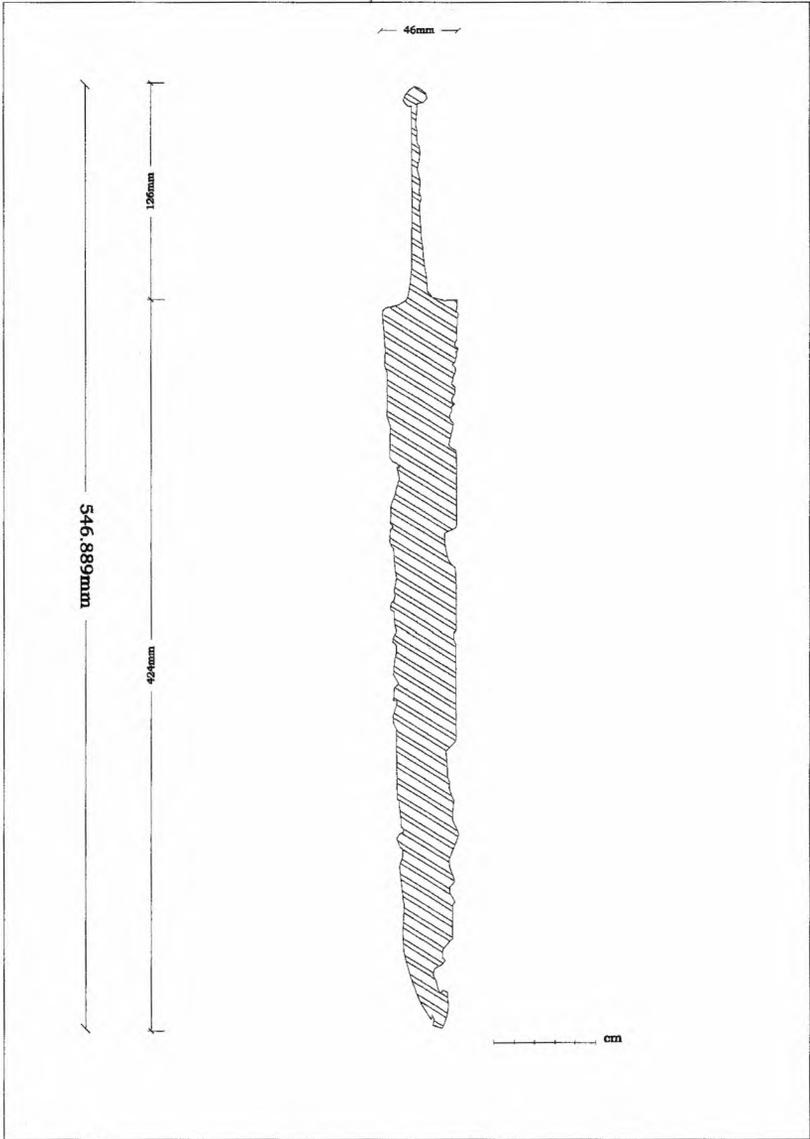
A evidência empírica mostra que, no Morgado Dona Menga, foi enterrado um homem, seguindo rituais bastante estranhos ao mundo romano. A execução de um rito de passagem implica a existência de um grupo de indivíduos com um credo comum.

Sendo a primeira vez que é levantada a hipótese da permanência de colonos de origem teutónica no SW da Península, durante o século II d. C., parece, no entanto, já terem sido descobertas, anteriormente, outras sepulturas com características análogas.

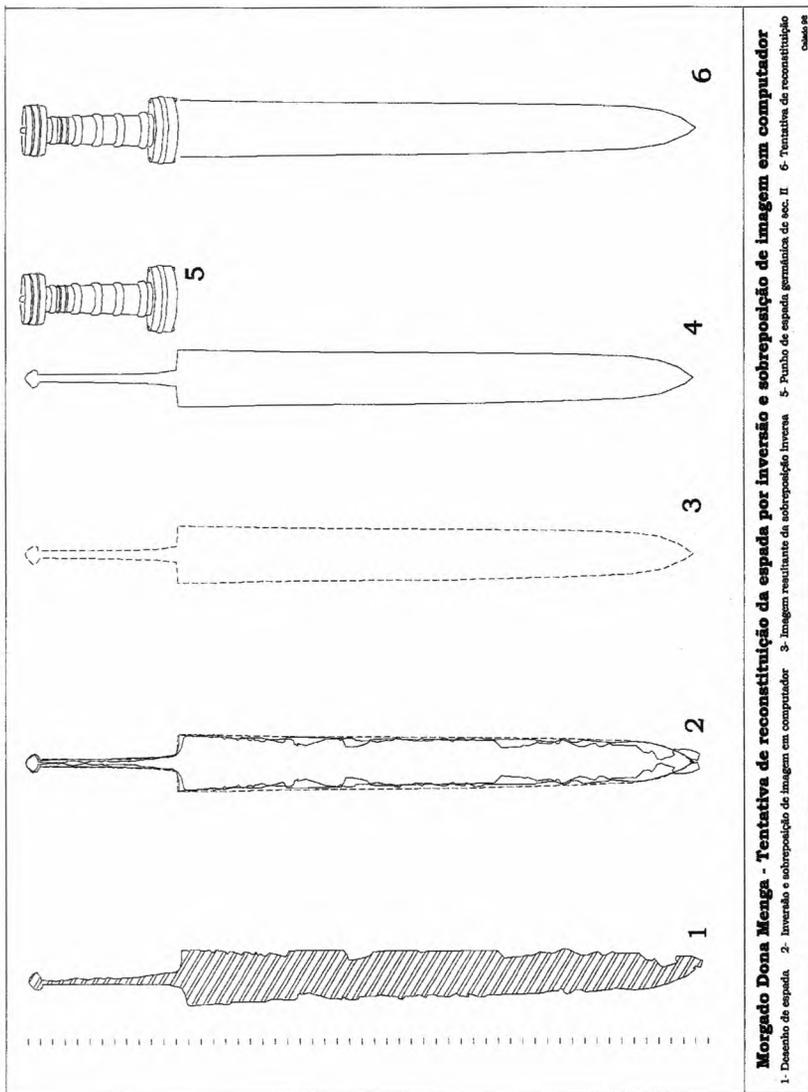
*Os meus agradecimentos a: Adília Alarcão, pela classificação e datação do espólio em vidro; Jorge Alarcão, pelas sugestões de alteração ao texto original, o que permitiu a sua significativa melhoria; e a Raul Lima, sem cujo apoio e interesse a intervenção de salvamento da “sepultura de guerreiro” do Morgado Dona Menga não se teria realizado.*



Sítio: Mogado Dona Menga	Concelho: Tavira	Coordenadas: M=234,9 / P=014,9	Descrição: Sepultura com tumulus Espada e corpo lisings 35	Intervenção: Cadao 95/02	Des.: D.C.	Dig.: D.C.
			Sec. II d.C.			

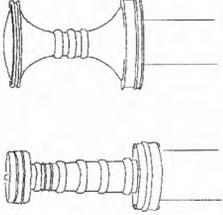
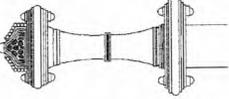
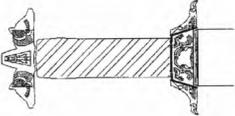
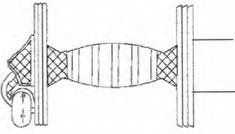


Espada Sec. II - Morgado Dona Menga



**Morgado Dona Menga - Tentativa de reconstrução da espada por inversão e sobreposição de imagem em computador**

1- Desenho de espada. 2- Inversão e sobreposição de imagem em computador. 3- Imagem resultante da sobreposição inversa. 5- Punho de espada gerado de sec. II. 6- Tentativa de reconstrução

 <p>Ferro Céltico Sec.: III - I a. C.</p>	 <p>Ferro Céltico - Grandes Migrações Sec.: IV a. C. - IV d. C.</p>	 <p>Ferro Romano I Sec.: I - II</p>	 <p>Ferro Romano II Sec.: III - IV</p>
 <p>Grandes Migrações Sec.: V - VI</p>	 <p>Ferro Germânico Sec.: VI - VIII</p>	 <p>Ferro Germânico Sec.: VI - VII</p>	 <p>Ferro Germânico Sec.: VII - VIII</p>

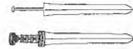
IVaC | IIIaC | IIaC | IaC | I | II | III | IV | V | VI | VII | VIII



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_

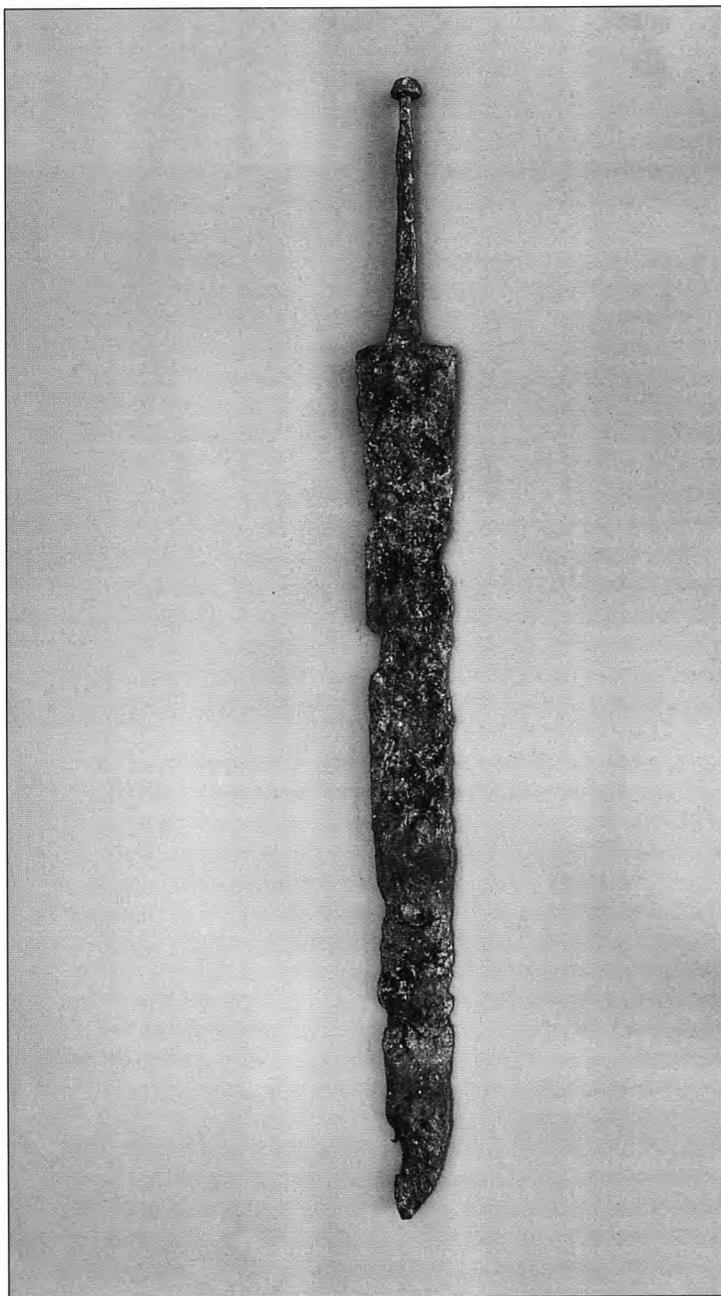


FOTO 1 – Espada em ferro de dois gumes, do século II, do Morgado Dona Menga. A forte deterioração sofrida por um dos gumes provoca a impressão de se tratar de uma espada de um só gume.



FOTO 2 - *Copo de vidro, tipo Isings 35, datado do séc. II  
Recuperado da pequena câmara na parede E da cista.*

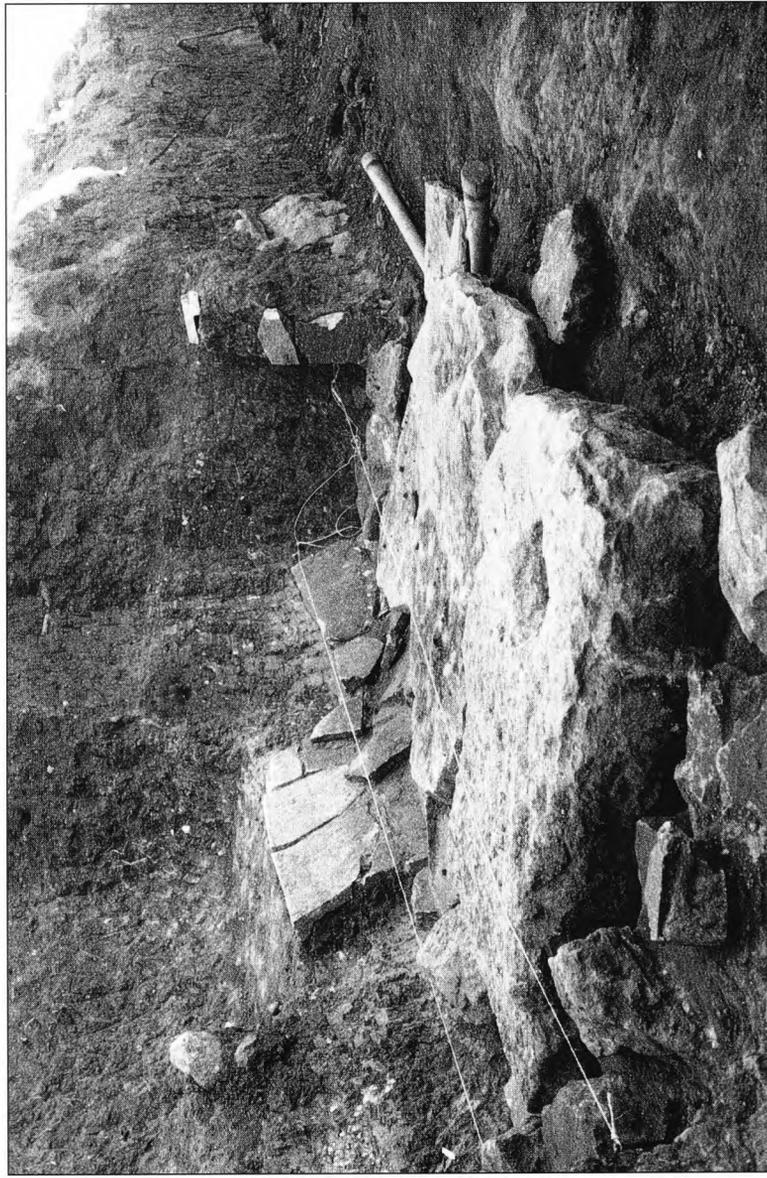


FOTO 3 – A pequena pedra à esquerda pertence ao tumulus. Como forro do coval foram utilizadas tegulae. As lajes tapam a cista.  
A laje do meio, aberta quando da profanação, foi recolocada no lugar para se proceder à reconstituição.

(Página deixada propositadamente em branco)

# RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

ANTÓNIO RODRÍGUEZ COLMENERO, *O santuário rupestre galaico romano de Panóias (Vila Real, Portugal). Novas achegas para uma reinterpretação global*, Vila Real, 1999.

Na já vasta bibliografia sobre o santuário de Panóias, esta obra não é apenas mais um título, mas um trabalho que supera tudo quanto até agora se escreveu, quer pelo pormenor das descrições, quer pelo número e qualidade das fotografias e da reprodução de gravuras antigas, quer ainda pelas propostas de novas leituras assentes na mais demorada e paciente das observações jamais feita. Se a documentação fotográfica é excelente, os levantamentos topográficos são de menor qualidade e o da rocha I está lamentavelmente inserido de modo que a colagem do volume a interrompe.

Teve o autor a sorte de encontrar um manuscrito do primeiro terço do séc. XVIII, da autoria de António Rodrigues de Aguiar, abade de Valnogueiras, até agora desconhecido, manuscrito que se reproduz em *facsimile* e se transcreve, com descrições do maior interesse.

No primeiro capítulo, intitulado “Panóias, algo mais que um santuário rupestre”, transcreve o autor, do manuscrito de António Rodrigues de Aguiar, um excerto em que o abade diz “não tem dúvida aver antigamente neste povo alguma cidade ou terra grande”. E dá o abade notícia de achados feitos que realmente sugerem a existência de uma cidade. Não vai Colmenero ao ponto de sugerir aqui uma capital de *ciuitas*; pelo contrário, integra Panóias no território de *Aquae Flaviae*. Como noutro lugar propusemos, é muito possível que no sítio do Assento, no qual se integra o santuário, tenha havido realmente uma capital de *civitas*, mais do que “simples residência dos seus colégios sacerdotais e outros dignatários”. Não é de estranhar, pois, que Panóias tenha sido sede de um *pagus* da diocese suévica bracarense, onde os reis visigodos Sisebuto e Viterico cunharam moedas.

A leitura das inscrições corrige ou acrescenta anteriores transcrições e o autor apresenta uma inscrição inédita, também rupestre, consagrada a [Vur?]ebus.

Depois de recensear, no capítulo “Hipóteses interpretativas”, as várias opiniões que desde Argote foram propostas, com particular desenvolvimento para a de Alföldy, Colmenero apresenta a sua própria interpretação. O santuário teria origem pré-romana e teria sido utilizado antes da grande remodelação de C. Calpurnio Rufino. Distingue assim, com grande perspicácia, três fases para Panóias. Pelo menos na última, cultuaram-se aqui Serápis e Isis, no quadro de uma veneração generalizada das divindades orientais no Noroeste, quadro que Colmenero traça com erudita citação de referências. O destino de cada tipo de *lucus* é sugerido e a hipótese de Alföldy de uma “via sacra”, corroborada, embora se proponha um percurso contrário ao sugerido por aquele autor. A reconstituição do percurso e das cerimónias de culto é uma brilhante peça de reconstituição histórica.

JORGE DE ALARCÃO

CONTRIBUTI DI STORIA ANTICA IN ONORE DI ALBINO GARZETTI. Génova, Instituto di Storia Antica e Scienze Ausiliarie, 1976, 351 p.

La pubblicazione d’apertura è quella di Luigi Santi Amantini, “Sull’uso Storiografico di Fonti Letterarie e Dati Archeologici, a Proposito del Problema delle «Cronologie Plurime»”. Discute sulle possibili datazioni di alcuni reperti archeologici, inserendo la loro cronologia relativa in una cronologia assoluta. Si mette in evidenza il problema dello studiare i reperti originali, ormai perduti, dalle copie; applicando questo concetto alle opere letterarie si capisce la difficoltà che intercorre nel ricostruire un archetipo fedele dei testi delle opere antiche, lavoro fatto dagli studiosi sugli antichi manoscritti e codici derivati dai perduti, in gran parte, papiri. Tutto questo è difficile per i possibili errori durante la copiatura dei testi.

L’autore propone degli esempi concreti: sulle *Historiae Philippicae* di Pompeo Trogo e la ricostruzione di queste tramite la loro epitome di M. Giuniano Giustino, si giustificano i vari passaggi del testo con la creazione di livelli cronologici per questo; si applica poi un aconsonanza di termini tra letteratura e rappresentazioni figurate antiche, su come è possibile discuterci allo stesso modo, ci possono essere delle citazioni da fonti iconografiche più antiche; si discute sulla cronologia applicata agli scritti di Tucídide e i fatti descritti da lui contemporanei, ecc.

La spiegazione concreta la fa quando utilizza questa cronologia applicata all’arte romana, la riutilizzazione di vari rilievi di epoche e imperatori precedenti, perfettamente riconoscibili, nell’arco di Costantino a Roma, ecc.

La conclusione è quella che ci sono due tipi di fonti su cui il ricercatore lavora, uno è quello “certo” dei reperti archeologici, e l’altro è quello che emerge dai diversi livelli di indagine, risulta più difficile lavorare su quest’ultimo, rielaborazione non pura delle informazioni.

La seconda pubblicazione, quella di Luigi Piccirilli (Erodoto e *L'Apodemia* di Solone), cerca di dare una verosimile durata delle leggi di Solone, detta da Aristotele e Plutarco di 100 anni e ridotta da Erodoto a solo un decennio. Il problema non è confermare o no la durata della validità di queste, ma la differenza che gli antichi avevano nell'utilizzo delle fonti, e soprattutto su Erodoto che conosceva i carmi dell'antico legislatore e quindi più attendibile nella sua fonte in questo più che dei precedenti. È possibile che la durata della validità fu solo l'effettivo tempo del rispetto di tali leggi da parte degli Ateniesi, e la precedente idea di validità quasi illimitata è data dall'utilizzo da parte dei due arcaici scrittori di formule linguistiche tarde.

Un'altra pubblicazione di L. S. Amantini in questo libro, "L'Inno Omerico ad Apollo e l'Origine dell'Arcaica Anfizionia Delica", menziona Tucidide come fonte per la storia arcaica di Deio, perchè parla dell'origine asiatica di Cari e Lelegi, su base degli "scavi" condotti dagli antichi in sepolture poi paragonate a quelle delle altre popolazioni.

Parla della "festa Delia" e per esplicitarla cita l'inno ad Apollo e lo attribuisce ad Omero; naturalmente è impossibile sapere se l'autore era veramente Omero, perchè l'intervallo di tempo tra la citazione e l'epoca a cui risalgono le tombe è grande. Una unione effettiva come quella descritta dall'inno ad Apollo non è credibile, cioè la storia e l'archeologia dimostrano che naturalmente i contatti ci furono, ci fu un'unione commerciale, religiosa, ma non politica.

Enrica Bacigalupo Pareo nella sua comunicazione su "I Supremi Magistrati a Cartagine", ritorna su un tema molto importante per l'Africa Romana, la difficoltà di conoscere le effettive divisioni del potere nella provincia su livelli cittadini per la perdita di molte importanti fonti puniche, e quelle rimaste greche e romane molte volte non sono esaurienti e testimoniano l'attaccamento politico al denigrare le precedenti forme di governo altrui. L'autrice fa un elenco delle testimonianze, anche epigrafiche, seguendo poi la via della ricostruzione dei vocaboli punici romanizzati, iscrizioni puniche libiche e parole di origine numida, ecc. Da tutti questi spunti, si arriva a notare che durante e dopo la conquista romana, nell'impianto amministrativo della città sopravvive la presenza di un magistrato in più, erede dell'antico *Rex*.

Il seguente "La propaganda antiromana di Mitridate VI" di Eleonora Salomone Gargero, discute tutti i metodi di persuasione che il re del Ponto utilizzò per ottenere l'appoggio di tutti i popoli greci e filoellenici d'Asia, nella sua lotta contro la crescente forza romana. Uno fu quello di riavvicinarsi ad una tradizione comune a tutti, alla cultura e agli ideali e politica di Alessandro Magno; poi un'abile utilizzo dei sistemi di comunicazione: l'arte, la monetazione, ecc.

Tutto doveva ricordare la fastosità e la potenza dell'impero ormai caduto da tempo, utilizzando iconografie di grande scena, propagandistiche, tenta di allargare la sua egemonia al nord ed ad est; cerca di avvicinare a se gli scrittori e i pensatori del tempo, le idee di una resistenza a Roma si fa grande tra i popoli di cultura greca. La figura di Mitridate si fa divina, la sua vita diventa un insieme

di fatti fantastici, di prodigi, tanto pressanti che alla fine ci crede anche lui; adotta una religione che serva ad avvicinare a lui l'esercito, si allarga a gesti di generosità teatrale per ottenere maggior consenso tra il popolo, riuscendo, a guerra iniziata, ad ottenere appoggi da molte città italiche ma anche Cartagine, che gli chiede aiuto sempre contro gli stessi odiati nemici.

Quando poi le cose andarono male per il sovrano, le riforme che egli adottò furono piuttosto pesanti, oltre il sequestro dei beni dei cittadini italici presenti nelle sue conquiste, ne ordinò l'uccisione libera; *alla fine* concesse tantissimo al suo popolo *alla fine* per tentare l'ultima carta, ma poi si dovette arrendere a Siila.

Gianfranco Gaggero discute su "Sertorio e gli Iberi", ovvero sull'ambiguità della situazione in cui capitò Sertorio, dell'uso che fece del suo potere, del mito che gli si creò intorno e che lui non cercò di diminuire, anzi tutt'altro.

Si cerca di spiegare l'attaccamento che ebbero verso di lui le truppe, per come gli si dimostrarono fedeli, del loro vederlo come un essere soprannaturale delle leggende che gli si accollavano. Tutto questo poi in verità non ci fu se non per un piccolo frangente; le concessioni e gli aiuti che avrebbe potuto e dovuto dare agli Iberi in realtà non ci furono, e quando essi crearono problemi, Sertorio non esitò a punire pesantemente. Oltre questo comunque è un dato di fatto che il popolo iberico si rese omogeneo nel seguire un condottiero che anche dopo la morte fu un punto di riferimento.

Anna Maria Demicheli analizza la figura dei "*Correctores* d'Egitto e il loro rapporto con la situazione politica egiziana nel III Sec. d. C.", la figura dei *correctores* in ambito imperiale appare abbastanza chiara, erano appartenenti al rango senatorio e inviati, secondo la loro competenza e all'importanza del dovere da svolgere, nelle province o nelle *civitates liberae*.

Con Dioleziano, in seguito alle sue riforme, diventano un'istituzione stabile e carattere speciale hanno quelli che stanno nella seconda metà del III secolo d. C. in Egitto.

L'autrice del contributo prende in esame i dati che attestano la presenza di due *correctores* quasi contemporaneamente in Egitto, forse per incarichi speciali, verosimilmente per arginare le invasioni che nello stesso periodo i popoli nomadi perpetravano a danno delle carovane, o per difesa dei confini. Più tardi la figura del *corrector* apparirà per bloccare i tentativi di usurpazione del potere nelle provincia.

Poi si vagliano le ipotesi più o meno confermate dalle fonti di un tentativo di rivolta capitanata da un *corrector* del tardo III secolo. Un altro avrebbe affiancato l'imperatore-usurpatore Domizio Domiziano (296 d. C.), sotto Diocleziano, con questo si chiude la strana serie dei *correctores* egiziani.

Adelina Rinaldi presenta "La successione dei *Cognomina Devictorum Gentium* e le loro iterazioni nella titolatura di Costantino II Grande"; i vari *cognomina* di Costantino furono assunti in varie occasioni e in varie imprese che operò l'imperatore.

Con la tetrarchia, un *cognomen* preso dall'altro Augusto o da uno dei Cesari, veniva acquistato da tutti gli altri; lo studio di questi *cognomina* può esser fatto

tramite studi su papiri ed epigrafi, nonché più specifico con lo studio dei vari *cognomina* degli altri correggenti di Costantino; si deduce, comunque, che la titolatura è espressa in ordine cronologico.

Giovanni Forni introduce uno studio sulle “Menzioni di tribù romane in contesti poetici”. Si discute sulle menzioni sia nei poemi che nelle epigrafi metriche, del nome di alcune tribù romane; ma proprio questo molte volte limita la comprensione perchè l'intento del poeta è la metrica.

Nella comunicazione “*Le Leges Portus* come modello per il Calmiere Diocleziano”, Maria Giaccherò propone un'interessante tesi sulle possibili influenze che con molta possibilità hanno aiutato la redazione del vasto editto del 301.

La studiosa prende come esempi due liste di tariffe doganali di due importanti città, crocevia per le carovane e mercati degli scambi dell'antichità, Zarai e Lambaesis; le iscrizioni miracolosamente sopravvissute rappresentano con minuzia i prezzi di tipiche merci africane e per molte cose, tra le due, il prezzo corrisponde. Ma la cosa più particolare è che quella di Zarai come prezzi e come divisione di merci corrisponde quasi esattamente all'editto diocleziano, più vecchio di 100 anni, è possibile che l'immenso calmiere dell'imperatore possa essere stato redatto con il lavoro fatto su molteplici tariffari doganali.

Mariagrazia Bianchini in “Rileggendo CTh. 1.1.5”, cerca di spiegare le varie analogie tra il codice Teodosiano e i precedenti, in particolare quello di Valentiniano; le riadattazioni fatte dai funzionari di Teodosio erano utili per far collimare le esigenze di una società al bivio e un potere che doveva avere basi solide per reggere il periodo storico.

Rossella Pera parlando di “Venere sulle monete da Siila ad Augusto: aspetti storici e politici”, esamina quanto il culto di Venere inizia a prendere forza soprattutto quando cresce a Roma la volontà di crearsi un allacciamento ad un passato glorioso predecessore del potere che oramai deteneva. Tutto questo inizia a partire dalla prima guerra punica, e all'avvicinare la nascita della città col mito di Troia, con l'ambizione di tutte le genti d'appartenere come discendenza a Enea e alla divinità. Chi poi inizia a fare suo il concetto di “protetto dal divino” è Siila, che per le sue vittorie conia le sue monete con l'immagine della dea, poi quest'iconografia per qualche tempo non viene riutilizzata, poi Pompeo tenta di avvicinare a se la progenia da parte di Venere, ma l'unico che veramente ci riesce è Cesare, che la utilizza come opportunità politico-religiosa, che dalla vittoria proprio su Pompeo, conferma la provenienza della *gens Mia* dalla dea. Tutto questo verrà confermato da Ottaviano che fa sua l'iconografia del divino padre, è una grande occasione per fare propaganda politica a se stesso; dopo le vittorie su tutti i campi e il suo essere imperatore l'ultimo tentativo è avvicinare la sua famiglia agli dei, con *Para pacis*, Livia come Venere ecc. Poi l'utilizzo dell'iconografia della dea cade in disuso se non per qualche sporadico caso più tardo.

Giovanna Marinelli in “Sulla preferenza dei Gersiani per bigati e serrati”, cita Tacito nel passo in cui dice che i popoli germanici preferivano i pagamenti in monete repubblicane molto riconoscibili le prime per una tipica iconografia, le

altre per la tipica dentellatura, ciò conferma la penetrazione molto antica della moneta romana al di là dei confini, come pagamento come ornamento o solo per il suo effettivo valore come metallo.

La frequente tesorerizzazione soprattutto per queste monete è dovuta proprio per questo, e a nulla è valsa la riforma che tentò Traiano, cioè di recuperare le vecchie monete e sostituirle con nuove, perché i popoli al di fuori di una certa cultura non capivano il valore intrinseco della moneta, e anche ai romani che commerciavano con loro non importava pagarli con monete ormai vecchie, la stessa cosa successe molto più *tarde* a oriente.

Sempre di numismatica parla la pubblicazione di Silvana Dabove: “*Constantia Augusti* nella monetazione di Claudio”. La virtù riferita a Claudio dal 41 è la rappresentazione del suo carattere, la sua tenacia nella lotta, la sua fermezza nelle decisioni, la perseveranza ai doveri, ecc. Tutte qualità che l'imperatore doveva dimostrare, anche cercando di fare parte integrante dell'amministrazione politica e civile dell'Impero.

Gian Guido Belloni parla de “L'aureo di Caracalla con scena ludica e nave e la scritta *Laetitia Temporum*”, emesso durante il suo regno giunto con Settimio Severo. Rappresenta una scena circense e cambia l'iconografia riconosciuta della *Laetitia*.

L'autore della pubblicazione in un'indagine tra le fonti, riconosce l'esistenza dei giochi dei decennali di Settimio celebrati in questo conio da Caracalla perché è tutta la famiglia che li celebra. In questo caso la *laetitia temporum* rappresenta la felicità popolare, i festeggiamenti di religione e potere.

Giovanella Cresci Marrone parla “Sulla traduzione di alcune epigrafi bilingui latino-greche del periodo augusteo”, cerca di spiegare tramite riferimenti a traduzioni delle “*Res Gestae*”, ed epigrafi bilingui, e mostrando vari metodi ed errori che gli antichi traduttori utilizzarono, per procedere in maniera più chiara o solo più veloce molte volte obliteravano parole che non sapevano tradurre nell'altra lingua, o interpretavano il termine in un altro modo, oppure facevano neologismi; ma in definitiva, i metodi di trasposizione dal greco al latino erano molti e dipendevano dal livello culturale del traduttore, dal grado di conoscenza della lingua, questo può dare un'idea della complessità che ha lo studio di opere anticamente tradotte solo in una lingua diversa.

Giovanni Mennella in “CIL, XI 6319 e una iscrizione di Gaio Ottavio”, discute su una lastra opistografa trovata a Pesaro, è possibile che dovesse essere letta contemporaneamente da tutti e due i lati, la avvicina ad un'altra proveniente da *Civitate* Camuno presso Brescia, e un'altra da Bergamo, piuttosto tarda. La lastra di Pesaro menziona da una parte Gaio Ottavio, il padre di Augusto e dall'altra il figlio, Gaio Cesare; ma la scritte non sembrano coeve, ci sono molte ipotesi, una delle quali è che fosse stata riutilizzata una volta poi accantonata e poi di nuovo riutilizzata.

Maria Gabriella Angeli Beltrinelli in “Augusta Emerita: divinità polliade?”, studia un'epigrafe venuta alla luce in Spagna menzionante forse una divinità locale associata, come accadeva spesso, dagli abitanti del luogo ad una del pantheon

romano. La studiosa la associa alle altre già riscontrate dappertutto all'interno dell'impero.

Spero di aver reso, almeno in parte, un'idea della moltitudine di spunti e studi proposti dal libro.

GIOVANNI CAZZONA

Alan K. BOWMAN, *Life and Letters from the Roman Frontier*. Nova Iorque Routledge, 1988. 166 pág.

Sollemnis a Páris, seu irmão, saudações! Quero que saibas que me encontro de boa saúde e espero que tu, homem negligente que não me mandou uma única carta, também te encontres de saúde. Penso que me estou a comportar de forma mais respeitosa ao escrever-te (...) a ti (...) irmão (...) e companheiro de armas. (...) {*Tab. Vindol. II 311*).

(...) Mandei-te (...) pares de meias de Sattua, dois pares de sandálias e dois pares de ceroulas (...). Saúda (...) Elpis (...) Tetricus e todos os outros companheiros por quem eu oro para que vivas na maior das felicidades. (*Tab. Vindol. II 346*).

Estas são duas passagens de cartas escritas por soldados romanos destacados em Vindolândia (Inglaterra). Mais de três centenas de cartas e outros documentos escritos em tabuinhas de madeira por soldados romanos, suas mulheres e escravos, dão-nos a conhecer a vida quotidiana neste forte da fronteira britânica entre c. 85 e 130 d. C. A necessidade de receber meias de lã para enfrentar os rigores do Inverno, negócios que foram iniciados em parceria com irmãos e colegas de armas, listas de mantimentos, roupas, equipamento e registos domésticos, incluindo o registo de galináceos consumidos pelo *praetorium* durante o período em que este foi ocupado por *Flavius Cerialis* e sua família, são somente alguns dos assuntos tratados nas cartas transcritas e traduzidas por Alan Bowman.

A importância das tabuinhas reside não só na vasta quantidade de pormenores da vida quotidiana dos soldados destacados na fronteira do Império - e até aqui conhecidos essencialmente através do *Agricola*, de Tácito -, como também no período cronológico que cobrem. Na verdade, os fortes de Vindolândia, de onde as tabuinhas foram recuperadas, podem classificar-se cronologicamente como pertencendo a cinco períodos distintos de ocupação que vão sensivelmente de c. 85 a 130 d. C., período do estabelecimento da fronteira pré-adriana. As três décadas que medeiam entre 90 e 120, imediatamente anteriores à construção da muralha de Adriano, marcam uma fase importante na história da ocupação romana e do estabelecimento da fronteira britânica.

*Conimbriga*, 38 (1999), p. 225-246

As placas de Vindolândia, recuperadas em escavações desde 1973, muitas delas já publicadas anteriormente, foram encontradas em contextos arqueológicos diversos: em edifícios que certamente faziam parte do *praetorium*; numa cozinha; em arrumos; e mesmo numa rua, onde, numa tentativa de destruir algumas delas, certamente trazidas de edifícios adjacentes como lixo, um conjunto tinha sido parcialmente queimado.

A matéria-prima das placas surpreendeu os investigadores, dado não se tratarem das familiares tabuinhas de madeira com o centro rebaixado para ser cheio com cera e inscritas com o familiar *stilus* metálico. Os vestígios de escrita deixados pelo *stilus* neste tipo de placas é geralmente bastante ténue, podendo ou não subsistir após o desaparecimento da cera. Apesar de, em Vindolândia, terem sido encontradas algumas destas mais usuais tabuinhas de cera, a maioria são finas placas de madeira, tendo entre 1 e 3 mm de espessura e sendo do tamanho aproximado de um postal ilustrado moderno. Uma das faces da placa é bastante lisa e macia para poder receber escrita a tinta.

Algumas representam o único exemplar existente de estenografia ou escrita abreviada (*shorthand*) da Antiguidade Clássica. Textos deste tipo eram geralmente escritos em papiro, tendo alguns exemplares sido conservados em regiões do Império com clima bastante seco. As placas de madeira parecem ter sido um substituto do papiro em regiões onde este era mais caro e difícil de obter.

Análises botânicas revelaram que as placas de Vindolândia foram feitas em madeiras locais, enquanto as tabuinhas de cera, manufacturadas em madeiras de outras zonas, teriam certamente sido importadas já como objectos manufacturados.

Estas tabuinhas constituem documentos da administração militar, mas a maior parte parece dizer respeito à administração doméstica do *praetorium*. O conjunto de correspondência pessoal é bastante complexo: existe um grupo extenso (cerca de 60 textos) pertencentes a *Flavius Cerialis*, prefeito da I coorte dos Batávios, e um pequeno grupo de sua esposa, *Sulpicia Lepidina*. Esperaríamos, certamente, que parte da correspondência tivesse origem noutras localidades e fosse dirigida a residentes do forte; contudo, muitas das cartas são rascunhos e duplicados de cartas escritas por habitantes do forte e dirigidas a pessoas residentes noutras localidades. Os exemplares de cartas escritas noutras localidades foram transportadas para Vindolândia, e aqui depositadas, quando os seus autores foram para aqui transferidos.

Como foi já referido, o conteúdo das cartas varia bastante: algumas são meramente pessoais e sociais, como a de *Claudia Severa* a convidar *Lepidina* para a celebração do seu aniversário; outras referem-se a assuntos militares: por exemplo, despacho de soldados e equipamento militar ou pedidos de licença; ou, ainda, à administração doméstica: listas de equipamento, roupas, bens de subsistência, etc. Algumas das placas oferecem-nos alguns excertos de textos literários, incluindo um da *Eneida* de Virgílio.

Graças à variedade dos autores dos textos, as tabuinhas permitem-nos, por um lado, visualizar a comunidade que vivia no forte e, por outro, dão-nos uma ideia do nível de «literacia» em Vindolândia e, em menor escala, noutras comuni-

dades donde algumas das cartas eram provenientes. Essa diversidade de autores (soldados, administradores civis, mas também esposas de soldados, escravos e libertos) dá-nos também a possibilidade de aceder a dados que fundamentam a asserção de que a civilização romana era uma civilização literata, dado que, apesar de o número de documentos a que temos acesso ser relativamente reduzido

- se tivermos em conta a extensão populacional do Império - há que considerar que estamos perante um segmento da população que se comporta de acordo com convenções de que a comunicação escrita era o meio normal para reger a sociedade.

*Life and Letters on the Roman Frontier* oferece-nos a transcrição e tradução dos textos, muitos deles bastante fragmentários, mas estabelece, igualmente, o contexto militar, político, social e literário em que as cartas e outros documentos foram escritos. Apresenta-nos uma imagem bastante vívida e completa do impacto que as forças de ocupação romanas tiveram na região, das relações com as populações indígenas; em resumo, de toda a vida social na fronteira.

O livro está dividido em capítulos temáticos - I. Introduction; 2. The writing-tablets; 3. Strategies of occupation; 4. The Roman army; 5. Officers and men, and women; 6. Social and economic life on the frontier; 7. Letters and literacy

- que nos oferecem um estudo da vida social e económica das comunidades residentes em Vindoland nos vários períodos a que as placas se referem. Em apêndice, aparecem transcritos os textos e os termos técnicos utilizados no estudo (Appendix I: Technical terminology; Appendix II: The texts).

Estamos perante um trabalho de índole científica, mas de agradável leitura e, potencialmente, um livro adequado para servir de texto de apoio a disciplinas de introdução a estudos de História e Cultura clássicas, dado referir-se não só à comunidade de residentes de Vindolândia, pois insere o forte no contexto geral de história da Britânia e do Império.

MARIA DAS DORES GIRÃO CRUZ

John BODEL and Stephen TRACY, *Greek and Latin Inscriptions in the USA. A checklist*. New York, American Academy in Rome, 1997. 249 p.

O objectivo deste projecto foi o de oferecer uma lista tão completa quanto possível das inscrições gregas e latinas, na sua maioria já publicadas - apesar de, nalguns casos, apresentar inscrições inéditas - que se encontram nos Estados Unidos, dispersas por museus, universidades e colecções privadas. John Bodel foi responsável pela publicação das inscrições latinas e Stephen Tracy pelas inscrições gregas.

Trata-se de uma publicação preparada para o XI Congresso Internacional de Epigrafia Greco-Latina, realizado em Roma em Setembro de 1997, e que faz parte do *U. S. Epigraphy Project*, com sede no Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Rutgers. Dado tratar-se de um projecto ambicioso (identificar

todas as inscrições que se encontram dispersas nos E. U. A.), os autores reconhecem as limitações e imperfeições, sobretudo no que diz respeito à impossibilidade de analisar pessoalmente todas as inscrições apresentadas ou a existência de outras não mencionadas por serem deles desconhecidas. Assim, em muitos casos tiveram de recorrer a informações alheias ou já publicadas.

O projecto implicou a investigação de 78 colecções, num total de 720 inscrições gregas e 1575 inscrições latinas, das quais 378 (39 gregas e 339 latinas - 125 das quais em *instrumentum*) estavam completamente inéditas. As colecções mais numerosas encontram-se num número bastante reduzido de universidades (Michigan, Columbia, Johns Hopkins e Harvard) e museus (Metropolitan Museum of Art em Nova Iorque, Paul Getty Museum em Malibu, Califórnia, e o Museum of Fine Arts em Boston). Um ponto de interesse é a dicotomia existente entre universidades, onde o número de inscrições latinas é mais numeroso que o de inscrições gregas, e museus, que detêm inscrições gregas em muito maior número. Esta dicotomia reflecte essencialmente a divisão existente nos E. U. A., em finais do século passado, relativamente às perspectivas da cultura clássica: a cultura grega era vista como a produtora de objectos de beleza artística, daí a sua inserção em museus, templos-receptores de objectos de arte por excelência, enquanto Roma aparecia essencialmente como fonte de pragmatismo e a informação era de carácter quotidiano - daí, a aceitação das inscrições em instituições de ensino e investigação.

A maioria das inscrições são funerárias, tendo como material de suporte a pedra.

As gregas são principalmente originárias de Atenas e da região ática e as latinas de Roma ou de localidades próximas de Roma. Cronologicamente, cobrem um período bastante amplo que vai do século VI a. C. ao século VI d. C., pertencendo a maioria ao período clássico da cultura greco-romana, ou seja, do reinado de Alexandre ao de Diocleciano e Constantino. Constituem quase exclusivamente textos cujo material de suporte é a pedra ou o metal; consideraram-se, ocasionalmente, inscrições em mosaicos, quando o texto não se limita a meras legendas de figuras. As inscrições em vasos não foram integradas neste *corpus*, pois tradicionalmente fazem parte dos estudos de História de Arte. A maioria das inscrições adornam esculturas que fazem parte de monumentos sepulcrais.

Contrariamente ao que acontece com as inscrições gregas, as inscrições latinas incluem tanto quanto possível inscrições que fazem parte de objectos do quotidiano, designadamente em *instrumentum domesticum*, que recentemente têm chamado a atenção de epigrafistas e estudiosos de economia da Antiguidade. A maioria do material inserido nesta categoria consta de objectos de cerâmica, nomeadamente asas de ânforas, *imbrices* e fragmentos de recipientes em *terra sigillata*. Muitas destas inscrições são referidas pela primeira vez, chamando assim a atenção dos especialistas para o potencial deste tipo de materiais.

Enquanto a maioria das inscrições gregas chegaram aos E. U. A. de forma accidental, enquanto parte de colecções ou objectos de arte, as inscrições latinas foram importadas para universidades, fazendo parte de conjuntos bem definidos de grupos de objectos cujo principal objectivo era possibilitar o ensino e o treino

prático de historiadores e arqueólogos clássicos. São as designadas “teaching collections” que, após anos de uso em salas de aula, acabaram por ser votadas ao esquecimento. Geograficamente, parecem ser maioritariamente originárias da necrópole dos finais da República, inícios do Império, localizada a norte da cidade de Roma, fora da muralha de Aureliano, entre a Porta Salaria e a Porta Pinciana. Uma excepção parece ser uma colecção proveniente da Campânia, adquirida nos finais do século XIX pela Universidade de Michigan a Giuseppe De Criscio, então pároco de Pozzuoli.

Neste *corpus*, as inscrições aparecem organizadas por colecção, seguindo a ordem alfabética dos estados, cidades e instituição proprietária. Cada colecção é apresentada num parágrafo introdutório, onde são referidas as suas especificidades, assim como a bibliografia, sempre que se trate de colecções publicadas. Dentro de cada colecção, as inscrições gregas aparecem inventariadas em primeiro lugar, seguidas das latinas, com os textos inéditos em ambas as línguas referidos antes de todos os outros. Dentro de cada secção, o material está organizado de acordo com as categorias dos textos: documentos públicos aparecem primeiro, seguidos por documentos religiosos e sagrados, documentos privados, epitáfios e, nas listas de inscrições latinas, as várias categorias de *instrumentum*, de acordo com a classificação sugerida por H. Dressel no CIL XV (inscrições em *imbrices*, marcas em ânforas, *terra sigillata*, outros objectos de cerâmica, lucemas, recipientes de vidro e metal). As epígrafes gregas incluem ainda, no final, inscrições em medalhões e mosaicos.

Dentro de cada categoria, os documentos estão organizados cronologicamente do mais antigo para o mais recente, com excepção dos epitáfios que seguem a ordem alfabética do nome do defunto, ou, na ausência deste, do nome do dedicante.

Cada entrada do *corpus* é composta por quatro elementos:

1) *descrição breve do objecto* - texto, proveniência original e cronologia aproximada, material de suporte, tipo e forma;

2) *identificação do tipo de inscrição* e do indivíduo ou assunto principal mencionado;

3) *bibliografia de referência*, no caso de inscrições que tenham sido previamente publicadas, ou a indicação de que se trata de textos inéditos; não foi feita, porém, qualquer tentativa de fornecer uma lista completa das publicações onde cada inscrição aparece referida, preferindo-se indicar a primeira publicação ou a sua inclusão em *corpora* (IG, CIL); dá-se, contudo, especial ênfase a edições que contenham boas fotos;

4) “*U. S. epigraphy number*” cada inscrição catalogada pelo U. S. Epigraphy Project foi atribuído um número de registo, composto de três elementos: o último elemento corresponde ao número de inventário ou de acesso na colecção original; caso este não exista, é atribuído ao objecto um número, antecedido pelo sinal #, geralmente composto por dois dígitos referentes ao ano em que a inscrição foi catalogada (ex.: 96), seguido do numeral indicativo do mês e, por último, do número referente à posição do objecto na sequência desse mês; assim, por exemplo, #96.10.2 refere-se ao segundo objecto catalogado em Outubro de 1996.

Apesar de o sistema ser aparentemente complexo, ele oferece, de forma sintética, toda a informação relativa a cada epígrafe. Vejamos como funciona, transcrevendo dois exemplos:

- 1) Marble relief (ca. 350 BC?) (*descrição do objecto*)  
CAT 3.396; Vermeule, GRSA no 67 (*referência bibliográfica*)  
HI.Honol.AA.G.3605 (*U. S. Epigraphy number*)

E no canto superior direito:

Grave stele of the wife of Xenokrates (*indicação do tipo de inscrição e do principal indivíduo referido*).

- 2) Marble ash urn, Porta Salaria, Rome (I) (*objecto, local de origem, data*)  
CIL VI 33703 (*referência bibliográfica*)  
KY.Lou.SAM.L. 1912.1 (Filson Club) (*Estado - Kentucky; cidade - Louisville; colecção - Speed Art Museum (SAM); língua - latim (L); número de inventário; nome do proprietário, no caso de se tratar de inscrição em depósito numa instituição pública*).

No canto superior direito:

epitaph of Spes,  
slave of C. Antonius Moschus (*indicação do tipo de inscrição e do principal indivíduo referido*).

O trabalho teria ficado enormemente beneficiado se os autores transcrevessem o texto original latino ou grego, oferecendo a possibilidade de leitura completa da inscrição, assim como dariam acesso a outros pormenores culturais importantes contidos no texto da inscrição. Assim, e utilizando o exemplo 2) acima referido, ficamos a saber que se trata de uma inscrição funerária de *Spes*, escrava de *C. Antonius Moschus*, mas ficamos sem ter outros dados acerca desta escrava ou se o texto inclui a referência a algum deus, a quem dedicou a inscrição, etc. Claro que poderemos sempre recorrer ao CIL, mas o trabalho teria ficado mais completo se a inscrição fosse apresentada na sua forma original, permitindo re-interpretações ou mesmo correcções de leituras antigas.

Apesar de tudo, trata-se de um *corpus* valioso para estudiosos residentes fora dos Estados Unidos, dado permitir localizar com facilidade um número considerável de epígrafes de outra forma dificilmente acessíveis. Tendo acesso a todos os dados, incluindo o número de registo na colecção original e o endereço da instituição que alberga a epígrafe, será possível um contacto directo com essa instituição, que certamente, na boa tradição americana, facultará uma foto ou a leitura da inscrição.

A obra constitui, pois, sem dúvida, mais um precioso elemento de trabalho para os especialistas de Epigrafia e História da Antiguidade Greco-Romana.

MARIA DAS DORES GIRÃO CRUZ

Sabah FERDI, *Mosaïques des Eaux en Algérie. Un Language Mythologique des Pierres*, Paris, 1998.

Sim, o mar é bom: primeiro porque providência às terras a humidade indispensável, penetrando-a com os seus fecundos sucos nas camadas inferiores, graças a canais escondidos. O mar é bom, porque recebe os rios, alimenta as fontes, absorve as terras inúteis, porque favorece as relações comerciais entre povos longínquos, diminui os riscos de guerra, limita os furores bárbaros, serve de refúgio aos perigos, embeleza os prazeres, aproxima os que estão separados, abrevia as distâncias, transporta docilmente os que sofrem, cura por vezes os doentes, transporta os víveres, faz cessar as fomes.

S. AMBRÓSIO, *Hexameron*, III, 5, 41 (citado p. 179)

Apesar dos séculos que nos separam destas sábias palavras, proferidas no quarto século do primeiro milénio, elas não perderam o seu sentido no limiar do segundo. Esta mensagem, que a Expo 98 soube veicular ao mundo inteiro, projecta-nos para um elemento determinante na sobrevivência dos povos do planeta: a água. Mundo ainda tão desconhecido para o Homem, que nos dá a vida mas que no-la tira também. Que forças benéficas e maléficas ainda oculta? Que pode dele esperar o Homem? Questões primordiais às quais os povos da Antiguidade procuraram dar respostas, criando um imaginário próprio que não padeceu ao longo da História. Desmistificados, em parte, a partir do séc. XV, obra de orgulho nacional, os mundos marinhos e fluviais retomaram um lugar de honra com a realização da Expo 98, trazendo a Lisboa um património que é universal.

Do vasto legado multicultural, subordinado ao tema dos Oceanos, que a última exposição do século nos deixou, cabe-nos aqui realçar uma obra de inestimável riqueza. Apresentada no dia dedicado à Argélia, no pavilhão do país, a obra de Sabah Ferdi é um precioso documento iconográfico para o estudo do mundo aquático e do seu imaginário mitológico na Antiguidade, mormente entre os séc. III-IV. O desatavio do texto e o esplendor das ilustrações constituem, sem qualquer margem para dúvidas, o grande atractivo desta obra. Esta é nos oferecida numa magnífica encadernação de tecido cor de cereja com uma sobrecapa ornamentada com um mosaico de peixes e coberta com uma fina película azul marinho, criando a ilusão óptica de um meio aquático, constituindo um excelente trabalho gráfico.

Estruturada por temas, ao longo de 193 páginas, nela são abordadas as divindades aquáticas maiores e menores representadas em mosaicos, tais como Oceano, Neptuno, as personificações de rios, as Ninfas, as Nereides, Vénus, mas também monstros marinhos, o rapto de Europa, cenas piscatórias ou simplesmente aquáticas, embarcações, cenas de festas, nadadores ou ainda cenas épicas, como é o caso da viagem de Ulisses. Um manancial de obras de arte provenientes de Djemila

(doze), Timgad (dez), Cherchel (nove), Annaba (oito), Constantine (seis), Lambèse (seis), Oran-Bethioua (cinco), Tipasa (dois), Bejaia (dois), Guelma (dois), Sétif (dois), Tébessa (dois), Cap Matifou (um), Oued Athmenia (um), Skikda (um) e do Museu Nacional de Antiguidades de Argel (oito).

Cada capítulo é introduzido através de uma fotomontagem alusiva à temática apresentada: ora um mar revolto cuja espuma deixa entrever uma máscara de Oceano, ora um rio correndo na floresta aos pés de um Ninfa. Alguns excertos de obras clássicas, criteriosamente seleccionados, acompanham as fotomontagens. Destacam-se S. Agostinho, Draconius, Eurípedes, Homero, Plínio-o-Jovem, Tertuliano ou Vergílio, para citarmos apenas alguns.

Enquanto obra de divulgação, para um público leigo na matéria, estamos perante um magnífico trabalho gráfico, com a informação estritamente necessária à compreensão do tema, apoiada por índices e glossários pormenorizados (pp. 184-193), suficientes para aguçar a curiosidade e despertar o interesse em ver estas obras primas, quer nos sítios arqueológicos, quer nos museus onde algumas se encontram. Trata-se, pois, de um magnífico cartaz turístico argelino, rematado com um mapa de todos os locais citados.

Do ponto de vista científico, a informação é reduzida, cerceando as necessidades dos estudiosos em mosaico. Aliás, esse não foi concerteza o seu objectivo. O inventário dispõe, é certo, do essencial: a localização do mosaico no edifício, o ano do achado, o paradeiro, as dimensões, uma brevíssima descrição e a datação. Estes elementos podem apenas constituir um ponto de partida a quem se dedica ao estudo deste tema. Por outro lado, a qualidade de certas fotografias pode também ser de alguma serventia no que se refere ao estudo da paleta de cores utilizada pelo mosaicista, pesem embora as limitações de algumas delas. Os problemas de iluminação que se colocam ao registo fotográfico de mosaicos em espaços cobertos é sobejamente conhecido. De qualquer forma, ainda assim, podemos usufruir de cerca de 132 fotografias e sete desenhos de mosaicos, cuja utilidade não pode ser de todo rejeitada pelos especialistas.

Conhecida pela sua riqueza musiva da época romana, a região norte-africana tem sido o alvo predilecto dos especialistas na matéria. O mundo aquático constituiu certamente uma das temáticas de maior realce, com um carácter excepcional de beleza e perfeição que marcou uma tendência de moda e influenciou o resto do Império. De resto, bastará olhar para as máscaras do deus Oceano, sete, no total de dez apresentado por S. Ferdi. Uma imagem forte, tipicamente africana, de recorte técnico perfeito na maior parte dos casos, tratada com uma policromia judiciosamente aplicada por forma a realizar complexas gradações nas zonas das barbas e cabelos, imprimindo ao olhar uma expressividade própria, características estas que lhe conferem uma presença majestática. Em Portugal, podemos contemplar também uma dessas máscaras de Oceano no Museu de Faro. Acompanhado aqui pelos ventos, a singularidade deste mosaico reside sobretudo na inscrição que o acompanha e cuja leitura interpretada tem levado a caracterizar este pavimento como o de um edifício público, com uma decoração alusiva às actividades marítimas e uma menor carga mitológica. Está datado de finais do séc. II - princípios do séc. III.

As Nereides, ninfas do Mediterrâneo, montadas em monstros marinhos constituem também um tema predilecto dos ateliers norte-africanos. Contámos vinte e três mosaicos subordinados ao tema, com especial destaque para Tétis e o mortal Peleu, pais do herói Aquiles, Galateia e Polifemo, assim como Anfítrite. No mosaico do *frigidarium* das termas da villa de Stª Vitória do Ameixial (Estremoz), figuram também Nereides montadas em Tritões e circundadas por fauna marinha. Aliás, no mesmo mosaico onde figura a cena épica de Ulisses e as Sereias, do canto XII da Odisseia, frequentemente citado e comparado ao exemplar de Cherchel apresentado por S. Ferdi, aqui situado num muro interno de um tanque.

Merecem ainda particular destaque os onze mosaicos de Vénus, com especial veneração pela “toilette” da deusa. As restantes temáticas incidem sobre a vida aquática e o seu meio ambiente: oito ricos mosaicos com uma inesgotável informação sobre a fauna na Antiguidade, um mosaico com uma paisagem terrestre vista do mar - monumentos, pórticos, um templo com uma quadriga no topo, uma casa com colonata e uma ponte de madeira, embarcações de guerra e de comércio. Em Portugal, conhecemos também alguns mosaicos com fauna marinha, alguns deles em contextos termais como é o caso do Campo das Carvalheiras e do Cemitério de Santiago em Braga, de Canelas, em Poiares da Régua, de Milreu (Estoi), mas também os encontramos em Pisões (Beja), em Torre de Ares (Tavira), em Pedras d’El Rei (Tavira) e no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim). Certamente influenciados pelos seus congéneres africanos, mas com uma conotação marítima mais esbatida, a não ser o caso paradigmático de Milreu.

O advento do Cristianismo marcou definitivamente o fim da temática pagã, mas os mosaicos não perderam a sua beleza e a sua força enquanto veículos de mensagens com o simbolismo que lhes é próprio. Neste contexto, os peixes ocuparam um lugar de eleição. E o caso do mosaico da necrópole ocidental de Tipasa, datado do séc. IV, que apresenta a inscrição: IN DEO/PAX ET CONCORDIA SIT/CONVIVIO NOSTRO, acompanhada pelo *crismon* e por dez peixes diferentes (p. 163).

Embora não influencie decisivamente a opinião global acerca da obra, há contudo alguns aspectos deste inventário que deviam ter merecido maior cuidado, uma vez que estamos perante uma obra promovida pelo Comissário Geral da Argélia para as Exposições de Lisboa 98 e Hannover 2000:

- Para a capa e a forra interior da obra, foi escolhido o episódio de Ulisses e as Sirenes, de Cherchel, não o tendo contudo indicado em nenhuma legenda. Por outro lado, não compreendemos por que motivo apenas se apresenta meio barco na capa, tendo sido cortada a outra metade da fotografia.

- Numa obra onde se privilegiou o impacto visual, não gostámos de ver as páginas que separam as temáticas totalmente brancas.

- Também lamentamos o facto de não podermos usufruir da totalidade das ilustrações dos mosaicos citados. Assim, não pudemos observar o mosaico dos esponsais de Neptuno e Anfítrite de Djemila, nem de Neptuno com tridente, exposto no Museu de Oran (p. 39). No seu lugar, oferecem-nos uma fotografia de um ri-beiro, muito pouco pertinente. O mesmo aconteceu na p. 43, com o cortejo marinho

do Museu de Timgad e na p. 47, com a personificação de um rio de uma residência de Annaba. Adiante, na p. 53, não vêm ilustrados outros dois mosaicos também expostos no Museu de Oran. Nap. 101, pela primeira vez, a A. explica a ausência de ilustração do mosaico de Vénus e das Nereides do *triclinium* da Casa de Vénus em Annaba, por este se encontrar coberto. Na p. 126, também nos privaram do mosaico de Cila, do Museu de Hippone e, na p. 147, foi a vez do pescador de dourada de Djemila.

- É frequente urna certa desorganização na apresentação das legendas. De facto, são incluídas ampliações de pormenores de mosaicos cuja identificação é omitida ou deslocada para outra página. Verificámo-lo nas pp. 22-23, 50-53, 55-59, 86-87, 152-153, 166-167 e 176.

- Por falta de correcta revisão da obra, duas fotografias estão invertidas: a ampliação da Nereide situada mais à esquerda do mosaico do Museu de Lambèse (p. 59) e o mosaico de Ulisses e as Sereias de Cherchel (pp. 118-119).

- Apesar de nos termos já pronunciado quanto à qualidade da maior parte das fotografias, não podemos deixar de lamentar a má qualidade da do mosaico marinho com máscaras de Oceano do Museu de Hippone (Annaba) que invalida qualquer tipo de leitura (pp. 26-27).

Melhor síntese final não poderia ter sido feita pela A.: a água é, simultaneamente, fonte de vida, regeneradora e alimentadora, meio de comunicação mas também lugar de poderes maléficos. Esta relação que o romano manteve com o meio marinho, ao mesmo tempo frutífera e aterradora, foi de tal forma interiorizada que as suas manifestações não se restringem às zonas litorais, mas foram transportadas para regiões interiores, onde já não é o mar que apela, mas sim as fontes e os rios, tão elementares para a vida humana. As províncias do norte de África, mais do que qualquer outra parte do Império, receberam do Mar grande parte da sua riqueza económica e da sua cultura que, através dele, souberam, sabiamente, devolver aos outros. O *mare nostrum*, centro nevrálgico da economia romana, ligando os dois Impérios, ocidental e oriental, foi perdendo o seu papel ao longo da História, em favor de outros mares, contudo, para a memória do Homem, ele perdurará como um importante pòlo cultural e como a eterna morada dos deuses do Olimpo.

CRISTINA DE OLIVEIRA

LIDIO GASPERINI, *Iscrizioni latine rupestri nel Lazio. I - Etruria Meridionale*. "Ricerca sul Lazio" 1. Roma, 1989, 156 p. + tav. XXXII.

Publicato nel 1989, il volume del Gasperini rende conto dello studio condotto dal Dipartimento di Storia dell'II Università di Roma su una particolare tipologia di manufatto epigrafico: le iscrizioni rupestri latine, limitatamente all'Alto Lazio.

*Conimbriga*, 38 (1999), p. 225-246

L'area, non molto vasta, pure fornisce un numero considerevole di testimonianze, perlomeno pari al totale delle presenze epigrafiche rupestri nel resto dell'Italia; motivo sarebbe non una eccezionale ricchezza litica della regione, quanto la familiarità della sua popolazione con l'elemento roccia. Questo supporto epigrafico, evidentemente non mobile, fa sì che le iscrizioni stiano lì dove sono state pensate e realizzate (quando non sopraggiungono smottamenti e sbancaamenti); se il fatto che siano *in situ* permette la conoscenza del preciso contesto archeologico, nel contempo pone diversi problemi di accessibilità e reperimento del manufatto. Bastino come esempio le iscrizioni presentate con il numero E<sub>28</sub> ed E<sub>32</sub>: la prima si trova in una zona boschiva particolarmente intricata ed è oggi ricoperta da muschi e licheni; l'altra, facente parte di una tagliata stradale, è precipitata e costituisce il soffitto di un recente camminamento.

Nel volume vengono analizzate 38 iscrizioni rupestri, di cui due inedite (E<sub>1</sub> ed E<sub>29</sub>) le prime dieci in provincia di Roma, le altre in quella di Viterbo.

Due i gruppi principali: le viarie-confinarie (in tutto 18) e le sepolcrali (16), cui si aggiungono una acclamatoria, due sacre ed una agraria. Cronologicamente si collocano tra il II a. C. e il II d. C. Di queste iscrizioni la prima sezione presenta il panorama delle dislocazioni con riferimento alla *Forma Italiae* per l'Etruria romana e alle Tavole I. G. M. per i comprensori moderni (in tutto dieci comuni) con una descrizione puntuale della ubicazione e della morfologia del sito, l'accessibilità e la natura litologica del supporto epigrafico.

Sono informazioni utili per accedere direttamente agli originali, per stabilire la pertinenza ai singoli comuni del patrimonio archeologico da proteggere, per relazionare la struttura petrografica dell'iscrizione con la sua tipologia: se le sepolcrali per esempio le troviamo in tufi litoidi, in quanto più resistenti, quelle viarie compaiono generalmente in tufi pomicei, più adatti, perchè più teneri, all'escavazione di tagliate viarie.

La seconda sezione è costituita dal catalogo delle iscrizioni presentate con il criterio topografico del C. I. L., in senso antiorario dalla costa all'interno.

Le prime sette sono iscrizioni confinarie che colpiscono per la loro ermeticità: su massi trachitici, diversi per forma e dimensioni, compaiono cifre numerali accompagnate da segmenti di retta ad innesto ed orientamento specifici di cui il Gasperini fornisce misure ed angolazioni. Si tratterebbe o di termini rupestri che limitano un'area sacra, oppure di scritte terminali tra territori pubblici e privati. In ogni caso, le linee indicherebbero il punto di passaggio del confine; il punto in cui esso muta o anche incontro di due linee di confine. Il terreno impervio farebbe pensare a separazioni tra terreni pubblici e privati, ma niente è stato verificato sul campo. Se normalmente il *terminus* latino, quando *in situ*, fornisce informazioni sull'organizzazione politico-amministrativa del territorio, sull'onomastica, sulle popolazioni e sulla loro dislocazione, qui tutto questo manca; la *Sententia Minuciorum* del 117 a. C. che è riportata come confronto, dà l'idea di quelle parole che gli artefici delle scritte consideravano superflue nel rapportarsi alla concretezza di un possedimento terriero.

Viarie sono invece le iscrizioni E<sub>13</sub>; E<sub>15</sub>; il gruppo dalla E<sub>30</sub> alla E<sub>38</sub>. La

prima desta interesse dal punto di vista linguistico in quanto testo latino-falisco: falisci sono i numeri che gli scavatori della tagliata hanno inciso a ricordo del compito assegnatogli (come resistere al desiderio tutto umano di lasciare un segno di sé?! !); latino è invece il testo in cui stupisce la presenza del termine *furca* che, se frequente nella toponomastica della zona, lo è molto meno nelle epigrafi ad indicare uno stretto passaggio.

Il gruppo dalla **E<sub>30</sub>** alla **E<sub>38</sub>** fornisce invece informazioni sulla rete stradale della *regio VII*, dati utili per l'antroponomastica, testimonianze di opere di evergetismo.

L'iscrizione **E<sub>33</sub>**, per esempio, ricorda un certo Gaio Clodio Talpio che a sue spese fece fare un tratto di strada di 40 passi. È l'atto evergetico di un liberto legato alla famiglia Clodia che vuole partecipare in maniera importante (59,2 m) alla costruzione dell'iter *publicum* dedicato alla *gens* che lo ha manomesso. Lontano dal *caput viae* e dal *Forum Clodii* si concedeva eternità a quei privati cittadini che sostenessero e accelerassero il completamento della via.

Fa pendant con questa iscrizione la **E<sub>30</sub>** in cui un gruppo di liberti rivendica la parte di strada che ha fatto costruire; si tratta di un *iter privatum*, ma l'aspettativa degli evergeti è la stessa: un ricordo duraturo per aver contribuito ad un'opera non pubblica ma ugualmente importante per le popolazioni locali.

Lo dimostra l'iscrizione **E<sub>32</sub>**: *virum bo/num, qui ha/nc cons/iliavit!* un'acclamazione all'anonimo costruttore la cui benemerita è celebrata continuamente da chi passa in quella strada; una tappa obbligata per tutti i *viatores* che leggendo l'iscrizione perpetuano la donazione del tal personaggio tanto noto da non sentire la necessità di manifestarsi.

Gruppo rilevante è quello delle iscrizioni sepolcrali.

Due sono *tituli pedaturae*: la **E<sub>n</sub>**, pertinente ad un colombario e la **E<sub>12</sub>**, di un ipogeo sepolcrale, di cui poco si sa per l'assenza di foto ed apografi.

Quattro sono invece le iscrizioni funerarie che fanno riferimento a sepolture terragnee collocate ai piedi di un masso iscritto: **E<sub>8</sub>**; **E<sub>7</sub>**; **E<sub>27</sub>**; **E<sub>28</sub>**. Maggiore attenzione richiedono a mio parere la **E<sub>17</sub>** e la **E<sub>28</sub>**.

Nel primo caso l'interesse è onomastico: trattasi probabilmente di una coppia di sposi. Lui, M. *Avilius Celer, ingenuus*, è membro di una *gens* già attestata in Etruria, è iscritto all'tribù Collina e per questo probabilmente originario *délV Urbe*; lei, liberta, si distingue per un nome servile, *Herennia Guidila* (gocciolina), tanto raro quanto prezioso nella sua derivazione naturale.

Per la **E<sub>28</sub>** la particolarità risiede invece nel fatto che il monumento cui appartiene, il sepolcro dei *Vibii*, è uno dei primi esempi di fossa «a logette» dell'Etruria alto-imperiale. Alla prima fase in cui la corrispondenza tra cavi sepolcrali (fossa e loculo) e defunti citati è perfetta, segue una seconda che nel monumento è solo epigrafica.

Un'analisi paleografica permette di distinguere *Vordinatio* ineccepibile, l'incisione accurata, le lettere calibrate e le interpunzioni di fattura officinale dei primi due personaggi, *Q. Vibius Rufus* e *Vibia Arbuscula*, dalla realizzazione artigianale del nome del liberto *Q. Vibius Faustus*.

Altra iscrizione importante è la E<sub>22</sub>, l'unica leggibile delle tre presenti nel macigno di Anicio.

È rilevante perchè il citato C. *Anicius* è *quattuorvir Statoni*: per la prima volta *Statonia* può identificarsi come *municipium*. Questo significa che il suo agro era indipendente, che gli *Statonienses* erano una delle popolazioni della *Regio VII* e che erano governati da magistrati loro propri.

Non solo una roccia, ma un documento sull'evoluzione dello *status* di una città.

Tra le iscrizioni sepolcrali ricorderei ancora la E<sub>29</sub>, una delle due inedite, che rende conto del grande dramma della mortalità infantile; nella semplice e cruda frase *Pueri hic co/nditi* accomuna il triste destino di tanti anonimi bambini morti.

Le iscrizioni sacre sono soltanto due, pertinenti ad altrettanti santuari rupestri: l'Altarone di Monteverginio (E<sub>9</sub>) e l'altare dell'Arcella di Campina (E<sub>16</sub>); geograficamente distanti, appartengono allo stesso panorama culturale e religioso.

Entrambe le iscrizioni si riferiscono ad una *Bona Dea*, divinità ctonia e guaritrice, la cui forza le popolazioni di *Forum Clodii* da una parte e del Monte Cimino dall'altra vedevano emergere nei numerosi *saxa* vulcanici lì presenti, come anche nei fenomeni eruttivi che interessano entrambi i comprensori. Nel caso dell'Altarone di Monteverginio, la dea non è indicata esplicitamente, ma è normale che un monumento epigrafico posto all'interno del *templum* di una dea nota, o in ambiti santuariali monoculturali, non presenti il teonimo.

Nell'Altare dell'Arcella invece la *Bona Dea* (ricordata con la formula *Bona Bonodiana Castrensis*) è associata ad un'altra divinità, dal carattere ctonio anche lei: la dea *Valetudo*; questa sarebbe il nume specifico del santuario delle acque dell'Arcella, quella il nume tutelare di tutto il sito montano. Se esistono nel mondo romano manufatti rupestri che si riconducono a contesti sacrali, pochi sono legati a culti idrici (un esempio anche in Portogallo, a *Bracara Augusta*). Queste iscrizioni danno conto dell'acculturazione delle popolazioni montane, del grado di penetrazione dell'elemento romano, dei movimenti popolazionali. La *Pacilia Primitiva* che si rivolge alla dea *Bonodiana Castrensis*, oriunda di Roma, fa portato fuori da *Würbe* l'epiteto con cui si soleva rivolgere alla divinità a lei cara. Questi testi ci mostrano poi anche fenomeni di sincretismo: se la *Bona Dea* è l'antica *Suri* etrusca, la *Valetudo* riprenderebbe il culto della dea *Salus*.

Chiudo con un testo, E<sub>14</sub>, interessante perchè riporta la realizzazione di *prata* privati con opere di bonifica agraria, in genere non comuni.

Il merito di questo testo risiede principalmente nell'aver dato luce ad un patrimonio epigrafico che tende sempre a rimanere nell'ombra. L'Italia non possiede un censimento generale delle sue iscrizioni latine rupestri e questa è una grave mancanza soprattutto nel momento in cui si voglia promuoverne la tutela, o, ancora di più, affiancare all'analisi epigrafica un'indagine archeologica.

Nel caso delle iscrizioni confinarie per esempio, verificare sul terreno quanto si è ipotizzato avrebbe dato verosimiglianza e solidità alle interpretazioni proposte:

sono manufatti fissi, in luoghi perlopiù inaccessibili, da cui è escluso il grande pubblico, non possono né esseri visti in un museo, né adeguatamente protetti.

Una pubblicazione come questa, che negli intenti dell'autore è la prima di una serie, può motivare iniziative similari. Solo un'indagine archeologica può per esempio illuminare sulle testimonianze che, in termini di cultura materiale, hanno lasciato i frequentatori delle aree sacre alla Bona Dea.

La bibliografia proposta va degli imprescindibili C. I. L.; C. I. E.; *L'Année Epigraphique...*, a testi legati alla situazione epigrafica, religiosa, sociale, giuridica dell'Etruria romana, ma avrei voluto per esempio trovare l'indicazione di trattazioni generali sulle epigrafi rupestri, utili per un profano, anche in riferimento a zone diverse dall'Alto Lazio.

Esaustivo e di facile consultazione l'indice epigrafico, mentre meno ho apprezzato le tavole fotografiche, la cui riuscita dipende inevitabilmente dal grado di accessibilità di queste iscrizioni.

La pubblicazione ha suscitato il mio interesse sia per l'argomento trattato, perchè non molto sopevo sulle iscrizioni rupestri, sia perchè ho potuto vedere come si procede tecnicamente nello studio e nella edizione di un ritrovamento epigrafico.

Ho visto come è concretamente possibile andare oltre il testo e ricostruire le circostanze che hanno portato alla composizione di quel messaggio, immaginare i contesti sociali, culturali, economici che l'hanno prodotto. Se le minuziose descrizioni dei manufatti, i precisi commentari paleografici, la bibliografia, le varianti di lettura proposte possono non incuriosire, a volte stancare il lettore inesperto, presentare una umanità più piccola rispetto a quella delle grandi cariche dello Stato, quella più vera e più autentica del *M. Lucilio* dell'iscrizione E<sub>18</sub> che incide con le sue mani l'epitafio della madre, può far guadagnare ad opere di questo genere un pubblico più ampio, ispirandogli sia il rispetto per il patrimonio archeologico che interventi di evergetismo per la sua valorizzazione.

MANUELA SIMULA

## ÍNDICE GERAL

RAQUEL VILAÇA, DOMINGOS J. DA CRUZ, A.A. HUET B. GONÇALVES - <i>A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém)</i> .....	5
JAVIER ANDREU PINTADO - <i>Munificencia pública en la provincia Lusitania: una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y IV d.C.</i> .....	31
AGUSTÍN JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, LIBORIO HERNÁNDEZ GUERRA - <i>La convivencia entre militares y civiles en Petavonim: una oportunidad para el evergetismo de los caballeros romanos</i> .....	65
SANTOS CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE - <i>El Rechazo de un Gentilicio Esclavista: el Caso de los Publicii de Hispania Romana</i> .....	75
H. GIMENO, B. HURLET MARTINEAU, A.U. STYLOW - <i>Révision de Ficheiro Epigráfico 36, 1990, n.º 164: un miles à sellium</i> .....	105
LÍDIA FERNANDES - <i>Elementos Arquitectónicos de Epoca Romana da Casa dos Bicos - Lisboa</i> .....	113
JOSÉ CARLOS QUARESMA - <i>Terra Sigillata Africana, Hispánica, Eoceense Tardia e Cerámica Africana de Cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém)</i> .....	137
A. M. DIAS DIOGO, ANTÓNIO J. NUNES MONTEIRO - <i>Ânforas Romanas de «Villa Cardílio», Torres Novas</i> .....	201
DAVID CALADO MENDES - <i>A Sepultura do Séc. 11 de um Guerreiro com Espada (Morgado Dona Menga - Tavira)</i> .....	215
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS.....	225

(Página deixada propositadamente em branco)

## AINDA PODE ADQUIRIR

- A colecção completa das *Fouilles de Conimbriga*, 7 volumes: 40.000\$00
- *As Actas do II Congresso Peninsular de Historia Antiga*: 10.000\$00
- A obra sobre escultura romana de Portugal, de VASCO DE SOUZA: 5.000\$00
- *Les villas romaines de S. Cucufate*, 2 volumes: 30.000\$00
- *A Mamoa I de Chã de Carvalhal*, de DOMINGOS CRUZ: 4.000\$00
- *A sigillata de Represas, Trat. Informático*, de CONCEIÇÃO LOPES: 4.000\$00

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica  
G.C. — Gráfica de Coimbra  
Depósito Legal n.º 93223/95

